



Governo do
Estado da Bahia

Secretaria de Desenvolvimento
Urbano

CONTRATO Nº 39/2009

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES



PRIMEIRO BLOCO
TOMO II - DIAGNÓSTICOS E LEVANTAMENTOS
VOLUME 4 - RDS 19 - PORTAL DO SERTÃO
TEXTO

GEOHIDRO

REV. 01 - JULHO/2011

PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES

TOMO II – DIAGNÓSTICOS E LEVANTAMENTOS

VOLUME 4 – RDS 19 – PORTAL DO SERTÃO

TEXTO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. O PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES ..	4
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	7
3.1 ESTRATÉGIA DA COLETA DE DADOS	7
3.2 ESTRATÉGIA DE VALORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO	7
4. CARACTERIZAÇÃO DA RDS	9
4.1 ASPECTOS AMBIENTAIS	9
4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO	18
5. APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO NA RDS	23
5.1 SITUAÇÃO INSTITUCIONAL	23
5.2 PANORAMA DO SANEAMENTO NAS ÁREAS URBANAS DA RDS	27
6. DIAGNÓSTICO DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RDS 19 – PORTAL DO SERTÃO	31
6.1 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA METODOLOGIA ADOTADA	32
6.2 O MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS NA RDS 19	39
7. O ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DA RDS	59
7.1 PANORAMA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA RDS	59
8. LEVANTAMENTO DA REDE SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DA RDS 19	78
8.1 PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES	78
8.2 PERFIL DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES	90
8.3 PROJETOS E AÇÕES	104
8.4 PERCEPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO	136
8.5 NÍVEL DE CONHECIMENTO PRÉVIO SOBRE SEDUR E CONSÓRCIOS	148
8.6 NÍVEL DE INTERESSE PELO PEMAPES	148
9. POSSIBILIDADE DE PRÁTICAS DO REÚSO DOS ESGOTOS	149

ANEXOS

CARACTERIZAÇÃO DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR MUNICÍPIO

- 1.1 MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS POR MUNICÍPIO
- 1.3 RELATÓRIOS-RESUMO
 - 1.3.1 MUNICÍPIO DE ÁGUA FRIA
 - 1.3.2 MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES
 - 1.3.3 MUNICÍPIO DE ANGUERA
 - 1.3.4 MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARDOSO
 - 1.3.5 MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA FEIRA
 - 1.3.6 MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACÚPE
 - 1.3.7 MUNICÍPIO DE CORAÇÃO DE MARIA
 - 1.3.8 MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
 - 1.3.9 MUNICÍPIO DE IPECAETÁ
 - 1.3.10 MUNICÍPIO DE IRARÁ
 - 1.3.11 MUNICÍPIO DE RAFAEL JAMBEIRO
 - 1.3.12 MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA
 - 1.3.13 MUNICÍPIO DE SANTANÓPOLIS
 - 1.3.14 MUNICÍPIO DE SANTO ESTEVÃO
 - 1.3.15 MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS
 - 1.3.19 MUNICÍPIO DE TERRA NOVA

1. APRESENTAÇÃO

Diante da necessidade de definição de estratégias para a gestão das águas urbanas, no que respeita ao enfrentamento dos problemas sanitários e ambientais decorrentes do adensamento populacional e da expansão descontrolada experimentadas nas sedes dos municípios do Estado da Bahia, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR contratou a GEOHIDRO (Contrato nº 039/2009) para a elaboração do Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário – PEMAPES.

O PEMAPES visa construir um suporte técnico à SEDUR para oferecer um panorama geral da situação atual dos serviços de esgotamento sanitário e de manejo das águas pluviais, e da percepção da sociedade relativa a esses serviços, nas sedes dos municípios e de determinados distritos baianos. Preconiza a proposição de intervenções, estruturais e não estruturais, que ensejem a melhoria dos serviços prestados a partir da consecução de um Plano de Ações em sintonia com as diretrizes nacionais e estaduais definidas para o Saneamento Básico.

A área de atuação do PEMAPES compreende as sedes de 404 municípios, estrategicamente distribuídos em 25 unidades de planejamento, cada uma correspondendo a uma Região de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Abrange ainda as sedes distritais operadas pela Embasa e as nucleações populacionais identificadas como “área urbana isolada”. Essa etapa dos trabalhos não contempla a Região Metropolitana de Salvador – RDSMS, uma vez que esta será objeto de análise situacional específica, enfocando os aspectos similares que considera as intervenções em andamento do PAC.

O presente documento, parte integrante da etapa de **Levantamentos e Diagnósticos**, constitui o relatório diagnóstico da situação das águas urbanas nas sedes municipais com relação ao manejo de águas pluviais e aos serviços de esgotamento sanitário. Com efeito, apresenta as condições sob as quais as águas pluviais são manejadas nas cidades e a situação em que se encontram os serviços de esgotamento sanitário nas mesmas, em abordagem interdisciplinar. Tendo em vista a consolidação dos elementos necessários à formulação e à discussão do PEMAPES, o relatório comporta um importante segmento relativo à avaliação do quanto e de como a sociedade percebe os aspectos sanitários e convive com os problemas evidenciados.

Os estudos desenvolvidos neste Plano Estadual se baseiam em informações disponíveis obtidas de fontes variadas, como as secretarias municipais, entidades estaduais e federais, estudos e projetos específicos, e através de coleta em visita local.

Por premissa metodológica, o diagnóstico de avaliação dos sistemas e infraestruturas implantadas foi elaborado a partir de visita de equipe multidisciplinar às áreas urbanas objeto do estudo. A estratégia adotada para o levantamento das informações considera, além das atividades de coleta de dados e de percepção das situações estruturais *in loco*, a abordagem a gestores públicos municipais e lideranças sociais como forma de se perceber a visão pela qual a sociedade lida com as questões associadas às águas urbanas no âmbito dos municípios.



Figura 1.1 – Localização da RDS Portal do Sertão

Cabe ressaltar que, tratando-se de um plano estadual, a uniformidade e precisão das informações são afetadas pelas diferentes fontes e métodos de obtenção disponíveis e utilizados, e pela própria escala de detalhamento característica. Maior refinamento dos dados levantados e dos diagnósticos deverá ser escopo dos projetos oriundos dos presentes trabalhos, objeto de futuras contratações. Dessa forma, o usuário desse produto deve entendê-lo no conjunto de cada RDS e não em cada cidade isoladamente.

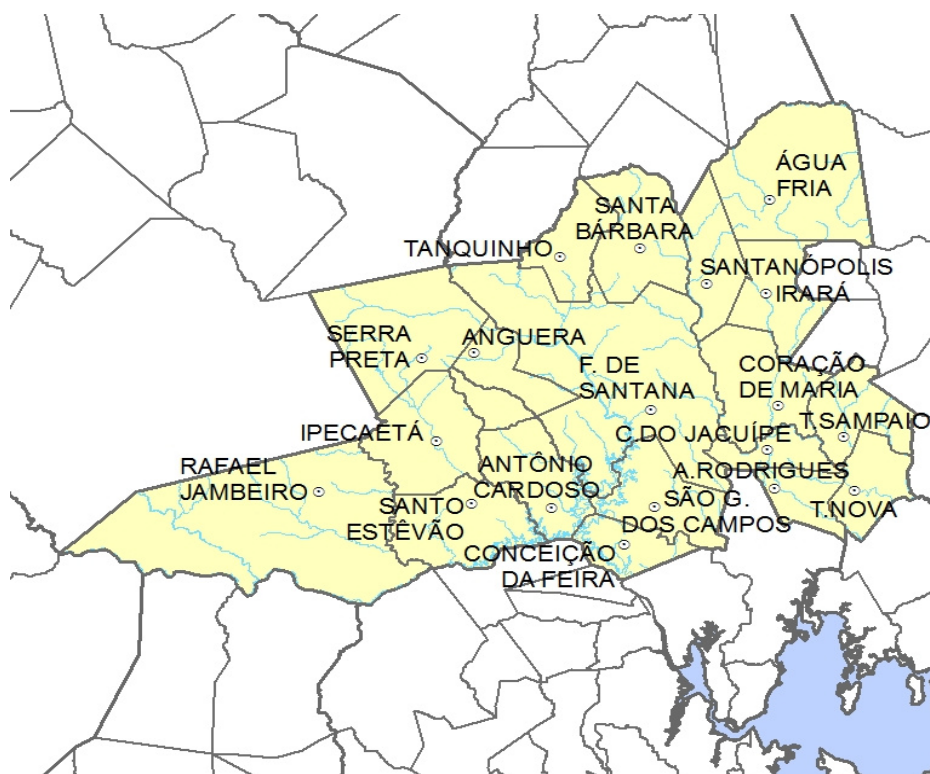
Isso posto, as informações foram processadas tendo como foco principal a definição das políticas públicas e a intercessão do planejamento na esfera estadual. Enfoque mais pormenorizado está reservado para 32 cidades que serão alvo de estudos de manejo de águas pluviais mais detalhados e de 55 sistemas de esgotamento sanitário operados pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa, conforme estabelece o escopo do contrato.

Os resultados obtidos com o diagnóstico ensejam a orientação de investimentos futuros quanto à gestão do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, além de nortear a melhoria das informações existentes, quanto à uniformidade e ao detalhamento.

Embora não previsto inicialmente no escopo do contrato, mas tendo em vista a sua importância para o PEMAPES, foi criada uma base de dados informatizada, contendo registros técnicos e imagens obtidas em campo, para as vertentes temáticas objeto dos trabalhos. Essa plataforma de dados, dada a natureza e amplitude de informações, subsidiará a SEDUR no planejamento e na definição de estratégias para a realização, nas sedes municipais, de ações posteriores, que extrapolam o objeto do presente PEMAPES.

Este Volume 4 do TOMO II contém os dados levantados e diagnósticos das sedes urbanas municipais que compõem a **Região de Desenvolvimento Sustentável Portal do Sertão – RDS 19**. A Região é integrada por 19 municípios, sendo eles o município de Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Rafael Jambeiro, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Serra Preta, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova.

Figura 1.2 - Municípios integrantes Região de Desenvolvimento Sustentável do Portal do Sertão – RDS 19



Os capítulos 2 e 3, que integram esse volume, abordam, respectivamente, os propósitos do Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário – PEMAPES e os aspectos metodológicos, sendo que esses capítulos são comuns aos demais 24 volumes que abordam o diagnóstico das outras RDS.

No capítulo, 4 é feita uma breve caracterização da RDS com relação aos aspectos ambientais, envolvendo a qualidade das águas e unidades de conservação existentes, e ao perfil socioeconômico da população.

No capítulo 5, é apresentada a situação dos serviços de saneamento na RDS, considerando a situação institucional, os investimentos e ações em andamento, e um breve panorama do saneamento na RDS.

O capítulo 6 traz o diagnóstico do manejo de águas pluviais na RDS, apresentando aspectos relativos à produção do escoamento superficial, aos sistemas de macro e micro-drenagem, às áreas com ocorrência de inundações ribeirinhas, às áreas com problemas críticos, aos aspectos institucionais e à análise do potencial de utilização de técnicas de manejo sustentáveis.

No capítulo 7, os serviços de saneamento são analisados dentro do conjunto da RDS, abordando aspectos institucionais relativos aos serviços de esgotos, estimativa da produção dos volumes e cargas de esgotos gerados nas áreas urbanas e a situação do manejo dos esgotos sanitários, propriamente dito, considerando as formas de coleta, tratamento e disposição final.

No capítulo 8, consta o levantamento da rede social dos municípios da RDS, abordando o perfil das organizações, perfil de atuação das organizações, os projetos e ações desenvolvidos, inclusive os que possuem interface em saneamento, e a percepção sobre a qualidade dos serviços de saneamento.

2. O PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES

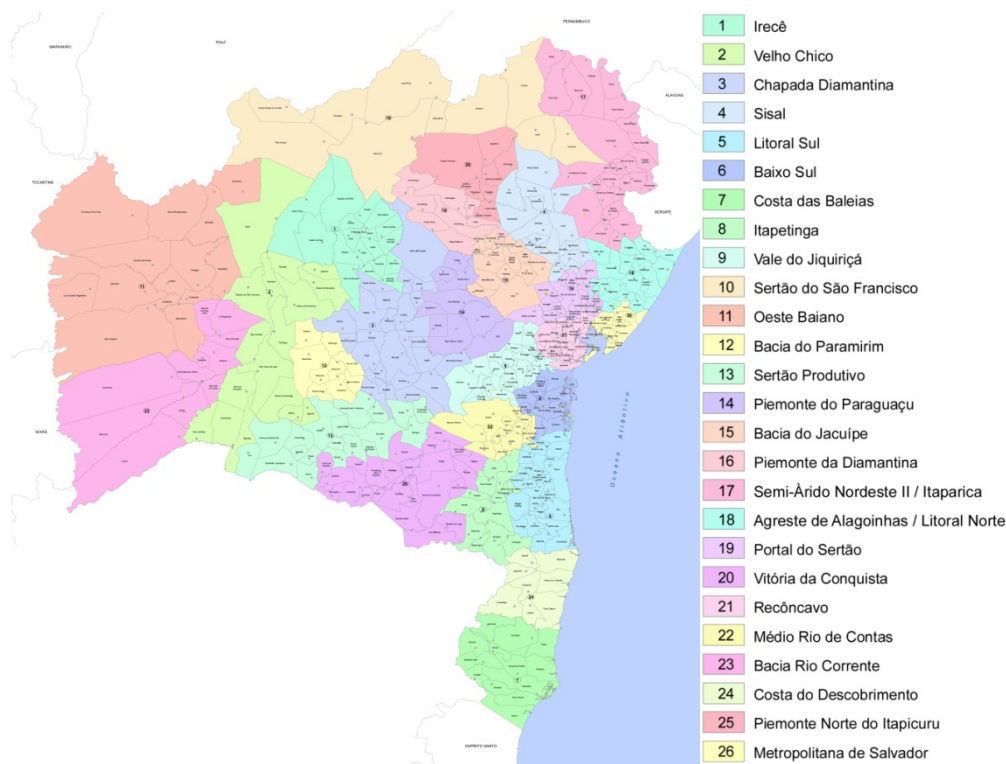
O PEMAPES objetiva o conhecimento da situação em que se encontram os serviços de esgotamento sanitário e de manejo das águas pluviais nas sedes municipais e em determinados distritos do Estado da Bahia e propor ações e diretrizes para a melhoria dos serviços.

O PEMAPES se distingue de planos anteriormente elaborados por estar alinhado às diretrizes nacionais para o saneamento básico definidas na Lei Federal n.º 11.445/07, que instituiu a política federal para o setor, e pela Lei Estadual n.º 11.172/08, que definiu as diretrizes da política estadual. Ressalta-se que a Bahia foi o primeiro estado da federação a estabelecer seu marco regulatório fundamentado na lei federal.

A partir da instituição do marco regulatório do saneamento básico no Estado, a SEDUR lança-se ao planejamento da gestão dos serviços correlatos, buscando definir arranjos e modelos institucionais viáveis que possibilitem as condições para que as metas de universalização e a eficiência dos serviços de águas e esgotos no Estado sejam progressivamente atingidas. Assim, a prestação regionalizada dos serviços de saneamento, cujas normas gerais são orientadas pela Lei dos Consórcios (Lei Federal n.º 11.107/05), passa a ser uma alternativa para que, através de consórcios públicos, os municípios possam atuar de forma conjunta, enfrentando dificuldades inerentes a natureza dos serviços de saneamento e obtenham a economia de escala.

Dentro desse conceito, foram definidos módulos de abrangência regional cuja dimensão preserva a identidade de cada região evitando o enfrentamento de dificuldades que advêm normalmente da heterogeneidade de fatores regionais. Assim, o estado foi dividido, recentemente, em 26 Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS), cuja conformação é apresentada na **Figura 2.1**.

Figura 2.1 - Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Estado da Bahia



Com base nessa regionalização o Governo do Estado formulará, com bases legais fundamentadas, sua Política Estadual de Saneamento Básico, estimulando a participação dos municípios na gestão associada da prestação dos serviços correspondentes, buscando viabilizar e ampliar a prestação dos mesmos. Compreendem os serviços o conjunto das ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. Assim, de forma consonante, os levantamentos e as proposições do PEMAPES estão sendo desenvolvidos adotando-se as Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS) como unidades de planejamento.

Por fundamento, o PEMAPES vem proporcionar a discussão dos conceitos de adequabilidade e de sustentabilidade nos estudos e projetos de saneamento no âmbito dos municípios e das unidades de planejamento consideradas. É nessa linha que a integração entre as disciplinas *manejo de águas pluviais* e *esgotamento sanitário* é considerada. No contexto, as proposições técnicas do PEMAPES buscam incorporar novas técnicas e práticas voltadas à minimização e retenção do escoamento superficial das águas pluviais no espaço urbano e à possibilidade de reúso controlado de efluentes tratados das águas residuárias.

Destaca-se que no PEMAPES, a caracterização e a interpretação das situações atuais e o planejamento de cenários futuros vêm acontecendo de forma conjunta para os serviços de manejo das águas pluviais e do esgotamento sanitário nas cidades, distritos e aglomerados urbanos contemplados. Esta visão conjunta representa uma abordagem conceitualmente adequada, uma vez que a história e a realidade do Saneamento Básico demonstram que estes seus dois componentes são, na prática, indissociáveis.

De uma forma geral, em face da inexistência do planejamento setorial e da retração do investimento ao longo das últimas décadas, as gestões municipais, principalmente nas cidades de médio e pequeno porte, buscaram as mais diversas alternativas para o afastamento dos esgotos domésticos, disposições estas quase sempre não respaldadas em projeto de engenharia e implantadas sem observar normas e critérios técnicos. Entretanto, é forçoso reconhecer que, via de regra, as infraestruturas existentes, cumprem a função para a qual foram previstas e, ainda que tenham sido executadas de maneira informal e careçam de manutenção, não devam ser sumariamente descartadas nos estudos que advirão. Além disso, ressalta-se que, na maioria das situações, as soluções empregadas são compatíveis com a capacidade de gestão dos municípios e findam contribuindo para a minimização direta de impactos sobre a saúde da população.

Ademais, tem-se que o inciso VIII do artigo 2º da Lei Nacional de Saneamento, apregoa a “utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas”. Assim, considera-se que deverão ser avaliadas as possibilidades e as vantagens de utilização da infraestrutura coletora existente, ao tempo em que a destinação de recursos poderá ser focada no tratamento dos efluentes, minimizando as condições de degradação dos corpos receptores. Estratégias dessa ordem poderão vir a ser empregadas até que se tenham condições de ampliar e adequar a infraestrutura coletora, otimizando os sistemas de saneamento, buscando-se a melhoria gradual dos serviços como um conjunto de ações que visa atender a uma coletividade.

Observa-se que em grande número das cidades baianas, consideráveis setores urbanos têm seus esgotos sanitários coletados em regime de condução conjunta com a drenagem pluvial, disposições estas que, em geral, se estabeleceram a partir de situações absolutamente peculiares. Normalmente, as cidades contam com linhas de coleta parcialmente separadoras nos quais esgotos são misturados com uma parcela de águas pluviais, enquanto a maior parte dessas últimas escoam pelas vias até ser recolhida e transportada por estruturas específicas, estabelecidas nos trechos mais baixos.

As considerações e os conceitos acima apresentados permeiam a metodologia que será definida quando da elaboração dos estudos e Planos de Ação do PEMAPES. Em outras palavras, elas serão úteis para embasar a análise de aspectos centrais dos partidos a serem adotados, nas diversas regiões do Estado, no que se refere a sistemas de esgotamento sanitário e sistemas de drenagem, numa visão integrada do problema. Discutir a escolha entre sistemas unitários e sistemas separadores absolutos passa, necessariamente, pela assimilação de critérios que fundamentem a aceitação de sistemas mistos, uma realidade a ser enfrentada por imposição dos sistemas já existentes. Uma possível predominância dos sistemas mistos motivada pelas condições econômicas do presente não afetará o entendimento de que o ideal é propor soluções por meio de sistemas separadores absolutos, mesmo que, provisoriamente, se devam adotar sistemas mistos.

No contexto, a possibilidade de compartilhamento das linhas de esgotos e das estruturas de drenagem, visando à ampliação da oferta dos serviços, é considerada. Pode-se então prever a adequação da rede existente, e mesmo a implantação de novos dispositivos e estruturas sob regime de condução mista, que podem ser classificados como **Sistemas de Transição**.

Objetivamente, os sistemas de transição poderão conduzir as contribuições para estações de tratamento de esgoto, através da instalação, nas estruturas de macrodrenagem, de dispositivos que possibilitem a captação das “contribuições de tempo seco” ou mesmo através da implantação de condutos interceptores margeando as principais estruturas, contribuindo desta forma para a despoluição dos corpos d’água que atualmente recebem efluentes “*in natura*”.

Apropriadamente, a promoção do reúso controlado dos efluentes tratados será considerada e, em situações favoráveis serão propostas intervenções correspondentes.

De forma propositiva, o PEMAPES considera a elaboração de um Plano de Ação e indica a implementação de intervenções, tanto estruturais quanto não estruturais, visando a melhoria e a expansão racional dos serviços correlatos.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 ESTRATÉGIA DA COLETA DE DADOS

A estratégia de coletas de dados e informações para o diagnóstico geral do manejo das águas pluviais e esgotamento sanitários nas áreas urbanas objeto do Plano compreende basicamente duas etapas, uma de levantamentos de dados secundários e outra de dados primários, sendo que ambas ocorrem com algumas peculiaridades.

Na etapa de levantamento de dados secundários (etapa pré-campo) a estratégia inicial contemplou visitas técnicas a órgãos governamentais e instituições públicas, cuja atuação tem rebatimento no setor de saneamento, para identificação de informações, ações, estudos e projetos disponíveis ou em fase de elaboração, bem como para levantamento de intervenções estruturais propostas ou em implantação. Esses dados e informações, sistematizados por Região de Desenvolvimento Sustentável – RDS possibilitaram, em avaliação preliminar, a visualização do “status” do conjunto dos municípios integrantes do PEMAPES e, de forma peculiar, dos grupos de municípios integrantes das distintas RDS.

A análise das informações secundárias permitiu identificar as ações ou conteúdos que necessitaram ser levantados ou verificados in loco a fim de compor o diagnóstico objeto dos estudos. Em seguida, tiveram início às atividades de campo, para a caracterização da situação sanitária e para colher as impressões que a sociedade tem das questões inerentes. Os levantamentos locais foram conduzidos por equipes multidisciplinares, compostas de profissionais das áreas de engenharia e socioambiental, atuando em articulação com a equipe de coordenação. Os membros das equipes foram previamente capacitados para o nivelamento do conhecimento e para a satisfatória integração, enquanto equipe multidisciplinar.

Para elaboração do diagnóstico são visitadas as sedes municipais integrantes das RDS, as sedes distritais onde existem SES operadas pela Embasa e determinadas nucleações urbanas isoladas. Como estratégia de campo, os trabalhos nos municípios têm início após a abordagem institucional dos gestores públicos quando são informados os objetivos e as atividades que integram o Plano. Na sequência, iniciam-se os trabalhos técnicos propriamente ditos, contando com a participação de gestores e operadores dos serviços de saneamento, e são realizadas entrevistas com representantes das redes sociais atuantes nos municípios.

A fim de facilitar as observações de campo e o registro de dados, foram elaborados formulários temáticos com o objetivo de organizar as informações, agilizar a permanência das equipes em campo, facilitar a sistematização dos dados, possibilitar a reparação de eventuais falhas e facilitar a tabulação ou valoração futura dos dados obtidos.

Os dados coletados em campo integram o sistema de informações do PEMAPES, elaborado em parceria com a SEDUR.

3.2 ESTRATÉGIA DE VALORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

A avaliação da situação das águas pluviais e dos serviços correlatos, em cada região de desenvolvimento sustentável, é efetuada a partir de conjunto de informações diagnosticadas em campo. Os dados obtidos possibilitam análises e o estabelecimento de indicadores e índices de fragilidade que caracterizam a situação em cada município. Com as informações levantadas são compostos quadros que sintetizam os principais componentes analisados.

Cada componente é analisado a partir de uma coleção de fatores que potencializam a fragilidade do sistema em observação. Cada fator apresentado nos estudos está relacionado aos elementos obtidos a partir das informações primárias e secundárias levantadas.

Identificados os fatores associados ao componente realçado, o passo seguinte é a qualificação do fator naquela localidade em função dos dados obtidos e das observações de campo. Efetuada a qualificação, é atribuído um indicador que representa o potencial de fragilidade que aquele fator apresenta para o componente e, conseqüentemente, para o serviço como um todo. A média ponderada do conjunto de indicadores compõe um índice de fragilidade associado ao componente, sintetizando a análise efetuada sobre o tema na localidade.

Assim, nessa etapa de diagnóstico, cada localidade apresenta, para cada componente dos serviços, um índice que o caracteriza e que corresponde à média ponderada dos indicadores associados aos fatores levados em conta para a classificação.

Quando do início da etapa de formulação de estratégias para Plano de Ações, critérios específicos para o enquadramento e hierarquização serão adotados visando subsidiar a priorização das cidades, onde as proposições e intervenções se fazem necessárias.

4. CARACTERIZAÇÃO DA RDS

4.1 ASPECTOS AMBIENTAIS

A Região de Desenvolvimento Sustentável denominada Portal do Sertão tem como centro geográfico e de desenvolvimento econômico, social e cultural, a cidade de Feira de Santana, distante cerca de 110 km de Salvador e interligada pela BR-324. A população regional atinge pouco mais de 945.000 habitantes, enquanto que, apenas em Feira de Santana, registra-se cerca de 591.700 habitantes (IBGE/2009).

A análise dos parâmetros geoambientais como relevo, clima, geologia, solos, vegetação e uso das terras permite identificar ao menos dois ambientes distintos nesta região. Na faixa oriental, o relevo regional é predominantemente plano, formado pelos Tabuleiros Interioranos, como ocorre em Feira de Santana, estendendo-se para norte, nordeste e sudeste até Amélia Rodrigues e, ainda, no entorno de Santo Estevão, com pouca expressão geográfica. Algumas superfícies foram entalhadas por vales pouco aprofundados como nas nascentes dos rios Subaé e Pojuca, principalmente, tornando descontínuos estes tabuleiros, como pode ser observado em Santa Bárbara, Irará, Coração de Maria e outras localidades. Os solos pertencem às classes dos Latossolos e Argissolos Amarelos, sendo profundos, de textura média, porosos, permeáveis e bem drenados, com boa aptidão agrícola apesar da baixa reserva em nutrientes.

A isoietas de 800 mm que delimita o clima semi-árido a oeste, do, a leste, pode ser traçada, por uma linha diagonal NE-SW, sinuosa, que passa próximo a cidade de Água Fria (882 mm), com forte inflexão para Serrinha, voltando a tangenciar Feira de Santana (848 mm) e Santo Estevão (798,5 mm). Mais para leste, o clima inicialmente subúmido a seco aumenta a pluviosidade no sentido do litoral atingindo linhas de precipitação superiores a 1.100 mm, considerado limite para clima subúmido a úmido, como em Conceição da Feira, Amélia Rodrigues, Teodoro Sampaio e Terra Nova.

A vegetação reflete as características morfoedológicas e climáticas dos ambientes naturais. Assim, são encontradas variações desde remanescentes da Floresta Ombrófila, intensamente antropizada, nos municípios mais a leste, gradando, harmonicamente, para Floresta Estacional Decidual e Semi-Decidual até atingir a fitofisionomia da Caatinga Arbórea, no extremo oeste desta Região de Desenvolvimento Sustentável.

A outra significativa unidade geomorfológica, de grande expressão cartográfica para a região, está representada pelo Pediplano Sertanejo, constituído por superfícies aplanadas a suave onduladas, com esparsos morros testemunhos de relevos remanescentes. Formam em geral superfícies exumadas, expondo solos pouco profundos e rasos, de baixa permeabilidade devido à dispersão das argilas com fechamento dos poros pela presença do sódio no complexo do solo e alta suscetibilidade erosiva, que pertencem às classes dos Planossolos e Neossolos Litólicos. A utilização das terras é feita primordialmente com agropecuária em sistema de pastoreio extensivo com práticas simples de melhoramento das pastagens. Atualmente há uma substituição quase completa da vegetação primária em ambiente severamente degradado sem medidas conservacionistas, donde são frequentes as cicatrizes de erosão e assoreamento dos vales.

Esta unidade ocorre principalmente a oeste de Feira de Santana com interpenetração pelo vale do Rio Pojuca. Abrange os municípios de Tanquinho, Serra Preta, Anguera, Ipecaetá, Rafael Jambeiro, Santo Estevão e Antonio Cardoso. O clima nesta unidade é semi-árido com precipitações que variam entre 750 mm e 800 mm anuais, tendo nos meses entre agosto e novembro o período mais seco. As temperaturas

médias anuais ficam entre 24°C e 24,5°C, as quais tendem para valores inferiores a 24°C na medida do deslocamento para leste.

A hidrografia regional está comandada pelo rio Paraguaçu, de regime permanente e água de boa qualidade para consumo humano, animal e uso em irrigação. Inclui seus afluentes da margem esquerda, próximos ao lago da barragem Pedra do Cavalo, representados pelo Rio do Peixe, Rio Paratigi, Rio Curumataí, e Rio Jacuípe, sendo os três primeiros intermitentes e com água de média a baixa qualidade, já o Rio Jacuípe mantém regime regularizado por barramentos. Há, ainda, o Rio Subaé que nasce próximo à Feira de Santana e deságua na Baía de Todos os Santos, a jusante de Santo Amaro. Também drenam esta região os rios Vermelho e Pará-Mirim, contribuintes da bacia do Rio Pojuca, que tem suas nascentes ao norte de Feira de Santana e, neste trecho, tem regime intermitente e mediana qualidade das águas.

O potencial hídrico para água subterrânea é em geral baixo e de má qualidade, nesta RDS, considerando-se que a quase totalidade dos municípios está assentado sobre rochas duras do embasamento cristalino. Poucos são aqueles que têm aquífero poroso, permeável, profundo, de alto potencial e boa qualidade, podendo-se citar os municípios de Água Fria, Conceição do Jacuípe e Irará, situados parcial ou totalmente na Bacia do Tucano. Já Amélia Rodrigues, Coração de Maria, Teodoro Sampaio e Terra Nova têm como principal aquífero a Bacia do Recôncavo, caracterizado como de alto potencial para águas subterrâneas e boa qualidade.

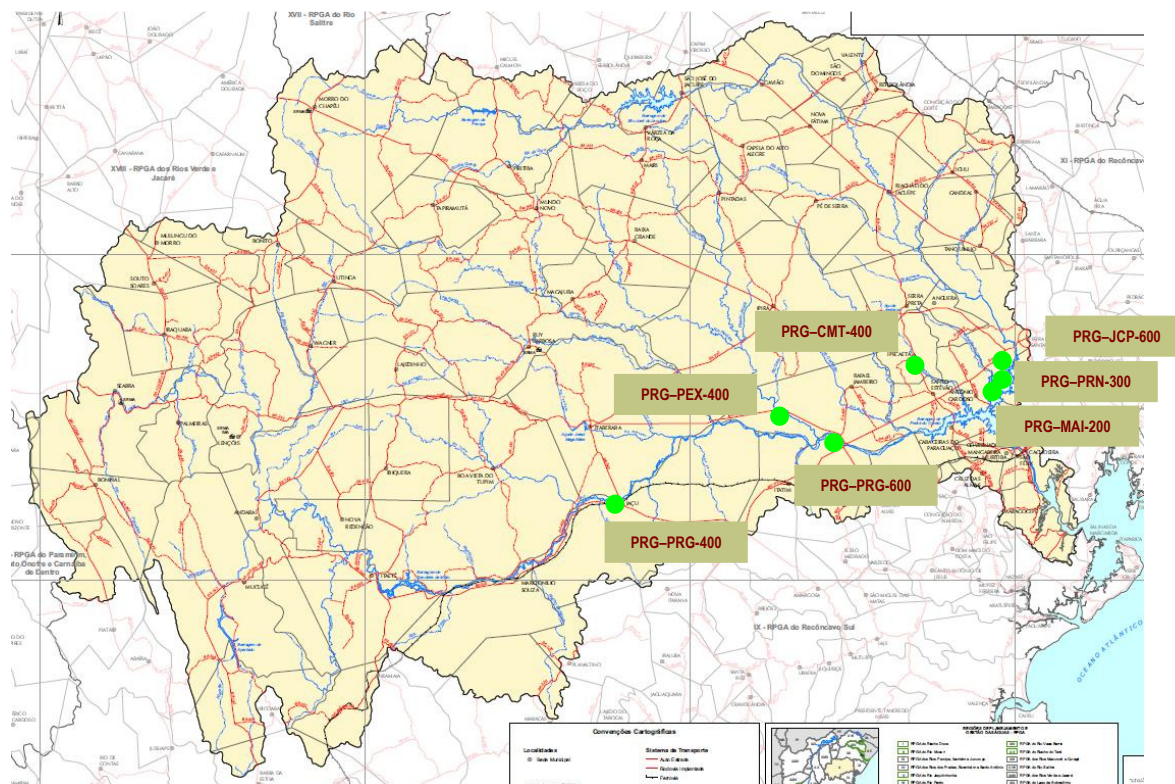
▪ **Qualidade das águas**

O Estado da Bahia possui regiões hidrográficas com características diversas, havendo tanto áreas com rios caudalosos quanto áreas com rios de pequena vazão e até intermitentes. Esses corpos d'água assim como áreas de alagadiços, represas etc, têm apresentado uma redução de sua qualidade ambiental, consequência de atividades humanas na zona rural e na zona urbana. Como destaque, tem-se a remoção da mata ciliar na zona rural e, na zona urbana, o lançamento de esgotos e lixo causando aumento da poluição, danos à saúde, perda da vida aquática e prejuízos a atividades econômicas.

No presente caso da RDS 19, as sedes municipais estão inseridas nas bacias hidrográficas dos Rios Paraguaçu, (com seus afluentes Jacuípe, Peixe, Paratigi, Principal e Maia), Jacuípe, Pojuca e Inhambupe. Essas bacias, conforme divisão das Regiões de Planejamento de Gestão das Águas nas RPGA 7 (Rio Paraguaçu) e RPGA 6 (Bacia Recôncavo Norte) com as bacias hidrográficas dos rios Jacuípe, Pojuca e Inhambupe.

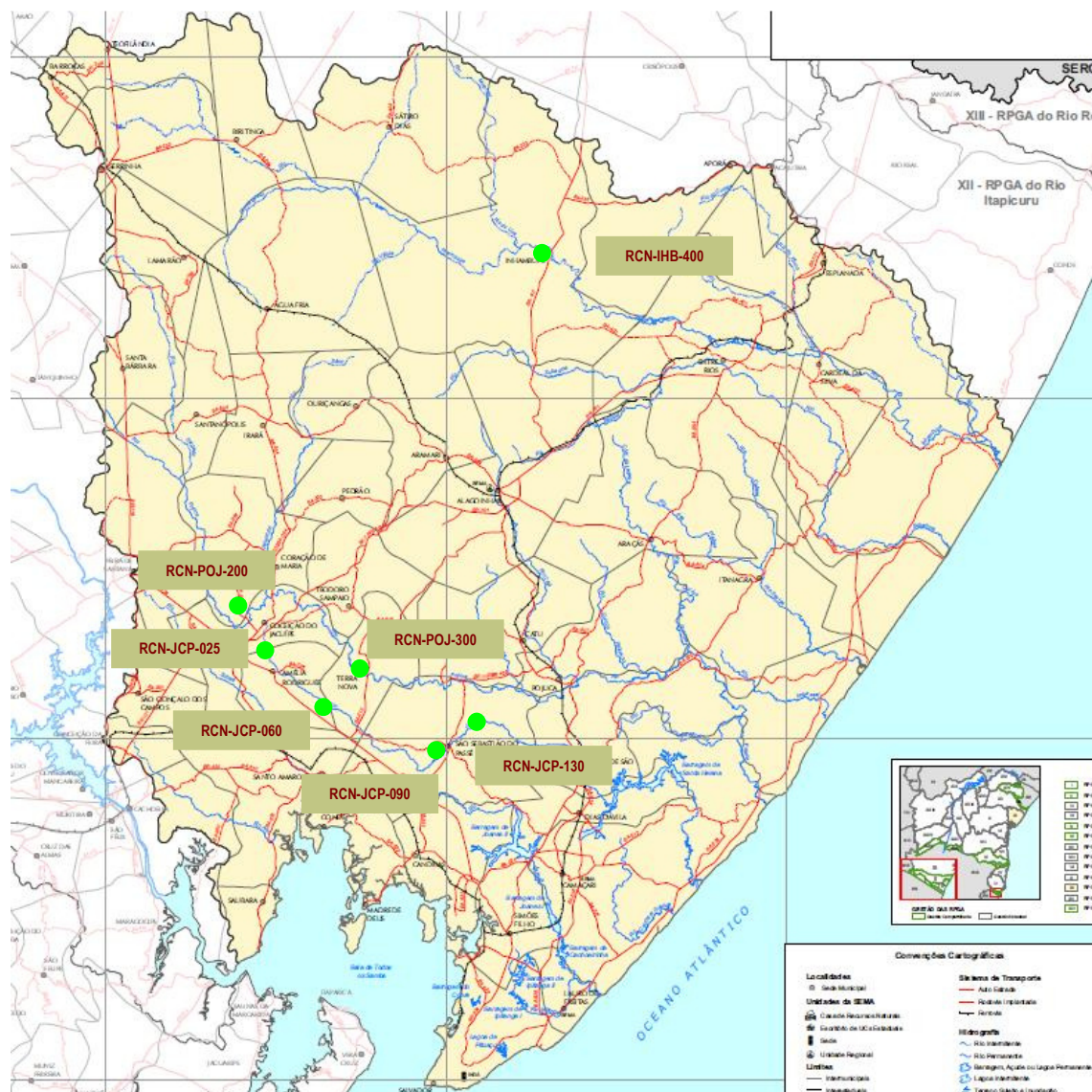
O INGÁ – Instituto das Águas e Clima da Secretaria de Meio Ambiente tem realizado um monitoramento trimestral, em continuidade à série histórica antes realizada pelo IMA – Instituto de Meio Ambiente. Na bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu (7ª RPGA) tem-se 20 pontos de amostragens, sendo oito referentes à área em estudo e na RPGA 6 (Bacia Recôncavo Norte) são 26 pontos nestes rios em análise, sendo 7 referentes à área em estudo. A figura a seguir apresenta a localização dos pontos de monitoramento das águas desses rios.

Figura 4.1 – Rede de amostragem da RPGA do Rio Paraguaçu



Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

Figura 4.2 – Rede de amostragem da RPGA do Recôncavo Norte. 2009



Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

Observa-se que muitas das estações situam-se na zona rural, à montante ou à jusante das sedes municipais, de modo que a qualidade das águas monitoradas não necessariamente traduz a poluição específica nas mesmas, já que parte dessa poluição é depurada ao longo desses córregos. O **Quadro 4.1** a seguir apresenta as cidades da RDS 19 com as bacias hidrográficas, os respectivos rios situados próximos às suas áreas urbanas e os pontos de monitoramento situados próximos às mesmas:

Quadro 4.1 - Bacias hidrográficas, cidades da RDS 19, pontos de monitoramento da qualidade das águas

BACIA HIDROGRÁFICA	CIDADE	PONTO DE MONITORAMENTO
Rio Paraguaçu	Anguera	-
	Antônio Cardoso	-
	Conceição de Feira	-
	Feira de Santana	PRG-CJP-400
	Ipecaetá	
	Rafael Jambeiro	PRG-PEX-400
	Santo Estevão	
	São Gonçalo dos Campos	PRG-MAI-200
	Serra Preta	
	Tanquinho	-
Rio Jacuípe	Amélia Rodrigues	RCN-JCP-025
	Conceição do Jacuípe	-
Rio Pojuca	Coração de Maria	-
	Irará	-
	Santanópolis	-
	Teodoro Sampaio	-
	Terra Nova	RCN-POJ-300
Rio Inhambupe	Água Fria	-
	Santa Bárbara	-

Os quadros a seguir apresentam os resultados de turbidez, sólidos totais, oxigênio dissolvido, DBO, nitrogênio total, fósforo total e coliformes termotolerantes das quatro campanhas de amostragem nos Rios Paraguaçu, Jacuípe, Pojuca e Inhambupe no ano de 2009, realizadas pelo INGÁ.

Quadro 4.2 – Qualidade da Água dos Rios Paraguaçu, Jacuípe, Pojuca e Inhambuê, 2009 – RDS 19

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHA	PARÂMETROS						
			Turbidez (NTU)	Sólidos Totais (mg/L)	Oxigênio Dissolvido (mg/L)	DBO (mg/L)	N Total (mg/L)	P Total (mg/L)	Coliformes Termotolerantes (NMP)
RIO PARAGUACÚ	PRG-PRG-400	1ª	2,8	59	7,7	<1,0	ND	0,026	66
		2ª	4,4	63,3	4,6	2,4	0,9	ND	560
		3ª	2,2	59,7	6,4	1,7	<0,17	ND	200
		4ª	7,2	92	4,4	7	<0,80	0,049	420
	PRG-PEX-400	1ª	2	3.040	5	1,7 J	ND	0,335	660
		2ª	2	2.810	7,6	2,0 J	1,3	0,202	1
		3ª	5,7	4.150	9,6	1,9 J	0,8	0,343	120
		4ª	6,3	1.960	4,7	7	1,40 J	0,099	41
	PRG-PRG-600	1ª	6,8	ND	5,2	<1,0	1,6	0,038	130
		2ª	5,2	66	4,4	1,1	1,3	ND	10
		3ª	4,6	64,7	5,7	1,3	0,50	0,024	3
		4ª	12,5	256	4,2	12,7	<0,80	0,046	1.300
	PRG-CMT-400	1ª	78,0	2320	8,8	39,3	9,9	0,311	6.200
		2ª	9,5	2140	3,4	3,6	1,9	0,074	38
		3ª	10,2	1810	5,61	3,9	1,4	0,09	190
		4ª	9,4	908	5,3	3,8	1,6	0,344	56
	PRG-JCP-400	1ª	32,9	1.920	8,6	15,2	8,4	0,51	390.000
		2ª	34,4	1.010	3,7	4,2	4	0,215	2.800
		3ª	22,6	2.170	3,6	12,5	5	0,697	7.000
		4ª	27	1.480	4,9	15,7	1,35	0,296	440
	PRG-JCP-600	1ª	71,5	313	4,0	11,1	7	0,599	6.200
		2ª	11,7	454	8,0	8,9	2,9	0,268	2.600
		3ª	8,3	305	3,8	3,8	1,4	0,357	900
		4ª	16,9	343	4,4	10,1	<0,80	0,316	230
	PRG-PRN-300	1ª	19,9	632	5,5	27,3	42	1,680	5.300.000
		2ª	35,5	744	0,0	50,6	44	2,02	2.900.000
		3ª	28,7	672	2,8	43,8	38	4,92	900.000
		4ª	56,1	709	0,0	82,7	73	6,110	600.000
	PRG-MAI-200	1ª	30,8	916	3,1	14,3	8,2	0,952	400.000
		2ª	110,0	1600	0,0	104	30	1,38	8.2000
		3ª	22,7	904	4,0	54,6	13,9	3,82	1.200.000
		4ª	14,8	870	3,2	17,8	11,1	2,740	1.200
RIO JACUIPE	RCN-JCP-025	1ª	15,9	177	2,1	1,7	ND	0,057	49
		2ª	39,3	208	4,0	1,6	7,5	-	69
		3ª	29,6	154	5,64	1,8	0,30	0,063	270
		4ª	32	159	4,5	<1,0	<0,80	0,779	150
	RCN-JCP-060	1ª	69,4	317	1,2	37,5	1,0	0,605	31.000
		2ª	50,2	314	3,2	6,6	10,6	0,891	40.000
		3ª	47,1	136	4,8	<1,0	0,6	0,169	190
		4ª	47,8	174	3,8	2,0	<0,80	0,556	480
	RCN-JCP-090	1ª	391,0	544	1,2	174,0	7,5	0,188	80.000
		2ª	135,0	643	2,3	50,1	81,0	1,160	1.600.000
		3ª	62,7	117	3,8	13,7	0,9	0,226	800
		4ª	20,6	184	3,1	7,7	2,2	0,667	110.000
	RCN-JCP-130	1ª	7,4	285	5,4	2,4	8,4	0,175	180
		2ª	2,7	214	1,1	3,2	9,2	0,084	400
		3ª	39,8	250	2,9	1,6	0,6	0,165	1.900
		4ª	7,4	234	4,5	12,2	<0,80	0,917	100

Quadro 4.2 – Qualidade da Água dos Rios Paraguaçu, Jacuípe, Pojuca e Inhambuê, 2009 – RDS 19 – cont.

Quadro 4-2 Quantidade da Água dos Rios Paraguaçu, Jacuípe, Pojuca e Inhambuê, 2006 - RDB-10 CONT.									
MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMP -NHA	PARÂMETROS						
			Turbidez (NTU)	Sólidos Totais (mg/L)	Oxigênio Dissolvido (mg/L)	DBO (mg/L)	N Total (mg/L)	P Total (mg/L)	Coliformes Termotolerantes (NMP)
RIO POJUCA	RCN-POJ-200	1ª	1,8	1030	6,1	ND	ND	ND	67
		2ª	3,9	760	1,9	1,4	3,4	0,980	86.000
		3ª	11,4	760	4,3	1,2	<0,17	0,677	660
		4ª	1,7	826	6,9	5,0	<0,80	1,580	16
	RCN-POJ-300	1ª	22,7	544	3,4	3,7	1,3	0,255	14.000
		2ª	13,5	555	3,1	2,3	3,7	0,165	1.400.000
		3ª	16,3	250	4,0	1,3	0,40	0,141	2.800
		4ª	8,5	104	4,5	19,9	1,7	0,558	0
RIO INHAMBUÊ	RCN-IHB-400	1ª	7,6	170	3,6	4,2	1,8	0,142	4.500
		2ª	7,0	155,0	2,94	1,3	4,6	0,086	18.000
		3ª	11	115	3,7	1,3	2,80	0,081	4.200
		4ª	12,8	192	6,0	11,7	1,6	0,740	0
Valor de referência CONAMA 357/05			<100			>5,0		<0,100	<1.000

O **Quadro 4.3** a seguir apresenta o Índice de Qualidade da Água - IQA das amostras dos pontos monitorados dos Rios Paraguaçu, Jacuípe, Pojuca e Inhambuê, no ano de 2009.

Quadro 4.3– Resultado do Índice de Qualidade da Água - IQA dos Rios Paraguaçu, Jacuípe, Pojuca e Inhambuê, 2009 – RDS 19

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHAS 2009			
		1º	2º	3º	4º
RIO PARAGUACÚ	PRG-PRG-400	ÓTIMA	BOA	BOA	BOA
	PRG-PEX-400	BOA	ÓTIMA	BOA	BOA
	PRG-PRG-600	BOA	BOA	ÓTIMA	BOA
	PRG-CMT-400	RUIM	BOA	BOA	BOA
	PRG-JCP-400	RUIM	REGULAR	REGULAR	REGULAR
	PRG-JCP-600	REGULAR	BOA	BOA	BOA
	PRG-PRN-300	RUIM	PÉSSIMA	PÉSSIMA	PÉSSIMA
	PRG-MAI-200	RUIM	PÉSSIMA	RUIM	RUIM
RIO JACUIPE	RCN-JCP-025	BOA	BOA	BOA	BOA
	RCN-JCP-060	RUIM	REGULAR	BOA	BOA
	RCN-JCP-090	PÉSSIMA	PÉSSIMA	BOA	REGULAR
	RCN-JCP-130	BOA	REGULAR	REGULAR	BOA
RIO POJUCA	RCN-POJ-200	BOA	RUIM	BOA	BOA
	RCN-POJ-300	REGULAR	REGULAR	BOA	BOA
RIO INHAMBUÊ	RCN-IHB-400	BOA	REGULAR	BOA	BOA

O **Quadro 4.4** a seguir apresenta o Índice do Estado Trófico das amostras dos pontos monitorados dos Rios Paraguaçu, Jacuípe, Pojuca e Inhambuê, no ano de 2009.

Quadro 4.4 – Resultado do Índice do estado trófico para amostras dos Rios Paraguaçu, Jacuípe, Pojuca e Inhambuê, 2009 – RDS 19

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHAS 2009		
		2º	3º	4º
RIO PARAGUACÚ	PRG-PRG-400	ULTRAOLIGOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	PRG-PEX-400	OLIGOTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO	SUPEREUTRÓFICO
	PRG-PRG-600	ULTRAOLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	PRG-CMT-400	SUPEREUTRÓFICO	SUPEREUTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO
	PRG-JCP-400	HIPEREUTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO
	PRG-JCP-600	HIPEREUTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO
	PRG-PRN-300	HIPEREUTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO
	PRG-MAI-200	OLIGOTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO
RIO JACUIPE	RCN-JCP-025	ULTRAOLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	RCN-JCP-060	HIPEREUTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO
	RCN-JCP-090	HIPEREUTRÓFICO	MESOTRÓFICO	HIPEREUTRÓFICO
	RCN-JCP-130	MESOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO	SUPEREUTRÓFICO
RIO POJUCA	RCN-POJ-200	SUPEREUTRÓFICO	SUPEREUTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO
	RCN-POJ-300	MESOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO
RIO INHAMBUÊ	RCN-IHB-400	ULTRAOLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO	SUPERTRÓFICO

Os relatórios indicam a predominância de rios com qualidade em desacordo com a prevista pela legislação ambiental principalmente no tocante a oxigênio dissolvido, DBO, fósforo e coliformes. Apenas a cidade de Feira de Santana que possui atendimento parcial de coleta e tratamento dos esgotos domésticos. Essa região possui parte de sua área sob regime climático de domínio clima subúmido a seco semi-árido e outra, no recôncavo, sob regime subúmido a úmido, com muitas cidades às margens dos rios, lançando esgoto sem um tratamento prévio. Observa-se que em algumas cidades situadas à margem de rios com menor regime de intermitência, os esgotos são encaminhados diretamente para os corpos d'água, sem nenhum tratamento prévio, concorrendo para uma maior poluição dos mananciais. Já em outras áreas, parte dos esgotos gerados é infiltrada nos solos, proporcionando redução das cargas poluidoras que chegam aos corpos d'água. Assim, percebe-se que embora os afluentes do rio Paraguaçu (Peixe e Paratigi) possuam vazões menores para diluição, o fato de o lançamento ser indireto, proporciona uma menor deterioração da qualidade das suas águas.

Em geral destaca-se a necessidade de ações de saneamento na região para minimizar os efeitos da contaminação nos corpos d'água. Ressalta-se o fato de que os usuais sistemas de tratamento de esgoto têm uma baixa eficiência de remoção de nitrogênio e fósforo. A remoção desses nutrientes pode ser feita por tratamentos terciários, cujo valor de investimento e operacional quase sempre é inviável para esta situação, ou por meio de outras soluções de menor custo, a exemplo de aplicação controlada do efluente no solo, o que pode vir a contribuir para a atenuação deste problema, a especialmente em regiões com pouca disponibilidade de água.

Ressalta-se ainda que tanto Rio Paraguaçu como o Rio Jacuípe, possuem a jusante desta área barramentos de acumulação destinados ao abastecimento público da Região Metropolitana de Salvador e da região circunvizinha à cidade de Feira de Santana. Sendo assim, o controle de aporte de fósforo, e de sólidos sedimentáveis tem uma importância significativa para a viabilidade futura de utilização desses mananciais.

▪ Unidades de conservação

O Estado da Bahia possui 54 Unidades de Conservação (excluindo-se as reserva particular do patrimônio natural), sendo 41 estaduais e 13 federais. Dentre essas unidades 32 são Áreas de Proteção Ambiental (APA), demonstrando mais expressividade em termos de unidades de conservação constituídas. Essas unidades, em geral, possuem grande extensão territorial, e permitem certo grau de ocupação humana. Dotadas de atributos importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, sejam esses de natureza abiótico, biótico, estética ou cultural, as APA tem com objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Quadro 4.5 – Unidades de conservação do Estado da Bahia por tipologia

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	QUANTIDADE
Estadual	
Parque Estadual	3
Monumento Natural	2
Estação Ecológica	2
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	2
APA	32
Subtotal	41
Federal	
Parque Nacional	5
Estação Ecológica	1
Refúgio de Vida Silvestre	1
Reserva Biológica	1
Área de Relevante Interesse Ecológico	1
Floresta Nacional	2
Reserva Extrativista	2
Subtotal	13
TOTAL	54

Nota: Não foram consideradas as reserva particular do patrimônio natural

As Unidades de Conservação são espaços de território com características naturais relevantes e limites definidos, instituídos pelo Poder Público para que se garanta a proteção e conservação dessas características naturais. Há apenas uma unidade de conservação inserida na RDS 19, mostrada no desenho seguinte. É uma unidade de Uso Sustentável caracterizada como Área de Proteção Ambiental (APA).

As Unidades de Uso Sustentável possuem o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. A seguir, são descritas a categoria e a unidade de conservação existente.

A Área de Proteção Ambiental é em geral bem extensa, com certo grau de ocupação humana e constituída de terras públicas e/ou privadas. A APA Lago de Pedra Cavalo está localizada no entorno do

40°0'W

39°30'W

39°0'W

38°30'W

RDS 19 - PORTAL DO SERTÃO

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS E ESTADUAIS

Nome: APA Lago de Pedra do Cavalo
 Municípios: Conceição de Feira, Cachoeira, Antônio Cardoso, Santo Estevão, Governador Mangabeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Feira de Santana, Muritiba, São Felix, São Gonçalo dos Campos e Cabaceiras do Paraguaçu.
 Gestor: Márcio Pimentel
 Legislação Vigente: D.E. nº 6.548 de 18.07.97
 Plano de Manejo: Em Elaboração
 C. Gestão: Existe
 Órgão Gestor: SFC

12°0'S

12°0'S

12°30'S

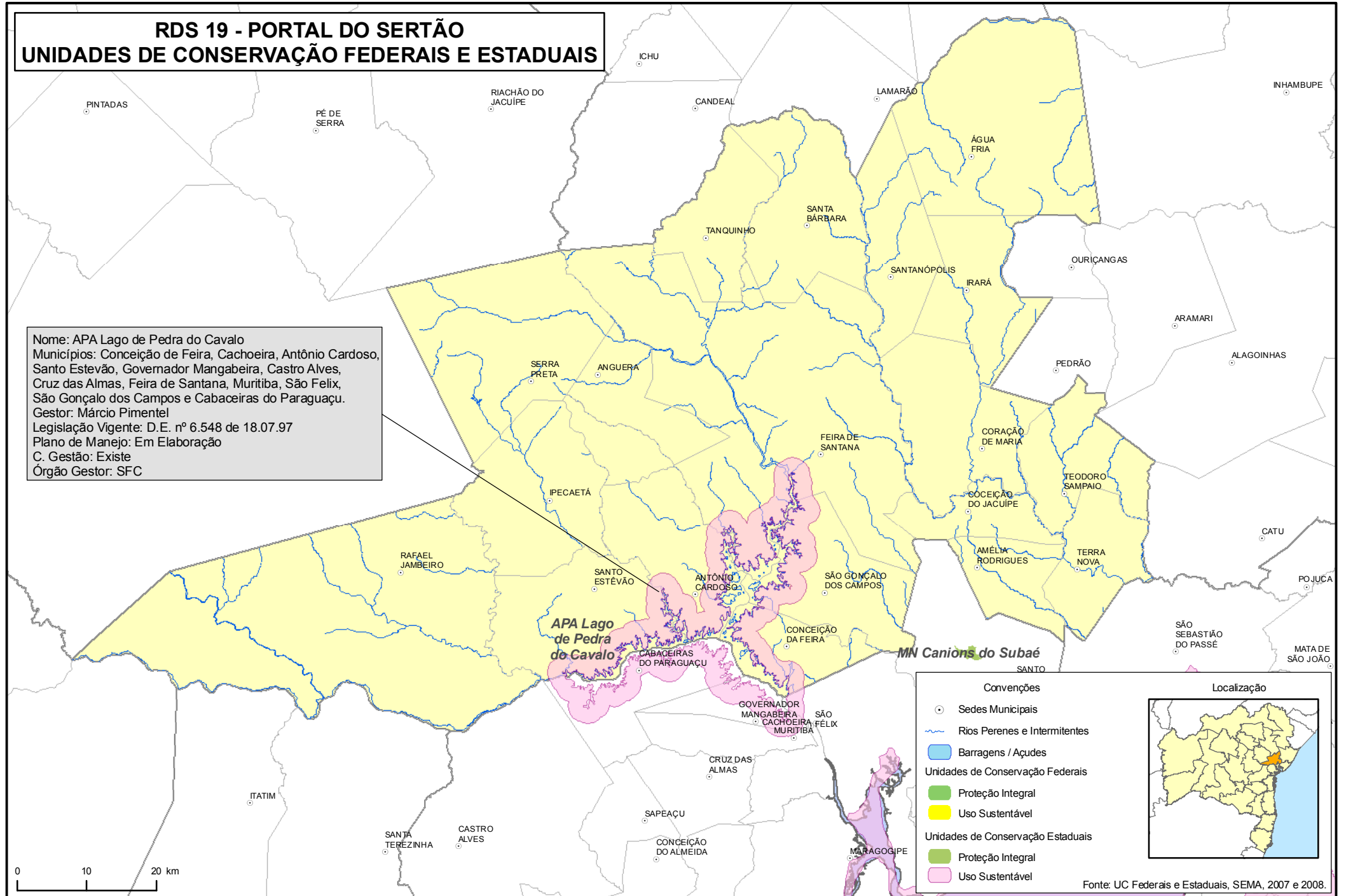
12°30'S

40°0'W

39°30'W

39°0'W

38°30'W



lago de Pedra do Cavalo numa região que engloba os municípios de Conceição de Feira, Cachoeira, Antônio Cardoso, Santo Estevão, Governador Mangabeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Feira de Santana, Muritiba, São Félix, São Gonçalo dos Campos e Cabaceiras do Paraguaçu, possuindo 30.156 hectares de área total. Sua criação foi dada a partir do Decreto nº 6.548 de 18 de julho de 1997. Esta APA é importante para proteger o manancial e assegurar a qualidade da água do lago de Pedra do Cavalo, uma vez que ele é responsável pelo abastecimento da Região Metropolitana de Salvador e a região de Feira de Santana. A APA Lago de Pedra do Cavalo está inserida numa região que se caracteriza pela transposição de ambiente úmido mais ao sul, e semi-árido ao norte. Ao sul do lago, próximo à barragem, entre Cachoeira e Governador Mangabeira, existem ilhas permanentes com formação de vegetais bastante preservadas indicadas para a observação espécies de aves migratórias. Essa região sofre com problemas como o lançamento de esgotos domésticos no lago, invasão de áreas de preservação permanente (margens do lago e mata ciliares dos rios tributários), além de destinação inadequada de resíduos sólidos, desmatamentos e queimadas e práticas agrícolas na cota de inundação do lago.

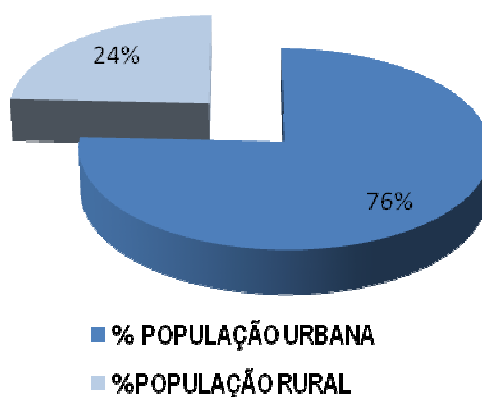
4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO

▪ Perfil demográfico

A Região de Desenvolvimento Sustentável do Portal do Sertão é composta por 19 municípios e ocupa uma área total de 8.028 km² representando 1,4% da área total do Estado.

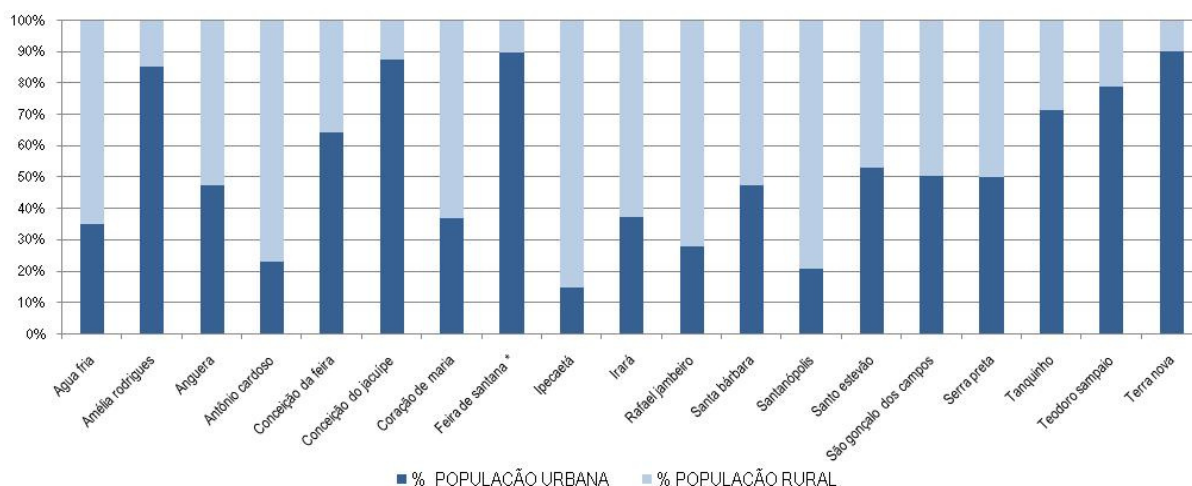
A população total atual da RDS é 945.055 mil habitantes, apresentando um perfil demográfico predominantemente urbano (76%), sendo maior que a tendência verificada no estado, cuja população atual urbana é da ordem de 60%.

Gráfico 4.1 – Perfil demográfico da população - RDS 19



Observando-se o perfil demográfico dos municípios integrantes da RDS, nota-se que as populações urbanas de apenas 10 dos 19 municípios são superiores a 50%. Neste caso, destacam-se Terra Nova (90%), Feira de Santana (90%) e Conceição do Jacuípe (88%).

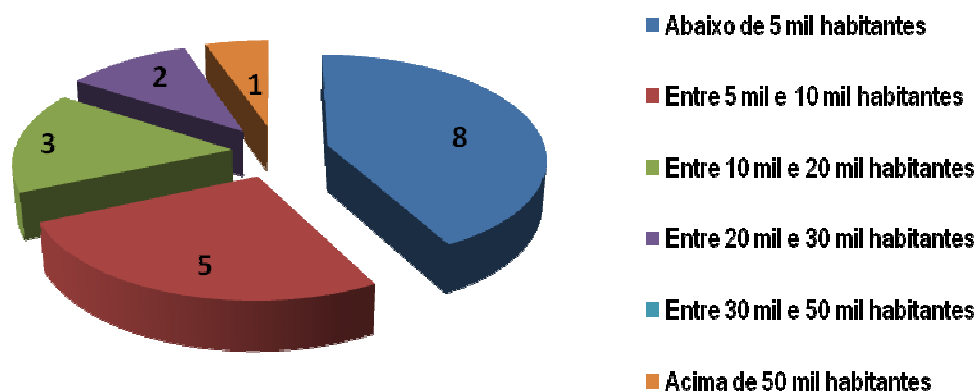
Gráfico 4.2 – Perfil demográfico dos municípios - RDS 19



*População referente ao ano de 2000

Em termos de porte das sedes municipais, na RDS Portal do Sertão, o município de Feira de Santana concentra 71% da população urbana total desta RDS. Os demais municípios não ultrapassam o número de 30.000 habitantes. Já Antônio Cardoso, Irará, Ipecaetá e Santanópolis destacam-se por possuírem população urbana inferiores a 25%.

Gráfico 4.3 – Porte das sedes municipais dos municípios - RDS 19



▪ Projeção populacional

A projeção populacional da RDS foi efetuada para o horizonte de 20 anos do plano, tendo sido adotado o ano-base 2009 para possibilitar a avaliação do nível de atendimento da infraestrutura existente nas áreas urbanas. A projeção foi efetuada tomando-se por base estudo de projeção da população das cidades e distritos do estado elaborado para a formação de cenários de regionalização de serviços de saneamento, o qual partiu de estudos realizados com os dados dos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2007. O referido estudo adotou parâmetros de projeção distintos em função do porte das cidades, tendo sido considerados

três grupos: cidades com população inferior a 10.000 habitantes, cidades com população entre 10.000 e 50.000 habitantes, e cidades com população maior que 50.000 habitantes. Os **Gráficos 4.4 e 4.5** apresentam a projeção populacional das sedes municipais da RDS para 2009, 2019 e 2029.

Gráfico 4.4 – Projeção populacional das sedes municipais para o horizonte de projeto - RDS 19

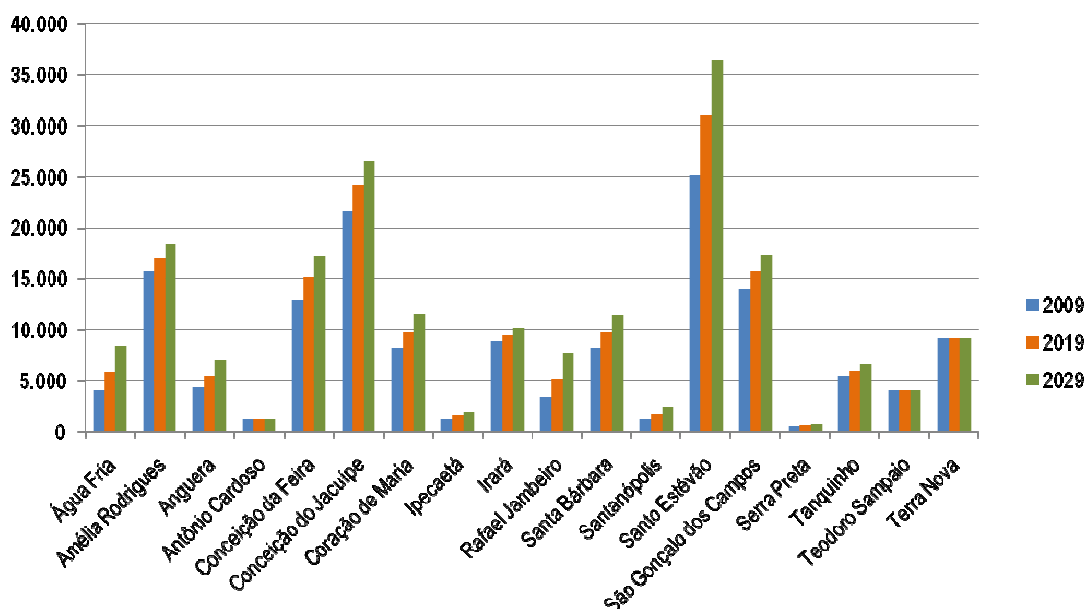
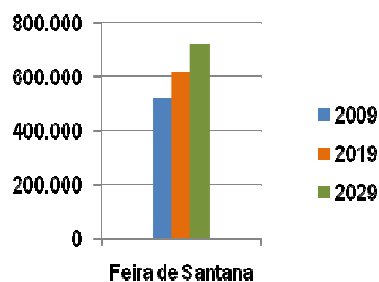


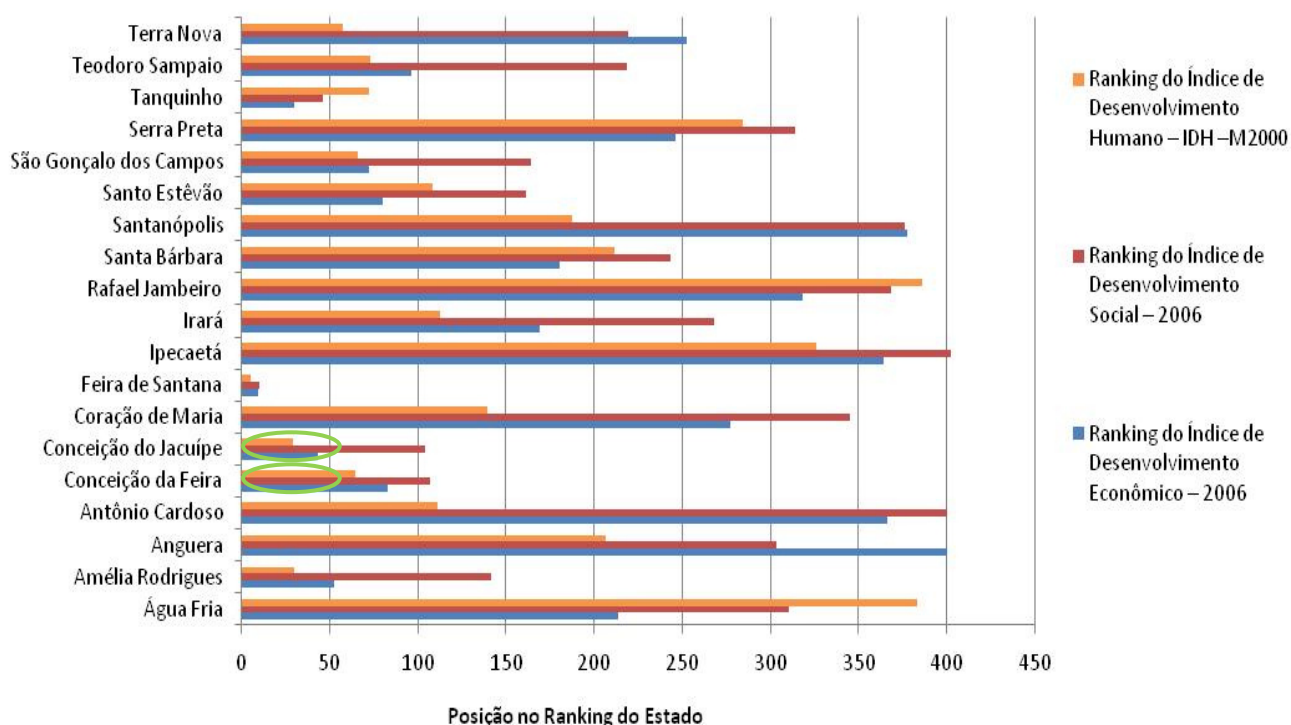
Gráfico 4.5 – Projeção populacional do Município de Feira de Santana



▪ Indicadores socioeconômicos

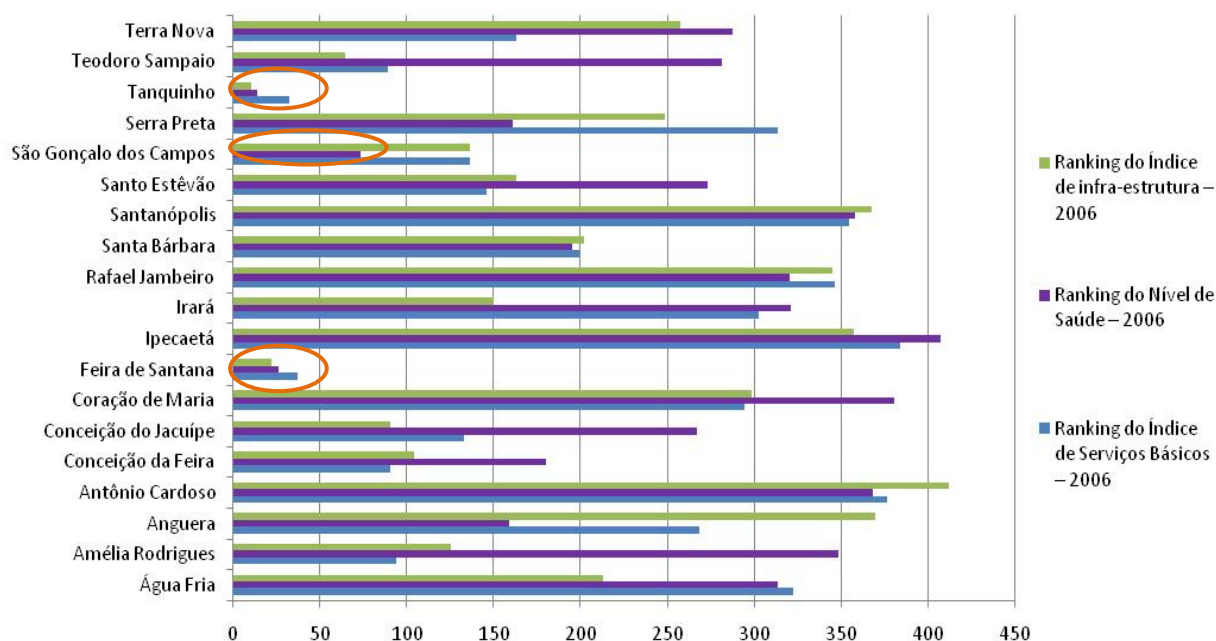
Com base nos índices socioeconômicos disponibilizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, é apresentado para um breve panorama baseado no ranking dos municípios que compõem esta RDS. Foram selecionados os IDS – Índice de Desenvolvimento Social, IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico, INF - Índice de Infraestrutura, INS - Índice do Nível de Saúde, ISB - Índice dos Serviços Básicos, disponíveis para o ano de 2006, e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M 2000.

Gráfico 4.5 – Ranking dos municípios com relação a índices socioeconômicos de desenvolvimento humano, desenvolvimento social e econômico - RDS 19



Fonte: Índice de Desenvolvimento Econômico e Social – SEI, 2008

Gráfico 4.6 – Ranking dos municípios com relação a índices socioeconômicos de serviços básicos, saúde e infraestrutura - RDS 19



Fonte: Índice de Desenvolvimento Econômico e Social – SEI, 2008

Com base nos dados disponíveis, o maior destaque é o município de Feira de Santana, com os melhores índices da RDS, estando sempre entre os 50 primeiros colocados do Ranking. Outro bom destaque é o município de Tanquinho, estando colocado também entre os índices analisados, exceto para o IDH-M, no qual está entre os 100 primeiros colocados.

Analisando os Índices de Desenvolvimento Social, Econômico e Desenvolvimento Humano, os municípios de Conceição do Jacuípe e Conceição da Feira apresentam-se bem posicionados em relação aos demais municípios da região.

Em relação ao Nível de Saúde, podemos afirmar que a situação da RDS 19 não é boa, visto que apenas Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho, possuem boa colocação, estando os demais municípios após a colocação 150 do Ranking.

5. APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO NA RDS

Para uma visão situacional dos serviços de saneamento básico na Região de Desenvolvimento Sustentável do Portal do Sertão, são feitas algumas considerações sobre os aspectos institucionais, planos e programas de saneamento existentes e em elaboração, os investimentos que estão sendo feitos em saneamento na região, bem como apresentadas as informações relativas à situação do saneamento nas áreas urbanas a partir de dados e sistemas de informações disponíveis em instituições governamentais, objetivando conhecer, basicamente, a natureza e os níveis de cobertura dos serviços prestados nos municípios integrantes da RDS19.

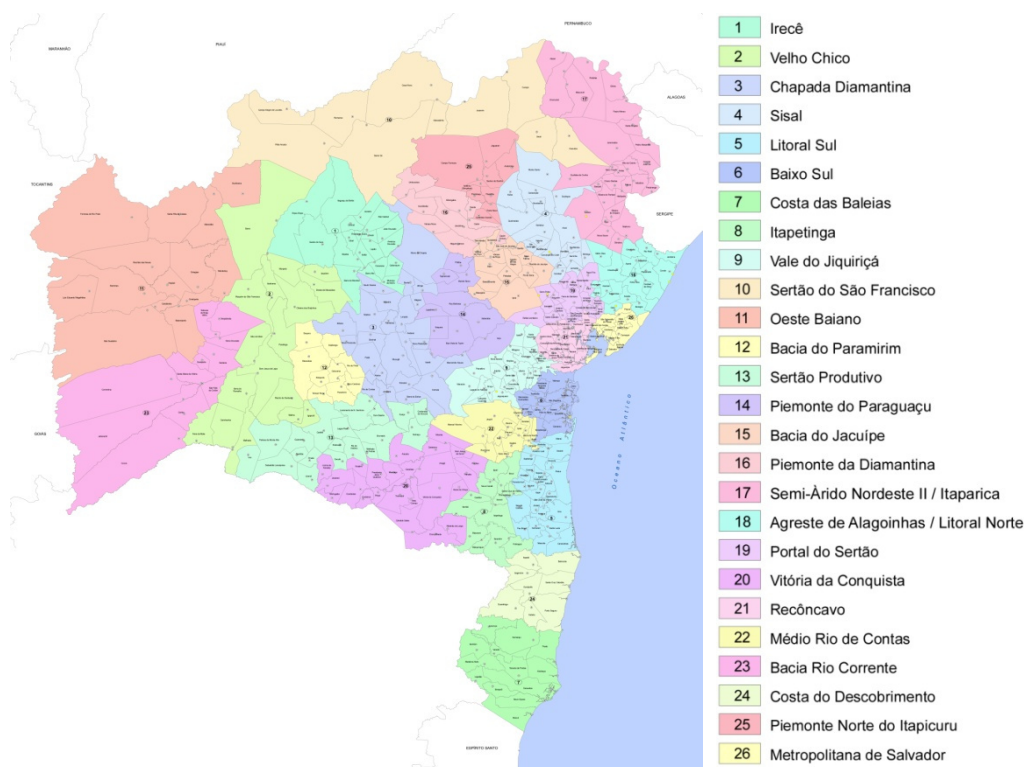
5.1 SITUAÇÃO INSTITUCIONAL

A partir das políticas federais definidas pela Lei de Saneamento, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, juntamente com a Lei dos Consórcios (Lei Federal nº 11.107/05), a Bahia foi o primeiro estado a estabelecer seu marco regulatório fundamentado na Lei Federal nº 11.445/07, através da edição da Lei Estadual nº 11.172, de 1º dezembro de 2008, que instituiu os princípios e as diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico.

O Governo do Estado, através da SEDUR, encarregada da formulação da Política Estadual de Saneamento, vem atuando neste sentido, buscando definir arranjos e modelos institucionais viáveis que possibilitem as condições para que as metas de universalização e a eficiência dos serviços de águas e esgotos no Estado sejam progressivamente atingidas. Modelo esse que considera aspectos como a extensão do território do estado, as características geoambientais das diferentes regiões, a dispersão demográfica da população a ser atendida, o perfil socioeconômico dos municípios, a capacidade técnico-gerencial das prefeituras municipais, dentre outros fatores que pesem sobre a prestação dos serviços de saneamento.

Na busca de equacionar tais questões, a SEDUR desenvolveu estudos sobre os cenários para a otimização da estratégia de prestação dos serviços de águas e esgotos no estado. Afinada com a política de planejamento do Governo do Estado da Bahia de trabalhar as políticas públicas de forma regionalizada, assim, além da proposta de universalização da prestação dos serviços de saneamento básico, a regionalização permitir a integração entre as políticas de habitação, meio ambiente e desenvolvimento urbano. Dentro desse conceito, com base em critérios técnicos que contemplaram a identidade de territórios, a infra-estrutura viária existente, aspectos referentes à economia de escala considerando o porte, o perfil das administrações municipais, dentre outras variáveis, foram definidos módulos de menor abrangência regional cuja dimensão preserve a identidade de cada região evitando o enfrentamento de dificuldades que advêm normalmente da heterogeneidade de fatores regionais. Assim, o estado foi dividido em 26 Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS), cuja conformação é apresentada na **Figura 5.1**.

Figura 5.1 - Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Estado da Bahia



A partir dessa regionalização o Governo do Estado formulará, com bases legais fundamentadas, sua Política Estadual de Saneamento Básico, sendo ela compreendida como conjunto das ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, estimulando a participação dos municípios na gestão associada da prestação de serviços a fim de viabilizá-lo.

A SEDUR vem atuando como indutora na formação de consórcios públicos para a prestação regionalizada de serviços públicos, tendo como um dos focos os serviços de saneamento básico. Até o momento, já foram constituídos seis consórcios públicos, contemplando as Regiões de Desenvolvimento Sustentável do Sertão do São Francisco, Vale do Jiquiriçá, Irecê, Sisal, **Portal do Sertão** e Agreste Alagoinhas – Litoral Norte (Consórcio Intermunicipal Costa dos Coqueiros). Outros três estão em formação, contemplando as Regiões de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte Norte do Itapicuru, Litoral Sul e Semi-Árido Nordeste II e Itaparica. Além desses, outros sete estão em fase de mobilização, são eles: Bacia do Jacuípe, Recôncavo, Velho Chico, Sertão Produtivo e Bacia do Paramirim, Chapada Diamantina, Vitória da Conquista e Baixo Sul.

O Consórcio do Portal do Sertão (ConsPortal), formalizado recentemente, agrega 16 municípios da RDS: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova. Ressalta-se que o Município mais populoso da região, Feira de Santana, não integra o Consórcio.

▪ Investimentos do PAC na RDS

Com a definição do marco regulatório do Saneamento, houve uma visível retomada dos investimentos no setor a partir de 2007, principalmente através de programas do Governo Federal (Orçamento Geral da

União) e pelos fundos financiadores (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT). A retomada dos investimentos está sendo consolidada pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC I, com a oferta de recursos para o horizonte 2007 a 2010.

Através do PAC I, estão sendo destinados recursos da ordem de R\$ 1,7 bilhão para investimentos em saneamento básico na Bahia, sendo R\$ 734 milhões, desse montante destinado para esgotamento sanitário em diferentes cidades do estado. Os investimentos do PAC I para esgotamento sanitário foram alocados, por origem dos recursos, de acordo com as seguintes fontes de recurso.

Quadro 5.1 - Recursos do PAC I por origem dos recursos para implantação de sistemas de esgotamento sanitário no Estado

FONTE DE RECURSO	VALORES (R\$ em milhões)
OGU	323,8
BNDES	84,7
FGTS	325,7
TOTAL	734,2

Fonte: SEDUR, fevereiro/2010

Dentre os municípios integrantes da RDS 19, apenas a sede municipal de Feira de Santana foi contemplada por recursos do PAC I para investimentos em infra-estrutura para ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário das bacias do Jacuípe e o Subaé. O primeiro deles com recursos do Orçamento Geral da União, da ordem de R\$ 59,0 milhões e o segundo financiado pelo FGTS, com montante da ordem de R\$ 36,9 milhões. Ambas as obras encontram-se em andamento.

Através do PAC/Funasa estão sendo destinados recursos para a implantação de sistemas de saneamento beneficiando cidades de diferentes regiões do Estado. Através de convênios já assinados, compreendendo a dotação da Funasa e a contrapartida do Governo do Estado, estão sendo alocados recursos da ordem de R\$ 120 milhões, sendo R\$ 107 milhões correspondente aos recursos disponibilizados pela Funasa para a execução da infra-estrutura. Há previsão de aplicação de mais R\$ 118 milhões, que serão disponibilizados após a assinatura dos Termos de Compromisso para a formalização de parceria convênios, após o cumprimento dos requisitos requeridos.

Através de Termos já assinados, estão sendo alocados recursos da ordem de R\$ 90 milhões para a viabilização de infra-estrutura de esgotamento sanitário, compreendendo a dotação da Funasa e a contrapartida do Governo do Estado, sendo R\$ 81 milhões correspondente aos recursos disponibilizados pela Funasa.

Registra-se o expressivo montante de recursos alocados para a implantação de projetos de sistemas de esgotamento, em especial para cidades de grande e médio porte, considerando os investimentos realizados nas últimas décadas. Entretanto, até o momento, não foram destinados recursos oriundos da Funasa para beneficiar municípios da RDS 19 com intervenções em saneamento básico.

▪ **Municípios com projetos em desenvolvimento**

Com a destinação de investimentos para ampliação da infraestrutura de saneamento básico, muitos municípios estão sendo contemplados pela elaboração de projetos de engenharia, atendendo aos critérios exigidos pelos agentes financiadores, para viabilizar a destinação desses recursos para abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, e urbanização, quase sempre envolvendo esgotamento sanitário ou melhorias sanitárias para as áreas contempladas.

Duas cidades da RDS 19 possuem projetos de esgotamento sanitário em andamento: Antônio Cardoso e Irará. Na primeira delas, a administração municipal elaborou projeto, o qual foi encaminhado a Embasa e aguarda apreciação. O projeto de Irará foi elaborado e aguarda-se a liberação dos recursos da Funasa para início das obras.

Além disso, os projetos elaborados para municípios situados na RDS do Jacuípe (SES de Capela do Alto Alegre, Pintadas, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe, Macajuba, Pé de Serra e de Ipirá), cujo principal corpo receptor dos efluentes sanitários é afluente do Rio Paraguaçu, virão a beneficiar esse manancial e também as águas do Lago de Pedra do Cavalo, ao qual o Rio Jacuípe é afluente.

▪ **Municípios com planos de saneamento**

Ainda que sem definição do marco regulatório para o saneamento, ao longo da última década alguns municípios do estado tiveram por iniciativa das gestões municipais a elaboração de planos municipais de saneamento básico, com o propósito de fortalecer a ação municipal ao tempo em que se buscava a retomada do planejamento do setor saneamento. Os municípios que deflagraram esse processo no estado foram Alagoinhas, Salvador, Vitória da Conquista, Barra do Choça e Pintadas.

Com a aprovação da Lei de Saneamento (Lei Federal nº 11.445/07) são definidas as diretrizes e instrumentos de planejamento que deverão ser observados no plano de saneamento. Em seu Art. 10 estabelece que *“a prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária”*. Nesses termos, a Lei Estadual nº 11.172/08, no seu Art. 9, caput e inciso III, estabelece que *“O Estado da Bahia, por meio de sua administração direta ou indireta, cooperará com os municípios na gestão dos serviços públicos de saneamento básico mediante prestação de serviços públicos de saneamento básico, através de Contratos de Programa, celebrados pelos municípios com a Embasa na vigência de gestão associada, autorizada por convênio de cooperação entre entes federados ou por contrato de consórcio público”* e no Art. 16, caput e parágrafo 1º que *“O Contrato de Programa, por meio do qual o município contrate a Embasa, deverá atender a todos os requisitos da Lei Federal nº 11.445/07, especialmente: o plano de saneamento básico editado pelo município ou conjunto de municípios”*.

A Lei Estadual nº 11.172/08, traz em seu capítulo IV, as diretrizes para a elaboração do planejamento dos serviços públicos de saneamento básico no âmbito da Política Estadual de Saneamento Básico. Esse planejamento estabelece que os planos regionais de saneamento básico sejam elaborados de forma a subsidiar os planos municipais e abrangerão o território de municípios atendidos por sistema integrado de saneamento básico ou cuja integração da regulação, fiscalização e prestação dos serviços seja recomendável dos pontos de vista técnico e financeiro. Em outras palavras, que desposem o critério de regionalização das Regiões de Desenvolvimento Sustentável, o qual se configura como o mais favorável para viabilizar a gestão associada dos serviços.

Assim, com relação aos planos de saneamento básico, o PEMAPES será um instrumento relevante para respaldar a formulação dos planos municipais e projetos de saneamento básico, mais detalhados no tocante ao manejo de águas pluviais e esgotamento sanitário.

▪ **Municípios com plano diretor urbanístico**

O Estatuto da Cidade, criado pela Lei Federal, nº. 10.257/01, torna o Plano Diretor instrumento obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, ou cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas ou de áreas de especial interesse turístico. Na RDS 19, apenas os municípios de Conceição do Jacuípe, Feira de Santana e Santo Estêvão têm população da sede urbana atual superior a 20 mil habitantes, considerando a projeção populacional das sedes para o ano de 2009.

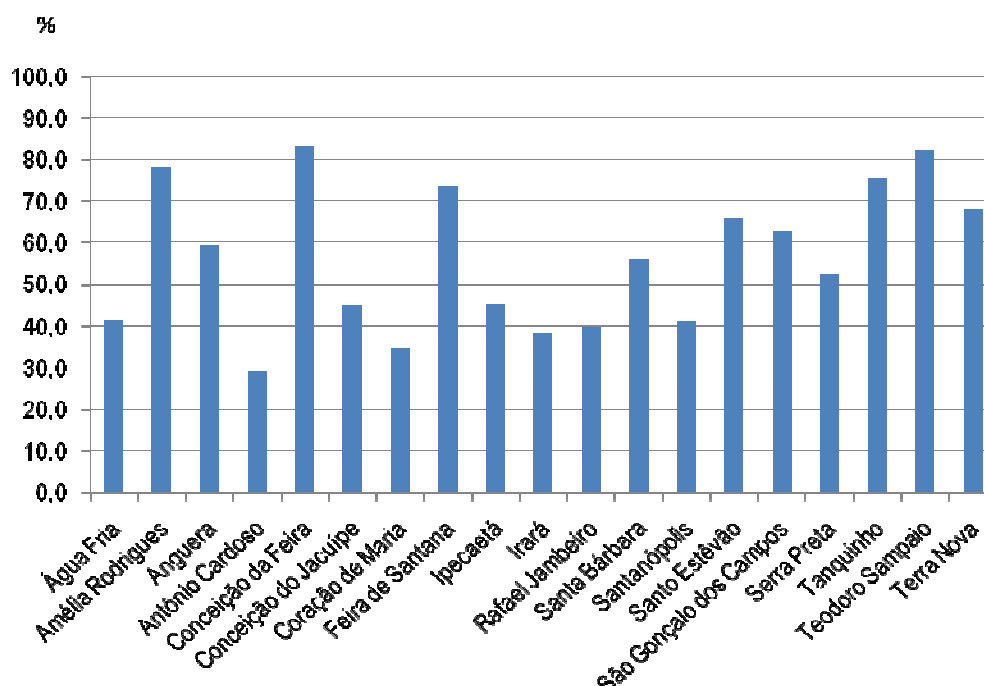
Na fase de levantamento de dados em campo, identificou-se que as cidades de Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Rafael Jambeiro, Coração de Maria, Irará e São Gonçalo dos Campos possuem Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) elaborados para disciplinar questões relacionadas ao planejamento urbano, os vetores de crescimento, e principalmente as formas de ocupação dos espaços urbanos, uma vez que há reatamento direto sobre aspectos relacionados ao manejo das águas de pluviais no espaço urbano. O Plano Diretor de Feira de Santana data de 1992, mas um novo projeto de lei está em fase de discussão, visando se adequar à Lei 10.257/2001, que exige que o plano seja revisado a cada dez anos.

5.2 PANORAMA DO SANEAMENTO NAS ÁREAS URBANAS DA RDS

5.2.1 Abastecimento de água

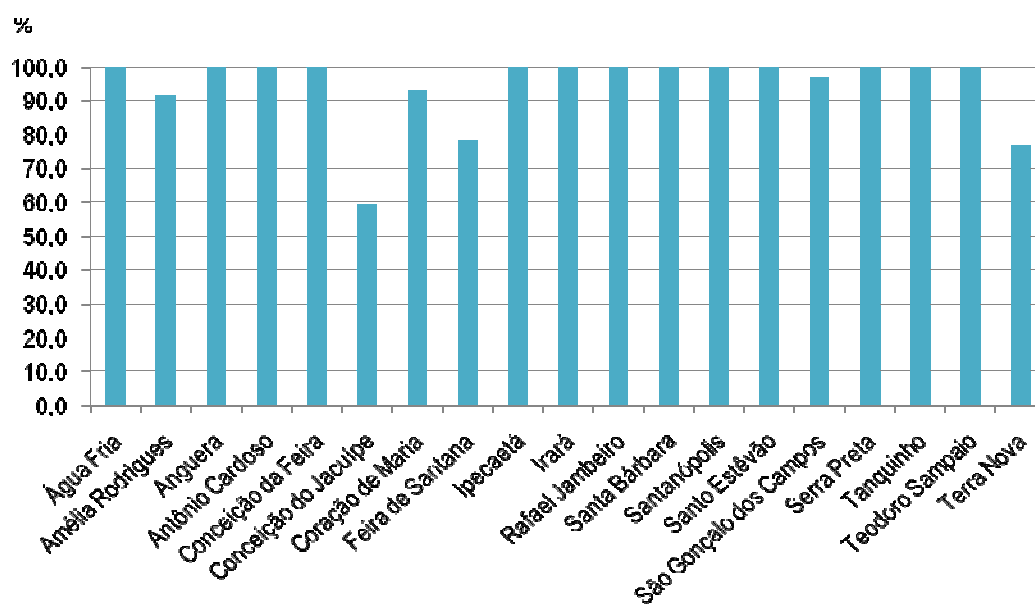
De acordo com dados oficiais divulgados em 2008 pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, do Ministério das Cidades, o índice de atendimento das populações urbanas e rurais com abastecimento de água nos municípios integrantes da RDS 19 é apresentado no **Gráfico 5.1**. O percentual de atendimento das populações varia da ordem de 30% a 80%, sendo as cidades de Amélia Rodrigues (78,1%), Conceição de Feira (83,2%), Feira de Santana (73,5%), Tanquinho (75,6%) e Teodoro Sampaio (82,0%) as que apresentam os melhores índices da região. De acordo com os registros do SNIS, o índice médio de atendimento das populações do estado por serviços de abastecimento de água é de 71%.

Gráfico 5.1 – Percentual da população total dos municípios atendidos com abastecimento de água - SNIS/ 2008 – RDS 19



Já o índice de atendimento de água de populações urbanas das sedes municipais urbanas e distritos, além de algumas localidades da RDS 19 são apresentados no **Gráfico 5.2**. O atendimento nesses municípios, de acordo com a base de dados, atinge 100% para a maioria da população urbana, sendo Conceição do Jacuípe (59,4%), Terra Nova (77,1%) e Feira de Santana (78,6%) os municípios que possuem os menores índices de atendimento. Ainda de acordo com os registros do SNIS, o índice médio de atendimento das populações urbanas no estado é de 94%.

Gráfico 5.2 – Índice de atendimento urbano com abastecimento de água – SNIS/ 2008 – RDS 19



5.2.2 Esgotamento sanitário

De acordo com os dados disponíveis Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, em todo o estado apenas 64 municípios dispõem de registro sobre os serviços de esgotamento sanitário prestados pela concessionária estadual ou por serviços autônomos de água e esgotos (SAAE).

As informações constantes no SNIS, 2008, para os municípios da RDS 19 revelam que apenas Feira de Santana e Santo Estevão dispõem de algum tipo de serviços de esgotamento sanitário prestada pela concessionária estadual, sendo que em Feira de Santana atende a 38,1% da população urbana e em Santo Estevão, 1,9%.

5.2.3 Manejo das águas pluviais

Em geral há uma grande deficiência de dados e informações relativas ao manejo das Águas Pluviais no tocante às fontes oficiais. As últimas pesquisas disponíveis, até então, que abordavam o tema eram o Censo e a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), ambas conduzidas pelo IBGE e datavam do ano 2000.

Após oito anos de defasagem de dados, somente em agosto de 2010, é publicada a mais recente Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), que mostra a situação do sistema de manejo das águas pluviais das cidades brasileiras relativa ao ano 2008. Essa defasagem de informações sobre o segmento de águas pluviais demonstra a falta de uma política de gestão, cada vez mais requerida em função do processo de ocupação desordenado das áreas urbanas.

De acordo com o PNSB 2008, 280 (67,1%) municípios baianos possuem ruas pavimentadas na área urbana com sistema de drenagem. Dos municípios com ruas pavimentadas na área urbana, 59,7% possuem sistemas de drenagem superficial, e 51,3% possuem sistemas de drenagem subterrânea. A pesquisa revela ainda que dos municípios dotados de drenagem subterrânea, apenas 10,8% possuem tais estrutura em mais de 75% das ruas pavimentadas da área urbana.

5.2.4 Resíduos sólidos

Com relação à disposição final dos resíduos sólidos na RDS 19, o município de Feira de Santana possui um aterro sanitário convencional, implantado pela iniciativa privada. Conceição do Jacuípe e Serra Preta possuem aterros sanitários simplificados, implantados ambos em 2005 pelo Governo do Estado.

Alguns municípios integrantes da RDS 19 tiveram estudos e projetos elaborados ao longo dos últimos anos (**Quadro 5.2**), buscando soluções para atendimento das demandas de forma compartimentada, com gestão a ser efetuada exclusivamente pelo município a ser beneficiado pela infra-estrutura de destinação final.

Quadro 5.2 - Estudos e projetos elaborados para o segmento de resíduos sólidos na RDS 19

MUNICÍPIO	ESTUDOS E PROJETOS
AMÉLIA RODRIGUES	Diagnósticos dos SLU e Caracterização dos Destinos Finais (CAR – 2004) Estudo de Seleção de Áreas (Governo do Estado 2006)
CORAÇÃO DE MARIA	Diagnóstico dos SLU e Caracterização dos Destinos Finais (CAR/2004).
IRARÁ	Diagnóstico dos SLU e Caracterização dos Destinos Finais (CAR/2004). Estudo de Seleção de áreas (Governo do Estado 2006).
SANTO ESTEVÃO	Diagnóstico dos SLU e Caracterização dos Destinos Finais (CAR/2004). Estudo de Seleção de áreas (Governo do Estado 2006).
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	Diagnóstico dos SLU e Caracterização dos Destinos Finais (CAR/2004). Escolha de área para implantação de Aterro Sanitário (Governo do Estado/2005).
TANQUINHO	Estudo de Seleção de áreas (Governo do Estado 2006).
TEODORO SAMPAIO	Estudo de Seleção de áreas (Governo do Estado 2006).
TERRA NOVA	Escolha de área para implantação de Aterro Sanitário (Governo do Estado/2005).

Fonte: SEDUR, 2009

Recentemente, iniciativa do Governo Federal vem possibilitando maiores investimentos também na área de resíduos sólidos, seja através de estudos técnicos para definição de modelos e sistemáticas de melhoria da prestação dos serviços, seja através de obras de infra-estrutura para a destinação final dos resíduos. A SEDUR, através de Convênio com o Ministério do Meio Ambiente - MMA, vem desenvolvendo Estudo de Regionalização da Gestão integrada de Resíduos Sólidos para diversas regiões da Bahia, já contemplando a região de desenvolvimento sustentável como unidade de planejamento. A RDS 19 é uma das regiões da Bahia contempladas por esse estudo, no qual se busca a definição de um modelo institucional sustentável que promova a gestão integrada e compatível com o perfil dos municípios, e que por fim assegure uma destinação adequada dos resíduos sólidos.

6. DIAGNÓSTICO DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RDS 19 – PORTAL DO SERTÃO

A expressão **manejo de águas pluviais** traz consigo uma percepção mais adequada nas relações entre o homem e suas atividades, a urbanização dos terrenos e as águas de chuva. No meio urbano, tradicionalmente, esta relação tem como uma de suas principais características a adequação do porte das estruturas de drenagem do fundo de vale às vazões que progressivamente tendem a aumentar como consequência da impermeabilização dos terrenos em uma bacia de drenagem. Esta prática correspondeu, ao longo do tempo, numa espécie de relação biunívoca que pode ser descrita por: aumento da impermeabilização implica em aumento de seção, revestimento e/ou retificação dos canais nos fundos de vale.

O tempo mostrou que esta estratégia não foi capaz de acompanhar a velocidade com que os processos de urbanização se desenvolveram nas cidades uma vez que sérias restrições de recursos financeiros, espaço público e outras limitações altamente complexas evidenciaram a impossibilidade de se continuar ampliando os dispositivos de drenagem nos fundos de vale. Não bastassem estes fatos, a evolução da forma como o homem vem efetuando sua relação com o meio ambiente proporciona profundas reflexões sobre as práticas tradicionais com o trato das águas de chuva, refletindo na necessidade urgente de se introduzirem novas formas de manejo que vão desde o controle na própria fonte (cada lote gerador de escoamento) assim como nos espaços públicos. Buscar resolver os problemas das águas pluviais dentro da perspectiva exclusivamente tradicional é, portanto, uma estratégia equivocada se não, pelo menos, incompleta.

O manejo das águas pluviais, tomando como base as reflexões anteriores, incorpora outros procedimentos que devem ser agregados à relação dos espaços públicos com as águas de chuva. Estes procedimentos devem promover, basicamente, formas de se compensar duas das principais consequências da urbanização: a maior transformação de precipitação em escoamento pelas superfícies e maior rapidez com que estas águas chegam aos fundos de vale.

Neste sentido, proporcionar maiores oportunidades de se infiltrar águas de chuva é uma das principais estratégias buscada nos manejos a serem incorporados no espaço urbano, respeitando as limitações decorrentes das características dos solos em uma localidade. Outro objetivo a ser perseguido pelas novas práticas de manejo das águas pluviais é o retardamento do fluxo, proporcionando que, ao longo do tempo, possa haver uma melhor distribuição dos volumes que aportam aos fundos de vale, oportunizando que as estruturas existentes possam apresentar eficiência de transporte das águas.

Incluir estes novos procedimentos entre as técnicas de convivência com as chuvas, principalmente aquelas de alta intensidade, é uma prática que promove sustentabilidade na relação entre chuva e urbanização.

As diretrizes que dão sustentação ao PEMAPES apontam na direção de se fazer evoluir sistemas tradicionais de drenagem urbana incorporando, dentro do possível, novas técnicas, que de certa forma, são compensatórias em relação aos processos de urbanização. Esta evolução implica não somente na aplicação de medidas estruturais, mas num conjunto de medidas não estruturais que envolvam a sociedade e os dirigentes públicos numa nova perspectiva de trato com as águas de chuva, os espaços urbanos e outros serviços públicos que diretamente afetam o sistema em questão.

Desta forma, nesta fase de diagnóstico do sistema de manejo das águas pluviais, o foco não se concentra exclusivamente nos aspectos tradicionais da drenagem das áreas urbanas, embora seja fácil perceber que estes predominam dentre as práticas atualmente empregadas. Agrega-se a estes aspectos

importantes da relação entre o espaço urbano e as chuvas, a identificação dos potenciais de produção do escoamento e de implantação de técnicas sustentáveis de manejo, dentro do espírito já comentado.

6.1 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA METODOLOGIA ADOTADA

▪ Considerações iniciais

Considerando os diferentes portes de cidades a serem analisadas e variabilidade das extensões das áreas de contribuição, foi necessário se estabelecer uma padronização de conceitos capaz de atender as múltiplas situações com a finalidade de identificar o que foi considerado como estruturas de **microdrenagem**, de **macrodrenagem** ou uma **inundação ribeirinha**. O critério mais comumente empregado utiliza como elemento diferenciador a dimensão das estruturas, o que possibilita interpretações distorcidas ao não se ponderar o porte das áreas de contribuição e sua real função de cada uma delas. Por conta disto, para efeito deste PEMAPES, o critério utilizado para identificar as estruturas de macrodrenagem, microdrenagem e uma inundação ribeirinha atendeu a um aspecto funcional. A seguir são apresentadas as definições consideradas neste plano para estes elementos de análise do sistema de drenagem.

A *microdrenagem* é entendida como um conjunto de práticas e dispositivos que existem para ordenar o fluxo das águas nas vias públicas. Com a urbanização, o escoamento das águas de chuva sobre a superfície é altamente impactado pelo sistema viário que se estabelece no espaço público. Construídas com o intuito de permitir a circulação de pessoas, de veículos, de permitir a prestação de diversos serviços, as vias passam também a exercer um papel de ordenador do fluxo das águas superficiais geradas pelas chuvas que ocorreriam de maneira difusa se não fossem a coleta e o transporte que pelas ruas passa a acontecer.

A *microdrenagem* é um conjunto de dispositivos hidráulicos ou superfícies drenantes que recebe o escoamento gerado nos lotes urbanos, e se integra às vias públicas, passeios e outras infraestruturas, direcionando seu fluxo para a macrodrenagem.

A *macrodrenagem* é entendida uma rede natural ou construída localizada nos vales das bacias, que coleta o conjunto de microdrenagem da bacia urbana do qual é o principal curso d'água. Tem como função receber o escoamento superficial produzido pelas chuvas e direcionar estas contribuições para corpos receptores da bacia de drenagem em questão. Trata-se, portanto, da rede natural de drenagem, existente na bacia antes mesmo de se iniciarem os processos de ocupação urbana da área. Dentro das práticas tradicionais, demandas de intervenções físicas nesta rede, quase sempre são atendidas dentro do espírito exclusivo de ampliação de sua capacidade de transporte.

Ainda nas questões referentes à macrodrenagem, muitas das redes naturais de drenagem durante as cheias inundam terrenos marginais que passam a funcionar como reservatórios temporários, estocando volumes de água necessários para compatibilizar, no tempo, as vazões que chegam ao sistema e sua capacidade de dar continuidade de transporte. Estas áreas de inundação temporária são estratégicas e devem ser respeitadas. Entretanto, a crescente demanda por espaços urbanos e o grande tempo em que ficam sem água potencializam grandes pressões de ocupação, geralmente sem grande resistência das autoridades públicas competentes por falta de visão estratégica e comodidade política. A perda destes elementos estratégicos do próprio sistema natural traz sérios prejuízos, tanto para os ocupantes quanto para a administração pública, por demandar grande montante de recursos para compensá-los.

As *inundações ribeirinhas* referem-se aos processos associados ao comportamento do regime dos rios e riachos de maior porte quando em período de cheias e dizem respeito a áreas situadas à margem de cursos de água, geralmente associados a bacias de contribuição que extrapolam, em muito, a área urbana. Em muitos casos o que distingue o problema decorrente da ocorrência de inundação ribeirinha ou o mau funcionamento da macrodrenagem é muito tênue. A ideia básica, para fins desse plano, que diferencia uma situação da outra é que uma inundação ribeirinha poderá ocorrer mesmo que não estejam acontecendo chuvas diretamente na localidade. É importante ressaltar que problemas associados a pequenas bacias de contribuição com terrenos fora da área urbana não estão sendo considerados, nessa metodologia, como inundações ribeirinhas e sim como problemas de macrodrenagem, pois exigem a ocorrência de chuvas na localidade e suas imediações para formar cheias, podendo ser tratados com soluções típicas da macrodrenagem, envolvendo canais e áreas de amortecimento.

Os problemas decorrentes de inundações ribeirinhas sinalizam, geralmente, ocupações irregulares de áreas utilizadas pelos cursos de água para dar escoamento às suas cheias. Estão também associados ao sistema natural de drenagem, todavia, sua área de contribuição extrapola significativamente a área urbana das localidades.

Uma vez definidos os conceitos adotados para *macrodrenagem*, *microdrenagem* e *inundações ribeirinhas*, outro importante aspecto também analisado é a **Adequabilidade do sistema de existente**. Esse tema permite uma avaliação complementar em relação aos itens macrodrenagem e microdrenagem, possibilitando não apenas avaliar sua existência, mas perceber se o cenário atual proporciona maior ou menor desconforto nas áreas urbanas na ocasião em que ocorrem as chuvas mais intensas.

O fato de não dispor de dispositivos de macrodrenagem e/ou de microdrenagem não implica, obrigatoriamente, na existência de áreas críticas numa localidade. Características que garantam a continuidade do fluxo pelas sarjetas e o adequado lançamento em terrenos apropriados podem proporcionar um cenário atual adequado de convivência com chuvas intensas mesmo sem que exista uma complexa rede de caixas coletoras, galerias e canais. Este fato pode ser observado em várias localidades baianas.

Por conta destes e outros fatos, analisa-se a *Adequabilidade do Sistema Existente* onde se integram fatores referentes aos dois elementos da drenagem existente (macrodrenagem e microdrenagem) com as questões referentes às áreas críticas. Com isto procura-se mostrar o quanto o cenário atual de equipamentos urbanos de drenagem existente tem se mostrado adequado ou não no que se refere ao comportamento da localidade na convivência com as chuvas locais.

Outro relevante elemento do sistema analisado para uma localidade, dentro da metodologia adotada, corresponde às **Áreas críticas e os impactos** nelas observados. São as áreas urbanas que apresentam situações críticas de drenagem, com alagamentos e outros transtornos típicos de serem observados nas épocas em que acontecem as chuvas, principalmente as de maior intensidade.

Este aspecto do sistema é estratégico no processo de planejamento em questão por conta de apontar o quadro de como se manifestam os desarranjos do sistema, refletindo maior ou menor intensidade dos problemas vivenciados por uma comunidade, no que se refere à sua convivência com as chuvas nas áreas de contribuição.

A divisão do sistema de manejo de águas pluviais nestes diversos aspectos não considera que eles sejam independentes. Eles guardam entre si estreitas relações e estas são respeitadas, todavia, esta fragmentação possibilita uma observação mais acurada do conjunto.

Representar, analisar e avaliar este complexo sistema exigiu o desenvolvimento de uma estratégia própria para o PEMAPES. Esta metodologia pode ser caracterizada a partir das etapas desenvolvidas para sua aplicação. A primeira delas corresponde ao levantamento de dados primários e secundários sobre o manejo das águas pluviais, realizado a partir de campanhas de campo e consulta a documentos oficiais. A segunda etapa corresponde a uma sistemática de estruturação destas informações organizando-os em fatores caracterizadores do sistema e grupos destes fatores, estruturados de tal forma que permita evoluir para uma visão global do mesmo a partir de suas unidades básicas, proporcionando a síntese. A terceira corresponde à avaliação dos fatores e agrupamentos de fatores a partir da atribuição de indicadores e índices que proporcionam a qualificação destes elementos do sistema. Por fim, na quarta etapa, efetua-se a análise a partir da interpretação dos elementos avaliados e respeitando a forma como foram agrupados. A visão do conjunto é efetuada por RDS, considerando as diversas localidades que a compõem e as características observadas para cada uma destas localidades.

6.1.1 O levantamento de dados

A principal fonte de informações são os questionários aplicados no campo junto às prefeituras e outras entidades envolvidas com os serviços de saneamento, com maior ênfase nos serviços correspondentes à drenagem. Existem dois tipos de formulário básicos para os serviços de drenagem. Um deles trata das questões mais gerais do sistema por sede municipal e o segundo é relativo às áreas críticas, sendo aplicado um para cada área crítica identificada. Em anexo, são apresentados os elementos correspondentes aos dados levantados por cidade.

Os dados secundários são obtidos de fontes oficiais e correspondem, geralmente, a aspectos gerais relativos à localidade, inclusive informações cartográficas.

O conjunto de informações alimenta o sistema de informações do PEMAPES.

6.1.2 Sistemática de estruturação das informações

As informações são organizadas em fatores associados ao manejo de águas pluviais, unidade básica do processo de caracterização do sistema.

O número de fatores empregados pela metodologia é consideravelmente elevado. Isto permite uma visão ampla do conjunto, todavia, demanda uma organização destes fatores em agrupamentos representativos, que possam convergir para uma síntese na qual os elementos mais significativos ganham destaque.

O manejo das águas pluviais numa cidade é analisado a partir dos seguintes segmentos:

- aspectos institucionais;
- produção do escoamento na bacia;
- infraestrutura de drenagem urbana;
- inundações ribeirinhas e
- áreas críticas e impactos.

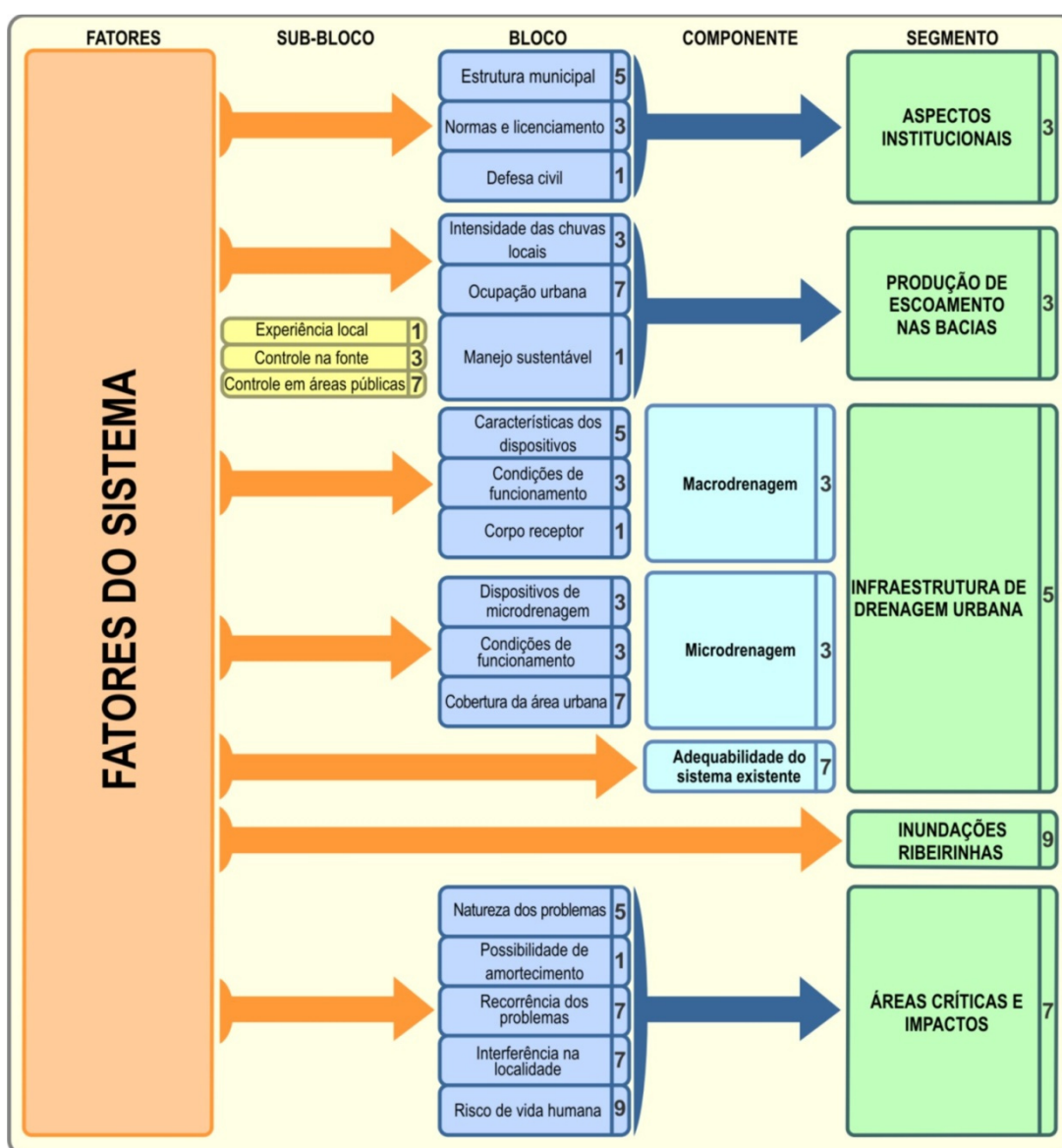
O segmento Infraestrutura de Drenagem Urbana é fragmentado em três componentes. São eles:

- macrodrenagem;
- microdrenagem e
- adequabilidade do sistema existente.

Os demais segmentos não apresentam componentes, sendo organizado em blocos, que agregam um conjunto de fatores levantados em campo ou em fontes secundárias.

A **Figura 6.1** apresenta a estruturação das informações, ressaltando a organização anteriormente descrita, contemplando os fatores empregados, a composição dos blocos, componentes e segmentos analisados.

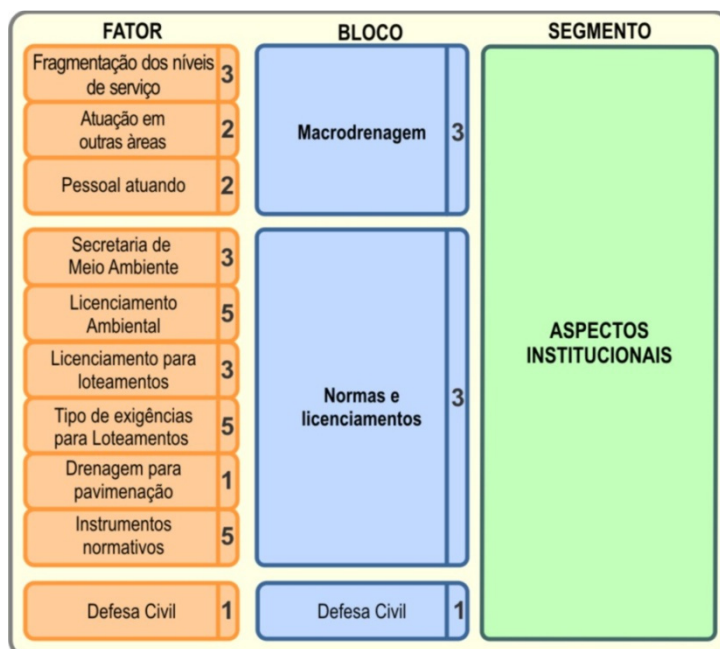
Figura 6.1 – Segmentos, componentes e blocos dos índices



Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

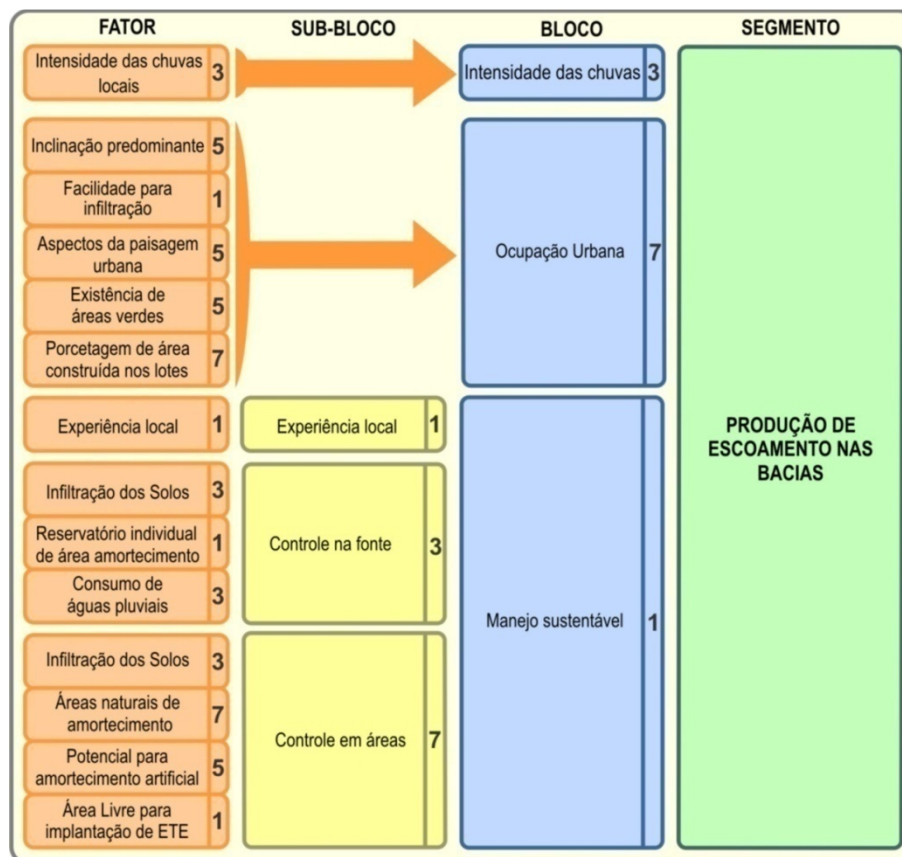
Os próximos quadros, separados por segmentos, detalham quais fatores são utilizados para a determinação dos diversos índices integrantes da análise do sistema de manejo de águas pluviais.

Figura 6.2 – Fatores e blocos do índice aspectos institucionais



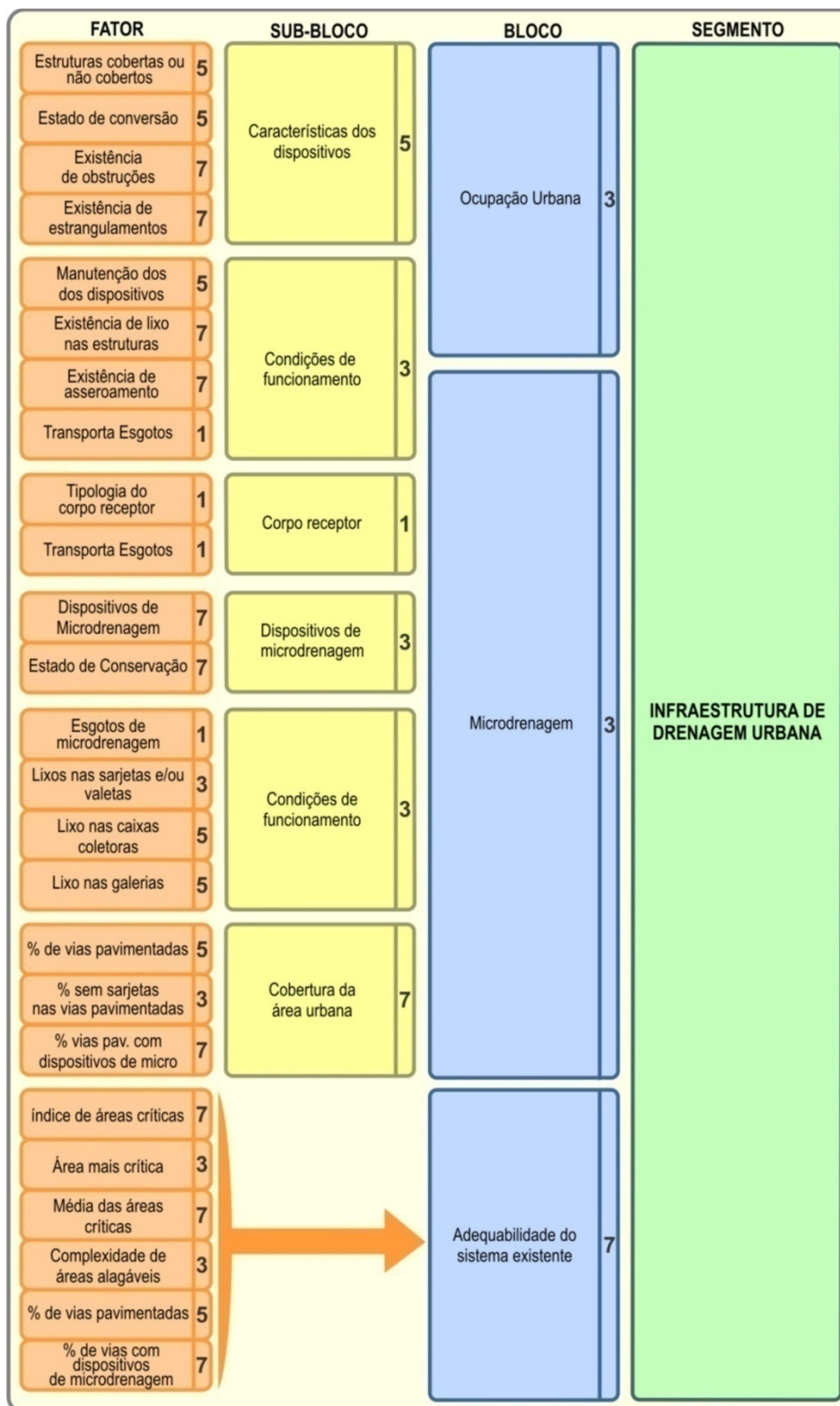
Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

Figura 6.3 – Fatores e blocos do índice de bacias



Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

Figura 6.4 – Fatores, blocos e componentes do índice infraestrutura de drenagem urbana



Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

Figura 6.5 – Fatores do índice inundações ribeirinhas

FATOR	SEGMENTO
Existência de Inundações recentes 7	INUNDAÇÕES RIBEIRINHAS
Frequência com que ocorrem 5	
Possíveis causas 1	
Ocupação dos terrenos inundações 7	
Área da bacia de contribuição 9	
Declividade média de talvegue 3	

Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

Figura 6.6 – Fatores do índice áreas críticas e impactos

FATOR		SUB-BLOCO	SEGMENTO			
Tipo de problema	7	Natureza dos problemas	ÁREAS CRÍTICAS E IMPACTOS			
Complexidade da área problema	7					
Adequação pavimento e caixas coletoras	1					
Ocupação dos terrenos adjacentes	5					
Agravantes do problemas	3					
Existência de projeto de engenharia	1					
Áreas estratégicas para amortecimento	7	Características dos dispositivos		ÁREAS CRÍTICAS E IMPACTOS		
Potencial de áreas estratégicas adicionais	5					
Decretação de estado de emergência	7	Características dos dispositivos			ÁREAS CRÍTICAS E IMPACTOS	
Alagamentos nos últimos 5 anos	5					
Frequência dos Alagamentos	5					
População afetada	7	Características dos dispositivos				ÁREAS CRÍTICAS E IMPACTOS
Casas alagadas	5					
Tempo de interrupção do trânsito	5					
Necessidade de intervenções	5					
Interferência no fluxo das pessoas na cidade	5					
Prejuízo material	5					
Processos erosivos na localidade	5					
Risco de vida humana	9					

Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

6.1.3 Avaliação do sistema

É efetuada a partir da aplicação de **Indicadores do potencial de fragilidade do sistema**. O indicador corresponde a um número entre zero e cinco que qualifica o fator do sistema em função das informações obtidas. O potencial de fragilidade explicita, com base nos dados levantados, maior ou menor vulnerabilidade que o sistema possui para apresentar problemas.

Indicadores com valores baixos, entre zero e dois, são classificados na faixa do aceitável. Indicadores elevados, entre três e cinco, são considerados inadequados. O **Quadro 6.1** seguinte apresenta os indicadores e a classificação correspondente a cada um deles.

Quadro 6.1 - Indicadores do potencial de fragilidade: valores e classificação

INDICADORES	VALOR	CLASSIFICAÇÃO
Desejáveis	0	Desprezível
	1	Muito Baixo
	2	Baixo
Indesejados	3	Requer Atenção
	4	Elevado
	5	Muito Elevado

Os agrupamentos de fatores também são avaliados. Para tanto são utilizados índices do potencial de fragilidade obtidos a partir de média ponderada dos indicadores que compõem cada agrupamento. Os pesos utilizados variam entre os valores um, três, cinco, sete e nove, sendo aplicados em função da importância relativa do fator dentro do grupo.

Os quadros apresentados na análise desta RDS e nos anexos referentes a cada localidade permitem observar os valores atribuídos aos diversos fatores e seus respectivos agrupamentos e os pesos adotados. Observa-se que estes pesos permanecem os mesmos em todas as regiões e localidades estudadas.

6.2 O MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS NA RDS 19

A análise para o diagnóstico do sistema de manejo de águas pluviais da RDS é desenvolvida a partir do potencial de fragilidade ou vulnerabilidade. Como referido no subitem 6.1, os segmentos analisados são os seguintes:

- aspectos institucionais: que tratam da estruturação operacional e administrativa das entidades envolvidas com a prestação dos serviços, as questões normativas e ambientais associadas ao tema do manejo das águas pluviais, caracterizado pelo *Índice do potencial de fragilidade institucional*;
- produção do escoamento superficial: que trata do maior ou menor potencial de transformação da chuva em escoamento, no particular, dentro de cada ambiente urbano, e onde se observa a possibilidade maior ou menor de se promover medidas compensatórias à urbanização proporcionando o retardamento do fluxo, a infiltração de parcela das precipitações e o uso para

fins de abastecimento, que não exijam tratamento, das águas pluviais, caracterizado a partir do Índice do *Potencial de fragilidade da bacia*;

- infraestrutura de drenagem urbana: que trata das questões associadas aos sistemas de macrodrenagem, microdrenagem e a adequabilidade do sistema existente, caracterizado a partir do *Índice do potencial de fragilidade da infraestrutura de drenagem urbana*;
- inundações ribeirinhas: trata das características relativas a este delicado problema que pode ocorrer em cidades que margeiam cursos de água. Quando a localidade já vem apresentando este tipo de problema, suas características são aqui reportadas. Caso a cidade margeie curso de água e não tem apresentado este tipo de problema, são feitas avaliações em função das características da bacia de contribuição associada ao curso de água em questão, permitindo associar o risco de eventualmente a cidade passar a apresentá-los. Corresponde a um *Índice de potencial de fragilidade para inundações ribeirinhas*, e
- áreas críticas e Impacto: que trata dos fatos observados nas áreas críticas e que espelham os principais problemas identificados nas localidades estudadas e correspondente *Índice do potencial de fragilidade para áreas críticas e impactos*.

A princípio, a análise da RDS é feita por segmento (ou componente), comparando o que foi observado nas diversas localidades e, ao final, uma síntese global do sistema em estudo no conjunto da RDS. Para a análise são observados os valores dos indicadores e índices além do número deles classificado como elevado ou muito elevado, conforme são apresentados nos quadros respectivos.

6.2.1 Aspectos institucionais

A avaliação efetuada sobre os aspectos institucionais e normativos foi baseada num conjunto superficial de informações levantadas sobre as instituições e regulamentos referentes aos serviços de drenagem.

Instituições envolvidas, áreas de atuação de cada uma delas, envolvimento com outros segmentos do saneamento urbano, número de pessoas envolvidas diretamente com os serviços de drenagem, aspectos relativos à defesa civil, gestão ambiental, licenciamento para construção de loteamentos, instrumentos legais e normativos existentes foram alguns dos fatores pesquisados.

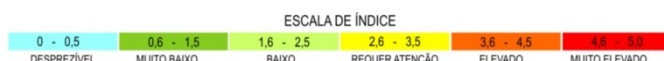
Difícilmente os serviços públicos relativos ao manejo das águas pluviais e, particularmente, à drenagem, conseguirão atingir um nível de satisfação adequado se for frágil na sua estrutura funcional e não dispuser de instrumentos normativos adequados.

O **Quadro 6.2** sintetiza os elementos observados nas localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade classificados como elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.2 – Índice de aspectos institucionais – RDS 19

MUNICÍPIO	ESTRUTURA MUNICIPAL		NORMAS E LICENCIAMENTOS		DEFESA CIVIL		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice		
AGUA FRIA	1	3,7	4	4,6	1	5,0	4,1	Elevado
AMÉLIA RODRIGUES	0	3,0	2	2,6	1	5,0	3,1	Requer atenção
ANGUERA	0	2,7	4	4,8	0	3,0	3,4	Requer atenção
ANTÔNIO CARDOSO	0	2,7	5	4,8	1	4,0	3,5	Requer atenção
CONCEIÇÃO DA FEIRA	0	2,5	3	3,5	0	1,0	2,7	Requer atenção
CONCEIÇÃO DO JACUIPE	0	3,0	2	2,5	1	5,0	3,1	Requer atenção
CORAÇÃO DE MARIA	0	2,0	5	4,6	1	5,0	3,2	Requer atenção
FEIRA DE SANTANA	0	0,7	2	2,5	0	2,0	1,4	Muito baixo
IPECAETÁ	1	3,3	4	4,6	0	3,0	3,7	Elevado
IRARÁ	1	3,7	2	3,0	0	2,0	3,3	Requer atenção
RAFAEL JAMBEIRO	0	2,0	4	4,2	0	3,0	2,8	Requer atenção
SANTA BÁRBARA	0	3,0	3	4,1	1	5,0	3,6	Elevado
SANTANÓPOLIS	0	3,0	3	4,3	1	5,0	3,7	Elevado
SANTO ESTEVÃO	0	2,7	4	4,4	0	-	3,3	Requer atenção
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	0	2,5	1	2,5	0	3,0	2,6	Requer atenção
SERRA PRETA	0	3,0	6	5,0	1	5,0	3,9	Elevado
TANQUINHO	0	3,0	3	3,7	1	5,0	3,5	Requer atenção
TEODORO SAMPAIO	0	3,0	3	3,6	1	5,0	3,4	Requer atenção
TERRA NOVA	0	3,0	4	3,7	1	5,0	3,5	Requer atenção
Somatório	3	52,5	64	73,0	11	71,0	61,8	
Média		2,8		3,8		3,9	3,3	
Desvio Padrão		0,7		0,9		1,3	0,6	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



Segundo o índice médio regional, o panorama institucional regional requer atenção. Das 19 cidades da RDS, apenas Feira de Santana se destaca de forma positiva por apresentar índice muito baixo nesse aspecto. Já Água Fria, Ipecaetá, Santa Bárbara e Santanópolis foram classificadas como de elevado potencial de fragilidade. Todas as demais obtiveram índice de fragilidade mediano. De uma maneira geral, as cidades apresentam quatro dos 10 fatores avaliados com classificação de fragilidade elevada ou muito elevada. Água Fria, Antônio Cardoso, Coração de Maria e Serra Preta apresentam seis ou sete fatores com esta avaliação inadequada, sendo que dois deles são considerados de peso elevado.

Dentro deste segmento do sistema, o aspecto avaliado com piores índices foi o se refere à defesa civil. O quadro geral regional apresentou índice do potencial de fragilidade classificado como elevado, com alguma variabilidade entre as cidades. Enquanto em dez cidades não há Comissão Municipal de Defesa Civil, em quatro delas ela atua de maneira moderada. Destaque positivo para Conceição de Feira onde a Defesa Civil é muito atuante.

Quanto às características relativas a normas e licenciamentos, a média regional é classificada como elevada, mostrando que não há um efetivo controle das interferências urbanas que podem refletir em aspectos complicadores para o sistema de manejo das águas pluviais e em particular nas questões dos serviços de drenagem. Não existe licenciamento ambiental, assim como, não há nenhum tipo de

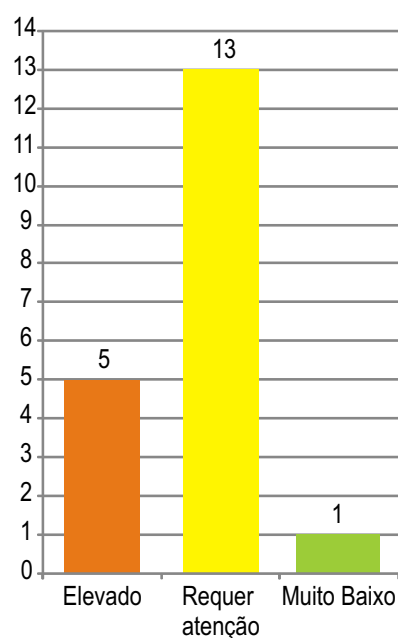
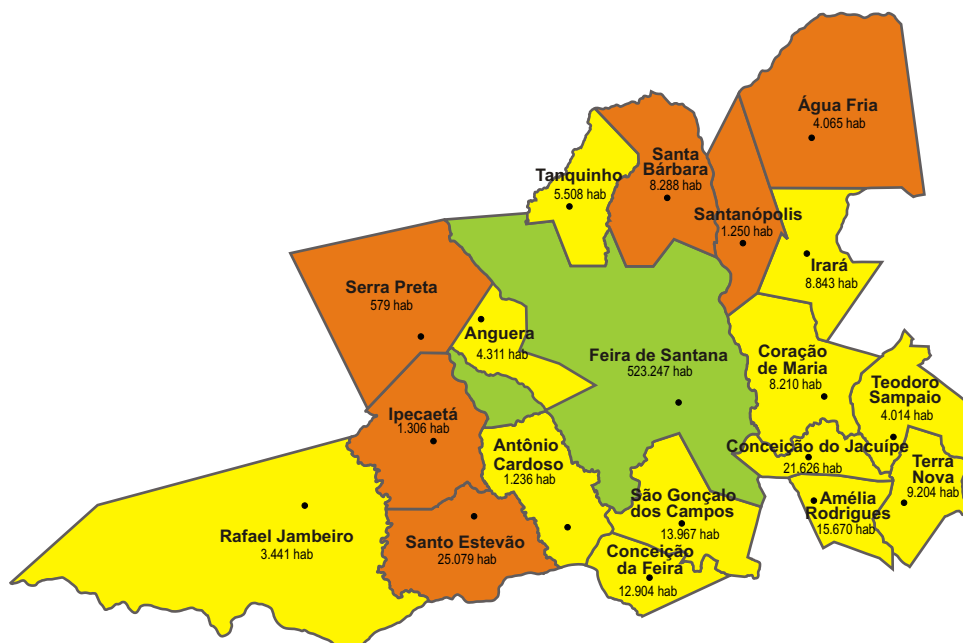
exigência para os loteamentos na área de saneamento, na maioria das cidades. Além disso, de acordo com as informações prestadas por gestores municipais, em nenhuma das cidades há plano de drenagem urbana ou mesmo normas de drenagem, sendo a maioria dos instrumentos normativos, quando existentes, considerados muito genéricos.

O aspecto relativo à estrutura municipal, que trata das questões envolvidas com a forma como a prefeitura local atua na prestação dos serviços de drenagem, apresenta uma situação regional cuja fragilidade é classificada como requer atenção. De uma forma geral, as localidades possuem estrutura semelhante, onde a entidade envolvida com a questão das águas pluviais desenvolve simultaneamente a tarefa de operação e de planejamento, além de atuar em outras áreas do saneamento, como esgoto e resíduos sólidos.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade dos aspectos institucionais na RDS.



Município	Índice
Água Fria	4,1
Amélia Rodrigues	3,1
Anguera	3,4
Antônio Cardoso	3,5
Conceição da Feira	2,7
Conceição do Jacuípe	3,1
Coração de Maria	3,2
Feira de Santana	1,4
Ipecaetá	3,7
Irará	3,3
Rafael Jambeiro	2,8
Santa Bárbara	3,6
Santanópolis	3,7
Santo Estevão	3,3
São Gonçalo dos Campos	2,6
Serra Preta	3,9
Tanquinho	3,5
Teodoro Sampaio	3,4
Terra Nova	3,5



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS19

PORTAL DO SERTÃO

MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

POTENCIAL DE FRAGILIDADE

ÍNDICE DE ADEQUABILIDADE DO SISTEMA EXISTENTE

6.2.2 A Produção do escoamento superficial

O potencial de fragilidade de bacia avalia a produção do escoamento superficial e trata do maior ou menor potencial de transformação da chuva em escoamento, através de fatores como intensidade de chuvas e características topográficas e de ocupação urbana.

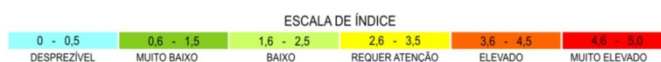
Além disso, o índice de bacia engloba o potencial de fragilidade relativo à sustentabilidade, ou seja, indica a maior dificuldade em encontrar e implantar técnicas e práticas que possam proporcionar uma relação com as águas de chuva que, de certa forma, compense os impactos que a urbanização imprime aos processos hidrológicos. Procedimentos que promovam a infiltração e o retardamento do fluxo são as estratégias mais comuns neste sentido. Desta forma, solos mais ou menos capazes de infiltrar as águas de chuva, espaço nas fontes geradoras de escoamento (nos lotes) onde possam ser implantados reservatórios de amortecimento, espaços públicos com áreas disponíveis para obras do mesmo tipo, mas de porte muito mais elevado, e até mesmo a existência de alguma experiência local no uso de práticas sustentáveis estão entre os fatores considerados.

Uma síntese dos índices por localidade e correspondentes indicadores selecionados para caracterizar este aspecto do sistema é apresentado no **Quadro 6.3** a seguir, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.3 – Índice de bacia – RDS 19

MUNICÍPIO	INTENSIDADE DAS CHUVAS LOCAIS		OCUPAÇÃO URBANA		MANEJO SUSTENTÁVEL		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice		
AGUA FRIA	1	4,0	0	1,7	3	1,3	2,3	Baixo
AMÉLIA RODRIGUES	0	3,0	1	2,8	5	4,3	3,0	Requer atenção
ANGUERA	0	3,0	3	4,3	4	3,0	3,8	Elevado
ANTÔNIO CARDOSO	0	2,0	2	3,8	5	2,9	3,2	Requer atenção
CONCEIÇÃO DA FEIRA	0	2,0	1	3,5	3	3,2	3,1	Requer atenção
CONCEIÇÃO DO JACUIPE	0	3,0	2	3,5	5	3,8	3,4	Requer atenção
CORAÇÃO DE MARIA	1	4,0	1	2,3	4	3,6	2,9	Requer atenção
FEIRA DE SANTANA	0	3,0	3	4,0	3	3,4	3,7	Elevado
IPECAETÁ	0	3,0	2	3,5	3	1,4	3,2	Requer atenção
IRARÁ	1	4,0	1	2,2	3	2,3	2,7	Requer atenção
RAFAEL JAMBEIRO	0	3,0	3	4,0	6	3,7	3,7	Elevado
SANTA BÁRBARA	1	4,0	1	2,7	3	1,4	2,9	Requer atenção
SANTA ANÓPOLIS	1	4,0	0	1,5	4	1,7	2,2	Baixo
SANTO ESTEVÃO	0	3,0	0	2,0	4	1,5	2,2	Baixo
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	0	3,0	1	2,9	6	3,7	3,0	Requer atenção
SERRA PRETA	1	4,0	3	4,3	4	2,5	4,1	Elevado
TANQUINHO	1	4,0	0	2,3	2	2,5	2,8	Requer atenção
TEODORO SAMPAIO	1	4,0	0	3,0	4	3,9	3,4	Requer atenção
TERRA NOVA	1	4,0	0	3,0	4	3,8	3,3	Requer atenção
Somatório	9	64,0	24	57,3	75	53,9	58,9	
Média		3,4		3,0		2,8	3,1	
Desvio Padrão		0,7		0,9		1,0	0,5	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



A análise dos elementos que compõem o **Quadro 6.3** permite as seguintes considerações:

A média regional neste segmento do sistema aponta uma região cujas características das cidades requeiram atenção na produção de escoamento nas bacias. Anguera, Feira de Santana, Rafael Jambeiro e Serra Preta foram classificadas com fragilidade elevada e apenas Água Fria, Santanópolis e Santo Estevão apresentaram baixa fragilidade. Já as demais cidades da RDS apresentam potencial de vulnerabilidade que requer atenção. Em média, as cidades apresentam seis fatores classificados com vulnerabilidade elevada ou muito elevada, sendo que Rafael Jambeiro e Serra Preta apresentam respectivamente nove e oito itens assim classificados, sendo um deles considerado de peso alto.

O bloco relativo ao Manejo Sustentável foi o item melhor avaliado nesse segmento, mas com índice médio dentro da faixa de fragilidade que requer atenção. Destaque positivo para Água Fria, Ipecaetá e Santa Bárbara que foram classificadas nesse assunto com fragilidade baixa. As cidades em geral, não apresentam experiência local no manejo das águas pluviais e as localidades apresentam certa restrição para controle na fonte, principalmente em áreas públicas para a implantação de manejo sustentável. Isto não impede o uso destas técnicas, todavia com certa limitação na maioria das localidades. Exceção é Tanquinho que apresenta características mais favoráveis para implantação dessas técnicas tanto em áreas públicas quanto particulares.

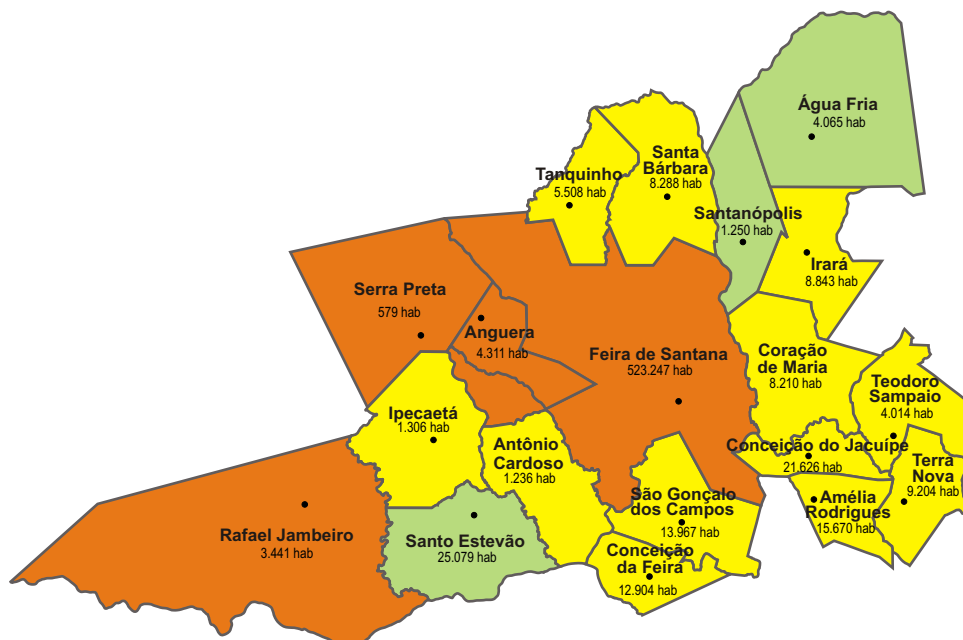
Com relação às chuvas locais, existe variabilidade nas localidades da RDS 19. Em algumas cidades a intensidade das chuvas é inferior a média estadual, enquanto em outras é superior. Considerando precipitações com duração de 15 minutos e tempo de recorrência de 10 anos, a variação entre as cidade da RDS é de 94 mm/h a 125 mm/h, enquanto a média do estado para o mesmo tipo de chuva é de 119 mm/h.

O bloco relativo à ocupação urbana foi avaliado como que requerendo atenção. Oito das 19 cidades da região apresentaram potencial de fragilidade classificado como requerendo atenção no bloco referente à ocupação urbana em face das condições mais favoráveis de formar escoamento, contribuindo com maior facilidade para provocar cheias. Os fatores que compõem este item que mais se destacam de forma inadequada são os aspectos da paisagem, relativo à percentagem de área construída nos lotes e a existência de poucas áreas verdes.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da produção do escoamento superficial na RDS.



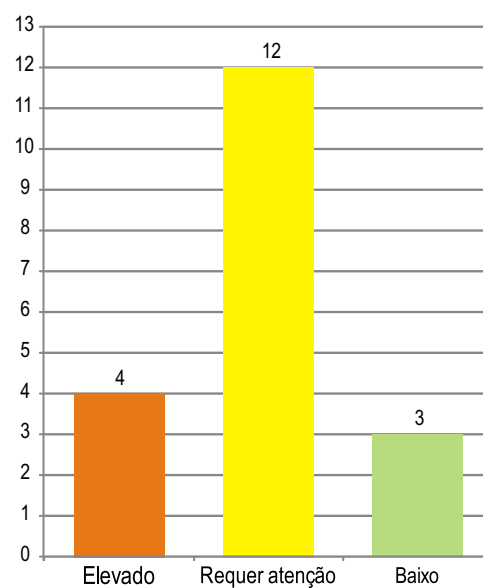
Município	Índice
Água Fria	2,3
Amélia Rodrigues	3,0
Anguera	3,8
Antônio Cardoso	3,2
Conceição da Feira	3,1
Conceição do Jacuípe	3,4
Coração de Maria	2,9
Feira de Santana	3,7
Ipecaetá	3,2
Irará	2,7
Rafael Jambeiro	3,7
Santa Bárbara	2,9
Santanópolis	2,2
Santo Estevão	2,2
São Gonçalo dos Campos	3,0
Serra Preta	4,1
Tanquinho	2,8
Teodoro Sampaio	3,4
Terra Nova	3,3



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES



26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)



6.2.3 Macro drenagem

O potencial de fragilidade da macro drenagem considera fatores como o tipo de estruturas hidráulicas existentes, a ocorrência ou não de obstruções e contrações, presença de assoreamento e lixo, convivência com esgotos brutos, estado de conservação e outros conforme apontado na metodologia de trabalho.

O **Quadro 6.4** sintetiza o conjunto de informações para as localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.4 – Índice de macro drenagem – RDS 19

MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS DOS DISPOSITIVOS		CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO		CORPO RECEPTOR		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice			
AGUA FRIA	0	0,8	3	4,5	1	5,0	2,5	Baixo	
AMÉLIA RODRIGUES	1	1,7	2	2,3	1	4,0	2,2	Baixo	
ANGUERA	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macro drenagem
ANTÔNIO CARDOSO	1	1,9	1	2,5	0	1,5	2,1	Baixo	
CONCEIÇÃO DA FEIRA	0	0,8	1	1,0	2	5,0	1,3	Muito baixo	
CONCEIÇÃO DO JACUIPE	1	1,7	2	3,4	1	4,0	2,5	Baixo	
CORAÇÃO DE MARIA	0	1,3	1	1,0	1	4,0	1,5	Muito baixo	
FEIRA DE SANTANA	3	3,6	3	4,5	1	3,0	3,8	Elevado	
IPECAETÁ	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macro drenagem
IRARÁ	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macro drenagem
RAFAEL JAMBEIRO	2	3,8	3	3,3	1	4,0	3,7	Elevado	
SANTA BÁRBARA	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macro drenagem
SANTANÓPOLIS	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macro drenagem
SANTO ESTEVÃO	1	1,3	0	0,8	1	2,5	1,3	Muito baixo	
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	2	3,1	2	2,8	2	5,0	3,2	Requer atenção	
SERRA PRETA	1	1,3	2	1,5	1	5,0	1,8	Baixo	
TANQUINHO	1	1,3	0	0,9	0	3,0	1,4	Muito baixo	
TEODORO SAMPAIO	1	1,7	2	4,2	1	4,0	2,8	Requer atenção	
TERRANOVA	1	2,3	3	4,5	2	5,0	3,3	Requer atenção	
Somatório	15	26,6	25	37,2	15	55,0	33,4		
Média		1,9		2,7		3,9	2,4		
Desvio Padrão		1,0		1,4		1,1	0,9		

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



As condições médias regionais relativas a este tema foram classificadas com vulnerabilidade baixa. Apenas Rafael Jambeiro apresenta índice médio classificado com potencial de fragilidade elevado. Já os potenciais de Conceição de Feira, Conceição de Maria, Santo Estevão e Tanquinho são considerados muito baixo. Enquanto cinco das nove cidades da região não apresentam dispositivos de macro drenagem, Água Fria, Amélia Rodrigues, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe e Serra Preta apresentam vulnerabilidade baixa nesse aspecto. As cidades apresentam em média quatro fatores classificados com fragilidade elevada. Destaque para Feira de Santana, Rafael Jambeiro, São Gonçalo dos Campos e Terra Nova que apresentam seis ou sete com essa avaliação inadequada.

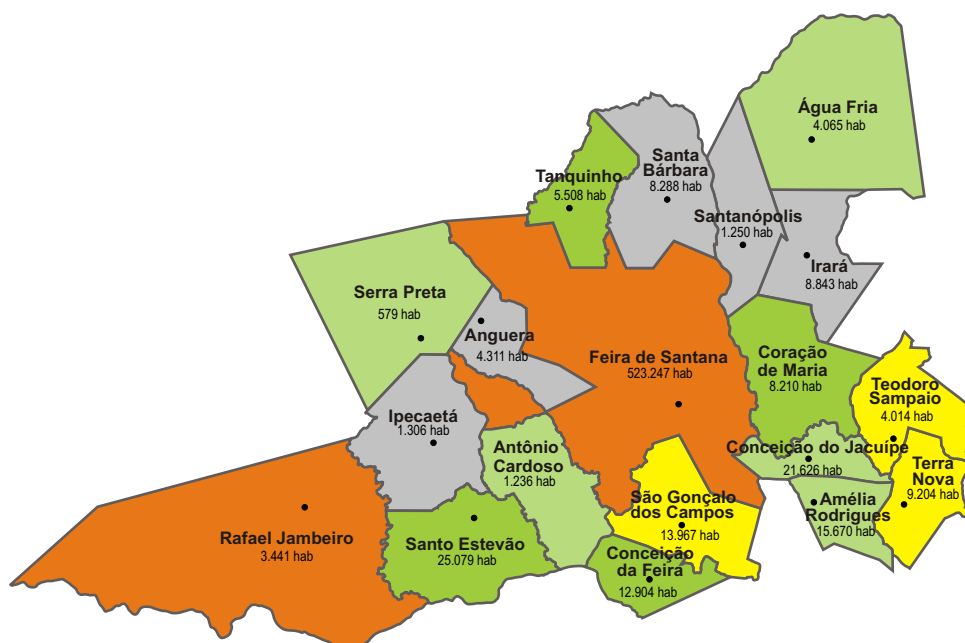
Dentro dos blocos analisados nesse tema, o relativo ao corpo receptor é o que apresenta a pior avaliação com índice médio classificado com potencial de fragilidade elevado, principalmente devido ao fato dos

corpos receptores serem, em muitos casos, lagoas. Esse tipo de elemento é mais suscetível à contaminação, principalmente quando há também transporte de esgoto pelas estruturas de macrodrenagem, o que ocorre em nove das cidades analisadas.

No bloco relativo às condições de funcionamento dos dispositivos, as cidades dessa RDS apresentam situações bastante diferentes. Em Água Fria, Feira de Santana, Teodoro Sampaio e Terra Nova o potencial de fragilidade é classificado como elevado, devido principalmente à existência de lixo e assoreamento nas estruturas. Já em Coração de Maria, Conceição de Feira, Santo Estevão, Serra Preta e Tanquinho, não há presença de lixo e não se observa assoreamento.

No que se refere às características dos equipamentos existentes, a avaliação da vulnerabilidade média regional foi classificada como baixa. Apenas Feira de Santana, Rafael Jambeiro e São Gonçalo dos Campos tiveram classificação com fragilidade elevada. Nestas cidades se observaram obstruções ou estrangulamentos nas estruturas de macrodrenagem.

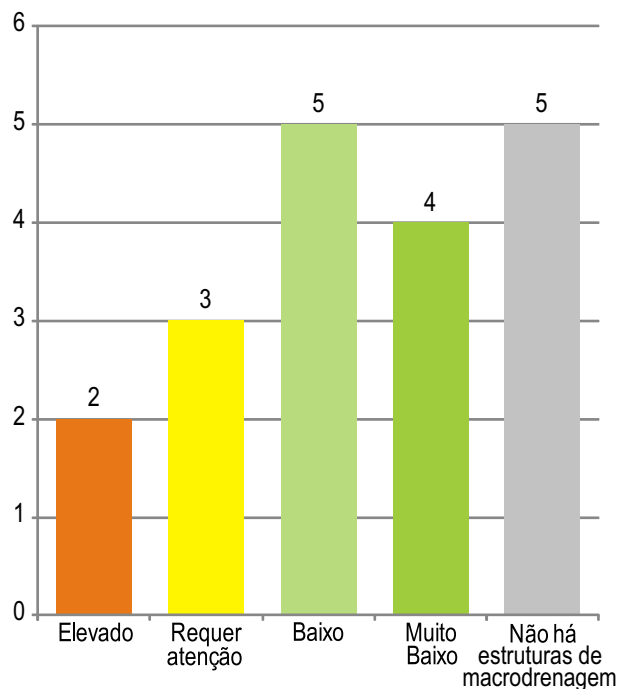
A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da macrodrenagem na RDS.



Município	Índice
Água Fria	2,5
Amélia Rodrigues	2,2
Anguera	-
Antônio Cardoso	2,1
Conceição da Feira	1,3
Conceição do Jacuípe	2,5
Coração de Maria	1,5
Feira de Santana	3,8
Ipecaetá	-
Irará	-
Rafael Jambeiro	3,7
Santa Bárbara	-
Santanópolis	-
Santo Estevão	1,3
São Gonçalo dos Campos	3,2
Serra Preta	1,8
Tanquinho	1,4
Teodoro Sampaio	2,8
Terra Nova	3,3

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL
- NÃO HÁ ESTRUTURAS DE MACRODRENAGEM



6.2.4 Microdrenagem

A análise referente à microdrenagem não se concentra sobre a capacidade hidráulica dos dispositivos, uma vez que, para tanto, seriam indispensáveis dados cadastrais dos dispositivos, quando existentes. Nenhuma prefeitura do estado, inclusive a de Salvador, possui esta informação.

Identificação do potencial de fragilidade se concentra na avaliação de fatores diretamente relacionados com a ordenação do escoamento nas vias públicas. Entre eles a existência de dispositivos de coleta e transporte das águas que escoam pelas vias. Havendo galerias, se estão disponibilizados poços de inspeção que possam dar melhor eficiência ao sistema. Presença de esgotos e lixo nas estruturas, possibilidade de ordenação de fluxo e controle do escoamento nas vias são também consideradas. Mas estas aferições somente são possíveis nos locais onde existam tais tipos de estrutura.

Em muitas das localidades estudadas no estado, não existem dispositivos de microdrenagem implantados nas vias. Isto resulta no escoamento das águas pluviais apenas pela superfície, nas sarjetas, quando elas existem, ou de forma desordenada, quando as vias não são pavimentadas ou quando, possuindo pavimentos revestidos, não se encontram guias de meio-fio.

Nestas circunstâncias, problemas de alagamento estão diretamente ligados à possibilidade de continuidade do fluxo, o que implica em não existência de pontos baixos do *greide* das vias em lugar inapropriado.

O **Quadro 6.5** seguinte sintetiza os elementos observados nas localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.5 – Índice de microdrenagem – RDS 19

MUNICÍPIO	DISPOSITIVOS DE MICRODRENAGEM		CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO		COBERTURA DA ÁREA URBANA		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice			
AGUA FRIA	1	5,0	0	0,0	2	4,2	3,4	Requer atenção	Escoamento apenas pelas sarjetas
AMÉLIA RODRIGUES	1	2,5	1	1,2	1	3,1	2,5	Baixo	
ANGUERA	0	2,0	0	-	1	2,5	2,4	Baixo	
ANTÔNIO CARDOSO	1	2,5	1	1,3	1	2,9	2,4	Baixo	
CONCEIÇÃO DA FEIRA	1	3,0	1	1,2	2	3,9	3,1	Requer atenção	
CONCEIÇÃO DO JACUIPE	0	1,5	1	2,6	2	3,4	2,8	Requer atenção	
CORAÇÃO DE MARIA	0	0,5	1	0,3	1	3,1	1,9	Baixo	
FEIRA DE SANTANA	0	1,5	1	3,1	1	3,1	2,7	Requer atenção	
IPECAETÁ	0	1,0	0	-	1	2,4	2,0	Baixo	
IRARÁ	1	5,0	0	1,0	2	4,2	3,6	Elevado	Escoamento apenas pelas sarjetas
RAFAEL JAMBEIRO	0	1,0	1	1,2	0	1,7	1,4	Muito baixo	
SANT A BÁRBARA	0	1,5	1	1,2	1	3,5	2,5	Baixo	
SANT ANÓPOLIS	0	1,0	0	0,3	1	3,2	2,0	Baixo	
SANT O ESTEVÃO	0	0,5	0	1,0	0	2,3	1,6	Baixo	
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	0	1,5	1	1,2	1	3,5	2,5	Baixo	
SERRAPRETA	1	5,0	0	1,0	1	2,9	2,9	Requer atenção	Escoamento apenas pelas sarjetas
TANQUINHO	0	1,0	1	1,0	0	1,3	1,2	Muito baixo	
TEODORO SAMPAIO	0	2,0	0	1,0	1	3,5	2,6	Requer atenção	
TERRANOVA	0	1,5	1	1,2	1	3,2	2,3	Baixo	
Somatório	6	39,5	11	19,8	20	57,9	45,8		
Média		2,1		1,2		3,0	2,4		
Desvio Padrão		1,5		0,7		0,8	0,6		

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



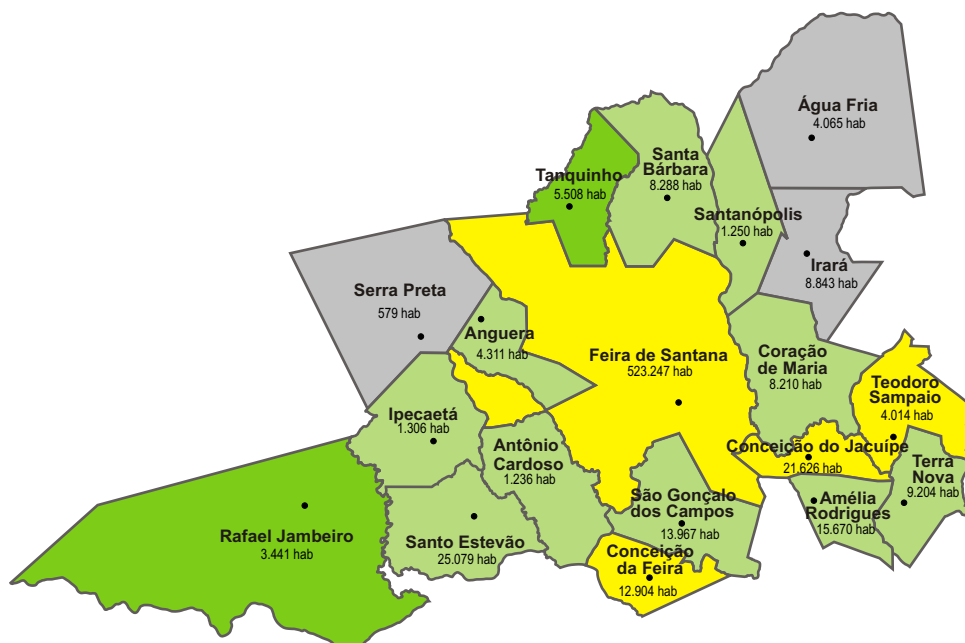
O índice médio da RDS para o tema *microdrenagem* foi avaliado com potencial de fragilidade classificado como baixo. Este item trata dos dispositivos existentes e da cobertura dos serviços prestados. Três cidades não apresentam dispositivos de microdrenagem e o escoamento ocorre somente pelas sarjetas. Dez localidades foram avaliadas com baixa vulnerabilidade, além de Tanquinho e Rafael Jambeiro apresentarem índice muito baixo nesse aspecto. Todas as demais, à exceção de Angical, avaliada com elevado potencial de fragilidade, possuem algum tipo de dispositivo que requer atenção. Conceição de Feira chama atenção por apresentar quatro dos nove fatores levantados com classificação de fragilidade elevada ou muito elevada, sendo dois deles considerados de peso elevado.

O maior problema apresentado na região relativo a este tema está na cobertura da rede urbana, geralmente muito baixa, conduzindo a um índice médio regional que requer atenção. Neste aspecto, o fator mais frágil é a baixa percentagem de vias pavimentadas com dispositivos de microdrenagem na grande maioria das cidades. A falta de microdrenagem nas vias pavimentadas pode dificultar a ordenação do fluxo no espaço urbano exigindo que o fluxo da água possa se dar pelas sarjetas sem quebra da continuidade do fluxo e com comportamento hidráulico que não cause grandes volumes de água nas pistas. A vulnerabilidade média regional deste fator é elevada.

A percentagem de vias pavimentadas foi classificada de elevada fragilidade em cinco cidades. Apenas Antônio Cardoso, Ipecaetá e Serra Preta apresentam boa percentagem de vias pavimentadas. O que agrava a vulnerabilidade é a inexistência de dispositivos de microdrenagem nestas vias pavimentadas. De maneira unânime as vias pavimentadas apresentam sarjetas, o que é um fato bem avaliado.

No que se refere às condições de funcionamento dos dispositivos existentes, a média regional apresenta fragilidade muito baixa. Em geral, não há lixo nas sarjetas nem nos dispositivos. Exceções ocorrem em Conceição do Jacuípe e Feira de Santana, onde além da microdrenagem transportar esgotos, observa-se algum lixo tanto nas caixas coletoras quanto nas galerias.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da microdrenagem na RDS.

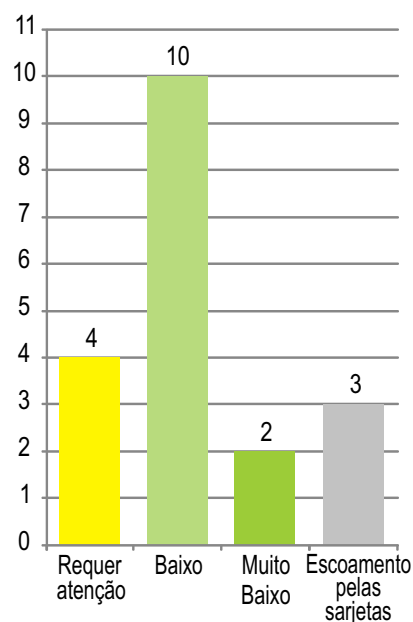


Município	Índice
Água Fria	3,4
Amélia Rodrigues	2,5
Anguera	2,4
Antônio Cardoso	2,4
Conceição da Feira	3,1
Conceição do Jacuípe	2,8
Coração de Maria	1,9
Feira de Santana	2,7
Ipecaetá	2,0
Irará	3,6
Rafael Jambeiro	1,4
Santa Bárbara	2,5
Santanópolis	2,0
Santo Estevão	1,6
São Gonçalo dos Campos	2,5
Serra Preta	2,9
Tanquinho	1,2
Teodoro Sampaio	2,6
Terra Nova	2,3

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL
- ESCOAMENTO PELAS SARJETAS

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)



RDS19

PORTAL DO SERTÃO

MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE MICRODRENAGEM

6.2.5 Adequabilidade do sistema existente

O potencial de fragilidade da adequabilidade do sistema existente avalia a eficiência do sistema de drenagem e considera aspectos como número de áreas críticas na localidade de acordo com seu porte, fragilidade das áreas críticas, complexidade das áreas alagadas, percentagem de vias pavimentadas e cobertura de dispositivos de microdrenagem.

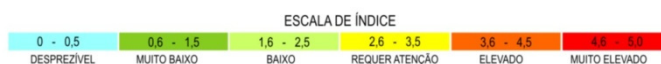
Vale salientar que sistemas de drenagem sem dispositivos de microdrenagem e sem áreas críticas sugerem que, de alguma forma, o processo de urbanização e as vias que com ele foram sendo implantadas não estão interferindo na continuidade do fluxo até locais estratégicos onde pode ser dado destino final adequado.

O **Quadro 6.6** seguinte sintetiza os elementos observados nas localidades.

Quadro 6.6 – Índice de adequabilidade do sistema existente – RDS 19

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE ÁREAS CRÍTICAS	ÁREA MAIS CRÍTICA	MÉDIA DAS ÁREAS CRÍTICAS	COMPLEXIDADE DAS ÁREAS ALAGÁVEIS	% DE VIAS PAVIMENTADAS	% DE VIAS COM DISPOSITIVOS DE MICRODRENAGEM	ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
AGUA FRIA	0	-	0,0	-	5	5	2,3	Baixo
AMÉLIA RODRIGUES	4	3,6	3,5	5	3	4	3,8	Elevado
ANGUERA	0	-	0,0	-	4	2	1,3	Muito baixo
ANTÔNIO CARDOSO	0	-	0,0	-	1	5	1,5	Muito baixo
CONCEIÇÃO DA FEIRA	4	3,5	3,3	5	4	5	4,1	Elevado
CONCEIÇÃO DO JACUIPE	2	3,4	3,3	5	4	4	3,4	Requer atenção
CORAÇÃO DE MARIA	2	2,4	2,4	5	3	4	3,0	Requer atenção
FEIRA DE SANTANA	4	4,2	3,2	5	3	4	3,8	Elevado
IPECAETÁ	0	-	0,0	-	1	4	1,3	Muito baixo
IRARÁ	2	2,5	2,5	5	5	5	3,6	Elevado
RAFAEL JAMBEIRO	0	-	0,0	-	3	1	0,8	Muito baixo
SANTA BÁRBARA	0	-	0,0	-	3	5	1,9	Baixo
SANTANÓPOLIS	0	-	0,0	-	2	5	1,7	Baixo
SANTO ESTEVÃO	0	-	0,0	-	2	3	1,2	Muito baixo
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	4	3,3	3,2	5	3	5	3,9	Elevado
SERRA PRETA	0	-	0,0	-	1	5	1,5	Muito baixo
TANQUINHO	2	2,2	2,2	-	2	1	1,8	Baixo
TEODORO SAMPAIO	2	3,2	3,2	3	3	5	3,3	Requer atenção
TERRA NOVA	4	3,5	3,3	5	2	5	3,8	Elevado
Somatório	30,0	31,8	30,1	43,0	54,0	77,0	48,0	
Média	1,6	3,2	1,6	4,8	2,8	4,1	2,5	
Desvio Padrão	1,7	0,6	1,6	0,7	1,2	1,4	1,1	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



Este item reflete aspectos importantes do sistema urbano de drenagem sem, no entanto se reportar aos seus dispositivos, observando o maior ou menor risco do sistema espelhado por um bloco fatores selecionados. Para esta RDS, o índice médio regional expressa uma vulnerabilidade classificada como baixa, sendo que quatro entre as 19 cidades estão nessa mesma classe. Destaque positivo para seis cidades que integram a RDS que foram classificadas com fragilidade muito baixa, são elas: Anguera, Antônio Cardoso, Ipecaetá, Rafael Jambeiro, Santo Estevão e Serra Preta. Já Amélia Rodrigues, Conceição de Feira, Feira de Santana, Irará, São Gonçalo dos Campos e Terra Nova apresentaram

índice médio em classificação com elevado potencial de fragilidade. Todas as demais cidades foram avaliadas como que requerendo atenção.

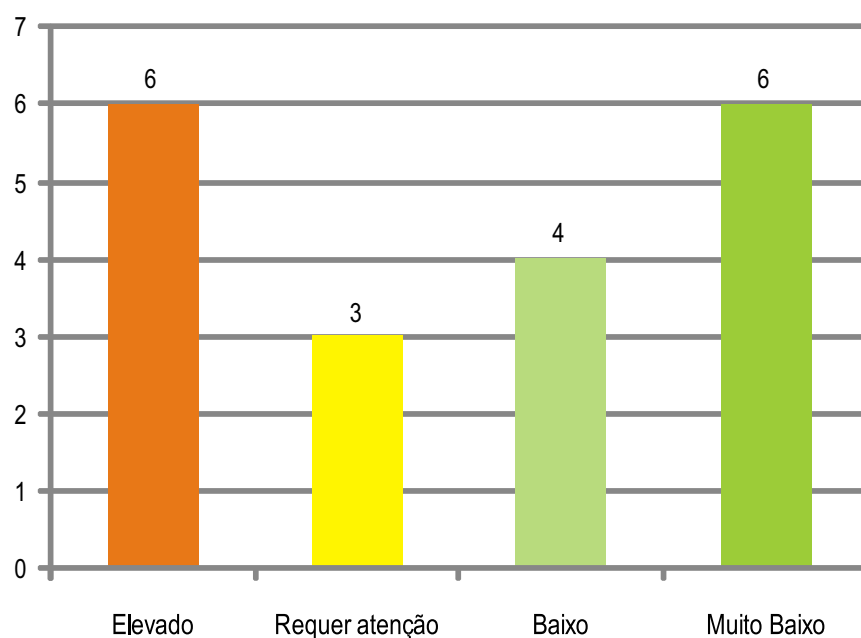
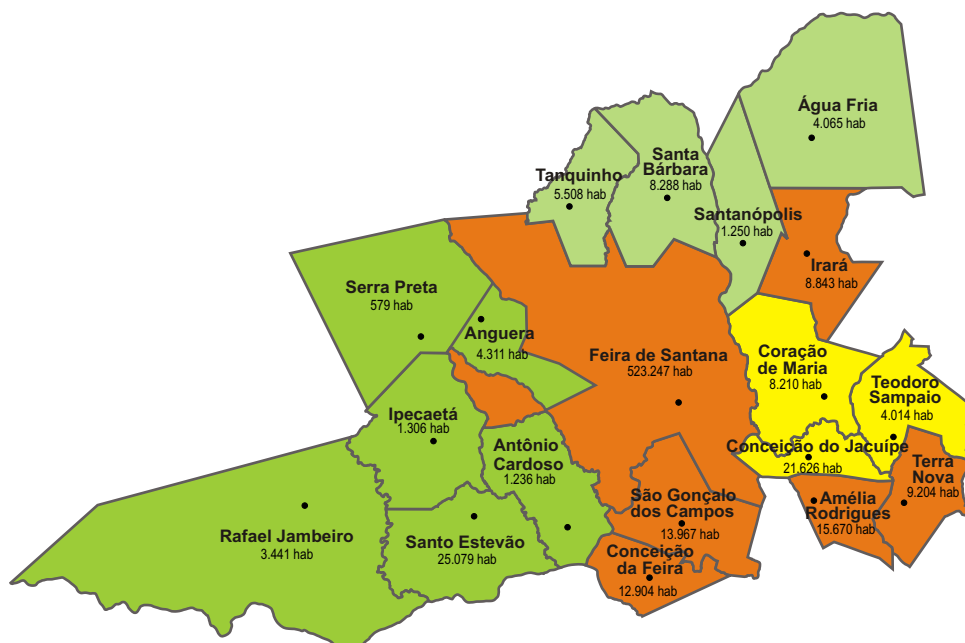
O fator com mais fraca avaliação foi o referente à baixa complexidade das áreas alagáveis. Neste quesito, oito localidades foram avaliadas com potencial de fragilidade muito elevado o que corresponde a áreas centrais de ocupação formal.

Outro fator que merece destaque é a percentagem de vias com dispositivos de microdrenagem. Quinze cidades foram classificadas com potenciais de fragilidade elevado ou muito elevado.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da microdrenagem na RDS.



Município	Índice
Água Fria	2,3
Amélia Rodrigues	3,8
Anguera	1,3
Antônio Cardoso	1,5
Conceição da Feira	4,1
Conceição do Jacuípe	3,4
Coração de Maria	3,0
Feira de Santana	3,8
Ipecaetá	1,3
Irará	3,6
Rafael Jambeiro	0,8
Santa Bárbara	1,9
Santanópolis	1,7
Santo Estevão	1,2
São Gonçalo dos Campos	3,9
Serra Preta	1,5
Tanquinho	1,8
Teodoro Sampaio	3,3
Terra Nova	3,8



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 19
PORTAL DO SERTÃO

 MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
 POTENCIAL DE FRAGILIDADE
 ÍNDICE DE ADEQUABILIDADE DO SISTEMA EXISTENTE

6.2.6 Infraestrutura de drenagem urbana

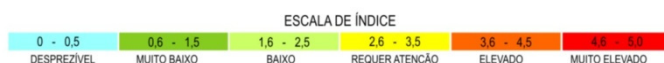
O índice da infraestrutura de drenagem urbana resume as características de macrodrenagem, microdrenagem e da adequabilidade do sistema existente.

O **Quadro 6.7** seguinte sintetiza os elementos observados nas localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.7 – Índice infraestrutura de drenagem urbana – RDS 19

MUNICÍPIO	MACRODRENAGEM		MICRODRENAGEM		ADEQUABILIDADE DO SISTEMA EXISTENTE		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice		
AGUA FRIA	4	2,5	3	3,4	3	2,3	2,6	Requer atenção
AMÉLIA RODRIGUES	4	2,2	3	2,5	3	3,8	3,1	Requer atenção
ANGUERA	0	-	1	2,4	2	1,3	1,6	Baixo
ANTÔNIO CARDOSO	2	2,1	3	2,4	2	1,5	1,8	Baixo
CONCEIÇÃO DA FEIRA	3	1,3	4	3,1	4	4,1	3,2	Requer atenção
CONCEIÇÃO DO JACUIPE	4	2,5	3	2,8	3	3,4	3,1	Requer atenção
CORAÇÃO DE MARIA	2	1,5	2	1,9	2	3,0	2,4	Baixo
FEIRA DE SANTANA	7	3,8	2	2,7	4	3,8	3,5	Requer atenção
IPECAETÁ	0	-	1	2,0	2	1,3	1,5	Muito baixo
IRARÁ	0	-	3	3,6	3	3,6	3,6	Elevado
RAFAEL JAMBEIRO	6	3,7	1	1,4	1	0,8	1,6	Baixo
SANTA BÁRBARA	0	-	2	2,5	2	1,9	2,1	Baixo
SANTANÓPOLIS	0	-	1	2,0	2	1,7	1,8	Baixo
SANTO ESTEVÃO	2	1,3	0	1,6	1	1,2	1,3	Muito baixo
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	6	3,2	2	2,5	3	3,9	3,4	Requer atenção
SERRA PRETA	4	1,8	2	2,9	2	1,5	1,9	Baixo
TANQUINHO	1	1,4	1	1,2	0	1,8	1,6	Baixo
TEODORO SAMPAIO	4	2,8	1	2,6	1	3,3	3,0	Requer atenção
TERRA NOVA	6	3,3	2	2,3	3	3,8	3,3	Requer atenção
Somatório	55	33,4	37	45,8	43	48,0	46,4	
Média		2,4		2,4		2,5	2,4	
Desvio Padrão		0,9		0,6		1,1	0,8	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



Considerando as avaliações dos blocos de *macrodrenagem*, *microdrenagem* e *adequabilidade do sistema existente*, a região apresenta como índice médio o valor 2,4 que a classifica como baixo. Oito das 19 cidades são classificadas com potencial de fragilidade que *requer atenção*. Todas as demais apresentam vulnerabilidade baixa, à exceção de Irará, avaliada com elevado potencial de fragilidade e Santo Estevão que apresentou índice médio muito baixo. Em média, as localidades apresentam cinco fatores, entre os 25 considerados, classificados com elevada ou muito elevada fragilidade. As localidades com pior desempenho nesta quantidade de fatores de elevada a muito elevada vulnerabilidade são Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Terra Nova.

O tema relativo à *adequabilidade do sistema existente* é o que apresentara a pior avaliação, mas com índice médio dentro da faixa de fragilidade baixo. Neste bloco pesou a baixa porcentagem de vias pavimentadas com dispositivos de microdrenagem.

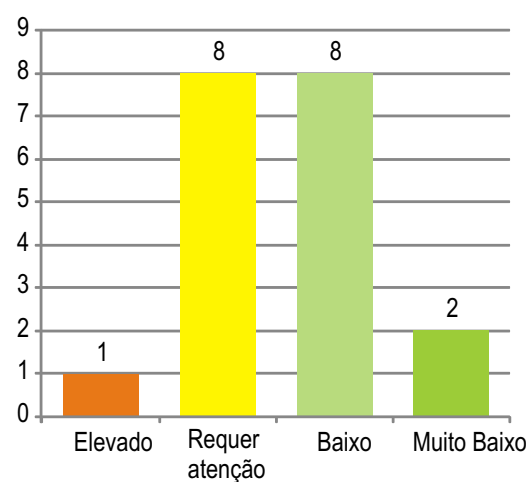
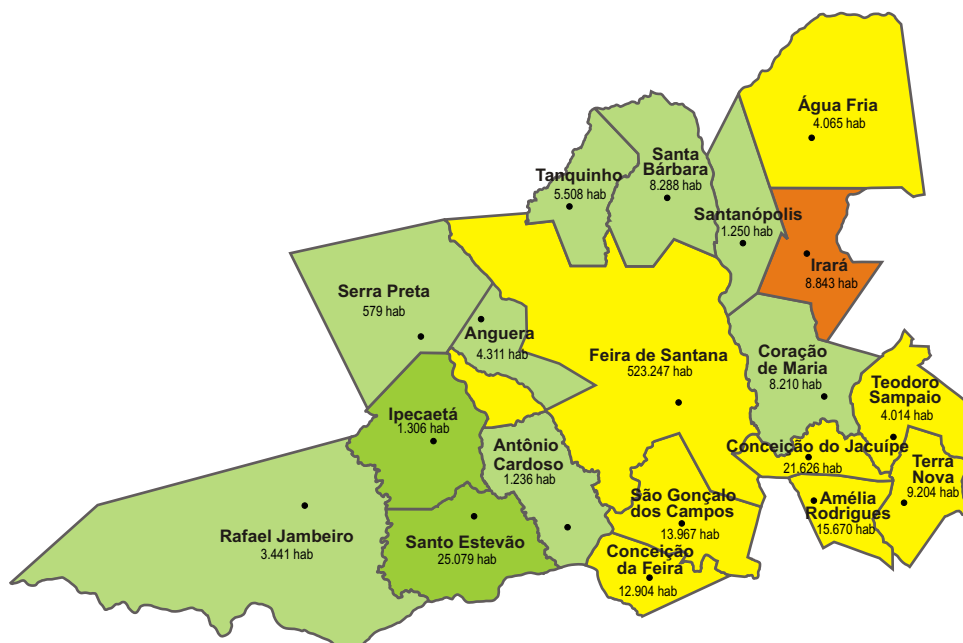
Embora em Água Fria e Serra Preta não haja dispositivos tradicionais de microdrenagem, elas apresentam baixo potencial de fragilidade quanto à adequabilidade do sistema, pois não apresentam áreas críticas. Isso significa que as águas da chuva escoam de maneira satisfatória pelas sarjetas, sem gerar grandes transtornos à população.

Quanto à macrodrenagem, as médias regionais ficaram classificadas como de baixa fragilidade. Feira de Santana, Rafael Jambeiro e Terra Nova apresentam os piores desempenhos da região relativos a esse quesito.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade da microdrenagem na RDS.



Municípios	Índice
Água Fria	2,6
Amélia Rodrigues	3,1
Anguera	1,6
Antônio Cardoso	1,8
Conceição da Feira	3,2
Conceição do Jacuípe	3,1
Coração de Maria	2,4
Feira de Santana	3,5
Ipecaetá	1,5
Irará	3,6
Rafael Jambeiro	1,6
Santa Bárbara	2,1
Santanópolis	1,8
Santo Estevão	1,3
São Gonçalo dos Campos	3,4
Serra Preta	1,9
Tanquinho	1,6
Teodoro Sampaio	3,0
Terra Nova	3,3



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

6.2.7 Inundações ribeirinhas

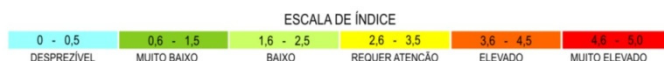
As inundações ribeirinhas somente podem ser encontradas nas localidades situadas em margem de rio, uma vez que trata de ocupação de terrenos marginais pelas águas de um curso de água em época de cheias, ocupando terrenos que, nos períodos de estiagem, não se encontram submersos. Na maioria das vezes a ocupação inadequada destes terrenos é a causa destas inundações. Outro fato atrelado a estas inundações é que elas podem ocorrer mesmo em oportunidades em que não esteja acontecendo chuvas na localidade, mas sim em áreas mais à montante da bacia de contribuição do rio.

São também considerados mais dois elementos que são avaliados independentemente da localidade ter apresentado ou não problemas de inundação ribeirinha, mas possui terrenos localizados em margem de curso de água. Os elementos avaliados dizem respeito à bacia de contribuição considerando sua extensão territorial e a declividade do talvegue principal.

Quadro 6.8 – Inundações ribeirinhas – RDS 19

MUNICÍPIO	EXISTÊNCIA DE INUNDAÇÕES RECENTES	FREQÜÊNCIA COM QUE OCORREM	POSSÍVEIS CAUSAS	OCUPAÇÃO DOS TERRENOS INUNDÁVEIS	ÁREA DA BACIA DE CONTRIBUIÇÃO	DECLIVIDADE MÉDIA DO TALVEGUE	ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
AGUA FRIA	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
AMÉLIA RODRIGUES	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
ANGUERA	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
ANTÔNIO CARDOSO	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
CONCEIÇÃO DA FEIRA	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
CORAÇÃO DE MARIA	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
FEIRA DE SANTANA	0	-	-	-	5	2	2,7	Requer atenção
IPECAETÁ	0	-	-	-	3	2	1,7	Baixo
IRARÁ	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
RAFAEL JAMBEIRO	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
SANTA BÁRBARA	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
SANTO ANÓPOLIS	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
SANTO ESTEVÃO	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
SERRA PRETA	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
TANQUINHO	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
TEODORO SAMPAIO	3	2	-	1	3	2	2,3	Baixo
TERRANOVA	3	2	4	5	5	2	3,8	Elevado
Somatório	6,0	4,0		6,0	16,0	8,0	10,5	
Média	0,3	2,0		3,0	0,8	2,0	0,6	
Desvio Padrão	0,9				1,7	0,0	1,2	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



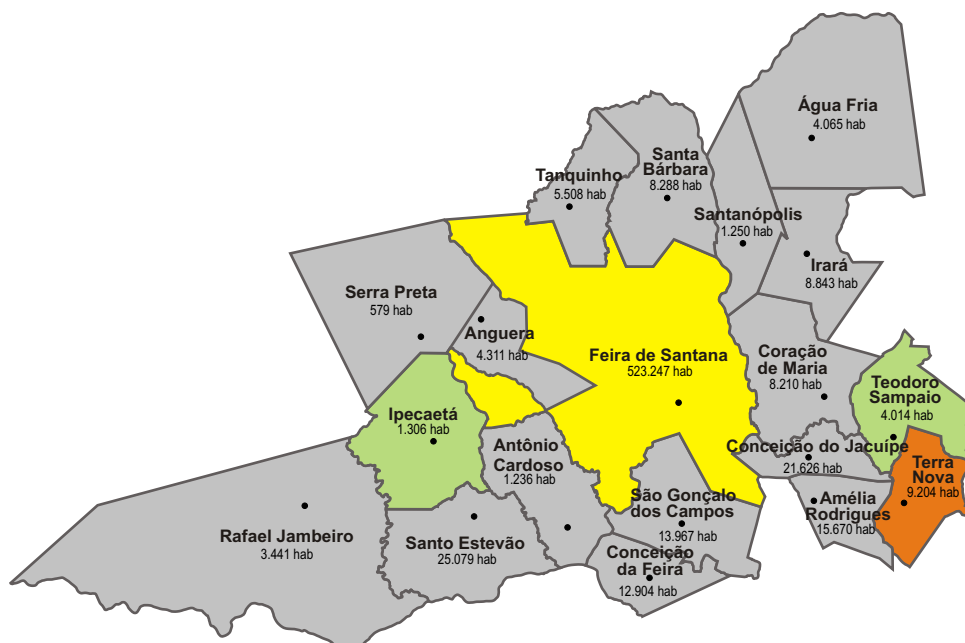
Somente Teodoro Sampaio e Terra Nova historiaram problemas recentes de inundações ribeirinhas. Não foram observadas inundações ribeirinhas nos últimos anos nas demais cidades, mas duas delas apresentaram bacias de contribuição de porte razoável que podem resultar em ondas de cheias consideráveis. Nestas cidades, futuras ocupações inadequadas dos terrenos marginais aos cursos de água podem levar estas localidades a apresentarem tal situação. Para classificar o potencial de fragilidade destas áreas quanto a futuras ocorrências e porte dos eventos, são consideradas as áreas das

bacias de contribuição e declividade média do curso d'água da referida bacia. Não há simultaneidade de indicadores elevados ou muito elevado para o item *bacia* e *declividade* simultaneamente em nenhuma localidade.

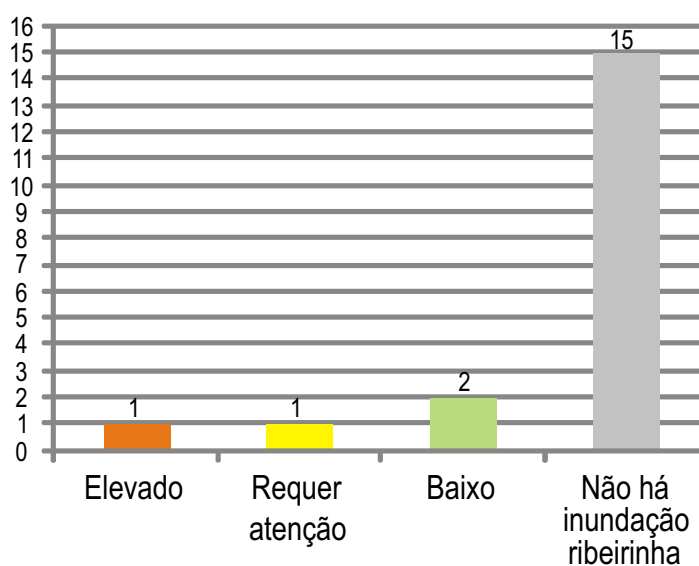
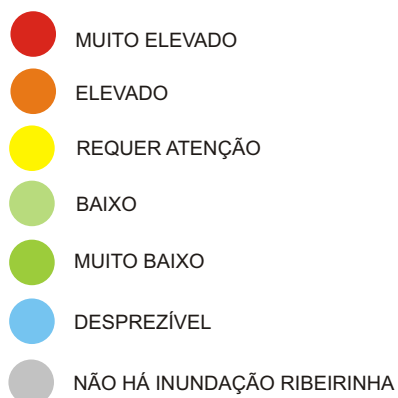
A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade de inundações ribeirinhas na RDS.



Município	Índice
Água Fria	-
Amélia Rodrigues	-
Anguera	-
Antônio Cardoso	-
Conceição da Feira	-
Conceição do Jacuípe	-
Coração de Maria	-
Feira De Santana	2,7
Ipecaetá	1,7
Irará	-
Rafael Jambeiro	-
Santa Bárbara	-
Santanópolis	-
Santo Estevão	-
São Gonçalo dos Campos	-
Serra Preta	-
Tanquinho	-
Teodoro Sampaio	2,3
Terra Nova	3,8



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES



26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

6.2.8 Áreas críticas e impactos

O potencial de fragilidade relativo aos impactos da drenagem na área de estudo está diretamente associado com o comportamento das áreas críticas onde se refletem as deficiências do sistema como um todo e as conseqüências destas deficiências no meio urbano.

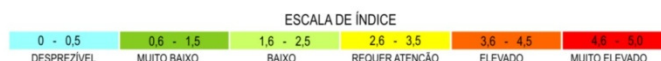
Para se estabelecer o potencial de fragilidade dos impactos são levados em conta fatores como ocupação dos terrenos afetados, frequência dos alagamentos, população afetada, implicações no trânsito e na movimentação de pessoas na cidade, casas alagadas, prejuízo material, risco de vida e outros.

O **Quadro 6.9** sintetiza os elementos observados nas localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.9 – Índice de impactos – RDS 19

MUNICÍPIO	NATUREZA DOS PROBLEMAS		POSSIBILIDADE DE AMORTECIMENTO		RECORRÊNCIA DOS PROBLEMAS		INTERFERÊNCIA NA LOCALIDADE		RISCO DE VIDA HUMANA		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice		
AGUA FRIA	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
AMÉLIA RODRIGUES	4	4,1	2	5,0	2	3,2	3	3,7	0	3,0	3,5	Requer atenção
ANGUERA	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
ANTÔNIO CARDOSO	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
CONCEIÇÃO DA FEIRA	6	4,1	2	5,0	2	3,0	0	3,2	0	3,0	3,3	Requer atenção
CONCEIÇÃO DO JACUIPE	5	4,3	2	5,0	2	3,1	3	3,1	0	3,0	3,3	Requer atenção
CORAÇÃO DE MARIA	4	4,3	2	5,0	2	3,4	4	2,6	0	0,0	2,4	Baixo
FEIRA DE SANTANA	5	4,2	1	3,9	3	4,6	1	3,3	0	1,6	3,2	Requer atenção
IPECAETÁ	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
IRARÁ	3	4,4	0	2,0	2	4,2	1	2,9	0	0,0	2,5	Baixo
RAFAEL JAMBEIRO	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
SANTA BÁRBARA	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
SANTANÓPOLIS	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
SANTO ESTEVÃO	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	4	3,9	2	4,7	2	3,2	0	2,8	0	3,0	3,2	Requer atenção
SERRA PRETA	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
TANQUINHO	5	4,3	1	2,5	1	2,8	2	2,7	0	0,0	2,2	Baixo
TEODORO SAMPAIO	6	4,1	1	4,0	2	3,1	2	2,9	0	3,0	3,2	Requer atenção
TERRA NOVA	3	3,6	1	3,7	0	2,8	4	4,0	0	3,0	3,3	Requer atenção
Somatório	45	41,3	14	40,8	18	33,4	20	31,2	0	19,6	30,1	
Média		4,1		4,1		3,3		3,1		2,0	1,6	
Desvio Padrão		0,2		1,1		0,6		0,4		1,4	1,6	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



Nove das 19 sedes municipais da RDS não apresentam áreas críticas. Os índices analisados correspondem aos valores médios dos indicadores para o conjunto de áreas críticas identificadas. Coração de Maria, Irará e Tanquinho foram as únicas classificadas com potencial de fragilidade baixo enquanto as demais, requerem atenção. Destacam-se ainda as cidades de Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria e Teodoro Sampaio como aquelas que apresentaram maior número de fatores qualificados com potencial de fragilidade elevado ou muito elevado. Para um total de 19 fatores, elas apresentaram com esta avaliação 11 ou 12 fatores.

A natureza do problema referente à média dos impactos é significativa em todas as 10 cidades que apresentam áreas críticas, pois todas elas são classificadas com elevada vulnerabilidade

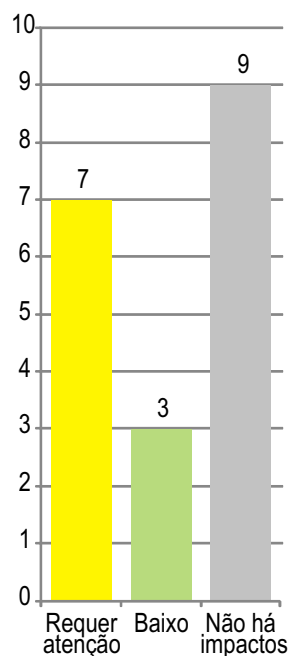
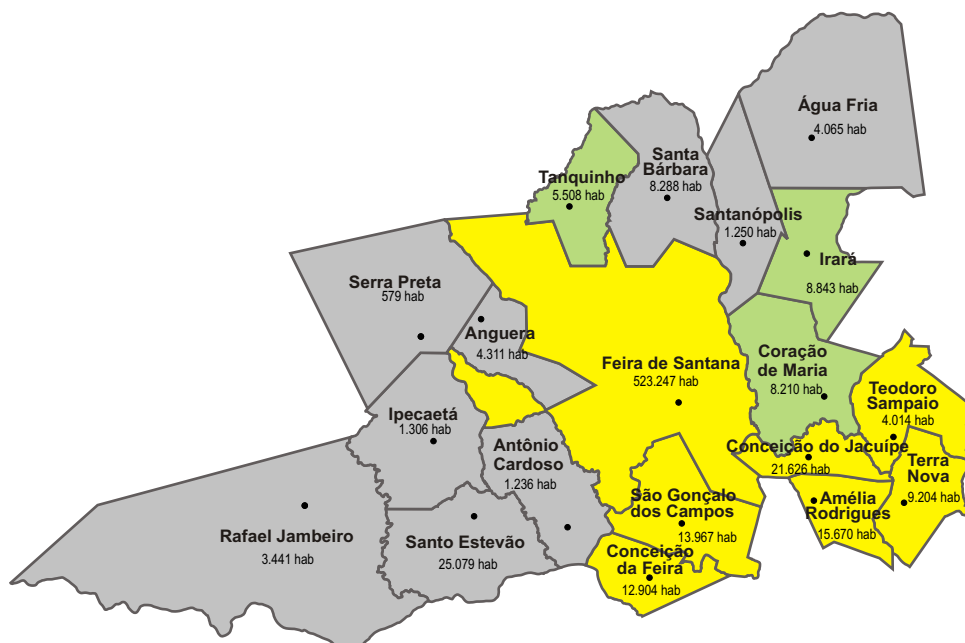
Nas questões da interferência na localidade a situação avaliada como mais problemática é a de Terra Nova que apresenta índice classificado como elevado.

Embora a frequência dos problemas seja, em geral, alta, e muitas pessoas sejam normalmente afetadas, não se registrou risco de perda de vida humana em três cidades enquanto em seis se observou risco baixo.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade dos impactos das águas pluviais na RDS.



Município	Índice
Água Fria	-
Amélia Rodrigues	3,5
Anguera	-
Antônio Cardoso	-
Conceição da Feira	3,3
Conceição do Jacuípe	3,3
Coração de Maria	2,4
Feira de Santana	3,2
Ipecaetá	-
Irará	2,5
Rafael Jambeiro	-
Santa Bárbara	-
Santanópolis	-
Santo Estevão	-
São Gonçalo dos Campos	3,2
Serra Preta	-
Tanquinho	2,2
Teodoro Sampaio	3,2
Terra Nova	3,3



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL
- NÃO HÁ IMPACTOS

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

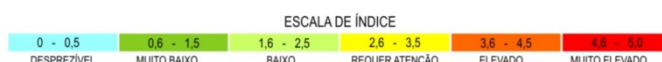
6.2.9 O sistema de manejo das águas pluviais como um todo

O **Quadro 6.10** sintetiza o conjunto de índices do potencial de fragilidade para o conjunto de municípios da RDS em estudo.

Quadro 6.10 – Índice do potencial de fragilidade por componentes do sistema de manejo de águas pluviais por município – RDS 19

MUNICÍPIO	COMPONENTE					ÍNDICE GLOBAL	CLASSIFICAÇÃO
	Aspectos Institucionais	Bacias	Infraestrutura de drenagem urbana	Inundações ribeirinhas	Impactos nas áreas críticas		
AGUA FRIA	4,1	2,3	2,6	0,0	0,0	1,2	Muito baixo
AMÉLIA RODRIGUES	3,1	3,0	3,1	0,0	3,5	2,2	Baixo
ANGUERA	3,4	3,8	1,6	0,0	0,0	1,1	Muito baixo
ANTÔNIO CARDOSO	3,5	3,2	1,8	0,0	0,0	1,1	Muito baixo
CONCEIÇÃO DA FEIRA	2,7	3,1	3,2	0,0	3,3	2,1	Baixo
CONCEIÇÃO DO JACUIPE	3,1	3,4	3,1	0,0	3,3	2,2	Baixo
CORAÇÃO DE MARIA	3,2	2,9	2,4	0,0	2,4	1,7	Baixo
FEIRA DE SANTANA	1,4	3,7	3,5	2,7	3,2	2,9	Requer atenção
IPECAETÁ	3,7	3,2	1,5	1,7	0,0	1,6	Baixo
IRARÁ	3,3	2,7	3,6	0,0	2,5	2,0	Baixo
RAFAEL JAMBEIRO	2,8	3,7	1,6	0,0	0,0	1,0	Muito baixo
SANTA BÁRBARA	3,6	2,9	2,1	0,0	0,0	1,1	Muito baixo
SANTANÓPOLIS	3,7	2,2	1,8	0,0	0,0	1,0	Muito baixo
SANTO ESTEVÃO	3,3	2,2	1,3	0,0	0,0	0,9	Muito baixo
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	2,6	3,0	3,4	0,0	3,2	2,1	Baixo
SERRA PRETA	3,9	4,1	1,9	0,0	0,0	1,2	Muito baixo
TANQUINHO	3,5	2,8	1,6	0,0	2,2	1,6	Baixo
TEODORO SAMPAIO	3,4	3,4	3,0	2,3	3,2	2,9	Requer atenção
TERRA NOVA	3,5	3,3	3,3	3,8	3,3	3,5	Requer atenção
Média da RDS	3,3	3,1	2,4	0,6	1,6	1,8	
Desvio padrão	0,6	0,5	0,8	1,2	1,6	0,8	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



Considerando os índices médios para as localidades desta RDS, o índice global regional é classificado com potencial de fragilidade baixo, sendo que oito cidades estão nesta mesma classe. Com média do índice considerada muito baixa têm-se mais oito cidades. Por sua vez, com índices classificados como requer atenção estão as sedes municipais de Feira de Santana, Teodoro Sampaio e Terra Nova.

Cabe ressaltar que a análise pelo índice global é bastante relativa em face da tendência de amortecimento dos indicadores, quando feita a média entre seus componentes. Fica mais fácil de perceber o conjunto a partir dos segmentos em que o sistema de manejo das águas pluviais foi dividido para fins de avaliação e que constam do quadro acima.

Os aspectos institucionais e da produção do escoamento nas bacias são avaliados como requerendo atenção, em termos de valor médio. As cidades com pior classificação na questão *aspectos institucionais* são Água Fria e Serra Preta. Já quanto à questão de *geração de escoamento superficial*, Anguera, Feira de Santana, Rafael Jambeiro e Serra Preta são as mais críticas.

A *infraestrutura de drenagem* apresenta potencial de fragilidade elevado em Ipirá. Em outras oito cidades, o potencial é mediano, apontando já algum nível de preocupação e medidas a serem tomadas para que se evitem futuros problemas mais significativos.

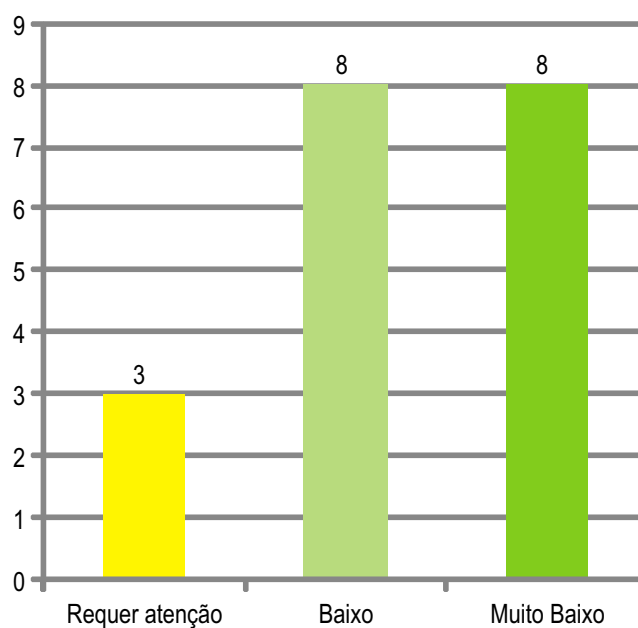
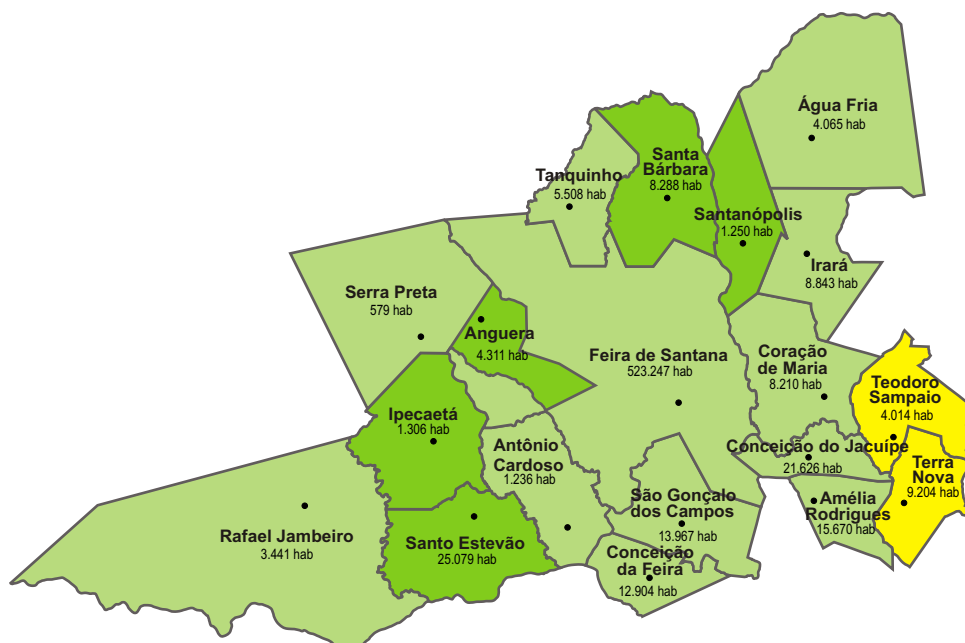
Quanto a questões relativas a *inundações ribeirinhas*, Terra Nova é a de comportamento mais preocupante, embora outras duas cidades apresentem potencial de *ocorrência de inundações*, e ações preventivas devem ser tomadas para que não passem a apresentá-las.

No que se refere às *áreas críticas* e os *impactos* nela ocorridos, Amélia Rodrigues é o destaque de maior fragilidade.

A figura seguinte apresenta uma síntese relativa ao componente, contemplando mapa esquemático da RDS com escala de cores associada ao índice municipal e diagrama de barras que mostra a distribuição do número de municípios por faixa de valores do indicador do potencial de fragilidade global na RDS.



Município	Índice
Água Fria	1,2
Amélia Rodrigues	2,2
Anguera	1,1
Antônio Cardoso	1,1
Conceição da Feira	2,1
Conceição do Jacuípe	2,2
Coração de Maria	1,7
Feira de Santana	2,9
Ipecaetá	1,6
Irará	2,0
Rafael Jambeiro	1,0
Santa Bárbara	1,1
Santanópolis	1,0
Santo Estevão	0,9
São Gonçalo dos Campos	2,1
Serra Preta	1,2
Tanquinho	1,6
Teodoro Sampaio	2,9
Terra Nova	3,5



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES



26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

7. O ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DA RDS

7.1 PANORAMA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA RDS

7.1.1 Aspectos institucionais relativos aos serviços de esgotos

- **Entidade gestora dos sistemas**

No Estado da Bahia, historicamente, os serviços urbanos de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais são prestados por instituições distintas, integrantes ou associadas ao poder público.

Na capital e nas cidades do interior o manejo das águas pluviais constitui encargo direto da administração municipal que, via de regra, planeja, implanta e presta manutenção às galerias e aos demais dispositivos que compõem os sistemas.

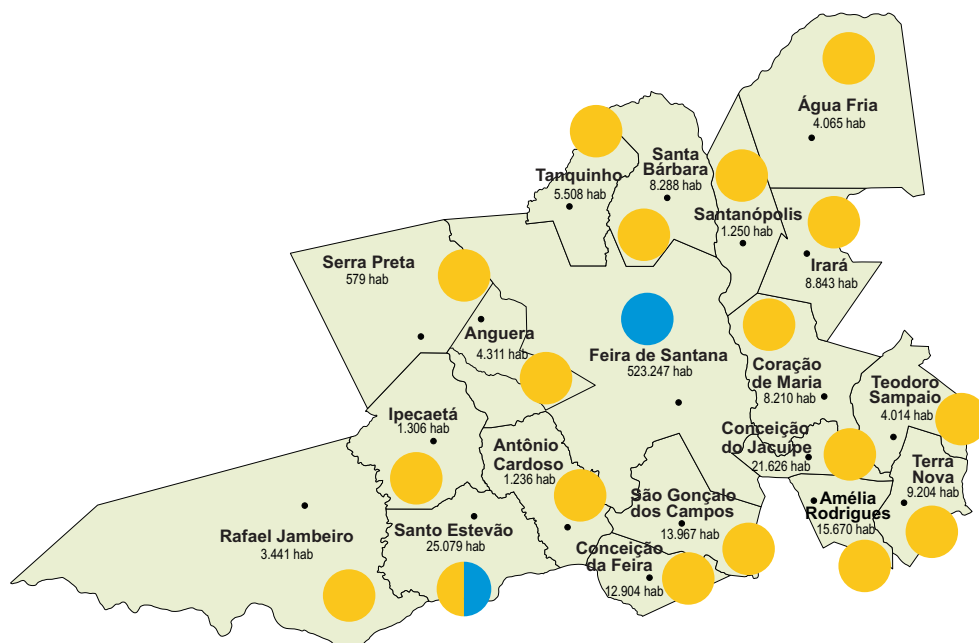
Apenas em determinadas situações, correspondentes a loteamentos e conjuntos habitacionais de médio e grande porte, os responsáveis pelos empreendimentos, na maioria dos casos atendendo as exigências dos organismos financiadores, implantam conjuntamente estruturas de drenagem pluvial, abastecimento de água, e, algumas vezes, de esgotamento sanitário que, tão logo construídas são repassadas respectivamente para as prefeituras ou para os detentores das concessões no local, ficando esses com a incumbência de operá-las, mantê-las e ampliá-las.

Com relação ao esgotamento das contribuições sanitárias, com exceção de cidades onde os serviços inexistem, de situações especiais ou então quando a atuação da concessionária do abastecimento de água vai além desta precípua função, as estruturas correspondentes, a exemplo da drenagem pluvial e do manejo dos resíduos sólidos, são também implantadas e mantidas, quase sempre de forma precária, por órgãos da administração direta do poder municipal.

Na RDS 19, nas sedes dos 19 municípios que a compõe e nas duas *zonas urbanas isoladas* estudadas, reproduz-se, em termos institucionais, a situação geral que prevalece em todo o Estado. Em todas as 21 localidades analisadas, as respectivas administrações municipais detentoras da titularidade delegaram os **serviços de esgotamento sanitário**, conjuntamente os serviços de abastecimento de água, à empresa concessionária estadual. Não obstante, a atuação da Embasa se faz relevante em apenas duas situações: em Feira de Santana, onde a concessionária opera um amplo sistema estruturado, e em Santo Estevão, onde opera um diminuto sistema isolado de esgotamento sanitário (SLE) o qual atende a cerca de 2% da área urbana.

Afinal, observa-se que em 18 cidades e nas duas *zonas urbanas isoladas* estudadas na RDS, na ausência de sistemas estruturados de esgotamento sanitário, os encargos correspondentes a esses serviços recaem sobre as administrações municipais que, normalmente, admitem ou adotam soluções informais, ditas “alternativas” às disposições consideradas formais, conforme descrito no item 7.1.3 adiante. Registra-se que, em determinada proporção, essa situação ocorre também em Feira de Santana onde a atuação da Embasa se faz presente.

De acordo com as informações dos gestores, nas cidades de Amélia Rodrigues, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Feira de Santana e Irará, ações estão sendo empreendidas no sentido da melhoria dos serviços. Em Amélia Rodrigues e Irará, projetos de engenharia foram desenvolvidos no âmbito do PAC/Funasa, embora apenas na primeira as obras correspondentes foram iniciadas. Na cidade de Antônio Cardoso, a administração municipal elaborou e encaminhou a Embasa projeto para a implantação de um sistema completo e está no aguardo de providências concretas. Em Conceição da Feira, estudos



STATUS DA DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E ESGOTO

-  MUNICÍPIO COM DELEGAÇÃO À EMBASA
-  MUNICÍPIO COM DELEGAÇÃO AO SAAE
-  MUNICÍPIO COM PRESTAÇÃO DIRETA DOS SERVIÇOS

STATUS GESTOR DA INFRA ESTRUTURA EXISTENTE

-  EMBASA (SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E/OU SISTEMA LOCALIZADO DE ESGOTO)

PREFEITURA:

-  GESTÃO ESTRUTURADA (SAAE OU ADMINISTRAÇÃO DIRETA)
-  GESTÃO NÃO ESTRUTURADA

técnicos concernentes a um SES para toda a cidade foram solicitados à SEDUR. Em Feira de Santana, sob a gestão da Embasa, obras de porte estão em fase final de implantação nas duas principais vertentes urbanas de esgotamento sanitário.

▪ **Registro de informações sanitárias**

De uma forma geral para toda a RDS 19, como reflexo flagrante da precariedade e da não estruturação dos serviços, constata-se que as entidades municipais, responsáveis pelos mesmos, não possuem cadastro da infraestrutura por elas implantada e, muitas vezes, nem mesmo o registro elementar, qualitativo ou quantitativo, das informações relativas à infraestrutura e aos dispositivos sanitários em uso.

Sendo assim, em quase todos os municípios integrantes da RDS, parcela considerável das informações obtidas no recente levantamento de campo, que respalda o presente relatório, se baseia em relatos de gestores ou servidores das prefeituras, responsáveis diretos ou encarregados funcionais pela execução ou acompanhamento das obras de implantação ou ampliação das tubulações coletoras e dos demais dispositivos associados.

Mesmo em Feira de Santana, onde a Embasa opera sistemas diversificados que atendem a uma parcela considerável da cidade, as informações referentes a alguns sistemas de esgotamento localizados (SLE) carecem de maior acompanhamento sistemático. Com relação aos inúmeros sistemas localizados implantados na vertente urbana da bacia do Rio Pojuca, por exemplo, os recentes levantamentos de campo reportam que nem sempre há dados seguros relativos à quantidade dos mesmos, à abrangência espacial das redes coletoras correspondentes e às condições do tratamento e do descarte dos efluentes.

Em análise geral, importa enfatizar que parcela das informações fornecidas e utilizadas na confecção do presente diagnóstico é passível de apresentar incoerências, do ponto de vista técnico, ou de refletir vulnerabilidade, no que tange à consistência dos dados, em face da inexistência ou da insuficiência dos registros.

A observação registrada no parágrafo anterior se aplica a diversos itens e aspectos, principalmente quando são destacados e compilados, para a avaliação da condição sanitária das cidades, os dados e informações relativos à abrangência espacial das áreas atendidas por redes coletoras e à identificação dos materiais e dos diâmetros correspondentes.

Em atenção a esta contingência, a aplicação dos formulários em campo previu, como método de classificação, uma “nota graduada” representativa da segurança da informação coletada. Desta forma, na sequência deste relato, sempre que uma situação do gênero se apresentar, observação concernente será registrada e acompanhada de esclarecimentos complementares.

▪ **A tarifação dos serviços**

Em predominando as soluções individuais e as redes informais de coleta como formas de afastamento dos efluentes sanitários urbanos, os serviços públicos correspondentes praticamente inexistem nas sedes municipais da RDS 19. Sendo assim, a eventual atuação das entidades municipais responsáveis restringe-se a manutenção precária das tubulações de esgoto existentes em setores das cidades, linhas estas que, sistematicamente, escoam para rios, córregos e várzeas ou mesmo para estruturas implantadas da drenagem pluvial, com as quais se confundem em termos funcionais. Coerentemente a tal condição, os serviços relacionados não são tarifados.

Exceção se faz aos sistemas estruturados de esgotamento sanitário de Feira de Santana e aos sistemas isolados existentes tanto em Feira quanto em Santo Estevão. No primeiro caso, a tarifação praticada pela

Embasa corresponde a 80% do valor cobrado pelos serviços de fornecimento de água, e no segundo caso a taxa é de 45%.

7.1.2 Estimativa da produção dos volumes e cargas de esgotos gerados nas áreas urbanas

Os esgotos sanitários naturalmente apresentam elevada carga orgânica. Principalmente quando os efluentes são concentrados, como ocorre quando recolhidos e escoados por canalizações urbanas, a carga assume dimensão tal que exige redução a valores aceitáveis antes que possam ser descartados no meio ambiente.

Ao volume dos esgotos sanitários gerados em determinado setor urbano, em uma cidade ou mesmo em uma unidade residencial, corresponde uma determinada carga orgânica. A estimativa desses valores de volume e de carga constitui uma medida essencial para a avaliação do potencial poluente e para a concepção de alternativas de redução do teor concentrado. As diversas formas de promover a redução de uma carga orgânica guardam, portanto, relação direta com o volume gerado: variam desde o tratamento simplificado, como a infiltração elementar em solo compatível, por exemplo, aos variados tipos de processamento coletivo, através das denominadas *estações de tratamento de efluentes (ETE)*.

Enfim, após satisfatória redução da carga orgânica, os efluentes tratados podem ser conduzidos a corpos receptores naturais ou até mesmo serem disponibilizados a um *reúso agrícola*, eventual e controlado.

A partir dos números da população urbana é possível estimar os volumes dos esgotos potencialmente gerados em uma determinada cidade, considerando o volume de água consumida na mesma, devidamente ajustado por um índice que corresponda ao *coeficiente de retorno*.

Na RDS 19, os volumes de esgotos gerados pelas sedes municipais e as correspondentes cargas orgânicas (**Quadro 7.1**) foram obtidos com base na população estimada para o ano de 2009, admitindo para o *coeficiente de retorno* a taxa de 80%, e no valor de 54 g.DBO/dia, considerando ser este o valor médio produzido por um indivíduo.

Quadro 7.1 – Volume de esgotos estimado e carga orgânica gerada pelas sedes municipais – RDS 19

MUNICÍPIO	PROJEÇÃO POPULACIONAL 2009 ⁽¹⁾	CONSUMO MÉDIO PERCAPITA DE ÁGUA [l/hab./dia] - 2008	VAZÃO DE ESGOTOS ESTIMADA [BASE PROJ. POPULACIONAL 2009] [m3/dia]	% VAZÃO ESTIMATIVA DE ESGOTOS	CARGA ORGÂNICA GERADA [kg.DBO/dia]	% CARGA ORGÂNICA GERADA
ÁGUA FRIA ⁽²⁾	4.095	120,1	393	0,6%	221	0,6%
AMÉLIA RODRIGUES ⁽²⁾	15.670	96,6	1.211	2,0%	846	2,3%
ANGUERA ⁽²⁾	4.311	90,3	311	0,5%	233	0,6%
ANTÔNIO CARDOSO ⁽²⁾	1.236	93,4	92	0,2%	67	0,2%
CONCEIÇÃO DA FEIRA ⁽²⁾	12.904	122,3	1.263	2,1%	697	1,9%
CONCEIÇÃO DO JACUIPE ⁽²⁾	21.626	93,9	1.625	2,7%	1.168	3,2%
CORAÇÃO DE MARIA ⁽²⁾	8.210	96,0	631	1,0%	443	1,2%
FEIRA DE SANTANA ⁽²⁾	523.247	115,4	48.306	79,3%	28.255	77,8%
IPECAETÁ ⁽²⁾	1.306	128,3	134	0,2%	71	0,2%
IRARÁ ⁽²⁾	8.843	107,3	759	1,2%	478	1,3%
RAFAEL JAMBEIRO ⁽²⁾	3.441	101,7	280	0,5%	186	0,5%
SANTA BÁRBARA ⁽²⁾	8.288	126,8	841	1,4%	448	1,2%
SANTANÓPOLIS ⁽²⁾	1.250	179,6	180	0,3%	68	0,2%
SANTO ESTÊVÃO ⁽²⁾	25.079	106,5	2.137	3,5%	1.354	3,7%
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS ⁽²⁾	13.967	107,0	1.196	2,0%	754	2,1%
SERRA PRETA ⁽²⁾	562	96,3	43	0,1%	30	0,1%
TANQUINHO ⁽²⁾	5.508	104,5	460	0,8%	297	0,8%
TEODORO SAMPAIO ⁽²⁾	4.014	112,0	360	0,6%	217	0,6%
TERRA NOVA ⁽²⁾	9.204	94,9	699	1,1%	497	1,4%
TOTAL DA RDS	672.761	110,2	60.920	100,0%	36.329	100,0%

Fonte: (1) Projeção populacional, Geohidro - 2009
(2) Consumo médio *per capita* de água, SNIS – 2008
(3) Consumo médio *per capita* estimado

Gráfico 7.1 – Volume de esgotos estimado gerados pelas sedes municipais (m3/dia) – RDS 19

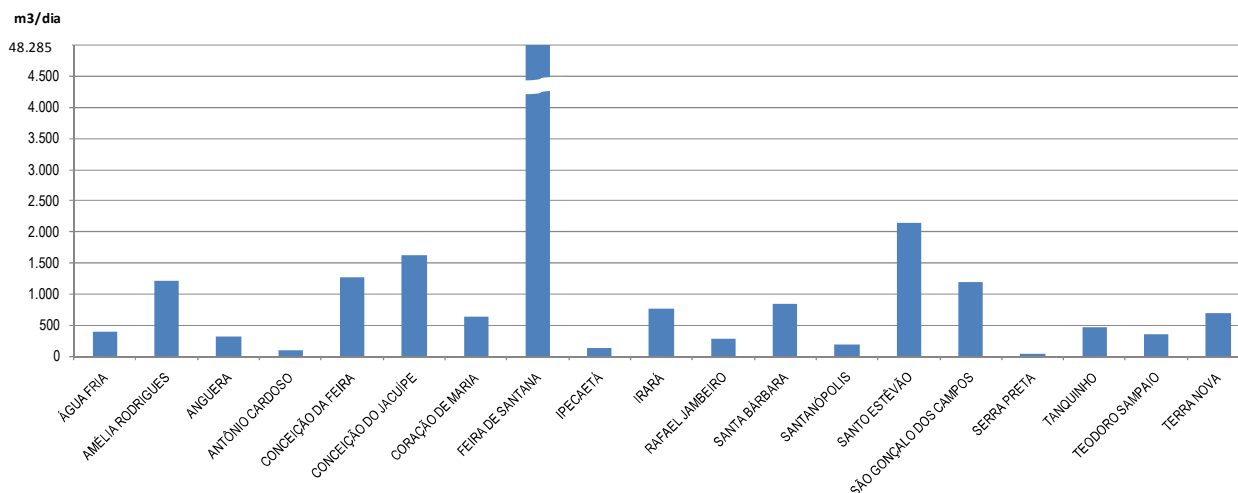
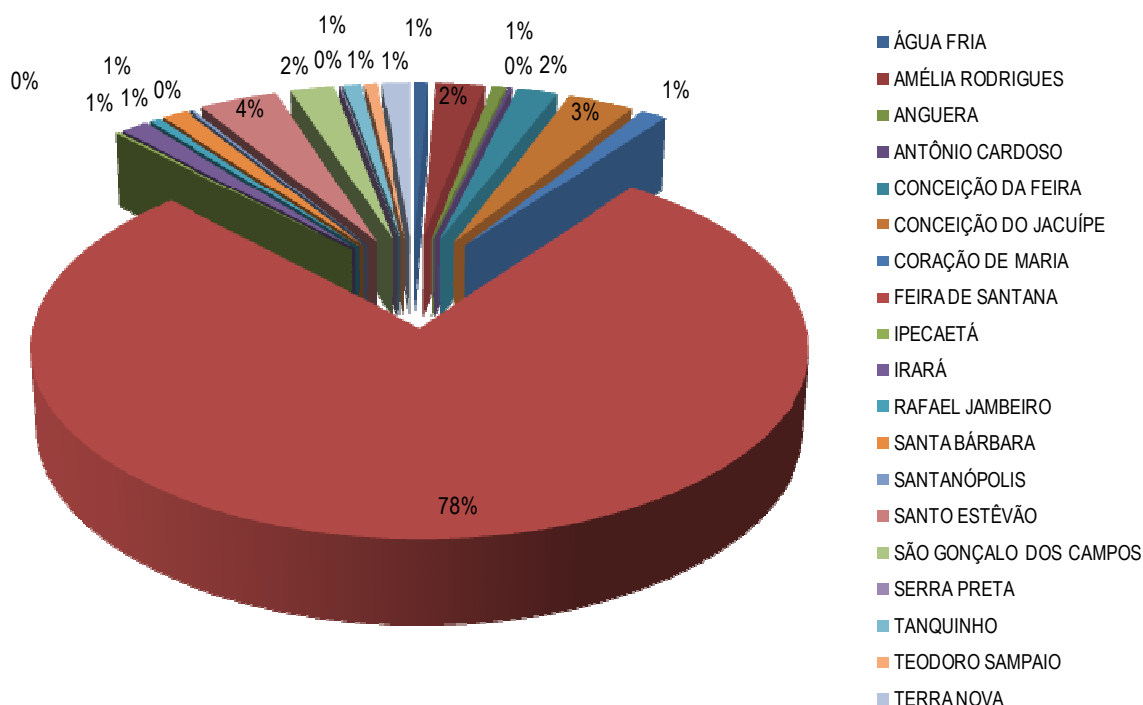


Gráfico 7.2 – Percentual de carga orgânica gerada pelas sedes municipais – RDS 19



O **Quadro 7.1** e o **Gráfico 7.1** apresentados demonstram o quanto representa a cidade de Feira de Santana no contexto da geração de carga orgânica na RDS 19. Considerando o fato de que nesta populosa cidade os sistemas estruturados implantados não abrangem a totalidade da mancha urbana, evidencia aí também, a exemplo das demais sedes municipais de região, a vulnerabilidade do solo e dos corpos receptores, conforme abordado no item 7.1.4, adiante.

7.1.3 O manejo dos efluentes sanitários

Diversas são as soluções ambientalmente adequadas para o afastamento e para a disposição final dos esgotos gerados pelos contingentes populacionais urbanos.

Na ausência de redes públicas de saneamento básico, as normas técnicas brasileiras admitem para uma situação individual, desde que subsistam as elementares condições técnicas, a adoção da detenção séptica (fossa), seguida de estrutura de absorção (sumidouro) que promovam, respectivamente, a redução da carga poluente e a infiltração dos efluentes no solo.

Para situações onde o solo for incompatível, o adensamento populacional for alto, recomenda-se a implementação das denominadas soluções coletivas. Nesses casos, a disposição ideal indicada compreende a implantação de sistema separador absoluto, constituído de rede coletora e unidade de tratamento dos efluentes.

No Estado da Bahia, considerando o universo das cidades até então visitadas nos presentes trabalhos do PEMAPES, pode-se afirmar que a *diversidade de soluções* é condição que prepondera. No contexto, por iniciativa das administrações municipais, observa-se que disposições alternativas são consideradas como *soluções* ao enfrentamento da questão do esgotamento sanitário, algumas atendendo satisfatoriamente as populações, outras servindo-as de forma parcial e outras ainda sem funcionar ou operando em

condições críticas. Sistemáticamente, denota-se que a referida *diversidade de soluções* se verifica também no âmbito de uma mesma cidade.

Independente da reduzida capacidade que as administrações ou as entidades gestoras municipais têm de realizar, em qualidade e porte necessários, os investimentos em ampliação e na operação satisfatória dos serviços de saneamento básico, o panorama observado reflete, em análise geral, insuficiência de gestão e incapacidade administrativa do poder público em lidar com os inúmeros aspectos que determinam a questão urbana como um todo, desde a ausência ou não observância do planejamento até a falta de controle do uso do solo.

Na RDS 19, conforme se evidencia no item 7.1.2, acima, observa-se uma situação peculiar: ostentando o posto de segundo maior cidade do estado, Feira de Santana concentra quase 78% da população urbana total regional. Considerando esta condição, assim como as especificidades dos sistemas de esgotamento implantados e as características próprias da prestação local dos serviços, na presente análise, sempre que se fizer necessário, informações específicas referentes a essa cidade serão destacadas da avaliação conjunta das sedes municipais.

De acordo com a proposição do PEMAPES, Feira de Santana, dentre outras relevantes cidades do Estado da Bahia, será objeto de estudos mais detalhados que retratarão com mais propriedade a situação da infraestrutura sanitária do conglomerado urbano.

Em toda a região, embora a Embasa seja a entidade detentora da concessão dos serviços, com exceção de Feira de Santana e Santo Estevão, não há sistemas de esgotamento sanitário implantados ou operados pela empresa, seja através de *rede separadora* convencional seja por qualquer outra metodologia de coleta, afastamento, tratamento e disposição das contribuições geradas pelas populações e pela dinâmica funcional urbana.

Os levantamentos de campo indicam que na RDS 19 prevalece o emprego da **fossa de absorção** como solução individual ao afastamento das contribuições sanitárias. De forma variada quanto ao tipo e proporção dos efluentes sanitários recebidos (se *esgotos primários*, *esgotos secundários* ou ambos) todas as 19 sedes municipais e as duas *zonas urbanas isoladas* estudadas utilizam as *fossas de absorção*, o que não significa afirmar que em todas as situações as condições se apresentem satisfatórias a este tipo de solução. Em segundo plano desponta a utilização das redes não padronizadas de coleta, que no presente estudo é designado como **sistema misto informal**, disposição que incide, em proporção e forma variada, em 14 cidades da região.

Em terceiro plano, destaca-se que em 15 das 19 cidades da região e nas duas localidades avaliadas, setores urbanos lançam esgotos **a céu aberto** através de valas de descarte ou mesmo pelas sarjetas das vias, a caminho de estruturas de drenagem ou na direção de várzeas e descampados periféricos.

Na RDS 19, as redes em regime **separador absoluto** aparecem como sendo a quarta forma mais utilizada para o afastamento dos efluentes sanitários urbanos. Embora só possam ser classificadas como parte de um sistema estruturado em Feira de Santana e em uma pequena área de Santo Estevão, redes separadoras, não sequenciadas por unidades de tratamento, também foram implantadas nas cidades de Antônio Cardoso, Conceição da Feira, e São Gonçalo dos Campos.

Não recomendável em termos ambientais, outro recurso para o afastamento das contribuições sanitárias, como seja o **lançamento direto no corpo receptor**, é utilizado apenas em ínfimas parcelas da cidade de Antônio Cardoso e do povoado de Bravo.

Na seqüência, números e informações notáveis representativos do manejo dos efluentes sanitários gerados nas sedes municipais da RDS 19 são apresentados a partir do enfoque hierárquico das principais formas de solução, praticadas.

Conforme a terminologia convencionalmente empregada, denomina-se esgoto primário as contribuições sanitárias provenientes de vasos sanitários e mictórios, e esgoto secundário às águas servidas advindas de ralos de escoamento, pias de cozinha e tanques de lavagem de roupa.

Em seguida, são apresentados quadros e histograma representativos das formas de manejo dos esgotos *primários* e *secundários* nas cidades da RDS 19.

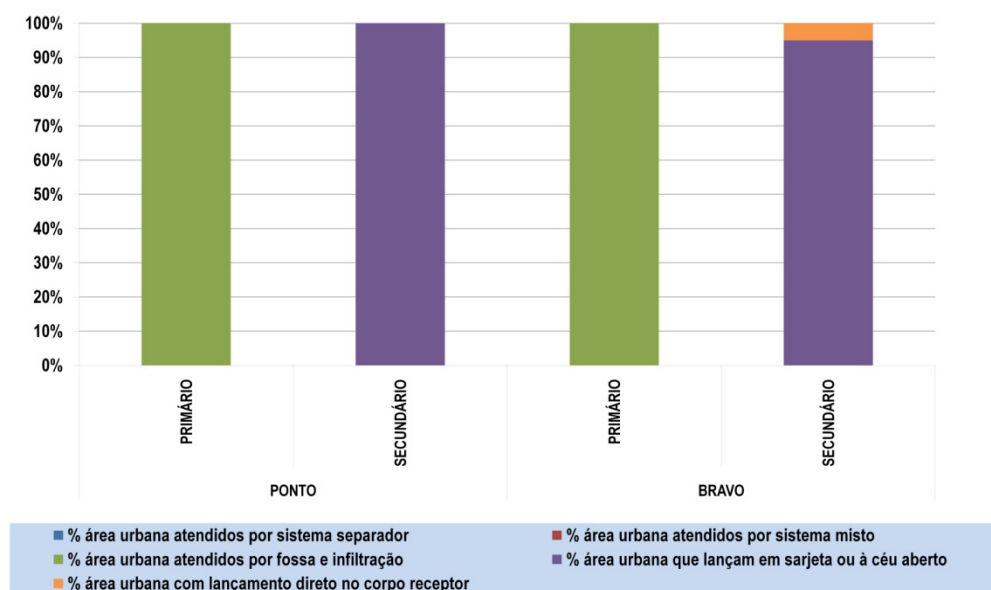
Ao final do subitem, a situação específica de Feira de Santana é destacada.

Nas localidades de **Ponto e Bravo**, zonas urbanas isoladas que integram o município de Serra Preta, com relação ao manejo das contribuições sanitárias urbanas, registra-se que nas duas sedes distritais o total dos esgotos primários é conduzido para fossas de absorção (não sépticas) e, considerando a reduzida capacidade de infiltração do solo, respectivamente 100 e 95% dos esgotos secundários são descartados nas ruas ou no fundo de quintais, por onde escoam a céu aberto através de sarjetas ou valetas. Complementando o quadro, registra-se que em Bravo, 5% dos esgotos secundários são lançados diretamente nos terrenos mais baixos que margeiam a borda sudoeste da mancha urbana.

Desta forma, constata-se que, na ausência do adequado tratamento dos efluentes, o solo urbano dos povoados e as várzeas que os contornam, destino final dos esgotos gerados, apresentam um potencial de contaminação a ser avaliado em prol da qualidade ambiental.

Um aspecto relevante a ser destacado é que as populações desses núcleos urbanos superam em muito a população da sede. O número de habitantes de Ponto (1.688 hab.) corresponde aproximadamente ao triplo do número de moradores da cidade de Serra Preta (579 hab.) cuja população, por sua vez, corresponde a cerca de 1/10 da população do povoado de Bravo (4.221 hab.).

Gráfico 7.3. – Formas de manejo dos esgotos sanitários – zonas urbanas isoladas de Bravo e Ponto



▪ Fossa de absorção

Fossas de absorção ou *poços absorventes* compreendem estruturas em câmara única, em geral cilíndricas ou prismáticas retangulares, implantadas dentro dos lotes e enterradas no solo, dispostas verticalmente “em fuste” e vazadas no fundo para possibilitar a infiltração das contribuições sanitárias advindas das edificações, sejam os esgotos totais, seja apenas a parcela classificada como *esgoto primário*.

Na RDS 19, as *fossas de absorção*, presentes em todas as cidades e nas duas localidades estudadas, assumem posição de destaque no contexto das soluções adotadas para o manejo dos efluentes sanitários, refletindo satisfatória capacidade de absorção dos solos urbanos, não obstante ser recorrente a variação do nível do lençol freático em determinadas situações.

Em Santanópolis, essa é a alternativa adotada para a totalidade das contribuições geradas na cidade, ao passo que em Coração de Maria, apenas o total dos *esgotos primários* é conduzido para as estruturas.

Nas cidades de Água Fria, Serra Preta, Irapá, Tanquinho e Terra Nova, a mesma percentagem de *esgotos primários* e *secundários* é conduzida para os poços absorventes, nas proporções aproximadas de 80, 75, 60, 30 e 5% das superfícies urbanas, respectivamente.

No restante da RDS 19, percentagens diferentes entre *esgoto primário* e *secundário* são remetidas para as fossas. Com relação aos *esgotos primários*, em Conceição da Feira e Santo Estevão, cerca de 98% das áreas urbanizadas contam com as fossas para o descarte dos *esgotos primários*; em Teodoro Sampaio e Rafael Jambeiro o percentual aproximado para essa disposição corresponde a 95%; nas cidades de Ipecaetá, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos, Amélia Rodrigues, Feira de Santana, Santa Bárbara, Anguera, as taxas percentuais correspondem, de forma respectiva, a aproximadamente 90, 85, 80, 60, 50, 40 e 30% e, em Antônio Cardoso, apenas cerca de 8% da projeção da cidade descarrega *esgotos primários* nas *fossas de absorção*. Relativamente aos *esgotos secundários*, em termos aproximados, 90% da cidade de Teodoro Sampaio, 88% de Santo Estevão, 70% de São Gonçalo e de Conceição do Jacuípe, 63% de Conceição da Feira, 60% de Rafael Jambeiro, 35% de Feira

de Santana, 30% de Amélia Rodrigues, 20% de Anguera, 10% de Ipecaetá e Santa Bárbara e 8% de Antônio Cardoso fazem uso das estruturas individuais de absorção.

▪ Sistema misto informal

Ao denominado *sistema misto informal* correspondem estruturas lineares de coleta e condução de esgotos sanitários e de contribuições pluviais recolhidas no interior dos lotes, implantadas principalmente sob as vias públicas dotadas de gradiente topográfico favorável.

Normalmente, os dutos do *sistema informal* concorrem para as galerias da micro ou da macrodrenagem pluvial, fazendo-as funcionar como *sistema misto*, ou seguem diretamente para as estruturas típicas da macrodrenagem, sejam estas naturalmente estabelecidas ou convenientemente construídas nos setores urbanos mais baixos. Quase sempre sem receber qualquer tipo de tratamento, o caudal escoado é direcionado a um corpo hídrico natural do tipo córrego, várzea ou bacia de acumulação. Em determinadas situações, as linhas do *sistema informal*, assim como as estruturas da drenagem pluvial que as seqüenciam, concorrem diretamente para corpos receptores principais, eventualmente estabelecidos nos flancos periféricos ou entrecortando as manchas urbanas.

Os estudos de campo indicam que a opção pelo *sistema informal* como alternativa de esgotamento sanitário decorre geralmente da insuficiente capacidade de absorção do solo ou do intenso adensamento populacional dos setores enfocados, condições estas que inviabilizam a opção preferencial por *fossas de absorção*.

Além das contribuições sanitárias geradas diretamente nas edificações e das contribuições pluviais admitidas, eventualmente concorrem também para as estruturas do *sistema informal* os efluentes extravasados de fossas de absorção, colmatadas no decurso do tempo. Em determinadas situações, a reduzida absorção do solo impõe que apenas os *esgotos primários* sejam remetidos ao sistema enquanto que as demais *águas residuárias* são descartadas em sarjetas, quintais ou valas a *céu aberto*, por onde drenam as águas pluviais. Em outras situações ainda, apenas as contribuições correspondentes aos *esgotos secundários* são conduzidas às linhas do sistema informal.

A distinção como “*informal*” remete ao fato da implantação da infraestrutura desta ordem normalmente acontecer à revelia de planejamento e controle técnico. Sem o respaldo de um projeto de engenharia, muitas vezes o traçado da rede não apresenta disposição espacial satisfatória e os diâmetros das tubulações possuem dimensões incompatíveis.

Na RDS 19, as linhas em *sistema misto* ocorrem em parcelas de 14 das 19 cidades da região. Em proporção igual, *esgotos primários* e *secundários* de aproximadamente 80% de Terra Nova, 70% de Anguera, 67% de Tanquinho, 40% de Amélia Rodrigues e Santa Bárbara, 25% Serra Preta, 15% de São Gonçalo dos Campos e 5% de Teodoro Sampaio são lançados nas linhas informais.

Em taxas proporcionais distintas, seguem para o *sistema informal* os *esgotos primários* de cerca de 10% das cidades de Ipecaetá e Conceição do Jacuípe e os *secundários* de 85 e 25% das respectivas manchas urbanas, aproximadamente.

Em Rafael Jambeiro, Coração de Maria, Santo Estevão e Conceição da Feira, apenas os *esgotos secundários* são descartados no *sistema informal*.

▪ Sistema separador absoluto

O *sistema separador absoluto* preconiza a implantação de rede coletora exclusivamente destinada a conduzir esgotos sanitários. Do ponto de vista técnico, na hipótese de contemplar unidades para o

tratamento dos efluentes veiculados, esta modalidade apresenta vantagens consideráveis se comparada com o *sistema misto* ou mesmo com o *sistema unitário*. Sob o enfoque econômico, entretanto, o *sistema separador* completo quase sempre se mostra inviável, por demandar elevado custo de implementação.

Na RDS 19, apenas em cinco cidades registrou-se a existência de *rede separadora*. Operado pela Embasa e atendendo a uma parcela significativa de Feira de Santana as disposições implantadas nesta modalidade são descritas em bloco específico adiante. Na cidade de Santo Estevão a concessionária estadual também opera um SLE que esgota um reduzido setor, o bairro Orlando Santiago, correspondente a cerca de 2,5% da área urbana.

Em Antônio Cardoso, em valores aproximados, os *esgotos primários* de 92% e os *secundários* de 87% da cidade são afastados por *rede separadora* e descartados à jusante nos terrenos baixos que margeiam o prolongamento do Riacho Lava-Pés.

Nas cidades de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira, foi informada a existência de diminutos e precários trechos de *rede separadora*, destinados ao afastamento das contribuições sanitárias advindas de cerca de 5 e 2% das projeções urbanas, respectivamente.

▪ **Lançamento a céu aberto**

Um recurso bastante utilizado nas cidades, quando não se dispõe de solução sanitária adequada, é o descarte dos esgotos sanitários em sarjetas, nos setores onde as vias são pavimentadas, e em valas e grotões expostos, em fundos de quintais e nas vias desprovidas de pavimento. Disposição similar é praticada em porções urbanas periféricas, diretamente convergentes a rios, córregos, lagoas ou várzeas adjacentes. Na maioria das situações, apenas a porção correspondente aos denominados *esgotos secundários* são descartados *a céu aberto*; entretanto, há ocasiões em que também os *esgotos primários* sofrem idêntica destinação.

Na RDS, 15 das cidades que a integram adotam a prática do lançamento dos esgotos sanitários a céu aberto. Em Irará, Água Fria e Terra Nova, na mesma razão, esgotos primários e secundários de parcelas correspondentes a aproximadamente 60, 20 e 15% do total das manchas urbanas são respectivamente descartados por essa modalidade. O mesmo acontece em Conceição do Jacuípe, Rafael Jambeiro e Tanquinho, porém apenas com relação à cerca de 5% das áreas das cidades.

Em Santa Bárbara, a céu aberto são lançados os esgotos primários gerados em cerca de 20% da área urbanizada e os esgotos secundários produzidos em aproximadamente 50% da mesma.

Apenas esgotos secundários descartados a céu aberto é a situação que se verifica em cerca de 70% da superfície de Coração de Maria, 30% de Amélia Rodrigues e Conceição da Feira, 15% de Feira de Santana, 10% de Anguera e São Gonçalo do Campo, e 5% de Ipecaetá e Teodoro Sampaio.

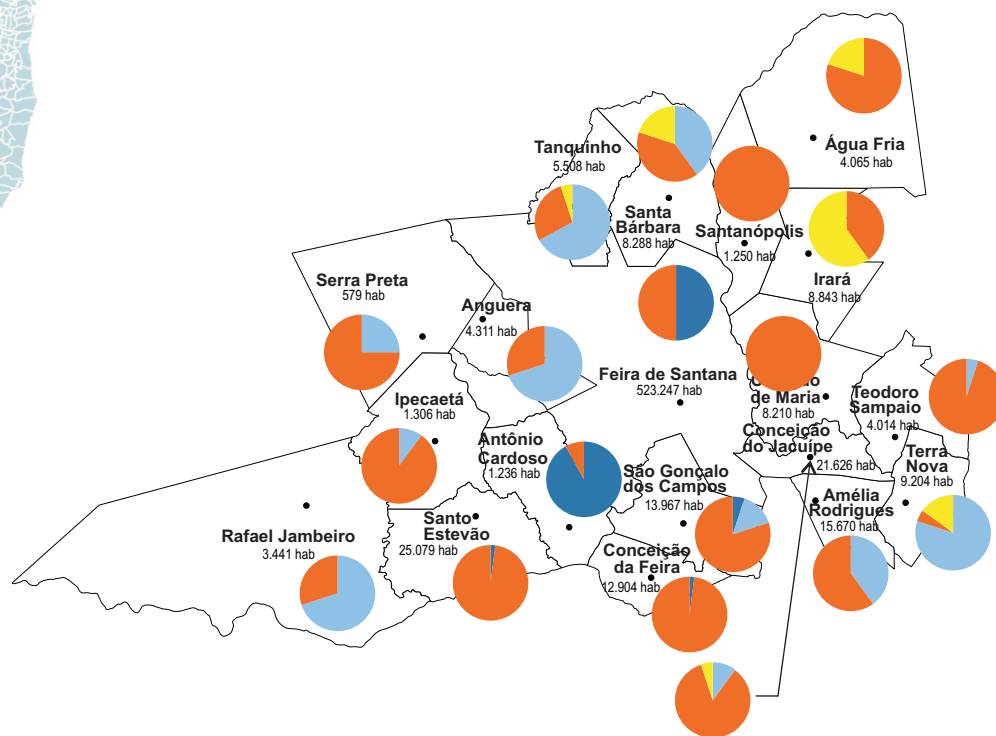
▪ **Lançamento direto no corpo receptor**

Não obstante constitua a forma mais imediata de promover o afastamento das contribuições sanitárias do contato com a população, o descarte direto das contribuições sanitárias em corpo receptor representa uma prática das mais não recomendadas, sob a ótica da preservação dos recursos hídricos. De acordo com os levantamentos de campo, dentre as cidades da RDS 19 este procedimento é utilizado apenas em Antônio Cardoso, onde 5% da área urbana lança esgotos secundários diretamente no corpo receptor, no caso, o trecho retificado do Riacho Lava-Pés.

Quadro 7.2. – Formas de manejo e disposição dos esgotos primários nas sedes municipais – RDS 19

MUNICÍPIO	FORMAS DE MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS PRIMÁRIOS			
	% área urbana atendidos por sistema separador	% área urbana atendidos por sistema misto	% área urbana atendidos por fossa e infiltração	% área urbana que lançam a céu aberto
ÁGUA FRIA			80	20
AMÉLIA RODRIGUES		40	60	
ANGUERA		70	30	
ANTÔNIO CARDOSO	92		8	
CONCEIÇÃO DA FEIRA	2		98	
CONCEIÇÃO DO JACUIPE		10	85	5
CORAÇÃO DE MARIA			100	
FEIRA DE SANTANA	50		50	
IPECAETÁ		10	90	
IRARÁ			40	60
RAFAEL JAMBEIRO		70	30	
SANTA BÁRBARA		40	40	20
SANTANÓPOLIS			100	
SANTO ESTÊVÃO	2		98	
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	5	15	80	
SERRA PRETA		25	75	
TANQUINHO		67	28	5
TEODORO SAMPAIO		5	95	
TERRA NOVA		80	5	15

Fonte: Geohidro, 2009



LEGENDA:

- SISTEMA SEPARADOR (SISTEMA OU SOLUÇÃO LOCALIZADA DE ESGOTO)
- SISTEMA COM OPERAÇÃO MISTA (SISTEMA INFORMAL)
- SISTEMA PLANEJADO PARA OPERAR COMO MISTO
- FOSSA SUMIDOURO (CÂMARA ÚNICA)
- LANÇAMENTO NO CORPO RECEPTOR VIA COLETORES
- LANÇAMENTO A CÉU ABERTO
- LANÇAMENTO DIRETO NO CORPO RECEPTOR
- INFORMAÇÕES NÃO DISPONIBILIZADAS

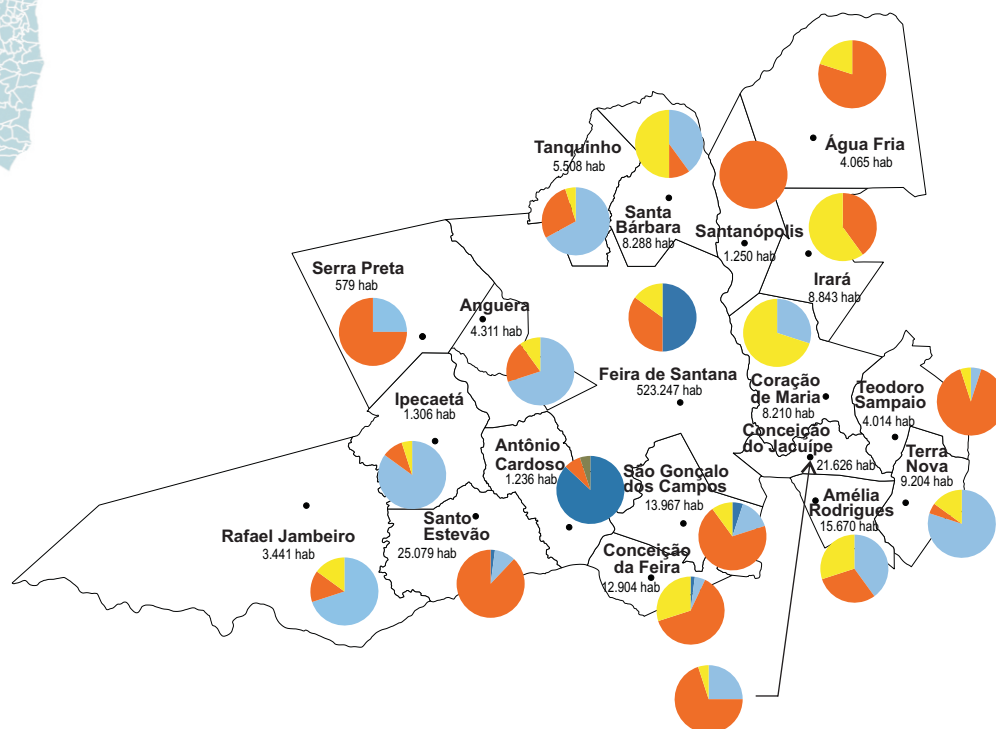
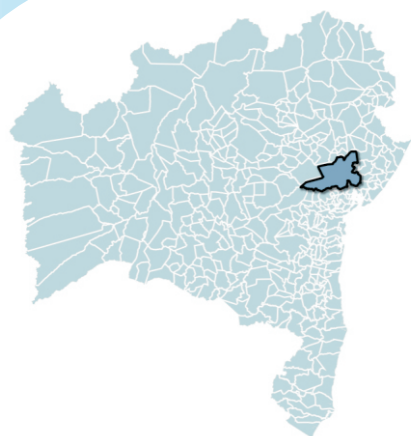
26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 19
PORTAL DO SERTÃOESGOTAMENTO SANITÁRIO
TIPOLOGIAS SOLUÇÃO
MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS PRIMÁRIOS

Quadro 7.3. – Formas de manejo e disposição dos esgotos secundários nas sedes municipais – RDS 19

MUNICÍPIO	FORMAS DE MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS SECUNDÁRIOS				
	% área urbana atendidos por sistema separador	% área urbana atendidos por sistema misto	% área urbana atendidos por fossa e infiltração	% área urbana que lançam a céu aberto	% área urbana com lançamento direto no corpo receptor
ÁGUA FRIA			80	20	
AMÉLIA RODRIGUES		40	30	30	
ANGUERA		70	20	10	
ANTÔNIO CARDOSO	87		8		5
CONCEIÇÃO DA FEIRA	2	5	63	30	
CONCEIÇÃO DO JACUIPE		25	70	5	
CORAÇÃO DE MARIA		30		70	
FEIRA DE SANTANA	50		35	15	
IPECAETÁ		85	10	5	
IRARÁ			40	60	
RAFAEL JAMBEIRO		70	15	15	
SANTA BÁRBARA		40	10	50	
SANTANÓPOLIS			100		
SANTO ESTÊVÃO	2	10	88		
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	5	15	70	10	
SERRA PRETA		25	75		
TANQUINHO		67	28	5	
TEODORO SAMPAIO		5	90	5	
TERRA NOVA		80	5	15	

Fonte: Geohidro, 2009



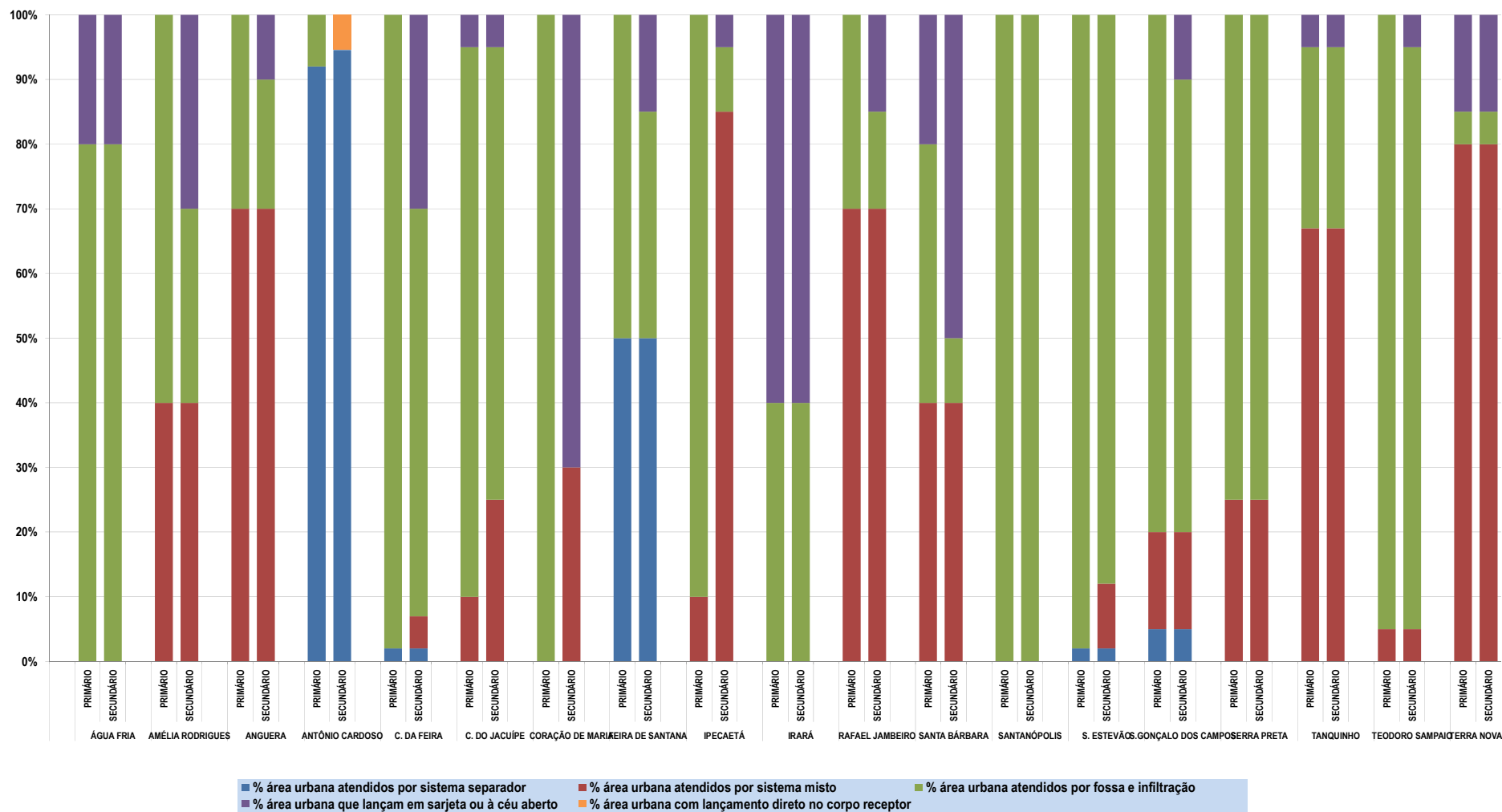
LEGENDA:

- SISTEMA SEPARADOR (SISTEMA OU SOLUÇÃO LOCALIZADA DE ESGOTO)
- SISTEMA COM OPERAÇÃO MISTA (SISTEMA INFORMAL)
- SISTEMA PLANEJADO PARA OPERAR COMO MISTO
- FOSSA SUMIDOURO (CÂMARA ÚNICA)
- LANÇAMENTO NO CORPO RECEPTOR VIA COLETORES
- LANÇAMENTO A CÉU ABERTO
- LANÇAMENTO DIRETO NO CORPO RECEPTOR
- INFORMAÇÕES NÃO DISPONIBILIZADAS

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 19
PORTAL DO SERTÃOESGOTAMENTO SANITÁRIO
TIPOLOGIAS DE SOLUÇÃO
MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS SECUNDÁRIOS

Gráfico 7.4. – Formas de manejo dos esgotos sanitários – RDS 19



Nas tabelas e gráficos acima, a terminologia *sistema misto* é empregada para designar as alternativas de condução conjunta de esgotos sanitários e águas pluviais que podem ocorrer, inclusive de forma simultânea, em uma cidade: as redes do *sistema misto* e do *sistema unitário*, propriamente ditos; as denominadas *redes mistas informais*, concebidas para funcionar como *sistema misto*; as redes originalmente *separadoras* que passaram a receber águas pluviais; e as redes coletoras dos sistemas de drenagem que recebem esgotos através de ligações clandestinas.

7.1.4 As formas de destinação dos esgotos

Na RDS 19, constata-se uma diversidade nas formas de destinação final dos esgotos sanitários, caracterizada principalmente pela disposição dos efluentes no solo e pelo lançamento em corpos hídricos.

A disposição no solo acontece principalmente por infiltração direta, através das *fossas de absorção*, ou indiretamente, pelo lançamento de efluentes não tratados na superfície de terrenos descampados, normalmente situados nas bordas periféricas das cidades.

A disposição em corpos hídricos se verifica por intermédio do lançamento imediato das contribuições em rios, riachos, lagoas e várzeas úmidas que margeiam ou que se estabelecem no seio das manchas urbanas, ou por descarga indireta através de sarjetas, valetas e estruturas da macrodrenagem pluvial construídas.

Invariavelmente, em todas as cidades da RDS 19, as características fisiográficas e o manejo precário ou insuficiente das águas urbanas fazem com que a degradação ambiental do solo e dos corpos hídricos seja realidade ou constitua presente ameaça.

Na região, praticamente a totalidade das unidades de absorção implantadas em lotes não são precedidas por tanques sépticos que possam promover a redução da carga orgânica. Em assim ocorrendo, cargas brutas, diluídas ou não no conjunto das águas residuárias, infiltram-se direta e imediatamente no solo, sem sofrer prévia digestão anaeróbica em câmaras estanques. Ademais, mesmo na hipótese da implantação preliminar de tanques sépticos, não há informações que possibilitem avaliar, dentre outros aspectos, as características das camadas filtrantes do solo a ponto de garantir a eficácia da infiltração dirigida, enquanto método satisfatório de disposição final de efluentes sanitários. Desconhece-se também o comportamento dos fluidos percolados, nos períodos em que chuvas intensas provocam elevação do aquífero freático.

Em determinadas sedes municipais, as populações têm se deparado com a ineficiência das fossas e, como principal causa, aponta-se a ausência de critério técnico na implantação das estruturas. Na cidade de Água Fria, apesar do bom nível de infiltração do solo, as unidades extravasam e os efluentes findam escoando a céu aberto. Já em Conceição do Jacuípe e Coração de Maria, de acordo com informações obtidas, estudos comprovam o risco de contaminação de fontes de água pelo efluente oriundo das fossas.

Sendo assim, conclui-se que na RDS 19, apesar de em termos gerais ser satisfatória a capacidade de infiltração, solo e subsolo urbanos podem se encontrar contaminados ou em processo de contaminação, representando real ou potencial dano ambiental.

Considerando ser bastante limitada a presença na região de sistemas estruturados de esgotamento sanitário, constituídos de *redes separadoras convencionais* e unidades de tratamento, destaca-se em diversas cidades a incidência marcante das denominadas *redes mistas informais*, estruturas hidráulicas implantadas quase sempre à revelia dos preceitos técnicos e que, conforme definido anteriormente,

conduzem aos corpos hídricos, de forma simultânea e em variada proporção, tanto efluentes sanitários como deflúvios pluviais urbanos.

Com exceção de Feira de Santana, cuja abordagem específica sucinta apresenta-se na sequência deste relato, apenas em Santo Estevão um pequeníssimo setor da cidade trata os efluentes sanitários coletados, utilizando-se para tal de uma unidade digestora anaeróbica de fluxo ascendente. Após o tratamento, os efluentes são dispostos no solo para que se processe a infiltração dirigida.

Ademais, apesar de trechos de rede separadora serem também identificados em Antônio Cardoso, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, as estruturas implantadas não constituem um sistema estruturado por não dispor de unidades de tratamento dos efluentes.

Verifica-se uma situação atípica em Antônio Cardoso, embora cerca de 90% dos esgotos da cidade sejam veiculados por rede separadora não sequenciada por unidade de tratamento coletivo, em setores urbanos recentemente implantados, correspondentes a aproximadamente 1/3 da superfície total atendida, cada edificação recebe, antes de fazer o lançamento no sistema público, uma estrutura de tratamento individual constituída de fossa séptica e filtro anaeróbico, o que atenua a carga orgânica lançada na extremidade final da rede.

Sem critérios técnicos adequados, os pequenos trechos de rede separadora de São Gonçalo dos Campos e de Conceição da Feira lançam os efluentes conduzidos em glebas adjacentes às suas manchas urbanas, respectivamente em uma vasta pastagem e em uma área que drena ao Riacho Fonte do Padre. Ressalta-se que em Conceição da Feira, antes do descarte final, os efluentes passam por uma fossa séptica coletiva que opera em condições absolutamente precárias.

De forma geral, em toda a RDS ressalta-se que inexistem dispositivos para tratamento das contribuições coletadas por tubulações em rede e os efluentes sanitários são descartados *in natura* em rios e lagoas ou ainda em terrenos descampados que convergem para os corpos hídricos receptores, condicionando gravemente a qualidade ambiental.

Na maioria das sedes municipais, evidencia-se também que ruas e até bairros inteiros descartam esgotos a céu aberto, refletindo, além da inexistência de infraestrutura adequada, a ausência de controle do uso do solo. Há situações em que os setores urbanos nessa condição contribuintes localizam-se tanto no miolo como na periferia das cidades e os lançamentos acontecem em sarjetas, valetas ou fundos de lotes. Desta forma, as contribuições findam escoando para glebas mais baixas das cidades, por onde escoam os cursos d'água. Em determinadas situações, apenas os *esgotos secundários* são lançados a céu aberto. Entretanto, em algumas localidades da presente RDS, notadamente em Irará, Água Fria, Santa Bárbara e Terra Nova o lançamento a céu aberto de esgoto primário também é registrado.

Em cerca de 5% da cidade de Antônio Cardoso, contribuições sanitárias correspondentes a *esgotos secundários* são lançadas diretamente no trecho retificado do intermitente Riacho Lava-Pés e acabam se infiltrando no solo à jusante da cidade.

Em síntese, podemos afirmar que, com a maciça contribuição de esgotos das cidades estudadas, rios, riachos, córregos, e várzeas inseridas nas bacias hidrográficas que comportam a RDS 19, como sejam: Paraguaçu, Jacuípe, Subaé e Pojuca encontram-se ameaçadas pela ausência ou insuficiência de sistemas adequados de esgotamento das contribuições sanitárias.

Na sequência, apresenta-se o **Quadro 7.4**, indicativo da disposição final dos efluentes sanitários gerados nas sedes municipais da região.

Na última parte do presente subitem, as situações específicas da disposição final em Feira de Santana e nas sedes distritais de Bravo e Ponto, situadas no município de Serra Preta, são resumidamente apresentadas.

Quadro 7.4 – Disposição final dos esgotos sanitários urbanos – RDS 19

Município	Disposição Final				
	Disposição oceânica	Disposição fluvial	Disposição lacustre	Disposição direta no solo	Plantas aquáticas ou irrigação
Água Fria				●	
Amélia Rodrigues		●			
Anguera				●	
Antônio Cardoso				●	
Bravo				●	
Conceição da Feira		●		●	
Conceição do Jacuípe				●	
Coração de Maria				●	
Feira de Santana		●	●	●	
Ipecaetá		●		●	
Irará				●	
Ponto			●	●	
Rafael Jambeiro		●			
Santa Bárbara			●		
Santanópolis				●	
Santo Estêvão				●	
São Gonçalo dos Campos				●	
Serra Preta				●	
Tanquinho		●		●	
Teodoro Sampaio		●			
Terra Nova		●			

▪ O manejo dos esgotos sanitários em Feira de Santana

A mancha urbana da cidade de Feira de Santana se assenta sobre território caracterizado por relevo consideravelmente suave e, de forma um tanto homogênea, se espalha radialmente em torno do ponto que define o limite das três principais bacias hidrográficas da RDS 19.

Em termos sanitários, a situação acima descrita confere ao importante núcleo urbano características peculiares uma vez que cada bacia constituinte determina, naturalmente, as vertentes dos sistemas de esgotamento sanitários implantados pela Embasa e que, resguardando as poucas reversões admitidas, foram concebidos de modo independente para atender a cidade.

Em Feira de Santana, portanto, três bacias formam a base do encaminhamento das águas da zona urbana. Duas dessas vertentes hidrográficas, Jacuípe e Subaé, possuem sistemas estruturados de esgotamento sanitário, implantados ao longo dos anos, que, na situação atual, encontram-se em etapa final de ampliação. Na bacia do Pojuca, parcela da área urbana reverte esgotos para o sistema do Jacuípe, enquanto que outra parte, não complementar, é atendida de forma descontínua no espaço, pelos

diversos sistemas isolados estabelecidos em conjuntos habitacionais e condomínios particulares presentes no território.

De forma geral, nas áreas onde não há rede coletora ou nos setores onde potenciais usuários não realizaram as ligações domiciliares, fossas de absorção ou tanques sépticos com sumidouros são empregados como solução para a disposição final dos esgotos. Entretanto, em algumas áreas, o nível elevado do lençol freático tem condicionado o extravasamento das estruturas de absorção e a ocorrência de esgoto a céu aberto, a caminho das estruturas da drenagem pluvial, é verificada.

A seguir, a situação do manejo dos efluentes sanitários e da destinação final dos efluentes em cada uma das bacias de esgotamento de Feira de Santana é resumidamente retratada.

— Bacia do Jacuípe

Estabelecido na vertente oeste-sudoeste da cidade, em área contribuinte ao lago formado pela barragem de Pedra do Cavalo, o setor urbano correspondente à bacia do Rio Jacuípe constitui a gleba na qual a cobertura da rede separadora é mais ampla. Na situação atual, o SES Jacuípe atende cerca de 65% da população da bacia e, com a conclusão das obras da ampliação, estimada para setembro do presente ano, a cobertura do sistema deverá atingir aproximadamente 93% da população.

Não obstante, informações prestadas por gestores do sistema revelam que ligações clandestinas realizadas nas linhas da nova rede assim como a sobrecarga de vazão sobre segmentos da rede mais antiga vêm, sistematicamente, provocando em determinados pontos do sistema o extravasamento de efluentes aos canais e às demais estruturas componentes da drenagem pluvial urbana.

Com relação à destinação final dos efluentes, o SES Jacuípe conta na situação atual com uma ETE, localizada na porção oeste da Bacia, que opera com sistema de lodos ativados seguido de lagoa de maturação. As intervenções em curso prevêem a inclusão de um digestor anaeróbio no início do tratamento. Os efluentes tratados são descartados na calha do Rio Jacuípe por intermédio de emissário.

Com início de operação previsto para setembro do presente ano, a nova ETE do Jacuípe contará com digestores do tipo DAFA, tanques aerados e lagoas de maturação que funcionarão como reforço à estação de tratamento existente.

A bacia do Jacuípe ainda conta com sistemas isolados para atendimento a três conjuntos habitacionais. Refletindo a condição recorrente de sobrecarga dos sistemas, registra-se, por exemplo, que um desses conjuntos, projetado para abrigar aproximadamente 10.000 habitantes, conta na atualidade com uma população da ordem de 12.000 pessoas.

Os sistemas isolados dos conjuntos habitacionais contam com unidades de tratamento compostas de: tanque Imhoff seguido de DAFA; DAFA em série ou DAFA seguido de lagoa facultativa com leitos de secagem para o tratamento do lodo. De acordo com as informações da Embasa, diante das novas intervenções previstas há possibilidade das ETEs serem desativadas e substituídas por elevatórias que remeterão as contribuições recolhidas para a ETE Jacuípe.

— Bacia do Subaé

O sistema da bacia do Rio Subaé, abrange a vertente sudeste de Feira de Santana. Nesta gleba, na presente situação, cerca de 40% da população são atendidos pela rede coletora. Estima-se que esta proporção alcance aproximadamente 65% já em setembro de 2010, ao final das obras de ampliação em curso. Observa-se que no Sistema Subaé, reproduzem-se as mesmas fragilidades operacionais

anunciadas para a bacia do Jacuípe. O tratamento existente é composto de DAFA, lagoa aerada e lagoa facultativa e também é objeto da ampliação prevista ao sistema.

A bacia conta ainda com um SLE cujo tratamento é composto de tanques Imhoff, seguidos por DAFA e dotados de leitos de secagem.

Em todas as situações o Rio Subaé constitui o corpo receptor dos efluentes tratados.

— Bacia do Pojuca

Quanto à Bacia do Pojuca, situada no quadrante nordeste da mancha urbana, registra-se que esta, de forma distinta das demais, não possui um sistema contíguo e estruturado de esgotamento sanitário. Entretanto, estabelecidos no setor e operados pela Embasa, dois conjuntos habitacionais têm suas contribuições revertidas para o SES Jacuípe por meio de unidades elevatórias.

A exemplo das outras bacias, na do Pojuca existem dois SLEs operados pela Embasa e dotados de tratamento próprio composto de baterias de DAFA que funcionam em série. Em um dos casos os efluentes tratados são conduzidos para uma lagoa e no outro são remetidos para um córrego afluente do próprio Rio Pojuca.

Na bacia, chama atenção o fato da existência de diversos outros condomínios e conjuntos habitacionais cujos sistemas de esgotamento sanitário, embora não tenham sido implantados pela Embasa, recebem acompanhamento operacional da concessionária estadual. A quantidade de SLEs que funcionam nestas condições não foi precisada, sendo estimado pelo gestor que este número é superior a 30 sistemas.

Importa ressaltar que as áreas da bacia ainda não atendidas por rede de esgotamento sanitário utilizam solução individual com fossa e sumidouro ou com fossa de absorção para a disposição dos esgotos.

Em síntese, Feira de Santana comporta dois grandes sistemas estruturados de esgotamento sanitário (SES) e oito sistemas localizados (SLEs) operados pela Embasa. Somados aos diversos pequenos sistemas não contíguos, estima-se que na cidade a cobertura espacial de rede, em regime separador absoluto, se situe em torno de 50% da projeção da mancha urbana, na situação atual. De acordo com as informações da concessionária, todos os sistemas possuem algum tipo de tratamento dos efluentes, anterior a disposição final. Ressalta-se que as obras de ampliação em curso elevarão consideravelmente o índice de atendimento por sistemas separadores.

Quadro 7.5 – Sistemas localizados de esgotamento sanitários (SLE) – RDS 19

BACIA	SLE	TIPO DE TRATAMENTO	POPULAÇÃO ATENDIDA
Jacuípe	Viveiros I	2 DAFAs em série	3560
	Viveiros II	3 DAFAs em série	3580
	Viveiros III	4 DAFAs em série	3680
	Conj. Homero e Alvorada	DAFA e Lagoa de maturação	7300
	Parque Cajueiro	2 Tanques Imhoff em paralelo, em série com mais 1 DAFA	1920
Subaé	Feira VII	Tanque Imhoff seguido de DAFA	9600
Pojuca	Lagoa Grande	2 DAFAs em série	3200
	Chácara Mangabeira	3 DAFAs em série	1500

Com relação ao tratamento dos efluentes, distinguem-se na cidade duas estações de porte considerável, correspondentes aos dois sistemas acima mencionados, que também são objeto da ampliação maior ora em curso. Existem ainda diversos conjuntos habitacionais com estruturas individuais de tratamento, umas construídas e operadas pela Embasa e outras onde a concessionária estadual apenas acompanha a operação.

De acordo com o escopo dos trabalhos do PEMAPES, Feira de Santana, dentre outras relevantes cidades do Estado da Bahia, será objeto de estudos mais detalhados que retratarão com mais propriedade a situação da infraestrutura sanitária.

8. LEVANTAMENTO DA REDE SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DA RDS 19

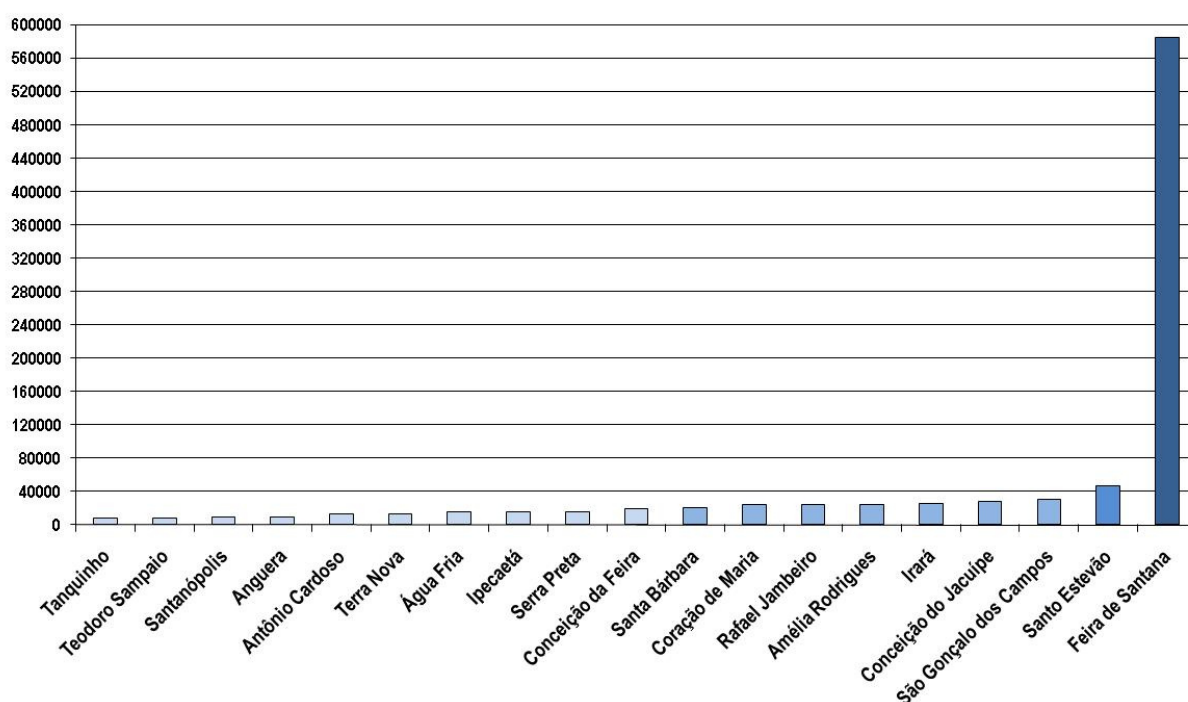
8.1 PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES

A RDS 19 dista cerca de 110 km da Região Metropolitana de Salvador e por ela se entroncam algumas das principais rodovias nordestinas, razão pela qual é denominada Portal do Sertão.

O município de Feira de Santana, em virtude dessa localização privilegiada, é o segundo mais populoso do Estado da Bahia e sua sede é a maior cidade do interior do Nordeste em população. Centro urbano de serviços, universidades e indústrias de transformação, concentra 62,6% dos 945 mil habitantes da RDS Portal do Sertão (IBGE – 2009).

Pouco menos de 40% da população da RDS está distribuída em 18 municípios. Apenas o município de Santo Estevão possui mais de 40.000 habitantes. Nove municípios têm menos de 20.000 habitantes e em oito municípios a população varia entre 20.000 habitantes e 40.000 habitantes.

Gráfico 8.1 – Municípios por número de habitantes - RDS 19



A equipe técnica do PEMAPES realizou, em meados de 2010, o mapeamento de 175 organizações da rede social da RDS 19 com atuação representativa e/ou afim aos objetivos do Plano Estadual. O quadro síntese apresentado nas páginas seguintes registra os quantitativos de organizações mapeadas na região, por município, setor e tipo.

Quadro 8.1 – Organizações municipais mapeadas por setor e tipo – RDS 19

Municípios	RDS 19 - Portal do Sertão - Organizações Mapeadas por Setor e Tipo																Total
	Governamental						Social						Empresarial	Comunicação	Intersetorial		
	Executivo Municipal					Outros											
	SMMB	SME	SMI	SMS	SMAS			AACS	AM	AP	ONG	ST				Outros	
Água Fria	x	x		x	x		EMBASA	x		x						Conselho Municipal de Educação	9
																Conselho Municipal de Saúde	
Amélia Rodrigues	x	x		x	x					2						Conselho Municipal de Assistência Social	7
Anguera		x		x	x		EMBASA	x	x			x				Conselho Municipal de Assistência Social	9
																Conselho Municipal de Saúde	
Antônio Cardoso		x		x	x			x	x			x				Conselho Municipal de Assistência Social	8
																Conselho Municipal de Saúde	
Conceição da Feira	x	x		x				x	x			x				Conselho Municipal de Educação	7
Conceição do Jacuípe	SMAG	x		PACS	x	SMT										Conselho Municipal de Saúde	9
	SMMB			SMS												Conselho Municipal do Meio	
Coração de Maria		x		SMS	x		EMBASA	x							Rádio Coração FM	Conselho Municipal de Educação	9
				VS												Conselho Municipal de Saúde	
Feira de Santana	SMAG	x		x	x		EMBASA	x	x	x	3	x	Coop. de Catadores	CDL		Conselho Municipal de Meio Ambiente	23
	BPM						Assoc. Defesa dos Consumidores										
	SMMB						UEFS - EEA						Centro de Apoio	Centro das Indústrias de Feira		Conselho Municipal de Saúde	
							UEFS-GEOTEC										

Quadro 8.1 – Organizações municipais mapeadas por setor e tipo – RDS 19. Continuação

Municípios	RDS 19 - Portal do Sertão - Organizações Mapeadas por Setor e Tipo															Total		
	Governamental							Social						Empresarial	Comunicação		Intersectorial	
	Executivo Municipal						Outros											
	SMMB	SME	SMI	SMS	SMAS			AACS	AM	AP	ONG	ST	Outros					
Ipecaetá	x	x		x	x			x					x			Conselho Municipal de Assistência Social	9	
																		Conselho Municipal de Meio
																		Conselho Municipal de Saúde
Irará	x	x		x	x		EMBASA	x	x							Conselho Municipal de Educação	9	
																Conselho Municipal de Saúde		
Rafael Jambeiro		x		x	x			x	2			x					Conselho Municipal de Saúde	8
Santa Bárbara	x	x		x	x			x	x		x					Conselho Municipal de Educação	9	
																Conselho Municipal de Saúde		
Santanópolis	x	x	x	x	x		EMBASA	x	x								Conselho Municipal de Saúde	9
Santo Estevão		x	x	x	x		EMBASA	x	5			x		CDL	Rádio Paraguassu FM	Conselho Municipal de Saúde	15	
São Gonçalo dos Campos	x	x		x		SMP	Conselho Tutelar									Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	7	
						SMDE												
Serra Preta		x		x	x			x	2			x			Rádio Bravo FM	Conselho Municipal de Saúde	9	
Tanquinho		x		x	x			x					Assoc. de Mães			Conselho Municipal de Educação	7	
																Conselho Municipal de Saúde		

Quadro 8.1 – Organizações municipais mapeadas por setor e tipo – RDS 19. Continuação

Municípios	RDS 19 - Portal do Sertão - Organizações Mapeadas por Setor e Tipo																Total	
	Governamental							Social						Empresarial	Comunicação	Intersetorial		
	Executivo Municipal						Outros											
	SMMB	SME	SMI	SMS	SMAS			AACS	AM	AP	ONG	ST	Outros					
Ipecaetá	x	x		x	x			x					x				Conselho Municipal de Assistência Social	9
																Conselho Municipal de Meio		
																	Conselho Municipal de Saúde	
Teodoro Sampaio		x		SMS PACS	x								Clube de Lazer					5
Terra Nova		x		x	x			x	x								Conselho Municipal de Educação Conselho Municipal de Saúde	7
Total por tipo	12 1	19 1	2	22	17	1	11	15	17	4	4	8	5	3	3	30	175	
Total por Setor	86							53						3	3	30	175	
Setor	49,1							30,3						1,7	1,7	17,1	100	

Legenda:

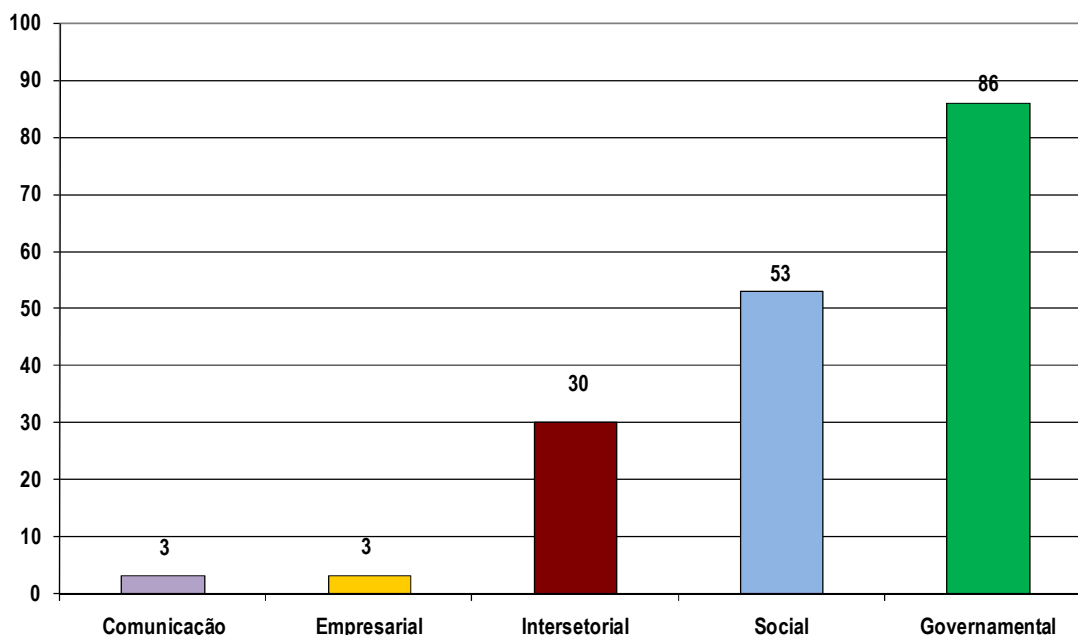
AG/MA	Secretaria Municipal de Agricultura e/ou Meio Ambiente
EDU	Secretaria Municipal de Educação
GU	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos ou outra responsável pela gestão urbana
SAU	Secretaria Municipal de Saúde, Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e Vigilância Sanitária (VS) Municipal
AS	Secretaria Municipal de Assistência Social, Ação Social, Desenvolvimento Social ou afim
SMT	Secretaria Municipal de Turismo
	Secretaria Municipal de Planejamento

	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
AACS	Associação de Agentes Comunitários de Saúde
AM	Associação de Moradores
AP	Associação de Produtores
ONG	Organização Não Governamental
ST	Sindicato

8.1.1 Perfil por setor e tipo

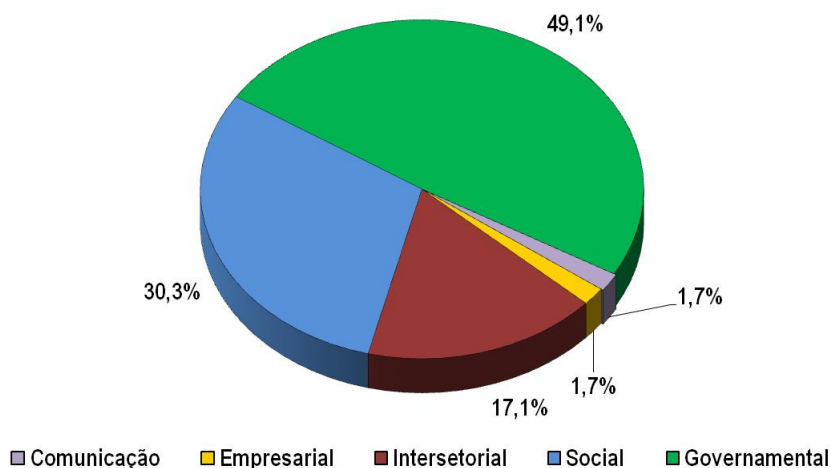
O mapeamento da rede social abrangeu o total de 175 organizações registradas e sensibilizadas pela equipe técnica PEMAPES, nos 19 municípios da RDS Portal do Sertão. O setor governamental e o setor social concentram os maiores quantitativos de organizações mapeadas, como registra o **Gráfico 8.2**.

Gráfico 8.2 - Quantitativo de organizações mapeadas, por setor - RDS 19



A concentração de quase 50% das organizações no setor governamental é consequência direta da estratégia adotada para a realização do trabalho de campo. Esta consiste na busca do apoio das prefeituras municipais para o levantamento de seus dados. O setor social representa 30% do total mapeado, sendo também expressiva a participação das organizações intersetoriais no perfil regional.

Gráfico 8.3 - Percentual das organizações da rede social mapeada, por setor - RDS 19



▪ Setor Governamental

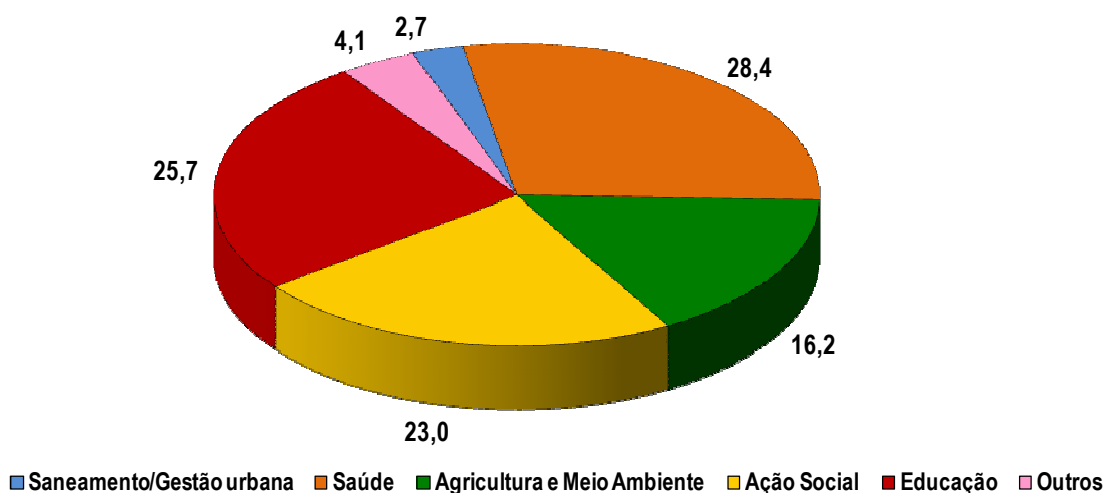
As 86 organizações do setor governamental mapeadas na RDS 19 apresentam a seguinte distribuição quantitativa por tipo:

Quadro 8.2 - Organizações do setor governamental segundo o tipo da organização - RDS 19

PODER PÚBLICO	ENTE DA FEDERAÇÃO	TIPO DE ORGANIZAÇÃO	Nº
Executivo	Municipal	Administração direta – Secretarias Municipais e outros órgãos	75
Executivo	Municipal	Administração indireta – Conselho Tutelar	1
Executivo	Estadual	Administração indireta – Sociedade de economia mista e Autarquia	9
Executivo	Estadual	Administração Direta	1
TOTAL			86

As organizações dos tipos administração direta e indireta do Executivo Municipal constituem 88,4% do total de organizações do setor governamental mapeadas na RDS 19 e exercem as seguintes atribuições afins ao PEMAPES:

Gráfico 8.4 - Organizações do Executivo Municipal, segundo atribuição afim ao PEMAPES – RDS 19



Quadro 8.3 – Organizações do setor governamental segundo atribuição afim ao PEMAPES – RDS 19

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Santanópolis	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Público e Meio Ambiente
Santo Estêvão	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente
Gestão urbana e Meio Ambiente = 2	
Água Fria	Secretaria Municipal de Saúde
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Saúde
Anguera	Secretaria Municipal de Saúde
Antônio Cardoso	Secretaria Municipal de Saúde
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Saúde
Conceição do Jacuípe	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Saúde
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Saúde
Coração de Maria	Vigilância Sanitária
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Saúde
Ipecaetá	Secretaria Municipal de Saúde
Irará	Secretaria Municipal de Saúde
Rafael Jambeiro	Secretaria Municipal de Saúde
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Saúde
Santanópolis	Secretaria Municipal de Saúde
Santo Estêvão	Secretaria Municipal de Saúde
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Saúde
Serra Preta	Secretaria Municipal de Saúde
Tanquinho	Secretaria Municipal de Saúde
Teodoro Sampaio	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
Teodoro Sampaio	Secretaria Municipal de Saúde
Terra Nova	Secretaria Municipal de Saúde
Saúde = 22	
Água Fria	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Agricultura
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais
Ipecaetá	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Irará	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Santanópolis	Secretaria Municipal de Agricultura
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Agricultura e Meio Ambiente = 12	

Quadro 8.3 –Organizações do setor governamental segundo atribuição afim ao PEMAPES – RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Água Fria	Secretaria Municipal de Ação Social
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Ação Social
Anguera	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Antônio Cardoso	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cultura e Esporte
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Assistência Social
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Assistência Social
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Ipecaetá	Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social
Irá	Secretaria Municipal de Assistência Social
Rafael Jambeiro	Secretaria Municipal de Assistência Social
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Assistência Social
Santanópolis	Secretaria Municipal de Ação Social
Santo Estevão	Secretaria Municipal de Assistência Social
Serra Preta	Secretaria Municipal de Ação Social
Tanquinho	Secretaria Municipal de Ação Social
Teodoro Sampaio	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Terra Nova	Secretaria Municipal de Assistência Social
Ação Social = 17	
Água Fria	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer
Anguera	Secretaria Municipal de Educação
Antônio Cardoso	Secretaria Municipal de Educação
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Educação
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Educação
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Educação
Ipecaetá	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Irá	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Rafael Jambeiro	Secretaria Municipal de Educação
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Educação
Santanópolis	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Santo Estevão	Secretaria Municipal de Educação
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Educação
Serra Preta	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Tanquinho	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Teodoro Sampaio	Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer
Terra Nova	Secretaria Municipal de Educação
Educação = 19	

Quadro 8.3 –Organizações do setor governamental segundo atribuição afim ao PEMAPES – RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Planejamento
Outros = 3	

Além das organizações da esfera municipal, foram também mapeadas pela equipe técnica PEMAPES as seguintes organizações de saneamento, educação e segurança pública do Governo do Estado da Bahia:

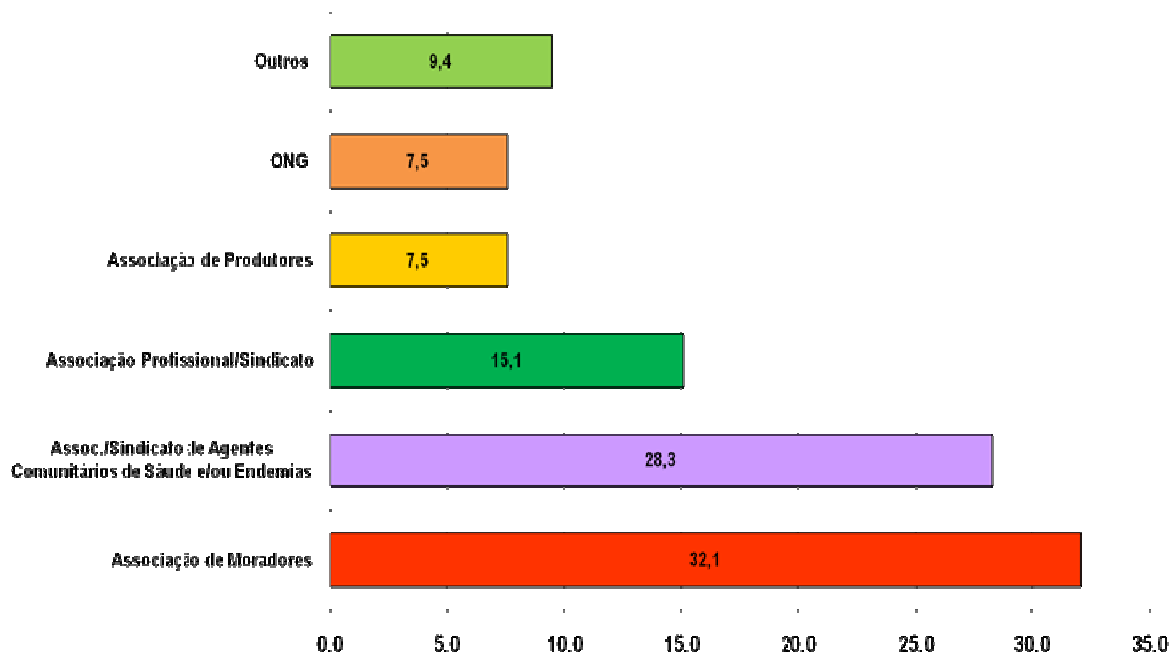
Quadro 8.4 - Esfera administrativa das outras organizações do setor governamental mapeadas, por município – RDS 19

ESFERA ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Executivo Estadual	Água Fria	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Anguera	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Coração de Maria	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Feira de Santana	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Feira de Santana	Polícia Militar do Estado da Bahia - 1º Batalhão
Executivo Estadual	Feira de Santana	UEFS - GEOTEC Laboratório de Geotecnologias
Executivo Estadual	Feira de Santana	UEFS/EEA - Equipe de Estudos e Educação Ambiental
Executivo Estadual	Irará	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Santanópolis	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Executivo Estadual	Santo Estêvão	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.

Cabe ressaltar que tanto a Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS como o 1º Batalhão da Polícia Militar desenvolvem grande número de projetos e ações nas áreas de meio ambiente e educação ambiental.

▪ Setor social

As 53 organizações do setor social constituem 30,6% do total de organizações mapeadas na RDS 19. Representam diferentes tipos de atuação da sociedade civil organizada nas redes sociais municipais e/ou regional.

Gráfico 8.5 – Organizações sociais mapeadas por percentual de tipo – RDS 19

O perfil das organizações sociais mapeadas na RDS 19 é caracterizado pela maior participação percentual do tipo Associação de Moradores, que representam 17 comunidades organizadas para promover ou reivindicar aos órgãos públicos a melhoria das condições de habitação, infraestrutura urbana e serviços públicos – dentre os serviços de saneamento.

O segundo tipo, com maior participação percentual no universo mapeado, é Associação profissional/Associação ou Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde e/ou Endemias. Os agentes orientam as comunidades urbanas e rurais de 15 municípios na prevenção de doenças, principalmente às decorrentes das carências de saneamento e salubridade ambiental.

Organizações do tipo Sindicato representam os de trabalhadores rurais de oito municípios e constituem o terceiro maior percentual mapeado. Associações de produtores foram mapeadas em Água Fria, Amélia Rodrigues (duas) e Feira de Santana. O município pólo também sedia três das quatro ONGs identificadas na região, que atuam na preservação e sustentabilidade da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu. A outra ONG mapeada promove ações socioeducativas com jovens do município de Santa Bárbara.

O perfil do setor social da RDS 19 é ainda composto por cinco outras organizações de diferentes tipos. Uma Associação de mães e uma associação esportiva foram mapeadas, respectivamente, nos municípios de Tanquinho e Teodoro Sampaio. No município de Feira de Santana, foram mapeadas três organizações atuantes na área de saneamento e/ou na área de abrangência regional/estadual: uma cooperativa de catadores, a Associação de Defesa dos Direitos do Consumidor e o Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana – CATRUFs.

Quadro 8.5 – Organizações sociais por tipo e município – RDS 19

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Anguera	Associação Almerinda Vieira
Antônio Cardoso	Associação Comunitária Nossa Senhora do Resgate das Umburanas
Conceição da Feira	Associação de Produtores Moradores da Baixinha do Pindobeira
Feira de Santana	Associação Comunitária do Bairro dos Capuchinhos - ACBC
Irará	Associação Comunitária da Cidade Nova
Rafael Jambeiro	Associação Comunitária dos Moradores de Rafael Jambeiro
Rafael Jambeiro	Associação de Moradores de Pedra Miúda e Gameleira
Santa Bárbara	Associação Comunitária do Bairro de Terra Santa
Santanópolis	Associação de Moradores de Santanópolis - AMOSA
Santo Estêvão	Associação Comunitária da Lagoinha
Santo Estêvão	Associação Comunitária de Moradores do Conjunto Habitacional Ângelo Magalhães - URBIS
Santo Estêvão	Associação Comunitária do Conjunto Habitacional Adair Miranda Cabral e Silva
Santo Estêvão	Associação Comunitária dos Moradores do Alto do Porrão
Santo Estêvão	Associação Comunitária Rural do Pau de Vela
Serra Preta	Associação Comunitária Santo Antônio do Bravo
Serra Preta	Associação de Moradores do Bravo
Terra Nova	Associação Comunitária Terranovence
Associação de Moradores = 17	
Água Fria	Associação Comunitária dos Agentes de Saúde
Anguera	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde
Antônio Cardoso	Sindicato dos Agentes de Saúde do Centro Leste
Conceição da Feira	SINDACS - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de Doenças Endêmicas e Epidemiológicas do Estado da Bahia
Coração de Maria	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde
Feira de Santana	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de Feira de Santana
Ipecaetá	Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde de Ipecaetá
Irará	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Irará
Rafael Jambeiro	Associação de Agentes Comunitários de Saúde de Rafael Jambeiro
Santa Bárbara	Associação Barbarense dos Agentes Comunitários de Saúde
Santanópolis	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde
Santo Estêvão	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde
Serra Preta	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Serra Preta
Tanquinho	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Município de Tanquinho
Terra Nova	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde
Associação/Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde e/ou Endemias = 15	
Anguera	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Antônio Cardoso	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Conceição da Feira	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Feira de Santana	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana - STR
Ipecaetá	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipecaetá
Rafael Jambeiro	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rafael Jambeiro
Santo Estêvão	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultura Familiar de Santo Estêvão
Serra Preta	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Preta
Associação Profissional/Sindicato = 8	
Água Fria	Cooperativa de Produção dos Jovens do Município
Amélia Rodrigues	Associação dos Trabalhadores Rurais
Amélia Rodrigues	Centro de Formação e Comercialização de Artesanato Juarana
Feira de Santana	Cooperativa Rede de Produtores da Bahia - COOPERDE
Associação de Produtores = 4	
Feira de Santana	Associação Ecológica Buriti
Feira de Santana	Movimento Água é Vida em Defesa da Água e da Saúde
Feira de Santana	SOS Rio Paraguaçu
Santa Bárbara	Associação Sócio-educativa Jovens em Ação
ONG = 4	

Quadro 8.5 – Organizações sociais por tipo e município – RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Feira de Santana	Associação de Defesa dos Direitos dos Consumidores - BA - ACEBA
Feira de Santana	Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana - CATRUF
Feira de Santana	Cooperativa dos Badameiros de Feira de Santana - COOBAFS
Tanquinho	Associação de Mães do Município de Tanquinho
Teodoro Sampaio	Associação do Clube dos Amigos de Teodoro Sampaio
Outros = 5	

▪ **Setor empresarial**

Duas organizações do tipo Associação comercial e uma do tipo Associação industrial foram mapeadas na RDS 19. O CDL de Santo Estevão informou atuar em âmbito regional e o CIFS em vários municípios da região.

Quadro 8.6 – Organizações Empresariais por tipo e município – RDS 19

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Feira de Santana	Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL
Feira de Santana	Centro das Indústrias de Feira de Santana - CIFS
Santo Estevão	Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL

▪ **Setor comunicação**

Três rádios comunitárias FM foram mapeadas na região Portal do Sertão. A Rádio Comunitária Parauaçu FM, do município de Santo Estevão, e a Rádio Bravo FM, do município de Serra Preta, têm alcance local. E a Rádio Coração FM, do município de Coração de Maria, tem alcance municipal.

▪ **Organizações intersetoriais**

A equipe técnica do PEMAPES mapeou 30 organizações intersetoriais da RDS 19, todas do tipo Conselho Municipal.

Quadro 8.7 – Organizações intersetoriais por município e membros – RDS 19

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	MEMBROS
Anguera	Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	8
Anguera	Conselho Municipal de Saúde	8
Antônio Cardoso	Conselho Municipal de Assistência Social	9
Antônio Cardoso	Conselho Municipal de Saúde	6
Conceição da Feira	Conselho Municipal de Educação	13
Feira de Santana	Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONDEMA	16
Feira de Santana	Conselho Municipal de Saúde	28
Ipecaetá	Conselho Municipal de Assistência Social	8
Ipecaetá	Conselho Municipal de Meio Ambiente	8
Ipecaetá	Conselho Municipal de Saúde	8

Quadro 8.7 - Organizações intersetoriais por município e membros – RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO		MEMBROS
Rafael Jambeiro	Conselho Municipal de Saúde		12
Santa Bárbara	Conselho Municipal de Educação		8
Santa Bárbara	Conselho Municipal de Saúde		12
Santo Estêvão	Conselho Municipal de Saúde		10
Serra Preta	Conselho Municipal de Saúde		12
Tanquinho	Conselho Municipal de Educação		6
Tanquinho	Conselho Municipal de Saúde		10
Água Fria	Conselho Municipal de Educação		7
Água Fria	Conselho Municipal de Saúde		12
Amélia Rodrigues	Conselho Municipal de Assistência Social		8
Conceição do Jacuípe	Conselho Municipal de Saúde		14
Conceição do Jacuípe	Conselho Municipal do Meio Ambiente		11
Coração de Maria	Conselho Municipal de Educação		7
Coração de Maria	Conselho Municipal de Saúde		8
Irará	Conselho Municipal de Educação		7
Irará	Conselho Municipal de Saúde		10
Santanópolis	Conselho Municipal de Saúde		10
São Gonçalo dos Campos	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		8
Terra Nova	Conselho Municipal de Educação		14
Terra Nova	Conselho Municipal de Saúde		8
Total - instituições	30	Total - membros	306

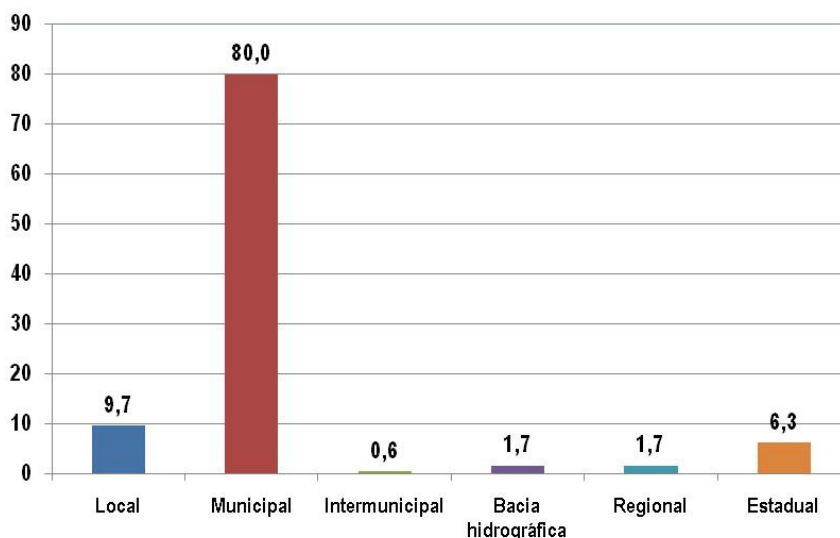
As organizações intersetoriais podem ampliar e potencializar o impacto das ações do Plano. Isto deve ser tributado à principal característica deste tipo de organização, que é ser ela própria um espaço de discussão entre representantes dos setores governamental, social e empresarial. Portanto, promover a participação destas 30 organizações no PEMAPES também é, mesmo que indiretamente em alguns casos, garantir a participação de 306 organizações dos municípios da RDS 19.

8.2 PERFIL DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

▪ Área de abrangência

Das 175 organizações mapeadas na RDS 19, 140 ou 80% atuam no respectivo município e 17 ou 9,7% no nível local. Dezoito ou 10,3% das organizações têm áreas de atuação mais abrangentes: intermunicipal, bacia hidrográfica, regional ou estadual. A distribuição percentual segundo a área de abrangência é representada pelo gráfico abaixo.

Gráfico 8.6 – Organizações mapeadas por percentual de área de abrangência - RDS 19



São identificadas na listagem seguinte as organizações que, pela maior abrangência das respectivas áreas de atuação, poderão constituir-se em parceiras prioritárias da elaboração do PEMAPES na RDS 19.

Quadro 8.8 – Organizações por área de abrangência – RDS 19

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Feira de Santana	Associação Ecológica Buriti	Bacia hidrográfica
Feira de Santana	Movimento Água é Vida em Defesa da Água e da Saúde	Bacia hidrográfica
Feira de Santana	S.O.S Rio Paraguaçu	Bacia hidrográfica
Feira de Santana	Centro das Indústrias de Feira de Santana - CIFS	Intermunicipal
Feira de Santana	Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana – CATRUFS	Regional
Feira de Santana	Polícia Militar do Estado da Bahia - 1º Batalhão	Regional
Santo Estevão	Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL	Regional
Anguera	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Estadual
Feira de Santana	Associação de Defesa dos Direitos dos Consumidores - BA - ACEBA	Estadual
Feira de Santana	Cooperativa Rede de Produtores da Bahia - COOPEREDE	Estadual
Feira de Santana	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Estadual
Feira de Santana	UEFS- EEA - Equipe de Estudos e Educação Ambiental	Estadual
Feira de Santana	UEFS - GEOTEC Laboratório de Geotecnologias	Estadual
Santo Estêvão	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Estadual
Água Fria	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Estadual
Coração de Maria	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Estadual
Irará	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Estadual
Santanópolis	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Estadual

▪ Área temática de atuação

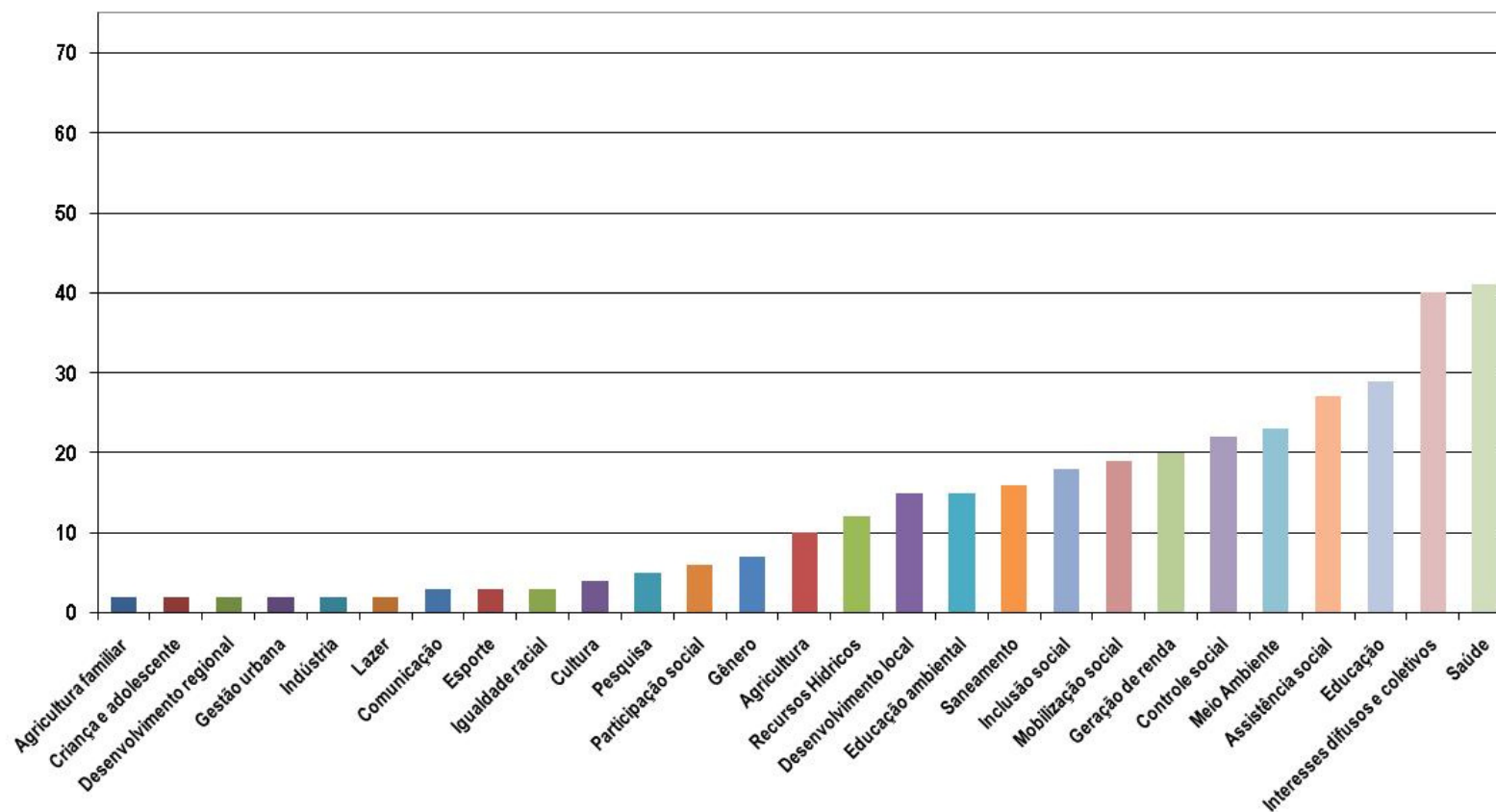
Cada representante entrevistado pela equipe técnica PEMAPES assinalou uma ou mais áreas temáticas de atuação da respectiva organização. Os representantes das 175 organizações mapeadas na RDS Portal do Sertão informaram o total de 43 áreas temáticas de atuação, sendo que 15 delas tiveram somente um único registro. Vinte e oito temas foram assinalados por duas a 41 organizações.

No conjunto das 43 áreas ou temas informados pelos representantes:

- a área temática com maior quantitativo de organizações atuantes na RDS 19 é Saúde, área afim PEMAPES, assinalada por 41 ou 11,6% dos representantes;
- a segunda área temática mais assinalada foi a de interesses difusos e coletivos, com 40 ou 11,3% dos registros;
- sete outros temas – Educação, Assistência social, Meio ambiente, Controle social, Geração de renda, Mobilização social e Inclusão social - foram assinalados por mais de 5% dos entrevistados;
- **saneamento**, a área fim do PEMAPES, é a décima área temática mais importante na atuação das organizações mapeadas na região, assinalada por 16 ou 4,57% dos representantes entrevistados, com as áreas afins de Educação ambiental, Desenvolvimento local e Recursos hídricos em ordem decrescente de importância logo a seguir.

O **Gráfico 8.7** é seguido pela listagem de todas as áreas temáticas assinaladas por cada organização mapeada, registrando assim o perfil geral da atuação das 175 organizações mapeadas pela equipe técnica do PEMAPES na RDS 19 – Portal do Sertão.

Gráfico 8.7 - Área temática de atuação segundo quantitativo de organizações mapeadas - RDS 19



Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 19

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Anguera	Associação Almerinda Vieira	Interesses difusos e coletivos
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
		Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	Interesses difusos e coletivos
		Assistência social
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
		Interesses difusos e coletivos
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Recursos Hídricos
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Geração de renda
		Assistência social
		Inclusão social
Antônio Cardoso	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Interesses difusos e coletivos
	Associação Comunitária Nossa Senhora do Resgate das Umburanas	Inclusão social
		Participação social
		Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Saúde	Educação
		Interesses difusos e coletivos
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cultura e Esporte	Inclusão social
		Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Sindicato dos Agentes de Saúde do Centro Leste	Interesses difusos e coletivos
		Saúde
	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
		Geração de renda
	Associação de Produtores Moradores da Baixinha do Pindobeira	Agricultura familiar
		Geração de renda
	Conselho Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Meio Ambiente
		Geração de renda
		Educação ambiental
		Mobilização social
		Desenvolvimento local

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação – RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Recursos Hídricos
		Educação
	Secretaria Municipal de Educação	Assistência social
		Inclusão social
		Educação ambiental
		Pesquisa
		Saúde
		Igualdade racial
		Gênero
	Secretaria Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
		Saneamento
	SINDACS - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de Doenças Endêmicas e Epistemológicas do Estado da Bahia	Questões trabalhistas
		Educação
	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Geração de renda
		Agricultura familiar
		Desenvolvimento local
Feira de Santana	Associação Comunitária do Bairro dos Capuchinhos - ACBC	Interesses difusos e coletivos
		Assistência social
		Inclusão social
	Associação de Defesa dos Direitos dos Consumidores - BA - ACEBA	Defesa do consumidor
		Interesses difusos e coletivos
		Recursos Hídricos
	Associação Ecológica Buriti	Meio Ambiente
		Educação ambiental
		Interesses difusos e coletivos
	Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL	Desenvolvimento local
		Desenvolvimento regional
		Geração de renda
		Indústria
	Centro das Indústrias de Feira de Santana - CIFS	Interesses difusos e coletivos
		Direitos Trabalhistas
		Inclusão social
		Geração de renda
	Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana - CATRUFs	Recursos Hídricos
		Saneamento
		Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação – RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Feira de Santana	Cooperativa dos Badameiros de Feira de Santana - COOBAFS	Reciclagem
	Cooperativa Rede de Produtores da Bahia - COOPERREDE	Manejo da Caatinga
		Produção rural
		Mobilização social
		Geração de renda
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Recursos Hídricos
		Saneamento
	Movimento Água é Vida em Defesa da Água e da Saúde	Meio Ambiente
		Saúde
		Recursos Hídricos
		Educação ambiental
	Polícia Militar do Estado da Bahia - 1º Batalhão	Segurança
		Educação ambiental
		Educação
		Meio Ambiente
		Capacitação a Policiais
	Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural	Desenvolvimento local
		Agricultura
		Recursos Hídricos
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Meio Ambiente
		Educação
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais	Educação ambiental
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de Feira de Santana	Direitos Trabalhistas
		Interesses difusos e coletivos
		Inclusão social
		Direitos trabalhistas
		Geração de renda
	S.O.S Rio Paraguaçu	Recursos Hídricos
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
	UEFS/EEA - Equipe de Estudos e Educação Ambiental	Participação social
		Saúde
		Meio Ambiente

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação – RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Feira de Santana	UEFS/EEA - Equipe de Estudos e Educação Ambiental	Educação
		Pesquisa
		Educação ambiental
		Mobilização social
		Interesses difusos e coletivos
		Desenvolvimento local
		Geração de renda
		Inclusão social
	UEFS - GEOTEC Laboratório de Geotecnologias	Recursos Hídricos
		Saneamento
		Meio Ambiente
Ipecaetá	Conselho Municipal de Assistência Social	Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Saúde	Interesses difusos e coletivos
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Agricultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Eventos culturais
		Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social	Geração de renda
		Desenvolvimento local
		Inclusão social
		Assistência social
	Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde de Ipecaetá	Interesses difusos e coletivos
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipecaetá	Interesses difusos e coletivos
Rafael Jambeiro	Associação Comunitária dos Moradores de Rafael Jambeiro	Interesses difusos e coletivos
	Associação de Agentes Comunitários de Saúde de Rafael Jambeiro	Interesses difusos e coletivos
	Associação de Moradores de Pedra Miúda e Gameleira	Interesses difusos e coletivos
		Educação ambiental
	Conselho Municipal de Saúde	Interesses difusos e coletivos
		Saúde
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rafael Jambeiro	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
Santa Bárbara	Associação Barbarense dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	Associação Comunitária do Bairro de Terra Santa	Assistência social
	Associação Socioeducativa Jovens em Ação	Desenvolvimento local

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação – RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Santa Bárbara	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Agricultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
Santo Estêvão	Associação Comunitária da Lagoinha	Interesses difusos e coletivos
	Associação Comunitária de Moradores do Conjunto Habitacional Ângelo Magalhães - URBIS	Geração de renda
		Inclusão social
		Interesses difusos e coletivos
	Associação Comunitária do Conjunto Habitacional Adair Miranda Cabral e Silva	Interesses difusos e coletivos
	Associação Comunitária dos Moradores do Alto do Porrão	Interesses difusos e coletivos
	Associação Comunitária Rural do Pau de Vela	Interesses difusos e coletivos
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Interesses difusos e coletivos
	CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas	Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Saúde	Interesses difusos e coletivos
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Saneamento
		Recursos Hídricos
	Rádio Comunitária Parauaçu FM	Comunicação
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Inclusão social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente	Gestão urbana
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
Serra Preta	Associação Comunitária Santo Antônio do Bravo	Educação Religiosa
		Interesses difusos e coletivos
	Associação de Moradores do Bravo	Interesses difusos e coletivos
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Serra Preta	Interesses difusos e coletivos
		Saúde
	Conselho Municipal de Saúde	Interesses difusos e coletivos
	Rádio Bravo FM	Comunicação
		Utilidade Pública

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação – RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Serra Preta	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
		Geração de renda
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Preta	Mobilização social
		Interesses difusos e coletivos
Tanquinho	Associação de Mães do Município de Tanquinho	Assistência social
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Município de Tanquinho	Saúde
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
Água Fria	Associação Comunitária dos Agentes de Saúde	Saúde
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	Cooperativa de Produção dos Jovens do Município	Desenvolvimento local
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Saneamento
	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Agricultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
Amélia Rodrigues	Associação dos Trabalhadores Rurais	Pecuária
		Geração de renda
		Agricultura
	Centro de Formação e Comercialização de Artesanato Juarana	Mobilização social
		Inclusão social
		Assistência social
	Conselho Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
		Inclusão social
		Geração de renda
		Mobilização social
		Controle social
		Educação
		Igualdade racial
		Gênero
		Saúde

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação – RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio	Agricultura
		Geração de renda
		Mobilização social
		Recursos Hídricos
		Meio Ambiente
		Comércio
		Indústria
	Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer	Lazer
		Esporte
		Cultura
		Educação ambiental
		Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Gênero
		Controle social
		Saúde
		Saneamento
		Saúde
Conceição do Jacuípe	Conselho Municipal do Meio Ambiente	Educação ambiental
		Saneamento
		Meio Ambiente
	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
		Pesquisa
		Mobilização social
		Controle social
	Secretaria Municipal de Agricultura	Agricultura
		Meio Ambiente
		Geração de renda
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Mobilização social
		Assistência social
		Inclusão social
		Geração de renda
		Desenvolvimento local
		Gênero
		Participação social
		Controle social
	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	Esporte
		Cultura
		Turismo
	Secretaria Municipal de Educação	Gênero
		Igualdade racial
		Educação

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação – RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Educação	Pesquisa
		Mobilização social
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Educação ambiental
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Saúde	Controle social
		Mobilização social
		Saúde
		Saneamento
Coração de Maria	ASCOM - Associação de Comunicação de Coração de Maria - Rádio Coração FM	Comunicação
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Saneamento
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Vigilância Sanitária	Saúde
Irará	Associação Comunitária da Cidade Nova	Desenvolvimento local
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Irará	Saúde
	Conselho Municipal de Educação	Controle social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Saneamento
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Agricultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
Santanópolis	Associação de Moradores de Santanópolis - AMOSA	Assistência social
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Agricultura	Agricultura
	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	Educação
	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Público e Meio Ambiente	Desenvolvimento local
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação – RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
São Gonçalo dos Campos	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Criança e adolescente
	Conselho Tutelar	Criança e adolescente
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Agricultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Assistência social
		Educação
		Geração de renda
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Planejamento	Gestão urbana
		Desenvolvimento local
		Administração pública do Município
	Secretaria Municipal de Saúde	Controle social
		Saneamento
		Saúde
Teodoro Sampaio	Associação do Clube dos Amigos de Teodoro Sampaio	Esporte
		Eventos Sociais
		Cultura
		Lazer
	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Mobilização social
		Saúde
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Mobilização social
		Assistência social
		Inclusão social
	Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer	Educação
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Saneamento
		Controle social
		Saúde
Terra Nova	Associação Comunitária Terranova	Cultura
		Mobilização social
		Inclusão social
		Assistência social
		Desenvolvimento local
		Participação social
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	Conselho Municipal de Educação	Educação
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde

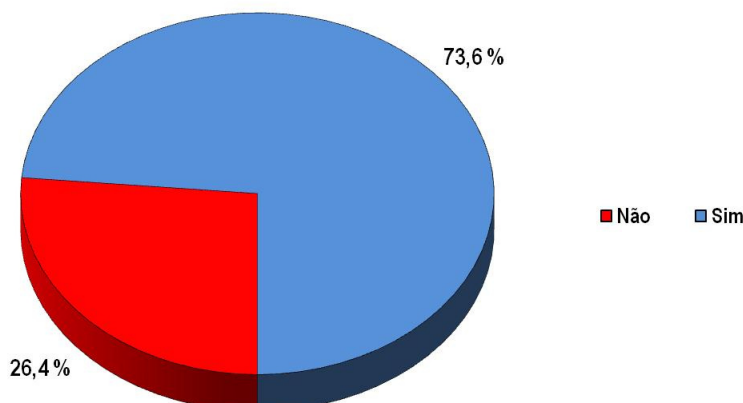
Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação – RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Terra Nova	Secretaria Municipal de Assistência Social	Participação social
		Meio Ambiente
		Saúde
		Educação ambiental
		Mobilização social
		Controle social
		Educação
		Desenvolvimento local
		Geração de renda
		Inclusão social
		Gênero
	Secretaria Municipal de Educação	Educação ambiental
		Educação
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Saúde	Desenvolvimento local
		Participação social
		Controle social
		Mobilização social
		Educação ambiental
		Gênero
		Educação
		Meio Ambiente
		Saúde
		Saneamento
		Pesquisa
		Inclusão social
		Desenvolvimento regional

▪ **Participação em conselhos, fóruns, comitês, redes e/ou afins**

No conjunto das 175 organizações mapeadas pela equipe técnica PEMAPES na RDS 19 – Portal do Sertão, 131 organizações informaram que participam de um ou mais conselhos e representações colegiadas afins.

Gráfico 8.8 - Participação em conselhos, fóruns, comitês, redes e/ou afins – RDS 19



A participação de 73,6% das organizações mapeadas em um ou mais Conselhos, Comitês, Fóruns ou afins, registrada no gráfico acima, indica que a participação destas organizações no processo de elaboração do PEMAPES permitirá a multiplicação das informações relativas ao Plano junto a centenas de outras organizações municipais ou regionais da RDS 19 que também integram estes colegiados.

8.3 PROJETOS E AÇÕES

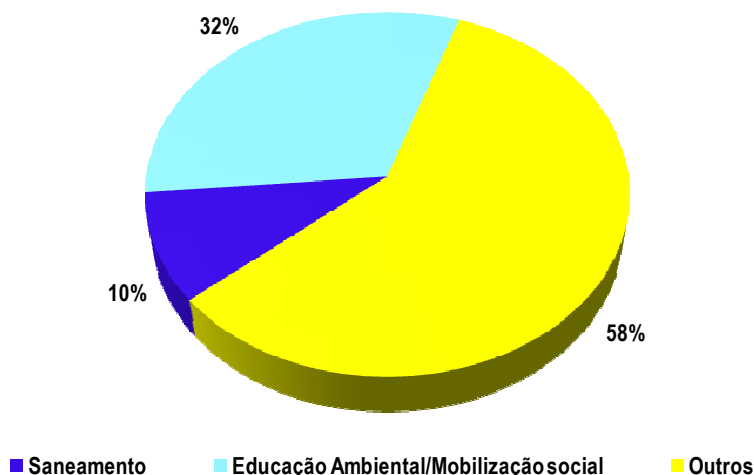
Segundo as informações disponibilizadas à equipe técnica PEMAPES pelos representantes entrevistados, as 175 organizações mapeadas na RDS 19 desenvolvem o total de 331 projetos e ações relacionados ao saneamento e/ou em áreas afins.

Os projetos e ações em desenvolvimento nos 19 municípios da região abrangem:

- 32 projetos/ações em abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos;
- 105 projetos/ações de educação ambiental e/ou mobilização social em saneamento, saúde, recursos hídricos e outros temas;
- 194 outros projetos/ações em infra-estrutura urbana, saúde, meio ambiente, educação, geração de renda, inclusão social, assistência social e demais áreas afins.

O **Gráfico 8.9** apresenta os percentuais relativos a essas três tipologias, no conjunto dos 331 projetos e ações levantados junto às organizações da RDS 19.

Gráfico 8.9 – Projetos e ações segundo percentual por tipo – RDS 19

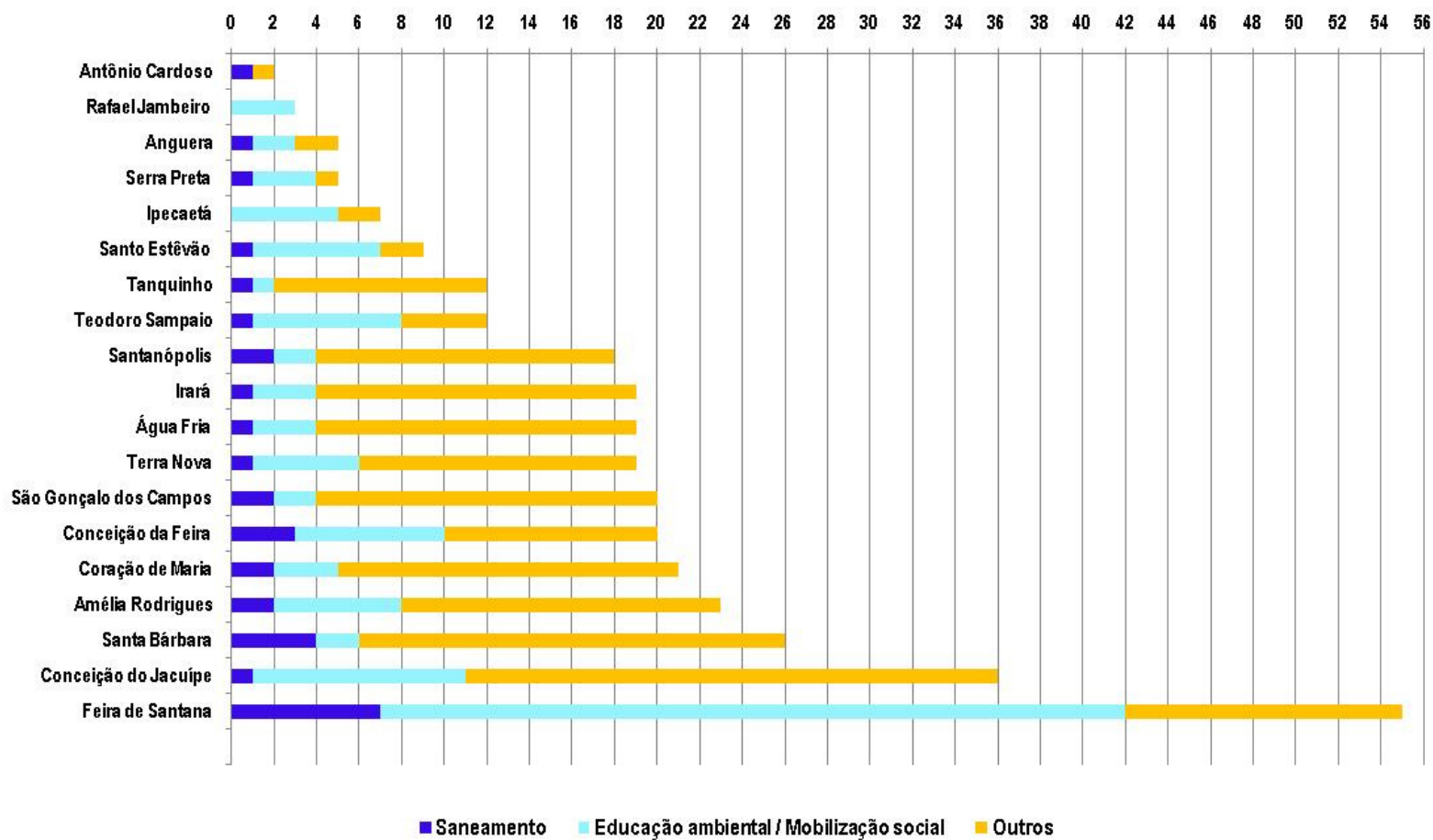


Na página seguinte, o **Gráfico 8.10** apresenta os quantitativos de projetos/ações, por município e tipo, informados à equipe técnica PEMAPES pelos representantes das organizações da RDS 19, entrevistados durante o mapeamento da rede social da região.

Cinquenta e cinco ou 16% do total de projetos/ações levantados nos 19 municípios do Portal do Sertão foram informados por organizações de Feira de Santana. O principal centro urbano regional também registra o maior número de projetos/ações em saneamento e 33% do total de projetos/ações em educação ambiental/mobilização social mapeados.

O segundo quantitativo mais alto de projetos/ações informados, total e em educação ambiental/mobilização social, foi registrado no município de Conceição de Jacuípe, quarto da região em população.

Gráfico 8.10 – Projetos e ações por tipo e município – RDS 19



8.3.1 Projetos e ações em saneamento

O mapeamento da rede social da RDS 19 registrou 32 projetos/ações em saneamento. Cerca de 70% deste total é de projetos/ações relativos ao abastecimento de água.

Secretarias Municipais de Saúde de nove municípios (Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Santa Bárbara, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova) realizam a coleta e a análise da água distribuída pelos serviços à população ou obtida em poços, cisternas, fontes, chafarizes e nascentes, visando o controle da qualidade da água de consumo humano.

Unidades da EMBASA mapeadas em cinco municípios da RDS 19 (Água Fria, Coração de Maria, Feira de Santana, Iará e Santanópolis) informaram ações rotineiras de operação dos serviços de abastecimento de água.

Duas secretarias municipais e três organizações sociais desenvolvem projetos para abastecimento de água em comunidades rurais dos respectivos municípios. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Santa Bárbara, a Associação Comunitária Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, do Município de Antônio Cardoso, e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana e Serra Preta desenvolvem projetos de construção de cisternas. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Conceição da Feira elabora e articula a execução de projetos para escavação de poços artesianos.

Duas secretarias municipais de Feira de Santana realizam outras três ações. A Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Recursos Hídricos distribui água, utilizando carros pipa, para suprir o déficit de abastecimento na zona rural e, em parceria com a Embasa, está realizando a extensão da rede de abastecimento de água da sede. A Secretaria Municipal de Educação acompanha o trabalho de manutenção e construção da rede de abastecimento de água pela Embasa e a instalação de condensadores de água nas escolas.

Cinco ou 15% dos projetos/ações em saneamento são relativos ao lixo. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Conceição da Feira e a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente de Santanópolis realizam serviços de manutenção da limpeza urbana. A Secretaria Municipal de Saúde de Amélia Rodrigues gerencia o manejo e destinação adequados do lixo hospitalar produzido nos postos e hospitais municipais. A Equipe de Estudos e Educação Ambiental da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS caracteriza os resíduos sólidos gerados no campus. E a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente de Santo Estevão reduz a quantidade de lixo enviado ao aterro, através da compostagem dos resíduos orgânicos de grandes geradores (feiras, supermercados e restaurantes).

Quatro ou 12,5% dos projetos/ações são relativos ao componente PEMAPES *esgotamento sanitário*. Três visam à implantação de medidas sanitárias domiciliares em comunidades de baixa renda e são desenvolvidos pelas seguintes organizações: Associação Comunitária do Bairro de Terra Santa e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ambas do município de Santa Bárbara; e Associação Almerinda Vieira, do município de Anguera. A Unidade Regional da Embasa sediada em Feira de Santana informou ações rotineiras de operação dos serviços de esgotamento sanitário nessa sede municipal.

A Secretaria Municipal de Planejamento de São Gonçalo dos Campos informou que elabora e encaminha os projetos de melhoria das redes de saneamento básico na zona urbana e rural.

Não houve registro de projeto ou ação relativo ao componente PEMAPES *manejo de águas pluviais* no mapeamento da rede social da RDS 19.

8.3.2 Projetos e ações em educação ambiental / mobilização social

O mapeamento da rede social da RDS 19 – Portal do Sertão registrou 105 projetos/ações de educação ambiental e/ou mobilização social, que se distribuem nos seguintes grupos temáticos:

Quadro 8.9 – Projetos segundo grupos temáticos

GRUPOS TEMÁTICOS EA / MOB	PROJETOS E AÇÕES	
	Nº	%
EA / MOB em saneamento	31	29,5
Educação sanitária	35	33,3
EA / MOB em recursos hídricos	11	10,5
MA ou temas diversos	28	26,7
Total	105	100

▪ Educação ambiental / mobilização social em saneamento

Este grupo é constituído por 31 projetos e ações de educação ambiental e/ou mobilização social desenvolvidos por organizações da RDS 19 e relativos aos serviços de saneamento ou a um componente do saneamento.

Vinte ou 65% dos projetos/ações enfocam o tema *Lixo*. Quinze são projetos de coleta seletiva, oficinas de artesanato com recicláveis e outras ações de incentivo à separação, reciclagem e/ou reutilização de materiais, desenvolvidos por secretarias municipais e organizações sociais de sete municípios da região: Amélia Rodrigues (02); Conceição da Feira; Conceição do Jacuípe (02); Feira de Santana (03); Ipecaetá (2); Rafael Jambeiro; e Santo Estevão (04).

Outros cinco projetos relativos ao lixo têm outras finalidades: conscientização de agricultores para o manejo e o descarte adequados de embalagens de defensivos agrícolas (Conceição do Jacuípe); conscientização de alunos e comunidade escolar sobre os cuidados com o lixo (Teodoro Sampaio); construção de casa ecológica com garrafas PET (Feira de Santana); educação ambiental de lideranças municipais para a gestão sustentável dos resíduos sólidos (Santo Estevão); e constituição de consórcio de resíduos sólidos com secretarias municipais (Conceição do Jacuípe).

Onze ou 35% dos projetos/ações são relativos ao abastecimento de água, água/lixo, água/esgoto ou aos serviços de saneamento em geral. Dois são realizados pelas Secretarias Municipais de Educação de Serra Preta (conscientização ambiental sobre reciclagem e tratamento da água) e de Terra Nova (articulação para melhoria da infra-estrutura de saneamento nas escolas).

Organizações do município de Feira de Santana desenvolvem nove projetos/ações. A Unidade Regional da EMBASA (04), a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais realizam ações educativas/informativas sobre o funcionamento dos serviços. A

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS atua em pequenos municípios com uma metodologia de participação e mobilização social em saneamento ambiental. O 1º Batalhão da Política Militar sensibiliza o seu efetivo e os visitantes da unidade para a preservação da água e o conserto de vazamentos. E o Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana - CATRUFs mobiliza seus associados para o Programa *1 Milhão de Cisternas*, em seis municípios.

Quadro 8.11 – Projetos e ações de educação ambiental / mobilização social em saneamento - RDS 19

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	FINALIDADE
Amélia Rodrigues	Centro de Formação e Comercialização de Artesanato Juarana	Oficinas de reciclagem, artesanato, capoeira, hip hop, dança e música
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio	Elaboração da proposta de coleta seletiva para o município
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Educação ambiental, produção e distribuição de mudas, reciclagem de lixo em parceria com associações ambientalistas
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Assistência Social	Oficinas de artesanato, reciclagem, pintura em tecido, flores e fuxico
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Projeto Lixo na Lixeira – implantar a coleta seletiva, conscientizando a população a separar o lixo, colaborar com a limpeza urbana e com os catadores
Feira de Santana	Cooperativa dos Badameiros de Feira de Santana – COOBAFS	Palestras e empresas nas escolas sobre coleta seletiva, meio ambiente e o trabalho da cooperativa
Feira de Santana	UEFS/EEA - Equipe de Estudos e Educação Ambiental	Divulgação da coleta seletiva nos bairros
		Coleta seletiva e reaproveitamento do lixo gerado no Campus
Ipecaetá	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Projeto Recolhimento de Garrafas PET - conscientizar a comunidade escolar para reduzir o descarte no ambiente
Rafael Jambeiro	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Meio Ambiente – discussão sobre reciclagem
		Seleção, reciclagem e reutilização com alunos das escolas
Santo Estevão	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente	Coleta Seletiva Solidária – envolvimento dos catadores e comunidade na coleta de materiais recicláveis
Santo Estevão	Associação Comunitária de Moradores do Conjunto Habitacional Ângelo Magalhães - URBIS	Projeto Reciclar é Preciso - arrecadação e venda de garrafas PET para geração de renda com os moradores do conjunto
Santo Estevão	Secretaria Municipal de Educação	Recolha e reutilize – coleta e reutilização de metais e plásticos
Santo Estevão	Secretaria Municipal de Educação	Gincana ecológica – atividades de incentivo à reciclagem
Coleta seletiva / reciclagem / reutilização – 15		
Conceição do Jacuípe	Conselho Municipal do Meio Ambiente	Palestra com agricultores sobre o uso adequado de defensivos e a devolução correta de embalagens dos defensivos
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Realização de reuniões com todas as Secretarias Municipais sobre a constituição de um Consórcio de Resíduos Sólidos
Feira de Santana	Polícia Militar do Estado da Bahia - 1º Batalhão	Criação da Casa Ecológica com garrafas PET – onde irá funcionar o Núcleo de Estudos e Proteção Ambiental (NEPA)
Santo Estevão	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente	Programa de educação ambiental para a gestão sustentável de resíduos sólidos, com 30 lideranças do município
Teodoro Sampaio	Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer	Elaboração de projetos para educação ambiental nas escolas sobre resíduos sólidos / problemas relativos ao lixo
Resíduos sólidos (gestão, manejo e casa ecológica) - 05		
Feira de Santana	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Visitas de escolas e empresas às unidades de tratamento de água, esgoto e laboratório
		Palestras de educação ambiental em associações, comunidades, escolas e empresas
		Veiculação de informações sobre água e esgoto em eventos, jornais, revistas e folders
		Parceria com o IMA e o Ingá na coordenação de eventos, como dia mundial da água, dia meio ambiente e outros
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Educação	Envolvimento de 40 escolas da rede municipal nas temáticas ambientais, em parceria com a EMBASA e SMMA
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais	Sensibilizar alunos da rede municipal para a questão do lixo, água e meio ambiente (palestras e feira de ciências)
Feira de Santana	UEFS/EEA - Equipe de Estudos e Educação Ambiental	Metodologia em ações educacionais em saneamento ambiental para pequenos municípios (participação e mobilização social)

Quadro 8.11 – Projetos e ações de educação ambiental / mobilização social em saneamento – RDS 19.
Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	FINALIDADE
Feira de Santana	Polícia Militar do Estado da Bahia - 1º Batalhão	Conscientização para a preservação da água e mutirão para identificar e corrigir os vazamentos existentes
Feira de Santana	Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana - CATRUFIS	Parceria com o Programa 1 Milhão de Cisternas – organização de comissões de trabalhadores rurais, nos municípios de Feira de Santana, Iará, Santo Estevão, Tanquinho, Anguera e Conceição da Feira
Serra Preta	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Palestras de Conscientização Ambiental da comunidade escolar sobre a importância da reciclagem e do tratamento da água
Terra Nova	Secretaria Municipal de Educação	Articulação junto as Secretarias responsáveis pela pasta de saneamento para melhoria da infra-estrutura nas escolas
Serviços de saneamento / Abastecimento de água - 11		

▪ Educação sanitária

Este grupo abrange 35 programas, projetos e ações educativas (oficinas, palestras, visitas domiciliares, campanhas, mutirão contra dengue e feira de saúde) desenvolvidos na RDS 19, visando orientar comunidades (urbanas, rurais e/ou escolares) à prevenção de doenças, através do cuidado adequado com a água consumida, a destinação de esgoto e/ou lixo e demais condições de salubridade ambiental.

Vinte ou 57% dos projetos e ações de educação sanitária são realizados por Secretarias Municipais de Saúde de 15 municípios: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Santa Bárbara, Santanópolis, São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão, Serra Preta, Teodoro Sampaio e Terra Nova.

Outros 13 ou 37% dos projetos e ações desse tipo são desenvolvidos pelos Programas de Agentes Comunitários de Saúde – PACS dos municípios de Conceição do Jacuípe e Teodoro Sampaio, e por Associações ou Sindicatos de Agentes Comunitários de Saúde dos municípios de Água Fria, Conceição da Feira, Coração de Maria, Iará, Santa Bárbara, Santanópolis e Tanquinho.

E duas ações são realizadas pelas Secretarias Municipais de Educação de Anguera (Feira de Saúde) e de Rafael Jambeiro (campanha educativa contra dengue).

▪ Educação ambiental / mobilização social em recursos hídricos

Onze projetos e ações relativos aos recursos hídricos foram mapeados pela equipe técnica PEMAPES na RDS 19 – Portal do Sertão. Seis são realizados por secretarias municipais e outros cinco por organizações sociais.

Quatro projetos de recuperação de matas ciliares mobilizam alunos do *Pró-Jovem* (Secretaria Municipal de Ação Social de Serra Preta) ou agricultores das comunidades ribeirinhas (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Conceição do Jacuípe, Secretarias Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Ipecaetá e Secretarias Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Iará).

A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Conceição do Jacuípe realiza palestras socioambientais em comunidades rurais sobre produção consciente, redução do volume de lixo, uso adequado da terra, preservação das nascentes e recuperação das matas ciliares. E a Secretaria Municipal de Educação de Rafael Jambeiro promove evento do *Dia Mundial da Água* para sensibilizar os alunos em relação à preservação das nascentes existentes no município.

A ONG *SOS Rio Paraguaçu*, do município de Feira de Santana, desenvolve três ações: caravanas ecológicas em comunidades de Feira de Santana; palestras e eventos de educação ambiental em escolas e comunidades dos municípios da bacia; e mobilização de comunidades ribeirinhas de seis municípios do Médio Paraguaçu para a recuperação de matas ciliares.

A ONG *Movimento Água é Vida em Defesa da Água e da Saúde*, também de Feira de Santana, mobiliza moradores das comunidades ribeirinhas para a recuperação do riacho Central e da nascente do rio Subaé. E o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipecaetá realiza reuniões nas comunidades rurais do município, em parceria com o Banco do Nordeste, para discutir problemas de desmatamento e manejo dos recursos hídricos.

▪ **Educação ambiental / mobilização social em outros temas**

Trinta e cinco projetos e ações educativas em meio ambiente ou em temas ambientais diversos são também realizados na RDS 19.

Projetos de educação ambiental, palestras, oficinas e eventos para conscientização sobre a importância da preservação do ambiente, realizadas por Secretarias Municipais de Educação e Secretarias Municipais de Meio Ambiente e ONGs constituem a quase totalidade desse grupo de projetos/ações.

O 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado da Bahia, sediado em Feira de Santana, destaca-se com quatro projetos/ações relevantes: projetos de criação da *Agenda 21* e da Agenda Ambiental do Batalhão; elaboração de um programa para o efetivo com foco no meio ambiente; elaboração do projeto pedagógico do núcleo-escola, com temas ambientais; seminário sobre a importância da PM na preservação da biodiversidade; criação do *Dia sem Poluir*, no qual os policiais irão se dirigir para o batalhão com meios de transporte alternativo, uma vez por mês.

8.3.3 Outros projetos e ações

Além dos projetos e ações em saneamento e em educação ambiental/mobilização social, outros 194 projetos e ações estão sendo desenvolvidos nos municípios da RDS 19.

Os projetos e ações mapeados na RDS são apresentados a seguir, por tipo e município, nos quadros 8.9, 8.10 e 8.11.

Quadro 8. 12 – Projetos e ações em saneamento - RDS 19

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Água Fria	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Abastecimento de água		Comunidade em Geral	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta e análise da água distribuída pela EMBASA e consumida de poços, fontes, nascentes, chafariz e cisternas	Garantir a qualidade da água para consumo humano	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Saúde	Gerenciamento do lixo (resíduo hospitalar)	Encaminhar o lixo produzido nas unidades de saúde (postos e hospitais) para um local adequado	Urbano e rural	Município
Anguera	Associação Almerinda Vieira	Construção de banheiros e fossas (Em parceria com a CAR)	Atender 64 famílias sem saneamento básico	Zona urbana	Município
Antônio Cardoso	Associação Comunitária Nossa Senhora do Resgate das Umburanas	Projeto de Construção de Cisternas	Construção de Cisternas para o consumo humano de água e produção agrícola. Este projeto abrange famílias previamente cadastradas	Zona Rural	Município
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Elabora e articula a execução de projeto junto a órgão público do Estado	Realizar escavação de poços artesanais e produção de peixes	Rural	Município
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta para análise da água distribuída pela EMBASA no Município	Garantir a potabilidade da água para consumo Humano	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Coleta, transporte e destinação de resíduos provenientes de poda de árvores, capinação e material de construção; resíduos sólidos públicos, domésticos e hospitalar	Manutenção da limpeza do Município e garantir a qualidade de vida da população	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Saúde	Programa SIS Água	Coleta e acompanhamento da análise da água de poços e cisternas buscando garantir a qualidade da água para consumo humano	Urbano e rural	Município
Coração de Maria	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Abastecimento de água		Comunidade em Geral	Município
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Saúde	VIGIAGUA	Monitoramento da qualidade da água	População	Município
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural	Distribuição de água em carros pipas		Comunidade	Zona rural
Feira de Santana	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana - STR	Parceria com o Programa 1 milhão de cisternas	Organiza, seleciona, cadastra as famílias e fiscaliza as construções	Trabalhadores rurais	Feira de Santana

Quadro 8. 12 – Projetos e ações em saneamento - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural	Extensão da rede de abastecimento de água em parceria com a EMBASA		População	Sede
Feira de Santana	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Coleta, tratamento e distribuição de água	Garantir o abastecimento de água a população	Urbano e rural	Município
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Educação	Acompanha o Trabalho de Manutenção e Construção da Rede de Abastecimento de Água (EMBASA) e Instalação de Condensadores de Água nas Unidades de Ensino	Garantir a melhoria da estrutura e qualificar os serviços das unidades de ensino	Urbano e rural	Município
Feira de Santana	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Coleta, tratamento e destino final do esgoto	Garantir a execução do serviço de esgotamento sanitário à população	Urbano e rural	Município
Feira de Santana	UEFS/EEA - Equipe de Estudos e Educação Ambiental	Caracterização dos resíduos sólidos gerados no Campus	Caracterizar os resíduos sólidos	Alunos, professores e funcionários do Campus	Campus da UEFES
Irará	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Abastecimento de água		Comunidade em Geral	Zona urbana do Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Projeto cisternas	Garantir o acesso a água potável	Comunidade rural	Zona rural
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Saúde	VIGIAGUA	Análise da qualidade da água para consumo humano	-	Município
Santa Bárbara	Associação Comunitária do Bairro de Terra Santa	Implantação de sanitário	Melhoria habitacional	Comunidade	Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Construção de sanitário	Melhorar as condições de vida das famílias	Comunidade rural	Zona rural
Santanópolis	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Abastecimento de água		População	Município
Santanópolis	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente	Manutenção da limpeza pública		Comunidade em Geral	Município
Santo Estêvão	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente	Compostagem dos resíduos orgânicos de grandes geradores	Reduzir a quantidade de resíduos orgânicos a serem dispostos no Destino final, envolvendo feirantes, supermercados e restaurantes	Zona urbana	Município

Quadro 8. 12 – Projetos e ações em saneamento - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta e análise da água distribuída: Embasa poço, cisterna, poço profundo, barragem, e água da rede pública	Garantir a qualidade de água para consumo humano	Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Planejamento	Elabora e encaminha os projetos de melhoria das redes de saneamento básico	Melhoria dos serviços destinados à população	Urbano e rural	Município
Serra Preta	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Preta	Participação no P1MC (Programa 1 milhão de cisternas)	Construção de cisternas para consumo humano em parceria com MOC (Movimento Organizado Comunitário)	Famílias agrícolas carentes	Povoados rurais
Tanquinho	Secretaria Municipal de Saúde	SISAGUA	Análise de água para consumo humano	População	Município
Teodoro Sampaio	Secretaria Municipal de Saúde	Coleta e análise da água distribuída pela EMBASA e consumida de poços, fontes e cisternas	Garantir a qualidade da água para consumo humano	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa Vigiágua	Analisar a qualidade da água distribuída pela EMBASA, água das cisternas, poços artesanais e fontes utilizadas para o consumo humano	Urbano e rural	Município

Quadro 8.13 – Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Água Fria	Associação Comunitária dos Agentes de Saúde	Palestras	Prevenção de doenças	Comunidade	Município
Água Fria	Secretaria Municipal de Saúde	PSF - Programa Saúde da família	Prevenção e promoção da saúde	População	Município
Água Fria	Secretaria Municipal de Saúde	PSE - Programa Saúde na Escola	Prevenção e promoção da saúde	Alunos	Município
Amélia Rodrigues	Centro de Formação e Comercialização de Artesanato Juarana	Palestras socioeducativas com temáticas ambientais e de cidadania	Compartilhar informações e conscientizar a população sobre questões relacionadas ao meio ambiente e qualidade de vida	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer	Analisa e aprova iniciativas de práticas ambientais propostas pelos professores	Estimular a realização de educação ambiental em sala de aula	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer	Coordenação da I Conferência Municipal de Meio Ambiente	Discutir e conscientizar alunos e professores sobre questões relacionadas ao meio ambiente	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Centro de Formação e Comercialização de Artesanato Juarana	Oficinas de reciclagem, artesanato, capoeira, hip hop, dança, música	Atendimento socioeducativo à população	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio	Elaboração da proposta de coleta seletiva	Melhorar a condição do serviço de coleta de lixo. Incentivar a economia solidária	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa de Saúde da Família	Realizar o atendimento à saúde da população	Urbano e rural	Município
Anguera	Secretaria Municipal de Educação	Promove Feiras de Saúde	Palestras e exposições sobre meio ambiente, saúde entre outros na comunidade escolar	Urbano e rural	Município
Anguera	Secretaria Municipal de Saúde	Organização da Feira de Saúde	Promove palestras e exposições sobre saúde básica na comunidade escolar	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Educação	Avalia e aprova as propostas dos professores sobre educação ambiental para as 5ª série	Garantir a realização de atividades ambientais sugeridas na grade de educação ambiental	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Parceria com associações ambientais - Amigos da Natureza	Educação ambiental, produção e distribuição de mudas para replantio; reciclagem de lixo	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Realiza palestras socioambientais. Temas das palestras: produção consciente, redução do volume de lixo, preservação das nascentes e uso adequado da terra, recuperação das matas ciliares	Orientar e sensibilizar a população sobre questões relacionadas à preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Aquisição junto a organizações, produção e distribuição de mudas de árvores (nativas, frutíferas e arbustos)	Realizar o reflorestamento de áreas urbanas e rurais do Município, melhoria da qualidade de vida da população	Urbano e rural	Município

Quadro 8.13 – Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Saúde da Família	Garantir a atenção à saúde da população. Neste programa, através do trabalho dos agentes comunitários de saúde é realizado um levantamento de dados sobre o destino do lixo, qual a fonte de abastecimento de água (ex: poço, água encanada, cisternas etc.) de todos os domicílios. Estes dados são arquivados na Secretaria Municipal de Saúde com o objetivo de referenciar ações diversas e políticas públicas do Município de Conceição da Feira	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	SINDACS - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de Doenças Endêmicas e Epistomológicas do Estado da Bahia	Palestras de orientação e formação dos agentes	Melhoria da qualidade do trabalho da categoria	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Articulação com órgãos municipais para reflorestamento de áreas de moradias dos associados	Mobilização das associações para realização de práticas ambientais. Promover a melhoria de vida	Rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Parceria com a Secretaria Municipal de Educação	Realização de palestras, implantação de lixeiras nas ruas, plantio de mudas de árvores nas unidades de ensino, peças teatrais com temáticas ambientais	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Coordenação do projeto: O Meio Ambiente que Queremos	Reduzir os problemas ambientais, fortalecer a sustentabilidade e a interface com a cidadania, despertar hábitos, responsabilidades e respeito ao meio ambiente	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Conselho Municipal do Meio Ambiente	Palestra sobre o uso adequado de defensivos e devolução correta de embalagens dos defensivos	Orientar os agricultores a reduzir a contaminação do solo e água do Município	Rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Assistência Social	Coordenação de atividades, exemplo: oficinas de artesanato, reciclagem, pintura em tecido, flores e fuxico, realizadas no CRAS	Oferecer atendimento psicológico e socioeducativo à população. Atende crianças de 06 até 12 anos, adolescentes de 13 até 16 anos, mães de alunos do PETI, idosos e mulheres	Urbano e rural	Município

Quadro 8.13 – Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Projeto Lixo na Lixeira	Promover a limpeza urbana envolvendo os agentes ambientais (catadores de lixo), escolas municipais e estaduais e a população em geral. Implantar a coleta seletiva, conscientizar e sensibilizar a população sobre a importância da separação do lixo. Reduzir o volume de lixo depositado nos aterros, aumentar a fonte de renda dos agentes ambientais (catadores de lixo)	Urbano	Município
Conceição do Jacuípe	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Cadastro familiar	Cadastramento das famílias por área, inclusão dos aspectos ligados ao saneamento (tipo de abastecimento, condição de habitação, número de moradores, nível de escolaridade, condições de saúde, tipo de esgoto e instalação elétrica, tipo de água consumida e condições de economia familiar)	Urbano e Rural	Município
Conceição do Jacuípe	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Visitas domiciliares com caráter socioeconômico	Estabelecer o elo de ligação da população com o serviço público para prevenção de doenças	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Saúde da Família	Atender as necessidades de saúde da população	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Parceria com o setor imobiliário e outros setores na demarcação de áreas de preservação ambiental e reflorestamento da mata ciliar	Reconhecimento das espécies (Flora, mata Atlântica), proteção dos Rios Pojuca, Cagados, Jacuípe e nascentes do Município	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Realização de reuniões com todas as Secretarias Municipais sobre a constituição de um Consórcio de Resíduos Sólidos	Melhorar a qualidade de vida	Urbano	Município
Coração de Maria	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Palestras	Prevenção de doenças	Comunidade	Município
Coração de Maria	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Cadastramento das famílias	Distribuir filtros, colchão e cestas básicas	Comunidade	Município
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Saúde da Família - PSF	Prevenção e promoção da saúde	Comunidade	Município
Feira de Santana	Cooperativa dos Badameiros de Feira de Santana - COOBAFS	Palestras nas Escolas sobre a Coleta Seletiva, a Cooperativa e o Meio Ambiente	Informar a comunidade sobre o trabalho da cooperativa e a importância para o meio ambiente	Alunos, empresas e indústrias	Sede
Feira de Santana	Cooperativa dos Badameiros de Feira de Santana - COOBAFS	Divulgação da Coleta Nos Bairros	Esclarecer a comunidade e informar sobre a coleta seletiva	Comunidade	Sede

Quadro 8.13 – Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Feira de Santana	Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana - CATRUFs	Parceria com o Programa 1 milhão de cisternas	Organiza comissões, divulga datas, fichas de cadastro	Trabalhadores rurais	Feira de Santana, Iará, Santo Estevão, Tanquinho, Anguera, Conceição da Feira
Feira de Santana	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Coordenação de visitas de escolas e empresas às unidades de tratamento de água, esgoto e laboratório	Compartilhar informações sobre os serviços prestados	Urbano e rural	Município
Feira de Santana	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Palestras sócio-educativas em associações, comunidades, escolas e empresas	Promover educação ambiental, discutir e orientar sobre uso racional da água, destino adequado do lixo e esgoto	Urbano e rural	Município
Feira de Santana	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Parceria com o IMA e o Ingá na coordenação de atividades informativas em eventos. Ex: Ação global, semana do trabalhador, dia mundial da água, semana do meio ambiente	Compartilhar informações sobre água e esgoto com a população e funcionários da EMBASA	Urbano e rural	Município
Feira de Santana	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Veiculação de informações sobre água e esgoto em eventos, jornais, revistas e folders	Informar a população sobre os serviços prestados	Urbano e rural	Município
Feira de Santana	Movimento Água é Vida em Defesa da Água e da Saúde	Articulação e sensibilização para os conselhos comunitários		Comunidade em Geral	Município
Feira de Santana	Movimento Água é Vida em Defesa da Água e da Saúde	Articulação e sensibilização para os conselhos locais de saúde		Comunidade em Geral	Município
Feira de Santana	Movimento Água é Vida em Defesa da Água e da Saúde	Recuperação dos mananciais hídricos	Recuperação do riacho Central e nascente do rio Subaé	Moradores Ribeirinhos	Riacho central e nascente do rio Subaé
Feira de Santana	Polícia Militar do Estado da Bahia - 1º Batalhão	Criação do Dia sem Poluir	Os policiais irão se dirigir ao batalhão com meios de transporte alternativos (uma vez por mês)	Efetivo da PM	1º Batalhão
Feira de Santana	Polícia Militar do Estado da Bahia - 1º Batalhão	Criação da Casa Ecológica	Casa feita com garrafas pet, onde vai funcionar o Núcleo de Estudos e Proteção Ambiental (NEPA)	Efetivo da PM	1º Batalhão

Quadro 8.13 – Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Feira de Santana	Polícia Militar do Estado da Bahia - 1º Batalhão	Núcleo de Estudos e Proteção Ambiental	Elaboração do projeto pedagógico do núcleo-escola	Efetivo da PM, visitantes e fornecedores	1º Batalhão
Feira de Santana	Polícia Militar do Estado da Bahia - 1º Batalhão	Seminário da Biodiversidade	A importância da Polícia Militar para a manutenção da biodiversidade	Efetivo da PM e comunidade	1º Batalhão
Feira de Santana	Polícia Militar do Estado da Bahia - 1º Batalhão	Seminário de Educação Ambiental	Conscientização para preservação da água e mutirão para identificar e corrigir os vazamentos existentes	Efetivo da PM e visitantes da comunidade	1º Batalhão
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Educação	Coordenar a Execução de Educação Ambiental na Disciplina de Ciências no Ensino Fundamental I e II para Alunos de 6 a 14 anos da Rede Municipal	Orientação e conscientização dos alunos sobre questões ligadas ao meio ambiente	Urbano e rural	Município
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Educação	Coordenação do Programa de Educação Afetivo Sexual - Projeto PEAS	Desenvolver atividades socioeducativas incluindo temas ambientais	Urbano e rural	Município
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Educação	Incentivo ao Professor para Desenvolvimento de Atividades Ambientais	Conscientizar os alunos sobre a importância da preservação ambiental	Urbano e rural	Município
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Educação	Parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e EMBASA	Estabelecer o envolvimento de 40 escolas da rede municipal nas temáticas ambientais através de palestras, gincana, campanhas ambientais, caravana ecológica (dia do meio ambiente), atividades culturais (peças teatrais), exposições de reciclagem e passeios ecológicos.	Urbano e rural	Município
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais	Caravana Ecológica	Conscientização e plantio de mudas nos bairros (árvores nativas)	Comunidade em geral	Sede
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais	Projeto Guardiões do Meio Ambiente	Capacitar professores para serem multiplicadores	40 escolas do município	Sede
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais	Quartas Ambientais	Palestras voltadas para o meio ambiente em uma quarta do mês	Comunidade em geral	Sede
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais	Biblioteca Ambiental	Incentivar o conhecimento na área ambiental	Comunidade	Sede
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais	Palestras, feira de ciências - Educação Ambiental	Sensibilizar para a questão do lixo, água e meio ambiente	Estudantes da rede pública municipal	Sede
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de conscientização para uso de banheiros e fossas	Palestras, ações e orientações para incentivar uso correto	Residências denunciadas	Sede
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Saúde	Conferência de saúde ambiental	Palestras e discussões sobre consumo consciente e prevenção a doenças	Comunidade em geral	Sede

Quadro 8.13 – Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Feira de Santana	S.O.S Rio Paraguaçu	Educação ambiental	Palestras, eventos nas comunidades e municípios	Comunidade, escolas	Bacia do Paraguaçu
Feira de Santana	S.O.S Rio Paraguaçu	Armazenamento de sementes da caatinga	Plantio e restauração da mata da caatinga	Comunidade	Caatinga
Feira de Santana	S.O.S Rio Paraguaçu	Replantio de espécies nativas da caatinga	Replantar espécies da caatinga	Comunidade	Caatinga
Feira de Santana	S.O.S Rio Paraguaçu	Restauração das matas ciliares	Recuperar as matas ciliares	Comunidade ribeirinha	Médio Paraguaçu (6 Municípios)
Feira de Santana	S.O.S Rio Paraguaçu	Caravana Ecológica	Sensibilizar e fiscalizar, denunciar	Comunidade	Feira de Santana
Feira de Santana	UEFS/EEA - Equipe de Estudos e Educação Ambiental	Participação e Mobilização social	Metodologia em ações educacionais em saneamento ambiental para pequenos municípios	População	Municípios
Feira de Santana	UEFS/EEA - Equipe de Estudos e Educação Ambiental	Coleta seletiva e reaproveitamento do lixo gerado no Campus	Coletar seletivamente e reaproveitar o lixo	Alunos, professores e funcionários do Campus	Campus da UEFS
Ipecaetá	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Projeto Meio Ambiente	Discussões sobre reciclagem e sustentabilidade	Comunidade escolar	Sede/zona rural
Ipecaetá	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Projeto Recolhimento de Garrafas PET	Reduzir o impacto da poluição das garrafas descartadas no meio ambiente	Comunidade escolar	Lot. Antonio Souza Silva (sede)
Ipecaetá	Secretaria Municipal de Saúde	Palestras Temáticas	Prevenção a doenças, DSTs, gravidez indesejada, etc.	Comunidade em geral	Sede e povoados
Ipecaetá	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipecaetá	Reuniões em parceria com Banco do Nordeste	Discutir problemas de desmatamento e uso racional da água	Comunidades agrícolas	Sede/ zona rural
Ipecaetá	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Projeto de recuperação da mata ciliar	Recuperar áreas do Rio Curumatai	Proprietários de terras próximas ao rio	Zona rural
Irará	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Irará	Palestras educativas	Prevenção de doenças	Comunidade	Município

Quadro 8.13 – Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Irará	Associação Comunitária da Cidade Nova	Reivindicação por melhorias na infraestrutura do bairro		-	Cidade Nova
Irará	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Recuperação das matas ciliares		Agricultores	Município
Rafael Jambeiro	Secretaria Municipal de Educação	Seleção, reciclagem e utilização	Reaproveitamento de materiais e comércio	Alunos da rede municipal	Escolas públicas
Rafael Jambeiro	Secretaria Municipal de Educação	Dia Mundial da Água - Tratamento e uso	Conscientização dos alunos e preservação das nascentes	Alunos da rede municipal	Salão paroquial
Rafael Jambeiro	Secretaria Municipal de Educação	Campanha Contra a Dengue	Eliminar focos do mosquito transmissor	Alunos da rede municipal	Escolas públicas
Santa Bárbara	Associação Barbarense dos Agentes Comunitários de Saúde	Palestras	Prevenção de doenças	Comunidade	Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Saúde	ACD - Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança	Prevenir doenças e promover saúde	Crianças de 0 a 5 anos	Município
Santanópolis	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Palestras	Prevenção da saúde	Comunidade	Município
Santanópolis	Secretaria Municipal de Saúde	PSF - Programa de Saúde da Família	Prevenção e promoção de saúde	Comunidade	Município
Santo Estêvão	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente	Programa de educação ambiental para a gestão sustentável de resíduos sólidos	Envolver lideranças Municipais na discussão dos resíduos sólidos. Nesta 1ª etapa estão envolvidas 30 lideranças	Zona urbana e rural	Município
Santo Estêvão	Secretaria Municipal de Saúde	Campanha contra a Dengue	Palestras e ações locais em residências	Urbano e rural	Município
Santo Estêvão	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente	Coleta Seletiva Solidária	Envolvimento dos catadores na coleta de recicláveis residenciais da comunidade	Zona urbana	Município
Santo Estêvão	Associação Comunitária de Moradores do Conjunto Habitacional Ângelo Magalhães - URBIS	Projeto Reciclar é Preciso	Arrecadação e venda de garrafas Pet para geração de vendas aos moradores do Conjunto Habitacional Ângelo Magalhães	Zona urbana	Município
Santo Estêvão	Secretaria Municipal de Educação	Recolha e reutilize	Recolher e reutilização de metal e plásticos recolhidos na comunidade escolar em geral	Zona urbana e rural	Município
Santo Estêvão	Secretaria Municipal de Educação	Gincana ecológica	Realização de tarefas incentivando a reciclagem feitas por alunos de 5ª à 8ª série.	Zona urbana e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Saúde da Família (Equipe médica, odontológica e os agentes comunitários)	Garantir a qualidade do serviço de saúde no Município	Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Produção e distribuição de mudas (ornamental e florestal)	Arborização de áreas públicas e agrícolas	Urbano e rural	Município
Serra Preta	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Palestras de Conscientização Ambiental	Conscientizar da importância da reciclagem e tratamento de água	Comunidade escolar	Sede e zona rural

Quadro 8.13 – Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Serra Preta	Secretaria Municipal de Ação Social	Projeto revitalização das matas ciliares	Revitalizar vegetação próxima a rios e lagos da região	Jovens cadastrados no pré-jovem	Sede/ povoados
Serra Preta	Secretaria Municipal de Saúde	Distribuição de hipoclorito para a comunidade	Tratamento da água nas residências	Comunidade em geral	Sede e povoados
Tanquinho	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Município de Tanquinho	Palestras	Prevenção de saúde	Comunidade	Município
Teodoro Sampaio	Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer	Coordenação de atividades ambientais em datas comemorativas	Garantir o envolvimento da população nas questões ligadas à preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Teodoro Sampaio	Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer	Elaboração de projetos para educação ambiental nas escolas sobre resíduos sólidos	Conscientizar os alunos da rede municipal de ensino e a população sobre os problemas causados pelo lixo	Urbano e rural	Município
Teodoro Sampaio	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Coordenação do Projeto Sala de Espera	Orientar os usuários sobre aleitamento, vacinas, doenças (câncer de colo de útero), dengue.	Urbano e rural	Município
Teodoro Sampaio	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Desenvolvimento de atividades relacionadas à saúde	Palestras, caminhadas e atividades físicas para promover a saúde da população	Urbano e rural	Município
Teodoro Sampaio	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Realização de visitas domiciliares	Acompanhar, orientar e encaminhar as necessidades relacionadas à saúde da população	Urbano e rural	Município
Teodoro Sampaio	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa de Saúde da Família	Garantir o atendimento da saúde da população	Urbano e rural	Município
Teodoro Sampaio	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa de Saúde nas Escolas	Analisar e atender os problemas de saúde de alunos e professores nas escolas	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Secretaria Municipal de Educação	Elaborar projetos temáticos incluindo a temática ambiental destinados as escolas a rede municipal	Desenvolver nos alunos a preocupação com a preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa Saúde da Família	Realizar a prevenção, promoção e assistência da saúde da população através do trabalho de 04 equipes de saúde bucal e saúde família,	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Acompanhar a condição de saúde da população através de visitas domiciliares	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Programa de Saúde nas Escolas	Fortalecer as ações intersetoriais de Secretaria Municipal de Saúde nas escolas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e secretaria Municipal de assistência Social no atendimento preventivo da saúde básica e bucal.	Urbano e Rural	Município
Terra Nova	Secretaria Municipal de Educação	Articulação junto as Secretarias responsáveis pela pasta de saneamento	Garantir a melhoria da estrutura de saneamento nas unidades de ensino	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 – Outros projetos e ações afins - RDS 19

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Água Fria	Associação Comunitária dos Agentes de Saúde	Reivindicação trabalhista	Fortalecer a categoria profissional	Agentes comunitários de saúde	Município
Água Fria	Conselho Municipal de Educação	Fiscalização e acompanhamento das ações na área de educação		Comunidade em Geral	Sede e Povoados
Água Fria	Conselho Municipal de Saúde	Acompanhamento e fiscalização das ações de saúde		Comunidade em Geral	Município
Água Fria	Cooperativa de Produção dos Jovens do Município	Produção agro industrial	Transformar as frutas em polpa	Agricultores	Município
Água Fria	Secretaria Municipal de Ação Social	Grupo de Convivência dos Idosos	Melhorar a auto-estima do idoso	Idosos	Município
Água Fria	Secretaria Municipal de Ação Social	Programa Nutrição Alimentar	Melhoria na qualidade nutricional	Crianças de 0 a 6 anos	Município
Água Fria	Secretaria Municipal de Ação Social	PROJOVEM	Promover a inclusão social	Adolescente de 15 a 17 anos	Município
Água Fria	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar	Oferecer crédito para melhorar a propriedade	Agricultores familiares e produtores até 150 tarefas	Zona rural
Água Fria	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Programa Sertão Produtivo	Melhoramento de ovino e caprino	Agricultores familiares	Zona rural
Água Fria	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Programa Semeando	Formação de banco de sementes da agricultura familiar	Agricultores familiares	Zona rural
Água Fria	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Programa Biocombustível	Plantio de girassol para produção de óleo vegetal	Agricultores familiares	Zona rural
Água Fria	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Programa Artesanato Brasileiro	Incentivar o desenvolvimento artesanal	Agricultores e artesão urbanos	Município
Água Fria	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	PAA - Plano de Ações Articuladas	Sustentabilidade das ações de fortalecimento da educação	Comunidade escolar	Município
Água Fria	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Escola Ativa	Fortalecimento das escolas do campo	Alunos das turmas multiseriadas	Zona rural
Água Fria	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Progestão - Programa de Capacitação dos Gestores Escolares	Capacitar os gestores escolares para atuarem na gestão das escolas	Diretores, vice-diretores e coordenadores	Município
Amélia Rodrigues	Associação dos Trabalhadores Rurais	Articulação junto aos órgãos municipais	Aquisição de recursos para construção de estruturas de trabalho (casa de farinha e fábrica de polpas)	Rural	Município

Quadro 8.14 – Outros projetos e ações afins - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Amélia Rodrigues	Conselho Municipal de Assistência Social	Acompanha o processo de atendimento social a população através dos programas de Bolsa Família e coordenação de habitação popular	Atender as famílias de baixa renda	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Conselho Municipal de Assistência Social	Analisa, aprova e fiscaliza as ações e os recursos da Secretaria Municipal de Ação Social	Garantir o atendimento social à população	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Ação Social	Distribuição de benefícios eventuais	Atender as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Ação Social	Articulação vinculada ao Conselho Tutelar	Combate aos maus tratos às crianças e a pedofilia	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Ação Social	Coordenação do Programa Bolsa Família	Cadastrar e acompanhar o processo de permanência para o recebimento do benefício do Governo Federal das famílias em situação de vulnerabilidade social (baixa renda)	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Ação Social	Coordenação do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)	Realizar o atendimento socioeducativo a crianças, jovens, mulheres, gestantes e idosos	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Ação Social	Coordenação do Projeto Contra as Drogas	Realizar anamnese e encaminhamento de casos para os centros de recuperação	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio	Coordenação do projeto de recuperação de matas ciliares (INGA)	Garantir a preservação das áreas verdes	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio	Articulação junto ao IBDA (Instituto Brasileiro de Direito Aplicado)	Apoiar as associações de produtores rurais na produção de flores tropicais	Rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio	Coordenação dos processos de linha de apoio ao microcrédito	Apoiar as associações de produtores rurais através dos projetos crediamigo, agroamigo e credibahia	Rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer	Articulação junto à Secretaria Municipal de Obras	Garantir melhorias na infraestrutura das unidades de ensino nas áreas que sofrem alagamento	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do Centro de Referência em Fisioterapia	Realizar o atendimento da reabilitação de pacientes da rede de saúde	Urbano e rural	Município
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenação do CAPS (Centros de Atenção Psicossocial)	Realizar o atendimento à saúde mental da população	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 – Outros projetos e ações afins - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Amélia Rodrigues	Secretaria Municipal de Saúde	Articulação e realização de ações de saúde junto as Secretarias Municipais de Educação, Ação Social e Obras	Realizar interface entre as Secretarias para atender a saúde da população de forma integrada.	Urbano e rural	Município
Anguera	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Cursos Profissionalizantes para inserção no mercado de trabalho	Capacitar os cidadãos maiores e sem experiência em corte e costura, mecânica e outros	Urbano e rural	Município
Anguera	Secretaria Municipal de Saúde	Projeto Saúde em Movimento	Promover atividades físicas para idosos e hipertensos da comunidade	Urbano e rural	Município
Antônio Cardoso	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cultura e Esporte	Palestras Semana do Idoso	Conscientizar e ressocializar o idoso na comunidade	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	Associação de Produtores Moradores da Baixinha do Pindobeira	Organizar palestras e cursos	Oferecer informações sobre práticas agrícolas e pecuárias	Rural	Município
Conceição da Feira	Associação de Produtores Moradores da Baixinha do Pindobeira	Prestação de serviços aos associados	Reduzir os gastos dos associados com locação de equipamentos de arado, gradeamento e transporte da produção agrícola e pecuária	Rural	Município
Conceição da Feira	Conselho Municipal de Educação	Fiscaliza as ações da Secretaria Municipal de Educação	Garantir o cumprimento do calendário letivo do Município e educação infantil da rede privada	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	Conselho Municipal de Educação	Averiguação de denúncia nas estruturas de ensino	Garantir a qualidade de ensino e seguridade dos alunos e trabalhadores	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	Conselho Municipal de Educação	Analisa e aprova os projetos da secretaria Municipal de Educação	Garantir a qualidade do ensino no Município	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Educação	Programa de Inclusão Escolar em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Ação Social	Realizar atendimento psicopedagógico, pedagógico e psicológico a crianças, adolescentes, jovens e adultos através do núcleo de atendimento pedagógico e psicopedagógico. Também realiza atendimento aos pais de alunos e orientação e formação continuada dos professores	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	Secretaria Municipal de Educação	Oficinas temáticas de gênero e etnia	Orientação e formação de professores, funcionários públicos de escolas, gestores e pais de alunos	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 – Outros projetos e ações afins - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Conceição da Feira	SINDACS - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de Doenças Endêmicas e Epistemológicas do Estado da Bahia	Reunião mensal da categoria	Troca de informações sobre as questões do trabalho e formas de atuação dos agentes	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	SINDACS - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contendores de Doenças Endêmicas e Epistemológicas do Estado da Bahia	Articulação junto o Secretaria Municipal de Saúde	Melhoria da qualidade e estrutura de trabalho da categoria	Urbano e rural	Município
Conceição da Feira	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Parceria com associações rurais e pequenas empresas de Feira de Santana	Aumento da fonte de renda dos associados com a criação de galinha caipira	Rural	Município
Conceição do Jacuípe	Conselho Municipal de Saúde	Analisa, aprova e fiscaliza as ações da secretaria Municipal de Saúde	Garantir a qualidade do atendimento de saúde à população	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Conselho Municipal de Saúde	Averiguar denúncias de precariedade no atendimento a nas estruturas das unidades de saúde	Garantir a qualidade do atendimento de saúde à população	Urbano e Rural	Município
Conceição do Jacuípe	Conselho Municipal do Meio Ambiente	Analisa e encaminha pedidos de licença ambiental municipal	Adequação de ocupação de terras destinadas à construção de moradias	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Conselho Municipal do Meio Ambiente	Fiscaliza, analisa e aprova as ações executadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Garantir a preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Conselho Municipal do Meio Ambiente	Averigua e realiza encaminhamento das denúncias de crimes ambientais	Garantir a preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Atendimento e orientação aos hipertensos	Medir a pressão arterial, peso, controle de glicemia (diabete), formas de medição e alimentação	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Agricultura	Consultoria aos agricultores	Esclarecer dúvidas quanto aos vários programas existentes para benefício da agricultura familiar	Rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Agricultura	PRONAF - Visitas socioeconômicas a agricultores familiares	Orientar os agricultores sobre financiamentos, produção agrícola, serviços no campo e práticas artesanais.	Rural	Município

Quadro 8.14 – Outros projetos e ações afins - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Agricultura	Palestras socioeducativas	Compartilhar com os agricultores as informações sobre financiamentos, tecnologias agrícolas, plantio e criação de animais	Rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Agricultura	Articulação com órgãos municipais e estaduais	Captar e distribuir sementes aos agricultores familiares. A Secretaria realiza parcerias com órgãos Municipais, Estaduais e Federais (IBAMA, ADBE, Banco do Nordeste e Sindicato dos Trabalhadores Rurais) com o objetivo de discutir e executar de forma integrada as políticas públicas estabelecidas para o município na área de agricultura familiar	Rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Assistência Social	Parceria com a sede no Projeto Trilha para beneficiados do Bolsa Família	Cadastramento e oferta de espaços para formação profissional com objetivo de gerar emprego e renda à população. (Cursos: administração, pedreiro, eletricista e serviços gerais)	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Assistência Social	Visitas domiciliares para estudo socioeconômico da população de indivíduos e famílias (perícia social)	Encaminhamento de benefícios - acompanhamento das famílias na permanência dentro dos programas	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Assistência Social	Benefícios de prestação contínua	Atendimento a pessoas com deficiências	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Assistência Social	Coordenação dos Programas de Governo: PETI, Bolsa Família e Nossa Sopa	Garantir o atendimento socioeconômico a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Assistência Social	Coordenação de oficinas socioeducativas e atendimento psicológico através do núcleo de assistência social na zona rural. Grupos constituídos: Oitizeiro - Grupo de mulheres do Loteamento João Paulo II e Fazenda Clarinha; Grupo PICADA - Grupo de idosos e adolescentes (este está em estruturação)	Garantir a inclusão da população rural nas atividades desenvolvidas no Município	Urbano e Rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	Elaboração da minuta do sistema municipal de cultura	Fortalecer as ações da Secretaria Municipal de Cultura	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 – Outros projetos e ações afins - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	Festival anual de cultura popular	Interação da população e valorização da cultura local	Urbano e Rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	Programa bem estar na praça	Oferecer atividades físicas abertas à população	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Educação	Fiscalizar e averiguar denúncias de precariedade das estruturas físicas das unidades de ensino	Garantir a segurança aos usuários	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Educação	Realização de palestras socioeducativos	Compartilhar e informar a população sobre temas de interesse coletivo	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Educação	Analisa e aprova projetos apresentados pelos professores	Garantir a diversidade no ensino	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Educação	Articulação com a Secretaria Municipal de Obras	Melhorar as estruturas das unidades de ensino do Município	Urbano e Rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Averiguação de denúncias de crimes ambientais	Garantir a Preservação do Meio Ambiente	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial - CAPS I	Atender as necessidades de saúde mental da população	Urbano e rural	Município
Conceição do Jacuípe	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Saúde Bucal	Atender as necessidades de saúde bucal da população	Urbano e rural	Município
Coração de Maria	ASCOM - Associação de Comunicação de Coração de Maria - Rádio Coração FM	Programa de rádio	Transmitir notícia local e estadual	População ouvinte	Município
Coração de Maria	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Reivindicação trabalhista	Fortalecer a categoria profissional	Agentes comunitários de saúde	Município
Coração de Maria	Conselho Municipal de Educação	Discussão do Plano de Carreira dos Professores	Enquadramento dos professores nos cargos e salários	Professores	Município
Coração de Maria	Conselho Municipal de Saúde	Acompanhamento e fiscalização das ações de saúde		-	Município
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Trilha	Inserir as famílias no mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes	Beneficiários do Bolsa Família	Município
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Assistência Social	Programa Nossa Sopa	Melhoria na qualidade nutricional	Famílias	Município
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Habitação	Erradicar as casas de taipa	Beneficiário do Programa Bolsa família	Município
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Assistência Social	CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	Atender as famílias em situação de vulnerabilidade social	Famílias	Município

Quadro 8.14 – Outros projetos e ações afins - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Assistência Social	PROJOVEM	Promover a inclusão social	Adolescente de 15 a 17 anos	Município
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Núcleo Educacional de Ações Afirmativas	Ensino das culturas afro e indígena	Comunidade escolar	Município
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Projeto Melhor IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)	Melhorar o índice de desenvolvimento de educação básica do município.	Comunidade escolar	Município
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	PROINNE - Programa de Inclusão Educacional	Inclusão de alunos com necessidades especiais	Alunos especiais	Município
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Saúde	Hiperdia	Acompanhamento dos hipertensos e diabéticos	Pacientes hipertensos e diabéticos	Município
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde da Criança e do Adolescente	Prevenção e promoção da saúde	Crianças e adolescentes	Município
Coração de Maria	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde da Mulher	Prevenção e promoção da saúde das mulheres	Mulheres	Município
Coração de Maria	Vigilância Sanitária	Apuração de denúncias, fiscalização e cadastramento de estabelecimentos		Comunidade em Geral	Município
Feira de Santana	UEFS - GEOTEC Laboratório de Geotecnologias	Análise do impacto urbano dos conjuntos habitacionais da URBIS	Avaliar impacto no crescimento urbano	-	Feira I a Feira XI
Feira de Santana	UEFS - GEOTEC Laboratório de Geotecnologias	Análise do risco ambiental da Bacia do Pojuca	Análise ambiental do crescimento urbano e seu impacto na Bacia	-	Bacia do Pojuca
Feira de Santana	UEFS - GEOTEC Laboratório de Geotecnologias	Análise do risco ambiental das lagoas e da nascente do rio Subaé	Análise ambiental de como o crescimento urbano está impactando nas nascentes.	-	Nascente do rio Subaé
Feira de Santana	Associação Comunitária do Bairro dos Capuchinhos - ACBC	Ações junto às secretarias visando atender as queixas da população	Atender a demanda da comunidade	Comunidade local	Capuchinhos
Feira de Santana	Associação Ecológica Buriti	Projeto Beija-flor	Preservação de animais silvestres, resgate em feiras livres	Feirantes	Povoado de Escoval e Distrito de Humildes
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Centro de Convivência para Idosos Dona Zazinha Cerqueira	Inserir os idosos no contexto familiar e na sociedade, melhorando a qualidade de vida	Idosos a partir dos 60 anos	Município
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS	Acolhimento das famílias que teve seus direitos violados	Crianças e adolescentes que teve seus direitos violados	Município

Quadro 8.14 – Outros projetos e ações afins - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Centro Profissionalizante Dr. Luis Valter Costa Júnior	Capacitar a família que esteja fora do mercado de trabalho	Família	Município
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Programa Rua Tô Fora	Acolher os menores que estão em rua ou em trânsito para reinserir no contexto familiar	Menor de rua de 8 a 18 anos	Município
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Programa de Geração de Renda - PAGER	Proporcionar a qualificação Profissional	Comunidade em geral	Município
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Centro de Referência de Assistência Social	Inserir o indivíduo ou família que esteja em risco social	Família e indivíduos em vulnerabilidade social	Município
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Centro Integrado de Capacitação do Adolescente Feirense - CICA	Capacitar os adolescentes para o mercado de trabalho	Adolescente	Município
Feira de Santana	Secretaria Municipal de Educação	Averiguação de Denúncias de Precarização das Unidades de Ensino e Prestação de Serviços	Garantir a qualidade do ensino do município	Urbano e rural	Município
Ipecaetá	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Projeto de criação do parque ecológico	Criar e viabilizar parque no Loteamento Antônio Souza Silva	Comunidade do Loteamento	Lot. Antonio Souza Silva (sede)
Ipecaetá	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Projeto Mãe Mulher	Cursos de artesanato e palestras de prevenção à saúde da mulher, culinária	Mães de alunos da rede municipal	Sede
Irará	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Irará	Reivindicação trabalhista	Fortalecer a categoria profissional	Agentes comunitários de saúde	Município
Irará	Conselho Municipal de Educação	Fiscalização das ações pedagógicas		Comunidade Escolar	Município
Irará	Conselho Municipal de Saúde	Elaboração do Plano Municipal de saúde	Nortear a política de saúde	-	Município
Irará	Conselho Municipal de Saúde	Acompanhamento do processo seletivo de concursos		-	Município
Irará	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Distribuição de mudas frutíferas	Reflorestamento e arborização	Agricultores familiares	Zona rural
Irará	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Incentivo a pequena produção	Incentivar o agricultor a buscar sustentabilidade	Agricultores familiares	Zona rural
Irará	Secretaria Municipal de Assistência Social	PROJOVEM	Promover a inclusão social	Adolescentes de 15 a 17 anos	Município
Irará	Secretaria Municipal de Assistência Social	CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	Acompanhamento sóciofamiliar	Famílias	Município
Irará	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	Rede de formação continuada de professores e funcionários	Promover formação inicial e formação continuada	Professores e funcionários	Município

Quadro 8.14 – Outros projetos e ações afins - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Irará	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	Inclusão digital	Proporcionar a inclusão no mundo digital	Alunos	Sede
Irará	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	Implantação das salas de recursos multifuncionais para atendimento de estudantes com necessidades especiais	Atendimento aos estudantes com necessidades especiais	Alunos especiais	Município
Irará	Secretaria Municipal de Saúde	Hipertensão	Acompanhamento dos hipertensos e diabéticos	Pacientes hipertensos e diabéticos	Município
Irará	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde da Mulher	Prevenção e promoção da saúde	Mulheres	Município
Irará	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde do idoso	Prevenção e promoção da saúde	Idosos	Município
Irará	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde do homem	Prevenção e promoção da saúde	Homens	Município
Santa Bárbara	Associação Barbarense dos Agentes Comunitários de Saúde	Reivindicação trabalhista	Fortalecer a categoria profissional	Agentes comunitários de saúde	Município
Santa Bárbara	Associação Socioeducativa Jovens em Ação	Projeto Caprichando Moradia	Fornecer residência para os agricultores rurais que moram em área de risco	Agricultores rurais	Zona rural
Santa Bárbara	Associação Socioeducativa Jovens em Ação	CDC - Centro Digital de Cidadania	Inclusão digital	Comunidade	Município
Santa Bárbara	Associação Socioeducativa Jovens em Ação	Curso Pré Vestibular	Preparar os estudantes para o vestibular	Estudantes de baixa renda	Município
Santa Bárbara	Conselho Municipal de Educação	Acompanhamento do Plano Municipal de Educação		Comunidade Escolar	Município
Santa Bárbara	Conselho Municipal de Saúde	Aprovação de relatórios, projetos e fiscalização dos recursos		Profissionais de Saúde	Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Implantação da cultura do abacaxi	Incentivar o plantio de abacaxi	Pequenos agricultores	Zona rural
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Projeto aração da terra	Incentivar o plantio de milho e feijão	Pequenos agricultores	Zona rural
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Assistência Social	PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Erradicar o trabalho infantil	Crianças e adolescentes até 16 anos	Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Assistência Social	PROJOVEM	Promover a inclusão social	Adolescentes de 15 a 17 anos	Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Assistência Social	CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	Acompanhamento sóciofamiliar	Famílias em situação de vulnerabilidade social	Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Educação	Elaboração do Plano Municipal de Educação (PME)	Organizar o sistema municipal de educação	Coordenadores e professores	Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Educação	Ampliação da Linha de Transporte Escolar	Evitar superlotação no transporte escolar	Aluno	Município

Quadro 8.14 – Outros projetos e ações afins - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Educação	Reforma nas Escolas	Melhorar a infraestrutura	Escolas	Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Leitura Escrita	Desenvolver a linguagem oral e escrita	Alunos	Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Educação	Elaboração do Plano de Carreira	Oferecer melhores condições de trabalho aos professores	Professores	Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde bucal	Orientar sobre a importância da higiene bucal	Comunidade	Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Saúde	Atendimento nutricional	Acompanhamento e orientação	Comunidade	Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Saúde	Planejamento familiar	Orientações sobre métodos contraceptivos	Comunidade	Município
Santa Bárbara	Secretaria Municipal de Saúde	HIPERDIA	Acompanhamento dos hipertensos e diabéticos	Pacientes hipertensos e diabéticos	Município
Santanópolis	Associação de Moradores de Santanópolis - AMOSA	Distribuição de sementes de milho e feijão	Incentivar o plantio	Pequenos agricultores	Município
Santanópolis	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Reivindicação trabalhista	Fortalecer a categoria profissional	Agente comunitário de saúde	Município
Santanópolis	Conselho Municipal de Saúde	Prestação de contas e reivindicação por melhoria nos serviços de saúde.		-	
Santanópolis	Secretaria Municipal de Ação Social	INFOCENTRO	Inclusão digital	Comunidade	Município
Santanópolis	Secretaria Municipal de Ação Social	Programa Nossa Sopa	Melhoria na qualidade nutricional	Famílias	Município
Santanópolis	Secretaria Municipal de Ação Social	PROJOVEM	Promover a inclusão social	Adolescentes de 15 a 17 anos	Município
Santanópolis	Secretaria Municipal de Ação Social	CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	Acompanhamento sóciofamiliar	Famílias	Município
Santanópolis	Secretaria Municipal de Agricultura	Distribuição de sementes de milho e feijão	Incentivar o plantio	Agricultores	Município
Santanópolis	Secretaria Municipal de Agricultura	Sertão produtivo	Melhoramento do rebanho do município	Pequenos produtores	Zona rural
Santanópolis	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	Elaboração do Plano Municipal de Educação	Planejar as ações educacionais	Comunidade escolar	Município
Santanópolis	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	Projeto Leitura Escrita	Garantir o domínio da leitura e da escrita	Alunos do 1º ao 9º ano	Município
Santanópolis	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Público e Meio Ambiente	Melhoria nas estradas		Comunidade em Geral	Município
Santanópolis	Secretaria Municipal de Obras, Serviços Público e Meio Ambiente	Manutenção da iluminação pública		Comunidade em Geral	Município
Santanópolis	Secretaria Municipal de Saúde	Vigilância a saúde	Prevenção e promoção da saúde	Comunidade	Município
Santo Estêvão	Associação Comunitária de Moradores do Conjunto Habitacional Ângelo Magalhães - URBIS	Projeto Aqueça o Próximo	Distribuição de agasalhos para as famílias cadastradas	Zona urbana e rural	Município

Quadro 8.14 – Outros projetos e ações afins - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Santo Estêvão	Secretaria Municipal de Saúde	Palestras sobre combate ao uso de drogas	Conscientizar e apoiar a população para evitar o aumento de usuários de drogas na comunidade escolar	Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Averiguação de denúncia de maus tratos contra crianças e adolescentes		Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Articulação com órgãos públicos para conquista de benefícios direcionados às crianças e adolescentes		Urbano e Rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Apoio e parcerias com outros órgãos municipais no atendimento de demandas sociais referentes às crianças e adolescentes		Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Conselho Tutelar	Averiguação de denúncia de maus tratos contra crianças e adolescentes	Reduzir o índice de violência contra a criança e o adolescente	Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Conselho Tutelar	Realiza estudo social de famílias para sindicâncias	Encaminhar guarda e adoção de crianças e adolescentes	Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Articulação com as 3 esferas de poder para aquisição de recursos financeiros	Apoiar e incentivar os agricultores do Município	Rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Averiguação de crimes ambientais	Preservação do meio ambiente	Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Programa Bolsa Família	Apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito à alimentação	Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens	Preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda	Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Erradicar todas as formas de trabalho infantil	Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Distribuição de benefícios eventuais	Atendimento a indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade social (urnas funerárias, passagens, documentos, cestas básicas, enxovais)	Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	BPC - Benefício de Prestação Continuada	Atendimento à pessoa com mais de 65 anos em situação de vulnerabilidade social	Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Educação	Analisa e aprova projetos das unidades de ensino	Garantir a qualidade da educação do Município	Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Planejamento	Elabora, coordena e acompanha a execução do PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)	Garantir a execução e manutenção dos serviços oferecidos pela Prefeitura	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 – Outros projetos e ações afins - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Saúde	Elaboração final do núcleo de apoio a saúde da família	Realizar a integração da comunidade e apoiar as equipes do núcleo.	Urbano e rural	Município
São Gonçalo dos Campos	Secretaria Municipal de Saúde	Atendimento psicossocial através do CAPS (Centros de Atenção Psicossocial)	Garantir o atendimento de saúde mental à população	Urbano e rural	Município
Serra Preta	Secretaria Municipal de Ação Social	Programa de assistência à gestante	Conscientizar gestantes sobre saúde básica	Gestantes cadastradas	Sede/ povoados
Tanquinho	Associação de Mães do Município de Tanquinho	Fábrica de doces	Proporcionar benefícios para os associados e geração de renda	Associados	Município
Tanquinho	Associação de Mães do Município de Tanquinho	Oficinas	Desenvolver habilidades na pintura, bordado e artesanato	Associados	Município
Tanquinho	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Município de Tanquinho	Reivindicação trabalhista	Fortalecer a categoria profissional	Agentes comunitários de saúde	Município
Tanquinho	Secretaria Municipal de Ação Social	CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	Acompanhamento sócio familiar	Famílias	Município
Tanquinho	Secretaria Municipal de Ação Social	Benefícios eventuais	Assistência em situação de vulnerabilidade temporária	Comunidade	Município
Tanquinho	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Aula de música	Proporcionar o acesso das crianças à música	Alunos	Sede
Tanquinho	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Inclusão digital	Proporcionar a inclusão no mundo digital	Alunos	Sede
Tanquinho	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Escola ativa	Proporcionar metodologia de trabalho diferenciado para as classes multiseriadas	Alunos	Zona rural
Tanquinho	Secretaria Municipal de Saúde	Vigilância epidemiológica	Investigar os agravos a saúde	População	Município
Tanquinho	Secretaria Municipal de Saúde	Hipertensão	Acompanhamento dos hipertensos e diabéticos	Pacientes hipertensos e diabéticos	Município
Teodoro Sampaio	Associação do Clube dos Amigos de Teodoro Sampaio	Coordenação de festas	Fazer a integração social da população	Urbano e rural	Município
Teodoro Sampaio	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Coordenação do Programa Bolsa Família	Oferecer apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social	Urbano e rural	Município
Teodoro Sampaio	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Coordenação do CAPS (Centros de Atenção Psicossocial)	Oferecer atendimento psicossocial a população	Urbano e rural	Município
Teodoro Sampaio	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Distribuição de benefícios eventuais	Realizar o atendimento assistencial a indivíduos e famílias de baixa renda	Urbano e rural	Município

Quadro 8.14 – Outros projetos e ações afins - RDS 19. Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Terra Nova	Associação Comunitária Terranovence	Parceria com Órgãos Públicos	Mobilizar a população para participação em campanhas de saúde, educação e eventos comemorativos do Município.	Urbano e Rural	Município
Terra Nova	Associação Comunitária Terranovence	Captação e distribuição de donativos	Atender as necessidades de alimentação e outros das famílias de baixa renda	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Associação Comunitária Terranovence	Coordenação do Projeto Sábado Cultural	Realizar atividades culturais artísticas (Oficinas: Capoeira, teatro, música, dança)	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Articulação junto ao Sindicato e secretaria Municipal de Saúde	Garantir melhorias na estrutura e condições de trabalho para a categoria	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Coordenação de troca de informações entre os agentes	Compartilhar informações sobre trabalho e questões relacionadas à saúde	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Conselho Municipal de Educação	Analisa, aprova e fiscaliza as ações da Secretaria Municipal de Educação	Garantir a qualidade de ensino da população	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Conselho Municipal de Saúde	Analisa, aprova e fiscaliza as ações da secretaria Municipal de Saúde	Garantir a qualidade do serviço prestado de saúde	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Conselho Municipal de Saúde	Realiza visitas domiciliares e em unidades	Averiguar a condição estrutural e forma de atendimento dos serviços prestados à saúde da população	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Secretaria Municipal de Assistência Social	Elaboração e apresentação do Projeto de Lei para a Câmara	Efetivar o atendimento dos benefícios eventuais e a constituição do Conselho Municipal do Idoso	Urbano e Rural	Município
Terra Nova	Secretaria Municipal de Assistência Social	Coordenação do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)	Realização de atividades socioeducativas, físicas e psicossociais destinadas a crianças, jovens, mulheres e idosos. Atendimento assistencial, psicológico e de geração de renda	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Secretaria Municipal de Assistência Social	Parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação	Realizar atendimento social e psicológico integrado nas unidades de serviços	Urbano e rural	Município
Terra Nova	Secretaria Municipal de Assistência Social	Coordenação do Programa Bolsa Família	Cadastrar e acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade social	Urbano e Rural	Município
Terra Nova	Secretaria Municipal de Educação	Parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (Programa de Saúde nas Escolas)	Atender alunos com atendimento odontológico e oftálmico. Orientar sobre questões de saúde com palestras sócio educativas realizadas pelos agentes.	Urbano e Rural	Município

8.4 PERCEPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

8.4.1 Comparativo da percepção da qualidade dos serviços

Os representantes das 175 organizações mapeadas na RDS 19 informaram nas entrevistas à equipe técnica PEMAPES como percebem ou avaliam a qualidade dos serviços de saneamento de seus respectivos municípios. O **Quadro 8.15** apresenta os resultados absolutos e percentuais registrados na região, por serviço e por opção de resposta.

Quadro 8.15 - Percepção da qualidade dos serviços - RDS 19

RDS 19 PORTAL DO SERTÃO - PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO										
PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA		ESGOTAMENTO SANITÁRIO		MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		COLETA DE LIXO		DESTINO DO LIXO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Excelente	8	4,6	0	0,0	7	4,0	21	12,0	3	1,7
Boa	65	37,1	24	13,7	58	33,1	117	66,9	57	32,6
Subtotal Positiva	73	41,7	24	13,7	65	37,1	138	78,9	60	34,3
Média	58	33,1	39	22,3	52	29,7	22	12,6	25	14,3
Subtotal Positiva+ Média	131	74,9	63	36,0	117	66,9	160	91,4	85	48,6
Ruim	28	16,0	70	40,0	44	25,1	12	6,9	48	27,4
Muito ruim	16	9,1	42	24,0	14	8,0	1	0,6	32	18,3
Subtotal Negativa	44	25,1	112	64,0	58	33,1	13	7,4	80	45,7
Não soube avaliar	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	1,1	10	5,7

No conjunto dos 19 municípios da RDS Portal do Sertão, apenas o serviço de coleta de lixo obteve avaliação positiva de mais de 50% dos entrevistados. Coleta de lixo é o serviço de melhor qualidade na região, segundo a percepção de 78,9% dos representantes das 175 organizações mapeadas, que avaliaram como excelente ou boa a prestação deste serviço em seus municípios.

Cabe ressaltar que a percepção predominante é que o único serviço avaliado positivamente tem boa qualidade, uma vez que apenas 12% dos entrevistados optaram pela resposta excelente.

Considerando os percentuais de respostas nas opções excelente, boa e média qualidade, a coleta de lixo permanece como o serviço percebido como o de melhor qualidade na região, alcançando o elevado percentual de 91,4%. E os serviços de abastecimento de água e de manejo de águas pluviais (componente PEMAPES) registram avaliação positiva/média, respectivamente, de 74,9% e de 66,9%.

Destino do lixo registrou resultados percentuais de 48,6% na avaliação positiva/média e de 45,7% na avaliação negativa, uma vez que 5,7% dos entrevistados não souberam avaliar a qualidade deste serviço.

Para 64% dos entrevistados, a qualidade da prestação do serviço de esgotamento sanitário (componente PEMAPES) em seus municípios é ruim ou muito ruim – o pior resultado entre os cinco serviços de saneamento avaliados.

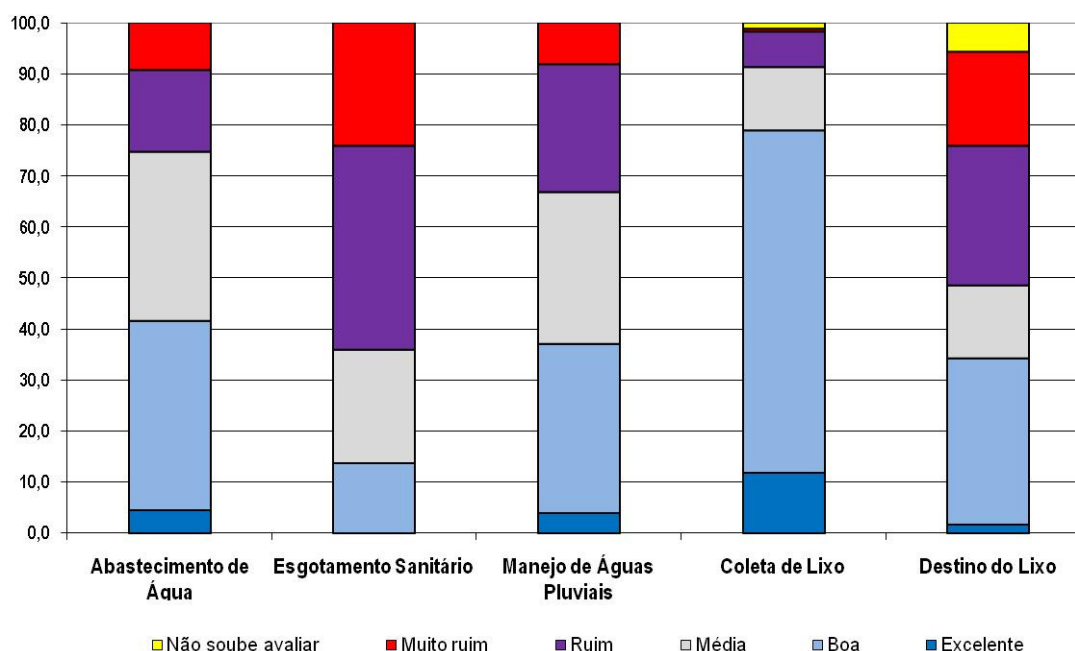
De acordo com a percepção dos representantes das 175 organizações mapeadas na RDS 19:

- *coleta de lixo* é o serviço de saneamento prestado com maior qualidade;
- o segundo serviço em qualidade é o *abastecimento de água*;
- o componente PEMAPES *manejo de águas pluviais* ocupa a posição intermediária, com uma avaliação positiva / média de 66,9%;
- *destino do lixo* tem avaliação positiva / média e avaliação negativa próximas, com a primeira apenas 2,9 pontos percentuais acima;
- o componente PEMAPES *esgotamento sanitário* é serviço com pior qualidade na região.

O resultado negativo na percepção da qualidade do serviço de esgotamento sanitário registrado na RDS 19 - Portal do Sertão ratifica a importância da iniciativa do Governo do Estado da Bahia de, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, elaborar o Plano Estadual que norteará as intervenções para a melhoria da cobertura e da qualidade deste serviço público essencial à saúde e à qualidade de vida da população.

O **Gráfico 8.11** apresenta o balanço comparativo da percepção da qualidade dos serviços de saneamento na RDS 19, sintetizando visualmente os resultados já analisados.

Gráfico 8.11 - Percepção da qualidade dos serviços de saneamento. Comparativo dos resultados percentuais - RDS 19



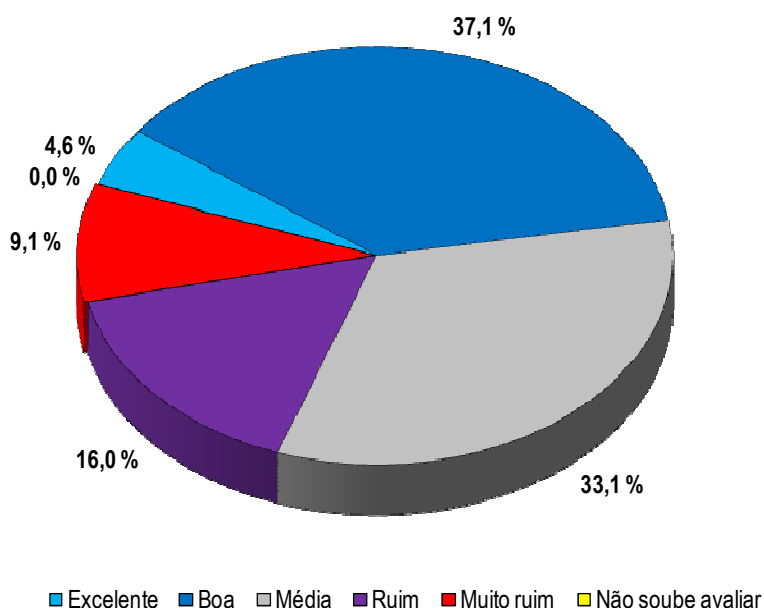
8.4.2 Comparativo da percepção da qualidade dos serviços, por município

▪ Abastecimento de água

Na RDS 19, a percepção da qualidade do serviço de abastecimento de água é excelente, boa ou média para 74,9% dos 175 entrevistados nos 19 municípios da região.

O serviço é o segundo melhor em qualidade na RDS, registrando o seu percentual mais alto de respostas na opção boa qualidade.

Gráfico 8.12 – Percepção da qualidade do abastecimento de água - RDS 19



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os dezenove municípios da RDS Portal do Sertão em **quatro faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de abastecimento de água:

Quadro 8.16 - Percepção da qualidade do abastecimento de água, por município - RDS 19

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
MUITO POSITIVA			
Excelente/Boa = 80% a 100% dos entrevistados	Água Fria, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho	3	15,79
POSITIVA			
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados	Feira de Santana, Ipecaetá, Santa Bárbara, Santanópolis	4	21,05
POSITIVA / MÉDIA			
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados	Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Irará, Teodoro Sampaio, Terra Nova	8	42,11
NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados	Coração de Maria, Rafael Jambeiro, Santo Estevão, Serra Preta	4	21,05

A seguir, a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros que se seguem.

Gráfico 8.13 - Percepção da qualidade do abastecimento de água, por município e nº de entrevistados - RDS 19

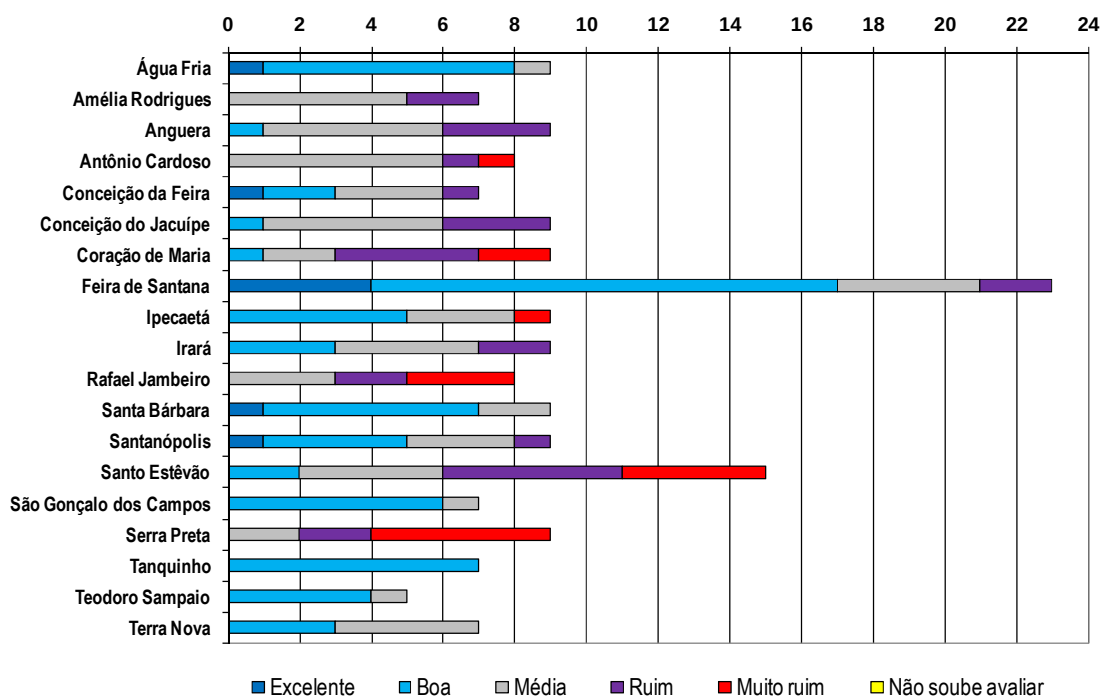
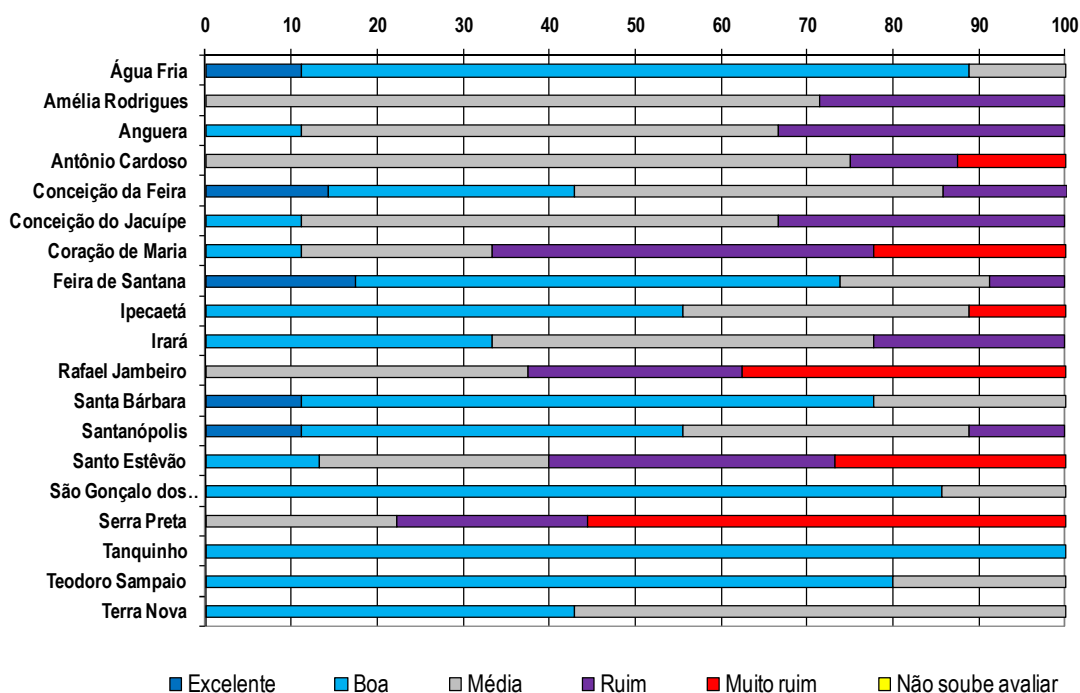


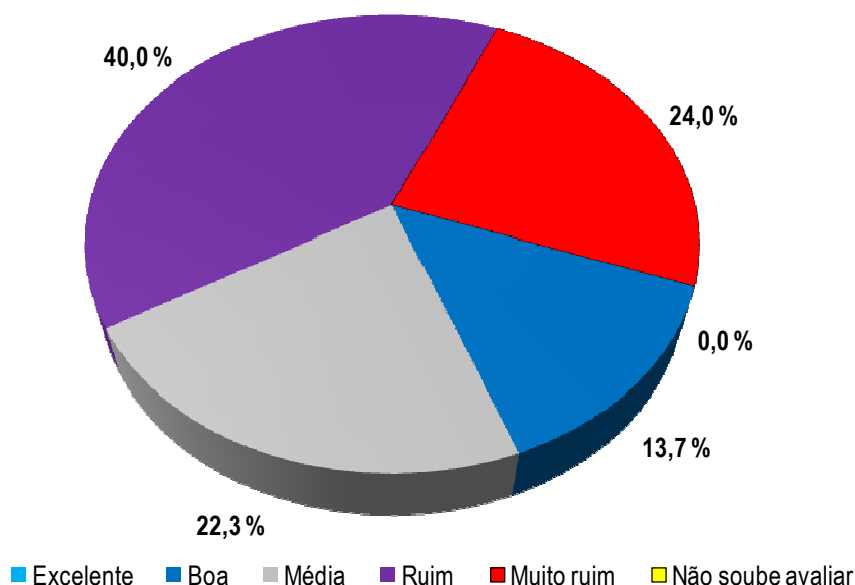
Gráfico 8.14 - Percepção da qualidade do abastecimento de água, por município e % de entrevistados - RDS 19



▪ Esgotamento sanitário

Apenas 36% dos 175 entrevistados nos dezenove municípios da RDS 19 percebem a qualidade do serviço de esgotamento sanitário (componente PEMAPES) como excelente, boa ou média. Este serviço foi avaliado como o pior em qualidade da RDS, com 64% dos entrevistados assinalando ruim ou muito ruim nas opções de resposta.

Gráfico 8.15 - Percepção da qualidade do esgotamento sanitário – RDS 19



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 19 municípios da RDS Portal do Sertão em **quatro faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de esgotamento sanitário:

Quadro 8.17 - Percepção da qualidade dos serviços de esgotamento sanitário – RDS 19

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
POSITIVA			
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados	Antônio Cardoso	1	5,26
POSITIVA /MÉDIA			
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados	Feira de Santana, Tanquinho, Terra Nova	3	15,79
NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados	Água Fria, Amélia Rodrigues, Coração de Maria, Santa Bárbara	4	21,05
MUITO NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 80% a 100% dos entrevistados	Anguera, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Ipecaetá, Irará, Rafael Jambeiro, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Serra Preta, Teodoro Sampaio	11	57,89

A seguir, a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.16 - Percepção da qualidade do esgotamento sanitário, por município e nº de entrevistados – RDS 19

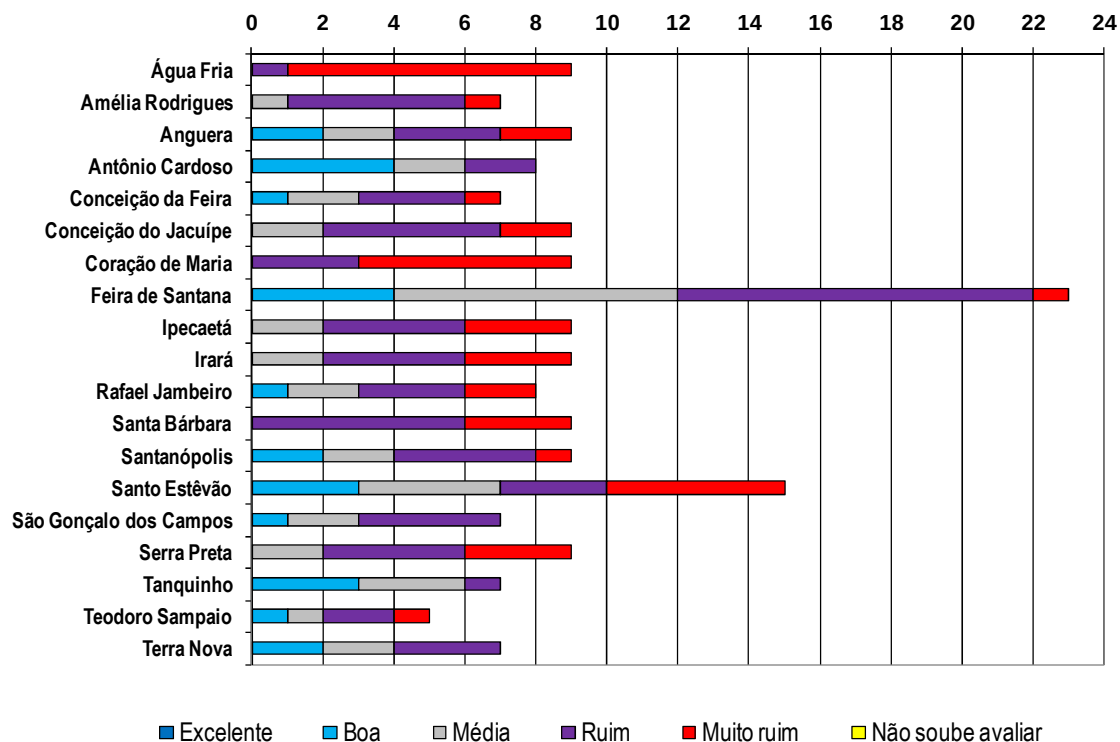
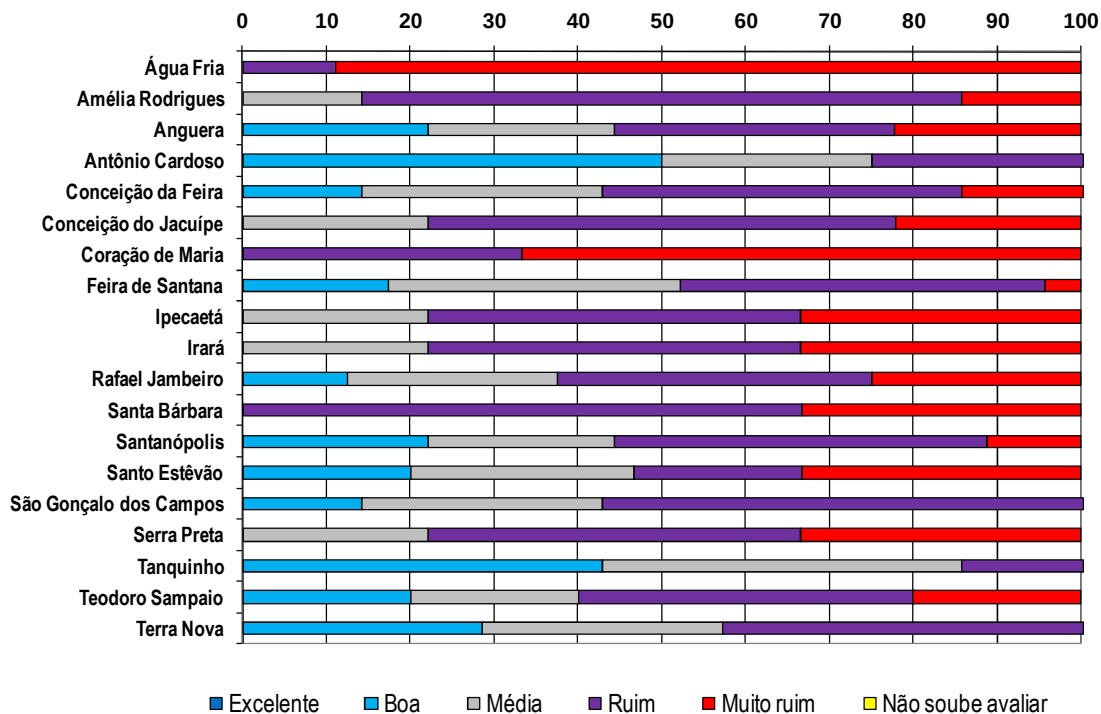


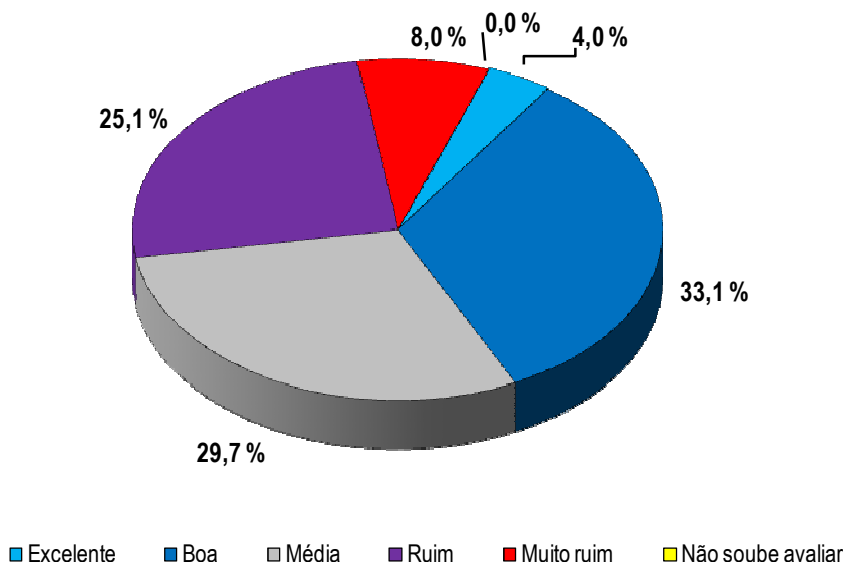
Gráfico 8.17 - Percepção da qualidade do esgotamento sanitário, por município e % de entrevistados – RDS 19



▪ Manejo de águas pluviais

A qualidade do serviço de manejo de águas pluviais (componente PEMAPES) é excelente, boa ou média para 66,9% dos 175 entrevistados nos 19 municípios da RDS Portal do Sertão. Este resultado situa o serviço numa posição intermediária e positiva, na avaliação de qualidade dos cinco serviços de saneamento na região.

Gráfico 8.18 - Percepção da qualidade do manejo de águas pluviais – RDS 19



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os dezenove municípios da RDS 19 em **cinco faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de manejo de águas pluviais:

Quadro 8.18 - Percepção da qualidade dos serviços de manejo de águas pluviais – RDS 19

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
MUITO POSITIVA			
Excelente/Boa = 80% a 100% dos entrevistados	Santa Bárbara	1	5,26
POSITIVA			
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados	Anguera, Antonio Cardoso, Ipecaetá, Santanópolis, Tanquinho	5	26,32
POSITIVA /MÉDIA			
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados	Água Fria, Coração de Maria, Irará, Rafael Jambeiro, Santo Estevão, Serra Preta, Teodoro Sampaio, Terra Nova	8	42,11
NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados	Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos	3	15,79
MUITO NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 80% a 100% dos entrevistados	Conceição da Feira	1	5,26

A seguir, a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros seguintes.

Gráfico 8.19 - Percepção da qualidade do manejo de águas pluviais, por município e nº de entrevistados – RDS 19

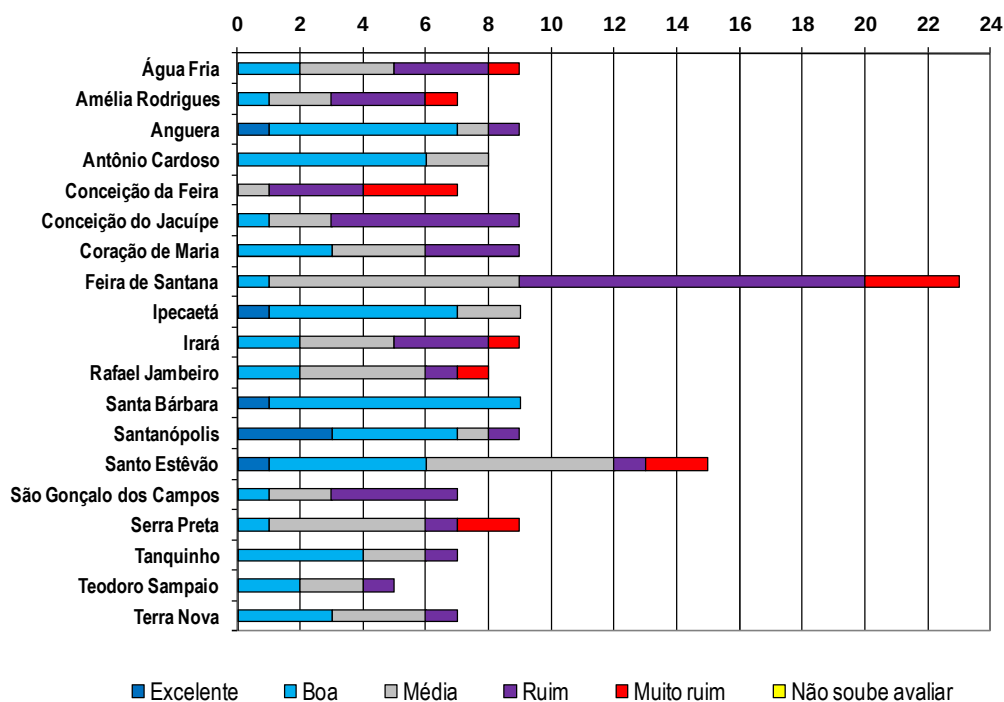
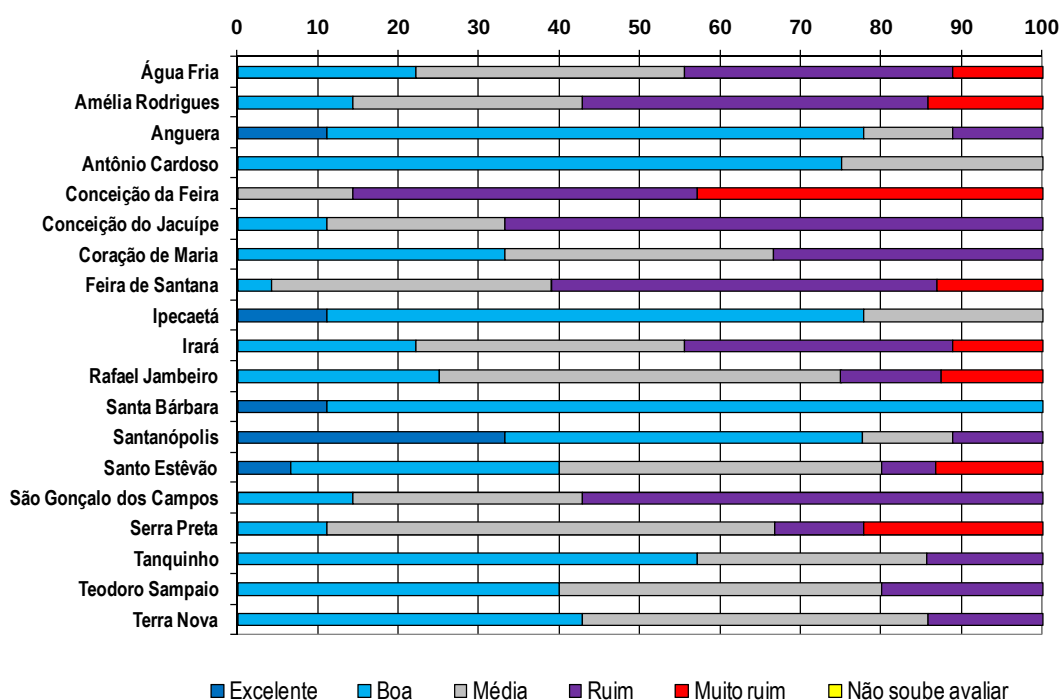


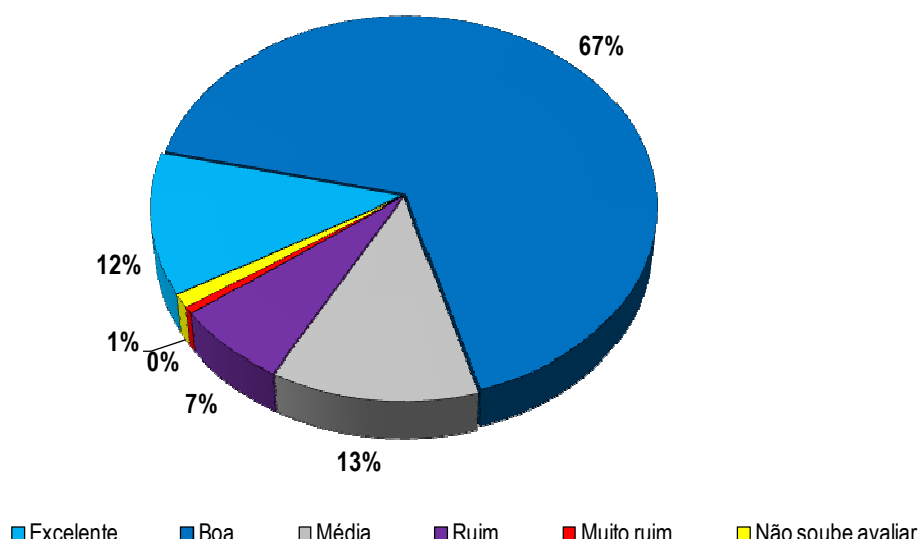
Gráfico 8.20 - Percepção da qualidade do manejo de águas pluviais, por município e % de entrevistados – RDS 19



▪ Coleta de lixo

A qualidade do serviço de coleta de lixo é percebida como excelente, boa ou média por 91,4% dos 175 entrevistados nos 19 municípios da RDS Portal do Sertão. Este resultado situa o serviço como o de melhor qualidade na região, entre os cinco componentes do saneamento avaliados.

Gráfico 8.21 - Percepção da qualidade da Coleta de Lixo – RDS 19



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os dezenove municípios da RDS 19 em **três faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de coleta de lixo:

Quadro 8.19 - Percepção da qualidade dos serviços de coleta de lixo – RDS 19

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
MUITO POSITIVA	Amélia Rodrigues, Anguera, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Rafael Jambeiro, Santa Bárbara, São Gonçalo dos Campos, Teodoro Sampaio, Terra Nova	10	52,63
Excelente/Boa = 80% a 100% dos entrevistados			
POSITIVA	Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Irará, Santanópolis, Serra Preta	5	26,32
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados			
POSITIVA /MÉDIA	Água Fria, Ipecaetá, Santo Estevão, Tanquinho	4	21,05
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados			

A seguir, a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.22 - Percepção da qualidade da coleta de lixo, por município e nº de entrevistados – RDS 19

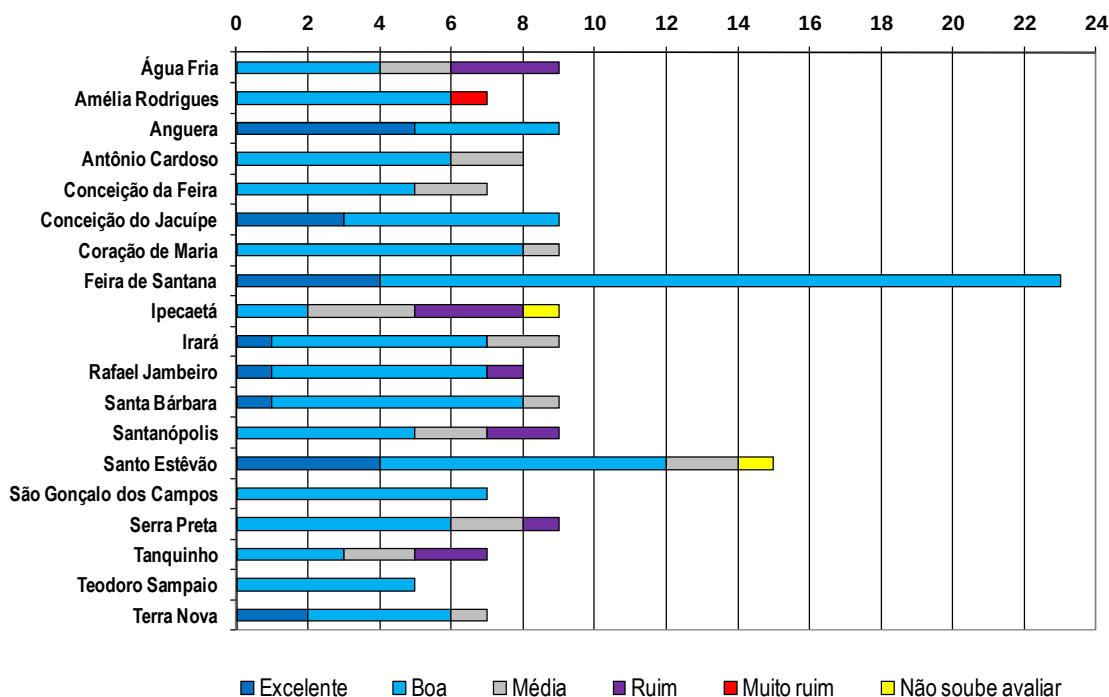
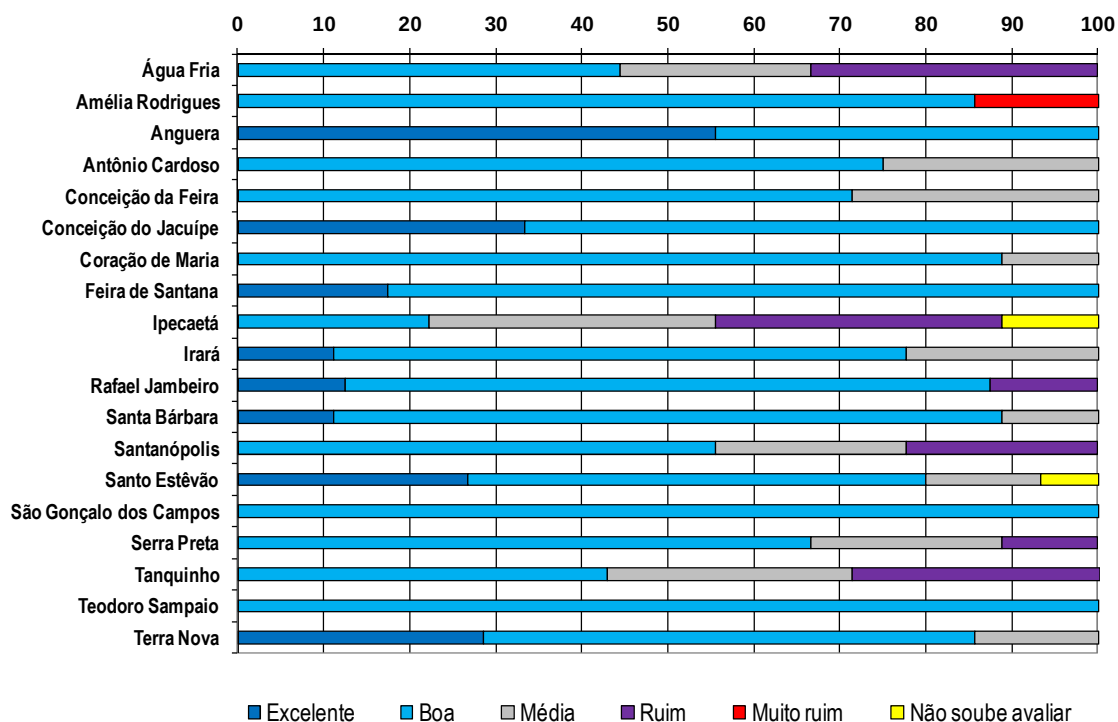


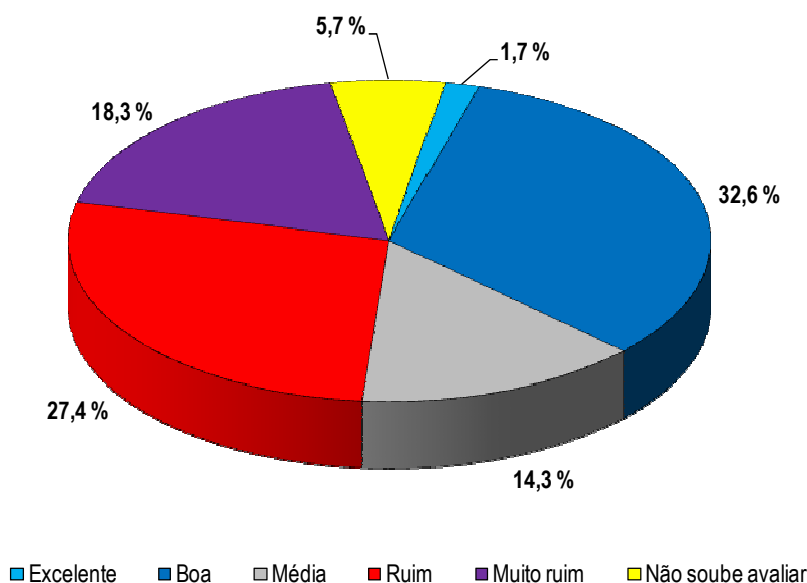
Gráfico 8.23 - Percepção da qualidade da coleta de lixo, por município e % de entrevistados – RDS 19



▪ Destino do lixo

A percepção da qualidade do serviço de destino do lixo é excelente, boa ou média para 48,6% dos 175 entrevistados nos 19 municípios da RDS Portal do Sertão. Outros 45,7% o avaliaram como ruim ou muito ruim. E 5,7% dos entrevistados não souberam avaliar a qualidade do serviço. Estes resultados situam o serviço como o segundo de pior qualidade na região.

Gráfico 8.24 - Percepção da qualidade do destino do lixo – RDS 19



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 19 municípios da RDS 19 em **cinco faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de destinação final do lixo:

Quadro 8.20 - Percepção da qualidade do serviço de destino do lixo - RDS 19

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
MUITO POSITIVA	Conceição da Feira, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos	3	15,79
Excelente/Boa = 80% a 100% dos entrevistados			
POSITIVA	Serra Preta, Teodoro Sampaio, Terra Nova	3	15,79
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados			
POSITIVA /MÉDIA	Conceição do Jacuípe, Tanquinho	2	10,53
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados			
NEGATIVA	Amélia Rodrigues, Antônio Cardoso, Ipecaetá, Santanópolis, Santo Estevão	5	26,32
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados			
MUITO NEGATIVA	Água Fria, Coração de Maria, Iará, Rafael Jambeiro, Santa Bárbara	5	26,32
Ruim/Muito ruim = 80% a 100% dos entrevistados			

No município de Anguera 5,7% dos entrevistados **não souberam avaliar** a qualidade do serviço.

A seguir, a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.25 - Percepção da qualidade do destino do lixo, por município e nº de entrevistados – RDS 19

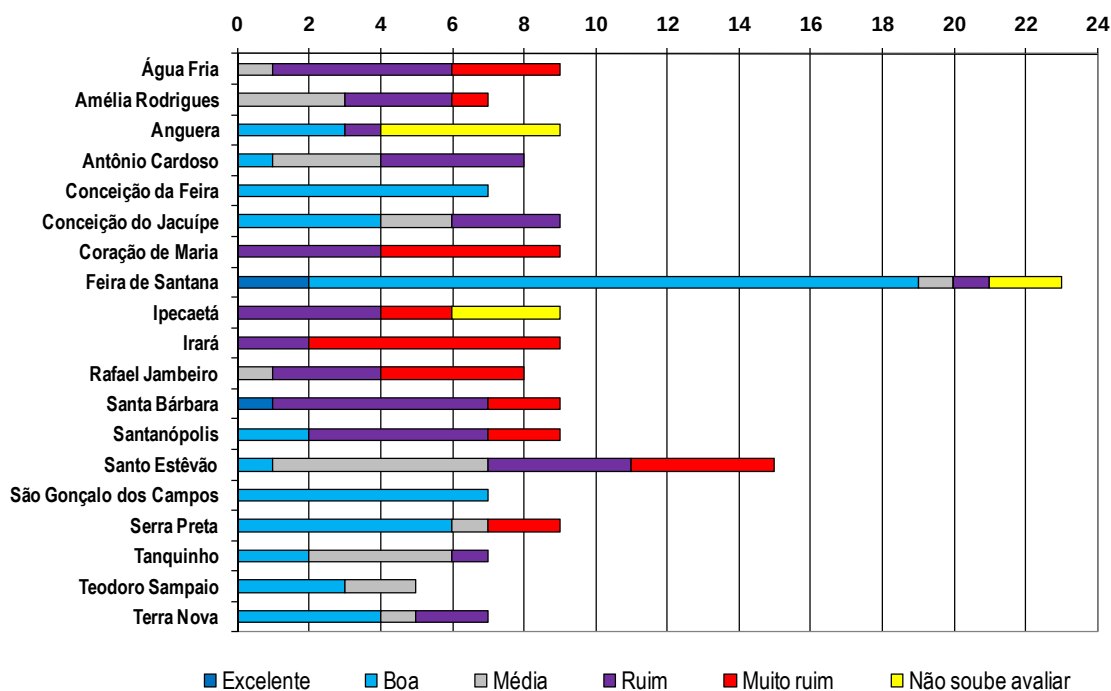
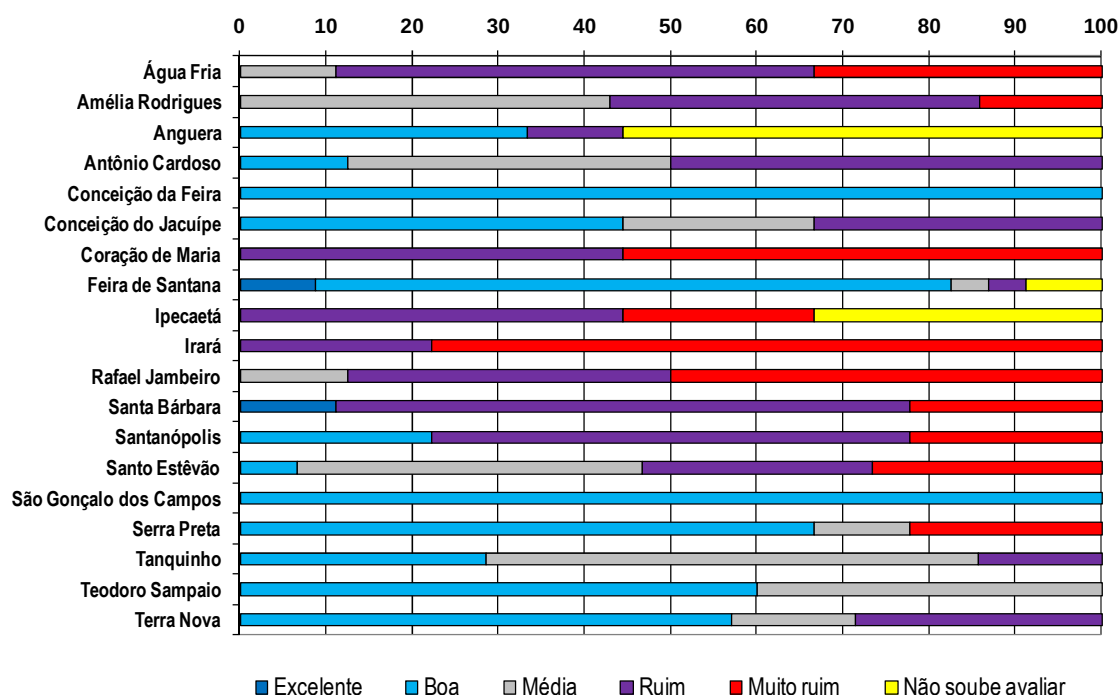


Gráfico 8.26 - Percepção da qualidade do destino do lixo, por município e % de entrevistados – RDS 19



8.5 NÍVEL DE CONHECIMENTO PRÉVIO SOBRE SEDUR E CONSÓRCIOS

Entre os 175 representantes das organizações mapeadas na RDS 19, o nível de conhecimento prévio sobre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR é médio.

Em relação aos consórcios públicos regionais para gestão associada de serviços, já implementados ou em fase de implementação pelo Governo do Estado nas RDS, através da SEDUR e em parceria com as Prefeituras Municipais e associações de municípios, o nível de conhecimento é baixo.

Quadro 8.21 - Conhecimento prévio - SEDUR e CONSÓRCIO - RDS 19

PERGUNTA	SIM		NÃO	
	Nº	%	Nº	%
Já ouviu falar na SEDUR?	106	60,6%	69	39,4%
Já ouviu falar em consórcio regional para gestão associada de serviços?	69	39,4%	106	60,6%

8.6 NÍVEL DE INTERESSE PELO PEMAPES

Entre os 175 representantes de organizações dos 19 municípios da RDS Portal do Sertão, 172 ou 98% têm interesse em participar do processo de discussão e elaboração do PEMAPES.

9. POSSIBILIDADE DE PRÁTICAS DO REÚSO DOS ESGOTOS

O reúso ou reaproveitamento da água é o processo pelo qual os efluentes sanitários ou industriais, tratados ou não, são reutilizados para integrar o mesmo processo ou para outra finalidade. Essa reutilização pode ser direta ou indireta e decorre de ações que podem ou não refletir adequado planejamento.

O reúso planejado das águas assume fundamental importância, principalmente nas cidades inseridas em regiões caracterizadas pela escassez dos recursos hídricos. O reúso pode evitar a contaminação dos aquíferos subterrâneos, permite a conservação do solo por meio de acumulação de “húmus” e do aumento da resistência à erosão e contribui para o aumento da produção de alimentos, dentre outros efeitos positivos.

Os eventuais efeitos negativos compreendem a contaminação de aquíferos por nitratos, o aumento da salinidade dos solos e o acúmulo de microrganismos patogênicos e compostos tóxicos orgânicos no solo, situações passíveis de ocorrer na insuficiência ou inadequação do tratamento previamente adotado.

O lançamento final dos esgotos, ou mesmo o descarte dos efluentes sanitários tratados em níveis incompatíveis, nos corpos receptores e mananciais, principalmente no semi-árido, onde o regime hidrológico, via de regra, é intermitente, constituem problemas enfrentados pelas concessionárias de saneamento e autarquias municipais.

Estudar os diversos arranjos e alternativas que possam, em maior ou menor grau, viabilizar o reúso dos efluentes sanitários para fins agrícolas através da ferti-irrigação de forrageiras, do cultivo de frutíferas, ou de demais culturas que exijam menor controle sanitário, no cultivo de flores, entre outros, ou até mesmo para a piscicultura, representa um avanço no aproveitamento econômico das águas.

A disposição subsuperficial de efluentes sanitários no solo, como forma complementar ao tratamento dos esgotos gerados nos núcleos urbanos, é uma alternativa que vem sendo cada vez mais empregada. Em diversos países do mundo, há muito tempo, o reúso controlado dos efluentes advindos de unidades de tratamento é técnica conhecida e praticada.

No Brasil, embora essa modalidade de tratamento ainda não seja amplamente considerada, denota-se ser crescente a prática do reúso e o desenvolvimento de pesquisas e aplicações experimentais bem sucedidas no tema. Não obstante a ausência de orientações técnicas formais e de regulamentação específica, fatores que limitam sobremaneira o desenvolvimento do método, o recurso vem sendo informalmente adotado, principalmente nas regiões onde a pluviosidade é mais baixa.

No Estado da Bahia, os levantamentos de campo revelam que as práticas de reúso de efluente de esgoto, na maioria das situações, são pontuais e ocorrem como iniciativas da população de determinadas regiões motivadas pela carência de água para o uso agrícola e também pela percepção de que os efluentes sanitários constituem uma fonte de incorporação de nutrientes no solo. Geralmente são utilizados os esgotos descartados por sistemas informais, ou são feitas captações diretas em corpos d'água receptores dos lançamentos.

É nesse contexto, considerando a situação atual, as tendências de uso racional dos recursos hídricos e o potencial de aplicação, que o reúso de efluentes tratados vem sendo considerado no âmbito da SEDUR e constitui objeto dos presentes trabalhos do PEMAPES. A recente aprovação da Resolução CONERH nº 75, de 29 de julho de 2010, estabelece procedimentos para disciplinar a prática de reúso direto não

potável de água na modalidade agrícola e/ou florestal, abrindo novas perspectivas que possibilitem o incentivo e controle da ferti-irrigação no Estado a partir do emprego de efluentes tratados.

Na RDS 19, o único registro obtido nos levantamentos de campo relativo ao reúso de efluentes dá conta de que, na cidade de Feira de Santana, alunos da Universidade Estadual (UEFS), para fins de dissertação de mestrado acadêmico, coletaram dados operacionais de uma das estações de tratamento geridas pela Embasa, com o objetivo de avaliar as possibilidades de reúso dos efluentes tratados para fins de irrigação, e também para avaliar o potencial de aproveitamento do lodo gerado no processo. Os dados e detalhes dos resultados das pesquisas, entretanto, não foram disponibilizados. A informação é que os estudos não tomaram vulto significativo nem provocaram desdobramentos práticos.

A ausência de informações sobre reúso reflete o fato de que, de uma forma geral, o assunto ainda desperta pouca atenção no setor público municipal. Notadamente na RDS 19, região caracterizada pela transição ao semi-árido, a favorabilidade das condições fisiográficas naturais (clima, solo, relevo hidrografia e vegetação) do território, aliadas a caracterização da condição sanitária das sedes urbanas, retratada nos presentes trabalhos, sugerem que as possibilidades da implementação do reúso sejam consideradas com o merecido destaque.

Neste sentido, num primeiro momento, são apresentadas para a RDS 19 como estimativa do potencial de reúso, as extensões superficiais passíveis de serem irrigadas pelos efluentes sanitários, considerando apenas os volumes atualmente tratados pelas respectivas unidades operadas pela Embasa.

Os parâmetros para a obtenção dos valores constantes no **Quadro 9.1**, consideram uma taxa de aplicação de 0,70 L/s.ha, adotando-se por referência métodos de irrigação que minimizem os riscos sanitários.

Quadro 9.1 – Área potencialmente irrigável a partir de vazão tratada de ETEs implantadas – RDS 19

BACIA DE ESGOTAMENTO	ÁREA ATENDIDA	TIPO DE SISTEMA	VAZÃO TRATADA (M³/DIA)	ÁREA PASSÍVEL DE SER IRRIGADA POR REÚSO (HA)
Jacuípe	Viveiros I	SLE	533,95	10,59
	Viveiros II	SLE	534,82	10,61
	Viveiros III	SLE	965,95	19,17
	Conj. Homero e Alvorada	SLE	874,37	17,35
	Parque Cajueiro	SLE	354,24	7,03
	Área central de Feira de Santana / Bacia Jacuípe	SES	15897,6	315,43
Subaé	Feira VII	SLE	1885,25	37,41
	Área central de Feira de Santana / Bacia Subaé	SES	25401,6	504,00
Pojuca	Lagoa Grande	SLE	412,99	8,19
	Chácara Mangabeira	SLE	103,68	2,06

Nota: Dados da vazão tratada pelos sistemas fornecidos pela Embasa - fev /2010

Entretanto, no sentido de se obter uma avaliação mais completa da viabilidade para o reúso de efluentes tratados na ferti-irrigação, uma série de estudos e considerações complementares devem ser procedidos. No contexto, dentre outros aspectos deverá ser determinada a aptidão dos solos às modalidades de irrigação, as características qualitativas e quantitativas dos efluentes tratados, a disponibilidade de áreas adequadas para implantação, a identificação de culturas possíveis e de interesse das comunidades e o modelo ajustado de gestão para os empreendimentos. Os estudos de viabilidade deverão considerar as

possibilidades atuais e a projeção para situação futura em face da ampliação das vazões decorrentes do crescimento vegetativo, bem como de ampliações dos sistemas.

De acordo com publicações técnicas, duas dimensões são fundamentais nas considerações sobre o desenvolvimento da prática do reúso: a avaliação da tendência à formação ou ao fortalecimento do interesse da população acerca do assunto e a análise da postura que o setor público deve exercer frente à questão.

É fato que, apesar da incipiência hoje observada, percebe-se que há uma tendência para expansão das práticas de reúso no país, para fins diversos, inclusive para a ferti-irrigação. Cabe, portanto ao setor público, com respaldo em experiências nacionais e internacionais, regulamentar e fiscalizar o manejo, por meio de uma gestão participativa, tornando assim a prática da reutilização dos efluentes sanitários um eficiente instrumento de gestão dos recursos hídricos na Bahia.